

RRCGG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

I Relatório

2
0
1
5

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	7
Nota Prévia.....	9
Contexto Municipal Principais Resultados.....	10
Quadro legal.....	25
2 CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	27
Estrutura Política.....	29
Câmara Municipal Oeiras.....	31
Estrutura Orgânica.....	32
3 RECURSOS HUMANOS.....	35
Dados Demográficos.....	37
Número de trabalhadores.....	37
Distribuição de Trabalhadores por grupo profissional e género.....	38
Distribuição dos trabalhadores por departamento.....	40
Distribuição dos trabalhadores por antiguidade.....	41
Estrutura etária.....	42
Admissões / Regressos por tipologia e categoria.....	43
Saídas por tipologia e categoria.....	44
Absentismo.....	46
Saúde, Higiene e Segurança.....	47
Vigilância da Saúde e Acidentes de Trabalho.....	47
Higiene e Segurança.....	48
Psicologia.....	48
Ação Social.....	49
Ação Social Interna.....	49
Ação Social Externa.....	49
Trabalho Comunitário.....	49
Iniciativa Emprego – Contratos/Emprego inserção.....	50
Formação Profissional.....	50
Formação Interna.....	51
Formação Externa.....	52
Plano de estágio.....	53
Relações de Trabalho.....	54
Organização sindical.....	54
Ação disciplinar.....	55
4 RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	57

Gabinete de Apoio às Freguesias	59
Gabinete de Prospetiva, Desenvolvimento Estratégico e Informação Geográfica	60
Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico	69
<i>NIAN – Núcleo de Instrução de Atos Notariais</i>	74
<i>GMA – Gabinete Municipal de Auditoria</i>	76
Gabinete de Comunicação	77
Departamento de Policia Municipal e Proteção Civil.....	85
Departamento de Administração Geral e Finanças	90
<i>Serviço de Execuções Fiscais</i>	92
Divisão de Gestão Organizacional	95
<i>Unidade de Serviços Gerais</i>	104
Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação	106
<i>Unidade de Infraestruturas e Administração de Sistemas</i>	108
Divisão de Recursos Humanos.....	110
Divisão de Gestão Financeira	113
<i>Unidade de Planeamento, Orçamento e Controlo</i>	114
Divisão de Gestão Patrimonial	117
Divisão de Contratação Pública	129
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística	138
Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana	141
Divisão de Projetos Especiais	141
<i>Divisão de Projetos Especiais / Núcleo de Requalificação Urbana</i>	141
<i>Divisão de Projetos Especiais / Núcleo de Projetos</i>	144
Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional	145
Divisão de Gestão do Parque Habitacional	147
Departamento de Obras Municipais	148
Divisão de Estudos e Projetos	150
Divisão de Equipamentos Municipais	154
<i>Núcleo de Construção e Requalificação</i>	154
<i>Núcleo de Manutenção e Conservação</i>	155
Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais.....	156
Departamento de Ambiente e Equipamento.....	160
Divisão de Espaços Verdes	167
Divisão de Viaturas e Máquinas	171
Divisão de Higiene Urbana	173
Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento.....	175

<i>Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras</i>	175
Divisão de Cultura e Turismo	176
Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação.....	179
Divisão de Educação	181
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social	183
Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude.....	185
Divisão de Desporto.....	187
5 RELATÓRIO FINANCEIRO	189
Análise dos Fluxos de Caixa.....	191
Enquadramento Orçamental.....	192
Execução Orçamental.....	195
Análise da Receita	200
Receita Corrente.....	203
Receita Capital.....	207
Análise da Despesa.....	209
Despesa Corrente	211
Despesa Capital	214
Grandes Opções do Plano	217
Execução por Classificação funcional	218
Execução por Unidade Orgânica.....	221
Situação Patrimonial	230
Análise do Balanço – Balanço Sintético	230
Indicadores económico-financeiros	233
Análise da Demonstração de Resultados.....	234
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido.....	236
Apuramento da Dívida Total	237

1 | INTRODUÇÃO

NOTA PRÉVIA

Em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 setembro, na redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no n.º 2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Oeiras relativo ao ano de 2015, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL, e apresenta em anexo os mapas de Prestação de Contas.

São também apresentadas as declarações relativas aos compromissos anuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2015, conforme estabelecido no artigo 15º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

As contas do Município de Oeiras foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

O Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, possibilita a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas em momento diferente da aprovação das contas individuais do Município, pelo que, mais se informa que as mesmas serão remetidas ao órgão executivo e deliberativo até junho do presente ano.

CONTEXTO MUNICIPAL | PRINCIPAIS RESULTADOS

O orçamento previsional do Município para 2015 foi de 121.501.184,00€, o que traduziu uma redução de 4,45% relativamente ao inicialmente previsto para 2014, designadamente de 127.154.753,00€.

Com cerca de menos 6 milhões de euros face ao ano transato, a Câmara Municipal de Oeiras optou por uma estratégia orçamental assente na prossecução de uma política de rigor orçamental tendo em vista aprofundar a consolidação do equilíbrio financeiro, resultante de apurada redução de despesa, concentrando a sua atenção em projetos estruturantes para a estratégia de desenvolvimento municipal e, ou, nas áreas sociais.

Recorde-se que em 2010 o orçamento do Município era superior a 193 milhões de euros. Para além da sucessiva redução orçamental, a partir de 2015, por imposição da Administração Central, Oeiras teve de contribuir com cerca de 775.000€/ano para o Fundo de Apoio Municipal. Acrescente-se a este dado o facto de o Município de Oeiras não receber valor algum da Administração Central, para além das verbas decorrentes da participação nos impostos do Estado.

Mesmo com a grave situação financeira que se vive atualmente, em Oeiras não se “*corta por cortar*”. Faz-se, sim, um exercício do realismo no contexto de complexidade económico-financeiro atual, não se descurando no conforto e na qualidade de vida dos cidadãos.

Em termos genéricos podemos destacar que Município cumpre o Limite da Dívida Total, estabelecida no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, apresentando uma dívida total de operações orçamentais do de 64.582.665,94 €, cerca de 23% inferior ao valor apresentado no ano de 2014.

Foi de igual forma assegurado o limite mínimo da execução da receita prevista no orçamento, constante do n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo o Município de Oeiras obtido um resultado acima do expectável, apresenta nomeadamente, uma taxa de execução de 105,34%.

	Orçamento Inicial	Realização	% Execução
TOTAL RECEITA	121.501.185,00	127.989.043,93	105,34%

O Município de Oeiras, mantém o seu prazo médio de pagamentos inferior a 90 dias, apresentando um prazo de pagamento de 60 dias, o que demonstra o esforço que os serviços têm vindo a desenvolver no sentido de promover as melhores práticas de atuação, inclusivamente com os fornecedores municipais.

Prazo Médio de Pagamentos	
Fornecedores	$\frac{\text{Dívidas a Fornecedores (DF)}}{\text{Aquisição de bens e serviços (A)}} \times 365$

Na ótica patrimonial há a destacar um resultado líquido do exercício positivo, designadamente de 46.776.910,77€.

Entrando em maior especificidade ressalva-se que atendendo às constantes reduções de verba do Município, em Oeiras poder-se-ia ter optado por aplicar cegamente a taxa máxima de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, o que aumentaria a receita municipal mas contribuiria igualmente para aumentar as dificuldades com que vivem muitas famílias. Entendeu-se não o fazer. Assim, o Município aplicou taxas reduzidas de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, respeitante ao ano 2015 a liquidar em 2016.

Refira-se que Oeiras é um dos municípios da AML – logo a seguir a Lisboa e Vila Franca de Xira – que tem aplicado uma das menores taxas de IMI nos últimos anos, de 0,34%, mas tendo em conta a sua preocupação social, decidiu reduzir a referida taxa mediante o número de dependentes a cargo do agregado familiar. Se uma família em 2014 pagou de IMI uma taxa de 0,34%, em 2015 um agregado familiar com um filho obteve uma redução de 10%, com dois filhos de 15% e com três de 20%.

Para este Município em primeiro lugar estão as pessoas e, por isso, foi na área social que se investiu boa parte do orçamento de 2015, com destaque para a afetação de cerca de 700.000,00€ na Participação nas Despesas com Medicamentos, no Fundo de Emergência Social, na gestão do Fundo Europeu de Ajuda a Carentes e na manutenção de programas fundamentais ao bem-estar dos munícipes e à promoção das oportunidades de participação na vida social como o “Praia Acessível”, o “Oeiras Sem Barreiras” e os serviços de proximidade “Oeiras Está Lá!”, “Teleassistência”, “Transporte Adaptado” e o “Banco de Igualdade de Género”, com atendimento na área da violência doméstica.

Na mesma linha de melhoria das condições de vida dos munícipes, realça-se a atenção dedicada às situações de dependência, sobretudo as relacionadas com as demências, tendo a Câmara apostado não só em respostas como o Gabinete Cuidar Melhor e o Café Memória, como no apoio à criação de uma estrutura de apoio a pessoas com demência a ser desenvolvida pelo Centro Social Paroquial de S. Romão de Carnaxide. Para a criação desta estrutura inovadora no concelho e para a ampliação do Lar Nossa Senhora do Amparo, o Executivo Municipal aprovou uma comparticipação financeira àquela entidade no valor de 292.680,00€¹, assim como outra no montante de 15.000,00€ para aquisição de carrinhas para o Serviço de Apoio Domiciliário. O Município apoiou, também, o Centro Social e Paroquial de Oeiras nas obras de requalificação e na renovação do equipamento dos quartos do Lar da Figueirinha, no valor de 35.000,00€, bem como o Centro Sagrada Família no alargamento da resposta em pré-escolar, no montante de 50.000,00€. Importa, ainda, referir o apoio à manutenção de atividades das entidades da rede Social do concelho, no valor de 100.000,00€.

Ao nível da Saúde, são de salientar dois projetos de grande importância para a população: a continuação da obra do centro de saúde de Algés, cujo investimento municipal ronda os 3.603.997,80€², e o início da construção do Centro Saúde de Carnaxide, em maio, representando um investimento municipal de 2.137.021,09€, para além da cedência do terreno.

Destaque-se, também, a entrada em funcionamento de duas unidades de cuidados continuados integrados (UCCI), geridos pela empresa Naturidade e comparticipados pelos Ministérios da Saúde e Segurança Social: em setembro, a UCCI de Porto Salvo, em outubro, a UCCI de Laveiras. Ambos os equipamentos estão instalados em edifícios municipais, em regime de contrato de arrendamento, tendo acolhido até ao final do ano de 2015 cerca de 20 munícipes.

O mês de maio ficou marcado pelas cerimónias de dedicação de duas igrejas: Nossa Senhora da Conceição da Paróquia de Outurela (CMO: cedência do terreno, em Direito de Superfície, à Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Conceição de Outurela e atribuição de duas comparticipações financeiras: 300.000,00€, para apoio à construção da nova igreja e à criação de serviços de apoio à comunidade e 56.087,10€, para os encargos com os arranjos exteriores); e, Igreja de Miraflores (celebração de um contrato programa entre CMO e a Fábrica da Igreja Paroquial de Cristo Rei de Algés, cujo objeto teve por fim a cedência de um terreno na quinta de

¹ PD n.º 850/2015

² Contrato SCA n.º 126/2013

Santo António bem como a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor global de 998.797,90€, destinada à construção da unidade de equipamento). Em julho, foi a vez da Igreja de São Joaquim e Santana, em Porto Salvo (celebrado contrato programa entre o Município de Oeiras e a Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo, através do qual foi atribuído à referida Irmandade, no âmbito do programa de apoio às IPSS, uma comparticipação financeira no montante total de 500.000,00€ para um valor global da obra de 2.997.955,11€. Tal comparticipação destinou-se a apoiar a construção da igreja e centro paroquial, abrangendo a criação de serviços de apoio à comunidade). No mesmo mês decorreu Bênção do Centro Comunitário Senhora da Barra, em São Julião da Barra que contou com a comparticipação da Câmara em 350.000,00€.

Relativamente ao Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, informe-se que a atividade, em 2015, manteve os níveis de desempenho, de anos anteriores, no domínio do Planeamento, nas vertentes da capacitação do território para acolhimento de novos polos de desenvolvimento e da requalificação urbana de áreas habitacionais e empresariais existentes.

Neste âmbito, foram elaborados Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros estudos e Instrumentos de Planeamento e Gestão, de carácter normativo ou orientador, com a intervenção das diferentes Divisões e Núcleos do Departamento, merecendo referencia:

- › Finalização dos trabalhos de apoio à revisão do PDM.
- › Acompanhamento dos procedimentos e análise das propostas relativas aos Planos de Ordenamento da Área Empresarial da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras) em articulação com a Equipa externa da FCT/UNL.
- › Finalização e apresentação à Câmara, em pareceria com o GABTEC do ISA e o Mestre Escultor José de Guimarães, do Estudo Conceptual relativo à Plataforma Superior das Fontainhas, em Paço de Arcos.
- › Acompanhamento e Gestão do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, designadamente a construção da Cidade do Futebol.
- › Início, em articulação com a Parques de Sintra, Monte da Lua, da cartelização e definição dos limites e áreas, a incluir no futuro Plano Intermunicipal (Amadora, Oeiras e Sintra), da Bacia Hidrográfica do Jamor, envolvendo o Monumento Nacional do Palácio de Queluz.
- › Início dos trabalhos de Caracterização e Diagnóstico do PU da UOPG Litoral Poente.

- › Prosseguimento dos estudos de avaliação do programa do Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide e 2ª Fase do PI do PCT para proposta de revisão.
- › Acompanhamento e conclusão dos procedimentos finais relativos à aprovação dos seguintes Planos Municipais de Ordenamento do Território:
 - Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia, 1ª Fase (Alteração);
 - Plano de Pormenor da Zona do Interface de Paço de Arcos (Alteração).
- › Início, em articulação com outras UO, do programa do Bairro 21, na área piloto da Figueirinha, em Oeiras.
- › Conclusão, em articulação com outras UO, do trabalho de caracterização do PELACO.
- › Prosseguimento dos estudos para a reabilitação urbanística das antigas Zonas Industriais de Queluz de Baixo e Portela de Carnaxide.
- › Elaboração de diversos estudos para a viabilização da instalação de equipamentos em terrenos municipais.

Em matéria de Acessibilidade e Mobilidade, a atividade do DPGU foi focalizada na elaboração de Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos, destacando-se:

- › Programação das redes para a cobertura das necessidades de resposta, para a instalação de atividades de natureza estratégica, em articulação com as diversas iniciativas de Planeamento e outras geradoras de impactos nos sistemas viários.
- › Conceção da estrutura e condicionantes para a acessibilidade e mobilidade no âmbito da elaboração dos Planos e Estudos Urbanísticos e de requalificação, em articulação com a DPMob, DGUAEE e DHRU.
- › Apoio aos estudos da Parques Tejo para a melhoria contínua da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces, áreas residenciais e empresariais.
- › Acompanhamento para a materialização de soluções geométricas no âmbito dos Estudos da rede viária municipal.
- › Continuação do desenvolvimento e acompanhamento, em articulação com a CML, CMC e Infraestruturas de Portugal, das soluções viárias programadas.
- › Continuação, através do Grupo de Trabalho CMO/APL, do desenvolvimento e acompanhamento das soluções urbanísticas tendentes ao reordenamento da frente

ribeirinha, com particular atenção às zonas do Terraplano de Algés, Doca Pesca e Paço de Arcos.

- › Também com a Administração Central merece referência as iniciativas conjuntas de avaliação de imóveis património do Estado entre a DGTF/CMO cujo destino se perspetive como de interesse municipal e/ou permita a instalação de novas atividades e usos convergentes com os interesses da Autarquia.

Nos domínios da Atividade Administrativa, do Apoio às Atividades Económicas e do Relacionamento com Municípios e Empresas mantiveram-se as elevadas taxa de realização dos programas, sendo de assinalar:

- › Continuação do alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da atividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação, criando uma Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados de Ensino, Saúde e Apoio Social, e manutenção do sistema de registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares e outros dados de natureza geográfica, estatística e económica.
- › Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde o atendimento público ao acompanhamento dos processos, e a adesão a iniciativas no âmbito dos programas SIMPLEX e da implementação das aplicações SPO e e-paper.

Merece destaque neste domínio diversas sessões de esclarecimento em articulação com a DTSI e DGO, com municípios nacionais e estrangeiros, cuja realidade de Oeiras pretenderam conhecer.

- › Manutenção do ritmo de crescimento da informação *on-line* quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, requerimentos, atividades económicas e planeamento.

Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objetivos, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos, sendo de registar uma redução continua dos tempos de resposta às solicitações.

Apesar das contínuas incertezas do atual contexto organizativo interno e dos enquadramentos legislativos e financeiros, o balanço da execução do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística situou-se nos níveis esperados.

Continuou a registar-se, no ano de 2015, no que respeita aos recursos, para além das condicionantes físicas insanáveis das atuais instalações que temos recorrentemente vindo a assinalar, alguma instabilidade no quadro de pessoal, sobretudo ao nível das áreas da Mobilidade e Acessibilidade.

A Habitação municipal atribuiu, em 2015, 111 fogos a famílias carenciadas do concelho, através do Observatório e realizou 44 transferências. Em reparação de fogos, manutenção de edifícios e adaptação para deficientes do parque municipal foram investidos 1.095.811 €. Quanto a verbas gastas em equipamentos existentes no parque (como por exemplo Multiusos do Bairro dos Navegadores e ampliação da Ludoteca da Fundação Marquês de Pombal, na Encosta da Portela), foram investidos 280.000,00€. Ou seja, em Habitação foram investidos em 2015 perto de 1.375.811,00€.

Ainda que o orçamento de 2015 exija forte contenção, tal não significa que se tenha abdicado de realizar investimentos necessários, obviamente que dentro do quadro de contração económica.

Procurando não ser demasiado fastidioso até porque em grande medida o grau de desenvolvimento atingido pelo Município de Oeiras faz com que hoje a sua atividade esteja em velocidade de cruzeiro, no sentido em que as grandes linhas estão há muito lançadas e os programas em curso, exceto em alguns casos, existem em continuidade diacrónica, iremos apenas expor a obra realizada durante o ano transato e os eventos de maior dimensão.

Incontornável de referir neste documento, respeitante ao que de mais importante decorreu em 2015, é o facto de, uma década depois, Oeiras ter desbloqueado e aprovado o seu Plano Diretor Municipal. Depois de intensas negociações com a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, o Município logrou encontrar a solução consensual para o futuro estratégico deste território. Completando o processo de aprovação com a deliberação produzida pela Assembleia Municipal, ficou estabelecida a estratégia de desenvolvimento territorial e a política municipal de ordenamento do território.

Em 2015, Oeiras viu nascer, desenvolver e culminar três grandes obras cuja importância extravasa as fronteiras do concelho: nasceu, em outubro, a obra do Passeio Marítimo (valor de adjudicação de 2.535.088,03€ + IVA = 2.687.193,31€), de ligação entre a Baía dos Golfinhos e a Praia da Cruz Quebrada, com uma extensão de 1990m; desenvolveu-se, ao longo do ano, a obra da Cidade do Futebol (investimento da Federação Portuguesa de Futebol de 10 milhões de euros); e, culminou, em julho, a última fase do Parque dos Poetas, denominada 2ª fase A, à qual correspondeu um investimento de cerca de 16 milhões de Euros, ficando este equipamento onde o ambiente se entrelaça com a cultura, na sua totalidade, com 22,5 hectares de área.

Inaugurados em 2015 foram, em janeiro, o Complexo Desportivo de Porto Salvo (investimento de 4.551.928,61€) e a 1ª etapa da pista pedociclável de Algés à Cruz-Quebrada, 103.700,99€.

Para uma maior comodidade para os munícipes, abriram as portas dois novos Espaços do Cidadão, em Oeiras (abril), no centro comercial Oeiras Parque e em Algés (junho), no Palácio Ribamar. Deste modo, o concelho passou a dispor de quatro balcões multisserviços (Oeiras, Carnaxide, Linda-a-Velha e Algés).

Em julho, foi inaugurado o revitalizado Mercado de Algés, um novo espaço comercial, de restauração, integrado no tradicional Mercado Municipal local. A sua criação inseriu-se no âmbito da política de revitalização do comércio nos mercados municipais da Câmara Municipal e funciona como um polo atrativo de novos clientes, renovando fregueses, revitalizando o comércio, quer no interior do Mercado quer no comércio tradicional da envolvente. A Naípe d'Emoções foi a vencedora do concurso público de concessão de parte delimitada do Mercado, sendo que a mesma integrou as obras necessárias à sua renovação e transformação. O investimento da Autarquia limitou-se a uma parte da requalificação da envolvente (requalificação da Rua Ernesto da Silva na área não ocupada pela concessionária), requalificação dos espaços de venda dos comerciantes tradicionais e casas de banho de funcionários e comerciantes. No total, o investimento municipal não ultrapassou os 50.000,00€.

Relativamente às acessibilidades recorde-se que, em novembro, abriu a circulação do troço da Via Longitudinal Norte (VLN) entre Nova Carnaxide e a Rotunda da Pinhol, que estabelece a ligação das zonas de Carnaxide (Nova Carnaxide) / Outurela e Portela a Linda-a-Velha / Miraflores, Algés e Alfragide. A abertura deste troço permitiu melhorar a acessibilidade global a Carnaxide e contribuir para a diminuição da elevada procura e dependência do Nó de Carnaxide / Linda-a-Velha da A5. A empreitada "Relocalização e regularização da linha de água afluente à Ribeira da Outurela e alteração da VLN entre a rotunda 2 e a rotunda 3" foi adjudicada (em

12/02/2014) à empresa Tomás de Oliveira – Empreiteiros, S.A., pelo valor de 934.397,48€ + IVA (990.461,33€ valor com IVA). Esta obra incluiu trabalhos de demolições, escavações, terraplenagens, construção de muros de suporte em betão, pavimentações, beneficiação das drenagens pluvial e doméstica e remodelação de redes de águas, iluminação pública e de equipamentos de sinalização e segurança.

Inegável foi também a aposta no Património Municipal.

Em junho, abriu ao público o Palácio do Marquês de Pombal, que foi alvo de uma Intervenção global de requalificação (concluída a obra de recuperação e restauro dos vãos exteriores - com projeto assegurado pelos serviços municipais, a obra foi adjudicada à empresa PMJ, Lda., com prazo contratual de execução de 140 dias e um custo global de 110 mil euros; Em 2015, as intervenções centraram-se nos serviços, com a obra de reformulação da portaria do Palácio e do posto de turismo, instalação de WC nos jardins e pintura de salas do circuito visitável, representando um investimento de mais de 60 mil euros). 2015 foi também o ano da requalificação paisagística da entrada da adega e estacionamento deste importante património, cujo objetivo foi manter e valorizar o património arquitetónico e paisagístico da Quinta, valorizando também a fachada do edifício da Adegas e muros envolventes. A “Requalificação da entrada da Adegas e Estacionamento no Palácio Marquês de Pombal, Oeiras” foi adjudicada pelo valor de 257.335,22€ + IVA e terminou em Dezembro/15.

Recorde-se também o termo da obra de recuperação da Adegas do Palácio Marquês de Pombal que, depois da intervenção no interior do edifício - realizada em duas fases (2012 e 2013) -, ficou também com as fachadas requalificadas. A recuperação exterior terminou em maio de 2015, traduzindo-se num investimento de cerca de 81.000,00€. O total de investimento na obra de requalificação da Adegas, interior e exterior, teve um custo de cerca de 264.000 mil euros³. Esta intervenção municipal surgiu como resposta à necessidade de se criar uma zona de estágio em madeira para o Vinho de Carcavelos nas antigas instalações agrícolas do Palácio – as quais eram já utilizadas no séc. XVIII como zona de estágio em madeira. O objetivo desta intervenção foi devolver a este espaço, o seu uso original, tirando partido das suas características naturais, excelentes para o envelhecimento do licoroso Vinho.

No que à Habitação Jovem diz respeito, refira-se que ao longo do ano a que este documento diz respeito foram atribuídos 16 fogos. Com investimento municipal na reabilitação dos edifícios

³ Contratos SCA n.ºs 55, 101, 346 de 2015

realizado em 2015 foram: Paço de Arcos - Rua Costa Pinto, 196, 8 fogos; e Oeiras - Rua Cândido dos Reis, 176, 6 fogos. Uma nota também para o facto de terem sido iniciadas duas novas obras, nos edifícios da Rua Costa Pinto nº 176, em Paço de Arcos, e no Largo da Pátria Nova, em Carnaxide.

À semelhança dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Oeiras aproveitou o período das férias letivas para requalificar alguns estabelecimentos de ensino básico (jardins-de infância e 1.º ciclo). Nesse sentido, estiveram em curso intervenções em seis estabelecimentos de ensino, representando um investimento de cerca de 250 mil euros. Esta intervenção municipal teve por objetivo promover as adequadas condições de utilização e funcionamento das instalações e dos equipamentos que integram o parque escolar do concelho.

A área do Ambiente também foi alvo de forte investimento, mantendo-se a aposta na qualidade de vida dos cidadãos.

Na Educação ambiental foram realizadas 844 atividades com o envolvimento de cerca de 32.045 participantes: Programa de Educação Ambiental nas Escolas 2014/15 – Comemoração dos 20 anos; “Jovens em Movimento; Eco-Conselheiros; Bairro Limpo (atividades de limpeza promovidas em 4 Bairros Municipais e 20 Jovens moradores participantes); Compostagem Doméstica – entregues 71 recipientes em moradias com jardim, escolas e empresas (cerca de 1.781 moradias participantes até final de 2015); 9 Eventos e Comemoração de Dias Ambientais Temáticos.

No âmbito do Plano Estratégico Arborização/Comemoração da Primavera e do Outono foram realizadas atividades que contaram com a participação de 390 voluntários de empresas, escolas e munícipes; 516 participantes no Dia Mundial do Ambiente; 52 participantes no dia da Energia; 50 participantes nos Jogos Ambientais da Taça Coca Cola; 9.700 participantes na Feira Animal e Dia do Animal; 800 participantes na campanha troca de resíduos do NOS Alive; 450 participantes nas atividades ambientais da Marginal Sem Carros.

Foram promovidas 3 exposições em diversos espaços municipais: Política Animal em Oeiras, 20 anos do Programa de Educação Ambiental Escolar e Fábrica da Reciclagem da Tetra Pak.

Nas praias, a par de ter sido efetuado o acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares das praias da Torre, Santo Amaro, Paço de Arcos e Caxias, foram criados novos postos de apoio a atividades dos Jovens em Movimento, para divulgação

ambiental e cultural nas praias e dinamizados *ateliers* de sensibilização ambiental com 76 atividades dinamizadas em 26 dias, envolvendo 1.356 participantes (grupos em ATL famílias).

No que concerne ao Projeto Boas Práticas Ambientais nos Serviços Municipais refira-se que foram levadas a cabo reuniões de planeamento do SIGQAS e divulgação do sistema de recolha seletiva de resíduos no Edifício Atrium e elaborado Plano de Sensibilização de Boas Práticas para implementação em 2016.

Relativamente a Campanhas Resíduos e Limpeza Urbana foram: elaborados 100 comunicados distribuídos porta-a-porta em 13.494 habitações; prestado apoio à campanha de recolha seletiva de capsulas de café *Dolce Gusto* da Nestlé; apoio à divulgação das campanhas nacionais para recolha de pilhas e “Papel por Alimentos” com fins sociais; e, divulgação da Campanha “Oeiras Limpa Depende de Todos Nós”, em Outdoors, Mupis, Internet, intranet e imprensa municipal.

Uma nota também para a realização de auditoria interna ao Sistema de Gestão Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança e renovada a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, do serviço prestado pelo Núcleo de Promoção e Sensibilização Ambiental pela APCER.

Participação no Grupo de trabalho Oeiras 21+: elaboração de proposta de guião sobre eventos sustentáveis e monitorização de 7 eventos municipais; Participação na ação de formação - “Agenda 21 de Bairro e Sustentabilidade Urbana” e planeamento do projeto-piloto Bairro21 para a Figueirinha; participação em ações do projeto Oeiras Solidária.

Foram realizadas diversas ações no âmbito do Pacto de Autarcas e marcada presença em eventos, ações de sensibilização em escolas entre outras, parcerias com diversas entidades, com o objetivo de sensibilizar e influenciar a população para o cumprimento dos objetivos do Pacto. Neste âmbito foi também preparado o Relatório de Progresso a apresentar à Comissão Europeia durante o 1º trimestre de 2016.

Procedeu-se ao planeamento das atividades da 5ª edição Família Oeiras Ecológica V (Eco Condomínios), através da realização de parcerias, convite e seleção de condomínios de habitação, visando realizar ações de sensibilização, para a alteração de comportamentos face ao consumo hídrico, energético, hábitos de mobilidade e de reciclagem.

Na Atividade dos Parques de Caixas registou-se uma poupança de 32.182€, em custos de deslocação e deposição de resíduos na TratoLixo e um ganho de tempo em cerca de 243 dias, o

que significa na prática que, com a redução de deslocações à TratoLixo, foi possível disponibilizar mais tempo na manutenção da via pública; No final de 2015 foi apresentada nova proposta à CCDR-LVT de licenciamento do parque de Caixas de Queijas.

Em 2015 foi concluído o PELACO (Plano Estratégico das Linhas de Água do Concelho de Oeiras).

Apostou-se na Manutenção de Espaços Verdes. Os espaços verdes municipais tratados continuam a aumentar anualmente, existindo em 2015 cerca de 248 ha, dos quais 10 ha estiveram a ser mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades (Quinta da Fonte, Lagoas Park ou Arquiparque). Os 238 ha de espaços verdes que não estão sob protocolo, cerca de 37ha, foram mantidos por Administração Direta (Jardins Históricos e de Carácter Patrimonial) com o recurso a cerca de 50 jardineiros, sendo que 189 ha foram mantidos através de contratos de prestação de serviços externos. A contratação de serviços externos para manutenção dos espaços verdes, em 2015, foi efetuada através da celebração de 3 contratos de manutenção com um orçamento anual de 3.011.654,70€.

No âmbito dos trabalhos de Manutenção e Gestão do Património Arbóreo do Concelho de Oeiras, por administração direta (plantações, podas, remoções, transplantes, rebaixamento de cepos, etc.), realizaram-se no ano de 2015, um total de 2.597 ações, tendo sido plantadas 769 árvores no âmbito do Plano Municipal de Arborização, relativas às comemorações da Primavera e do Outono. (Plantação árvores – 44; Poda de árvores – 1406; Poda de palmeira – 43; Remoção de árvores – 213; Remoção de palmeiras – 356; Corte de mato/arbustos e limpeza de palmeiras – 400; Corte de lenha – 30; Lavagens de árvores – 87; Remoção de cepos – 18; Nº Ações/mês – 2.597).

No que diz respeito à Gestão de Viveiros, produziram-se 34.853 plantas, adquiriram-se 2.896 e forneceram-se 37.749.

Relativamente à Gestão e produção da vinha e do vinho “Villa Oeiras”, verificaram-se os seguintes resultados: Uvas - Uvas brancas – 80.804 Kg e Uvas tintas – 19.061 Kg; Vinho - Vinho Licoroso Branco Apto a Carcavelos – 70.941 Lt e Vinho Licoroso Tinto Apto a Carcavelos – 1.174 Lt; Vinho Branco Apto a IGP Lisboa – 5.600 Lt e Vinho Tinto Apto a IGP Lisboa – 12.800 Lt

Sobre a Limpeza manual do espaço público informe-se que foram realizadas 5.476 varreduras de 14.824 varreduras programadas, com uma taxa de execução de 37%; quanto à Limpeza

Mecânica, devido à aquisição da prestação de serviços de varredura mecânica, será possível a permanência de 3 varredouras mecânicas em duplo turno.

A área do Ambiente prestou também apoio a 114 eventos e festividades, no que diz respeito a cedência de equipamentos, limpeza e varredura dos espaços.

Ao nível da Recolha de Resíduos foram desenvolvidas as seguintes ações: instalação de 25 contentores semienterrados, do tipo Molok, para deposição de resíduos indiferenciados, com uma capacidade de 5000m³; foi desenvolvido o Projeto-piloto de Otimização dos circuitos de recolha em colaboração com a empresa SOLIM. Com esta ação o Município tem como objetivo principal alcançar a sustentabilidade económico-financeira dos serviços municipais de recolha de resíduos. O sucesso desta ação terá um impacto significativo na tarifa de resíduos, cobrada aos munícipes. Numa primeira fase, o Município considerou prioritário otimizar os circuitos de recolha seletiva, das frações Papel e embalagens plástico/metálico e só nestas duas frações será possível conseguir uma redução de 1040 circuitos anuais correspondente a uma redução de 31% dos circuitos realizados em anos anteriores, e a consequente redução dos Km percorridos e emissões de CO₂. Para 2016 está prevista a continuidade deste projeto que será alargado aos circuitos de recolha indiferenciada e aos circuitos de recolha de monos e verdes.

Recolha de Resíduos Urbanos: 64.125t de RU (3.403t de Papel/Cartão; 1.826t Embalagens/Plástico e ECAL 2.181t de Vidro; 752t de RUB e 55.963t de Indiferenciados):

Execução média diária de 20 circuitos de recolha de resíduos indiferenciados, num total anual de 5.967 circuitos; Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha indiferenciada de 99,8%; Execução média diária de 12 circuitos de recolha seletiva, num total anual de 3.323 circuitos; Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha seletiva de 96,3%; Produção de resíduos urbanos *per capita* de 1,02 Kg/hab.dia; Taxa de Recolha Seletiva de 13%; Inexistência de cargas com resíduos seletivos contaminados.

Recolha de Resíduos Verdes – 3.964t; Recolha de Resíduos de limpeza Urbana – 3.123t de resíduos de limpeza, que inclui a varredura manual, a varredura mecânica, a limpeza e manutenção de linhas de água e praias e as desmatações; Recolha de monos – 1.723t;

Sistemas de deposição de resíduos – Elaboração do plano para a instalação de 500 equipamentos enterrados de grande capacidade e consequente eliminação de 1.574 contentores de superfície localizados atualmente na via pública.

N.º de equipamentos lavados: 3.603 em regime de administração direta; Reparação de 5.002 equipamentos (ilhas ecológicas, ecopontos, moloks e contentores);

Foram rececionados 12.971 pedidos internos e externos à CMO, com 98,2% de respostas dentro do prazo definido.

Redefinição do planeamento da Limpeza Urbana e da Recolha de Resíduos, com recurso ao *software* MOBA para otimização de circuitos de recolha e de um procedimento para aquisição de serviços de varredura mecânica.

Ao nível da Limpeza Urbana foram desenvolvidas as seguintes ações: por via dos Acordos de Execução foi concretizada a Delegação de competências em matéria de Limpeza Urbana nas Uniãos de Freguesia e Juntas de Freguesia. Foram definidas áreas específicas para intervenção, que tiveram por base critérios de proximidade, centralidade e cariz histórico, para o desenvolvimento das ações de limpeza de vias e espaço públicos, sarjetas e sumidouros e como complemento à atividade de limpeza urbana desenvolvida pelo Município; deu-se início ao processo de contratação pública para a aquisição da prestação do serviço de varredura mecânica, como complemento à atividade de varredura manual e para fazer face às dificuldades de recursos humanos consequentes das limitações impostas à renovação dos recursos e consequente envelhecimento deste grupo operacional.

Foi feita a Limpeza mecânica das ribeiras, nos troços que têm sido mais afetados com episódios de cheias nos últimos anos e com maior impacto em pessoas e bens. Em outubro, procedeu-se ao desassoreamento do troço terminal da Ribeira da Laje, situado no Jardim Municipal de Oeiras e em novembro decorreram trabalhos de limpeza na Ribeira de Barcarena, no troço compreendido entre a Fábrica da Pólvora e a Quinta da Moura. O objetivo destas intervenções é mitigar episódios de cheia que pudessem ocorrer durante o inverno de 2015/16.

Em outubro, os jardins do Palácio do Marquês de Pombal começaram a ser regados com a água da mina que ali se encontra, em substituição da água proveniente da rede pública. Com a realização desta obra, o Município deu continuidade à sua política de aproveitamento de águas subterrâneas para a rega dos espaços verdes, realizando um investimento com retorno quer do ponto de vista financeiro, quer do de sustentabilidade ambiental. Esta intervenção englobada no “Plano Estratégico da Água”, cujo investimento rondou 9.446,40€, acarretará uma poupança anual previsível de cerca de 15.000,00€ no consumo de água. Refira-se que se trata da 18ª captação de água em funcionamento no concelho, sendo que também outros espaços verdes

são regados sem recorrer à utilização da rede pública, como são o caso do Parque dos Poetas, da Quinta de Santo António (Miraflores), do Parque Urbano de Miraflores e da Fábrica da Pólvora de Barcarena, entre outros.

A aposta nas atividades culturais e de turismo foi uma constante, com inegável qualidade de oferta dos eventos realizados. Pelo território decorreram iniciativas que contaram com a participação de muitos milhares de pessoas. Em maio, em Oeiras tiveram lugar a 3ª edição do evento enogastronómico “Há Prova em Oeiras - Gastronomia e Vinhos 2015”, o XIV Concurso Internacional de Vinhos “La Selezione Del Sindaco”, o "MATIS Festival - Your Market Show" e as Festas de Oeiras. No mesmo mês, Algés recebeu a Volvo Ocean Race Lisboa 2015, Porto Salvo a Festa do Cavalo, Queijas as Festas de Nossa Senhora da Conceição da Rocha.

Em junho, realizaram-se em Oeiras o Festival de Vinhos Europeus e do Enoturismo e o Espetáculo Multimédia e Video Mapping “Noites no Palácio Encantado”- Antecedendo e assinalando a abertura oficial do PMP, que atraiu aos jardins do Palácio mais de 40 mil pessoas, durante os três dias da sua realização. Também neste mês realizou-se a Mostra Gastronómica de Paço de Arcos.

Julho foi o mês dos grandes festivais de música, com o NOS Alive Oeiras em Algés e o edpcooljazz em Oeiras. Por Oeiras passaram também outros grandes eventos, nomeadamente o Sushi Fest, o Baile das Princesas Disney e as Barrigas de Amor. Em julho destaque-se ainda a realização do Festival Panda, no Jamor e do *Street Food* Festival, em Paço de Arcos.

Com início em julho e continuação em agosto realizaram-se, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, o Cinema ao Ar Livre e o Festival Sete Sóis Sete Luas.

Setembro foi o mês comemorativo do 10º aniversário do Porto de Recreio de Oeiras, com um programa realizado pela Oeiras Viva EM e da realização dos eventos Festa das Vindimas e Já cá Canta. Em Algés, realizou-se a Receção ao Caloiro de Lisboa 2015.

Dos eventos desportivos realizados destaque para, em junho, “Mexa-se na Marginal”, Marginal à Noite, Triatlo do Ambiente, Final da Taça Coca-Cola e “GO SKATEBOARDING DAY”. Em julho decorreu a 10ª Travessia António Bessone Basto e, em setembro, a Corrida do Tejo.

Como ressalta esta descrição e apesar do panorama nacional, Oeiras continua a apostar no futuro, aplicando medidas que visam dar alento ao desenvolvimento económico e social do concelho, através da captação de investimento, com vista à criação de riqueza e de novos

empregos, sendo que a estabilidade social é sempre o foco do modelo de desenvolvimento do concelho.

E porque construímos a coesão social todos os dias, apoiando os que mais precisam, protegendo os mais vulneráveis e apostando num modelo de desenvolvimento sustentável, podemos olhar o futuro convictos de que Oeiras continuará a ser um caso feliz de desenvolvimento no âmbito nacional.

QUADRO LEGAL

Os últimos anos foram marcados por alterações substanciais ao nível do quadro legal que regula o funcionamento das autarquias locais e das empresas municipais, das quais se destacam designadamente:

- › Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.
- › Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 - B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e que impõe no seu art.º 25.º a criação de mecanismos de adequação da estrutura orgânica Municipal.
- › Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
- › Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, alterada pelo diploma retificação n.º 46º-B/2013 de 1 de novembro, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, diploma que introduz maiores restrições ao endividamento municipal, anuncia o fim do imposto Municipal sobre Transações onerosas, em regime gradual, com extinção em 2019, bem como a profundas alterações ao quadro orçamental que passa a ser plurianual, com novas regras, designadamente no âmbito do equilíbrio corrente.

- › Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013 de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.
- › Lei n.º 10/2014 de 6 de março, que aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado através da Deliberação n.º 928/2014 de 15 de abril de 2014, que estabelece as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
- › Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, nomeadamente da educação.

21 | CARATERIZAÇÃO DA
ENTIDADE

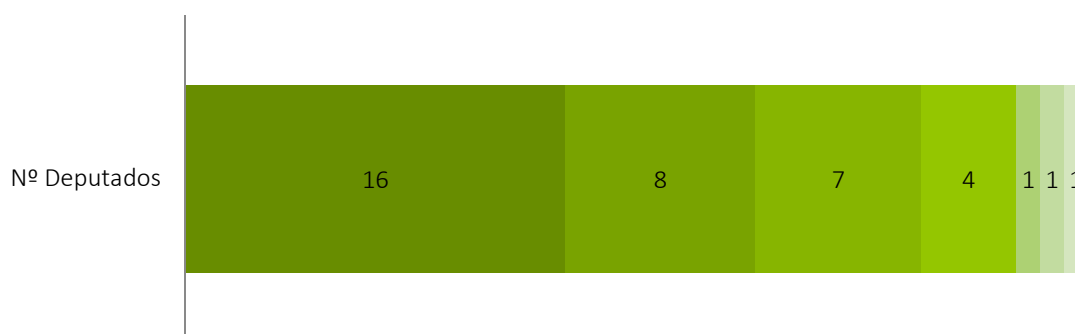
ESTRUTURA POLITICA

Em conformidade com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013 de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho que estabelece entre outras disposições, o regime jurídico das autarquias locais, determina que as Autarquias Locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente:

- a. De consulta;
- b. De planeamento;
- c. De investimento;
- d. De gestão;
- e. De licenciamento e controlo prévio;
- f. De fiscalização.

Os órgãos representativos do Município são a assembleia municipal e a camara municipal, detendo cada um deles naturezas e competências específicas.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL detém natureza deliberativa, com competências de apreciação, fiscalização e de funcionamento. É composta por 38 deputados, dos quais 33 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do Município e 5 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Oeiras, verificando-se a seguinte distribuição:



A *CÂMARA MUNICIPAL* é o órgão executivo da Autarquia, detém competências materiais e de funcionamento, sendo constituída por 11 membros eleitos, aos quais compete, de acordo com o quadro de delegações legalmente estabelecido, definir as estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Em conformidade com o determinado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da Deliberação n.º 837/2013, de 22 de outubro, foram delegadas competências da Câmara Municipal no seu Presidente.

O Despacho n.º 52/2015, de 23 de setembro, do Senhor Presidente da Câmara, vem estabelecer a delegação e subdelegação de competências nos Senhores vereadores, definindo assim os respetivos pelouros, e que de seguida se apresentam:

CÂMARA MUNICIPAL OEIRAS

Mandato 2013-2017



Presidente
Paulo Vistas

Planeamento e Gestão Urbanística
Polícia Municipal
Obras Municipais
Trânsito

Vereadores com pelouros atribuídos



Vice-Presidente
Carlos Morgado

Finanças;
Património;
Contratação Pública
Urbanismo - Atividades
Económicas e Edificação;
Desporto;
Educação;
Prevenção de Ruído e
Controlo de Poluição Sonora



Vereador
Ricardo Barros

Recursos Humanos
Tecnologias e Sistemas de
Informação;
Sensibilização Ambiental;
Espaços Verdes;
Viaturas e Máquinas
(Oficinas);
Higiene Pública;
Ambiente e (Recolha de
Resíduos Sólidos Urbanos)
e Abastecimento;
Saúde Pública e bem-estar
animal.



Vereadora
Marlene Rodrigues

Ação Social e Saúde
Cultura



Vereadora
Eduarda Godinho

Contraordenações e
respetivas Notificações;
Proteção Civil;
Habitação;
Cemitérios;
Responsabilidade Social
- Programa municipal
"Oeiras Solidária".



Vereador
Ângelo Pereira

Modernização
Administrativa e
Qualidade;
Administração;
Licenciamentos
Diversos;
Transportes;
Turismo;
Juventude;
Emprego e
Empreendedorismo;
Iluminação;
Controlo das
Intervenções dos
Concessionários de
Serviços Públicos.

Vereadores sem pelouros atribuídos



Vereadora
Maria Madalena Castro



Vereador
Alexandre Luz



Vereador
Marcos de Sá
Rodrigues



Vereadora
Alexandra Moura

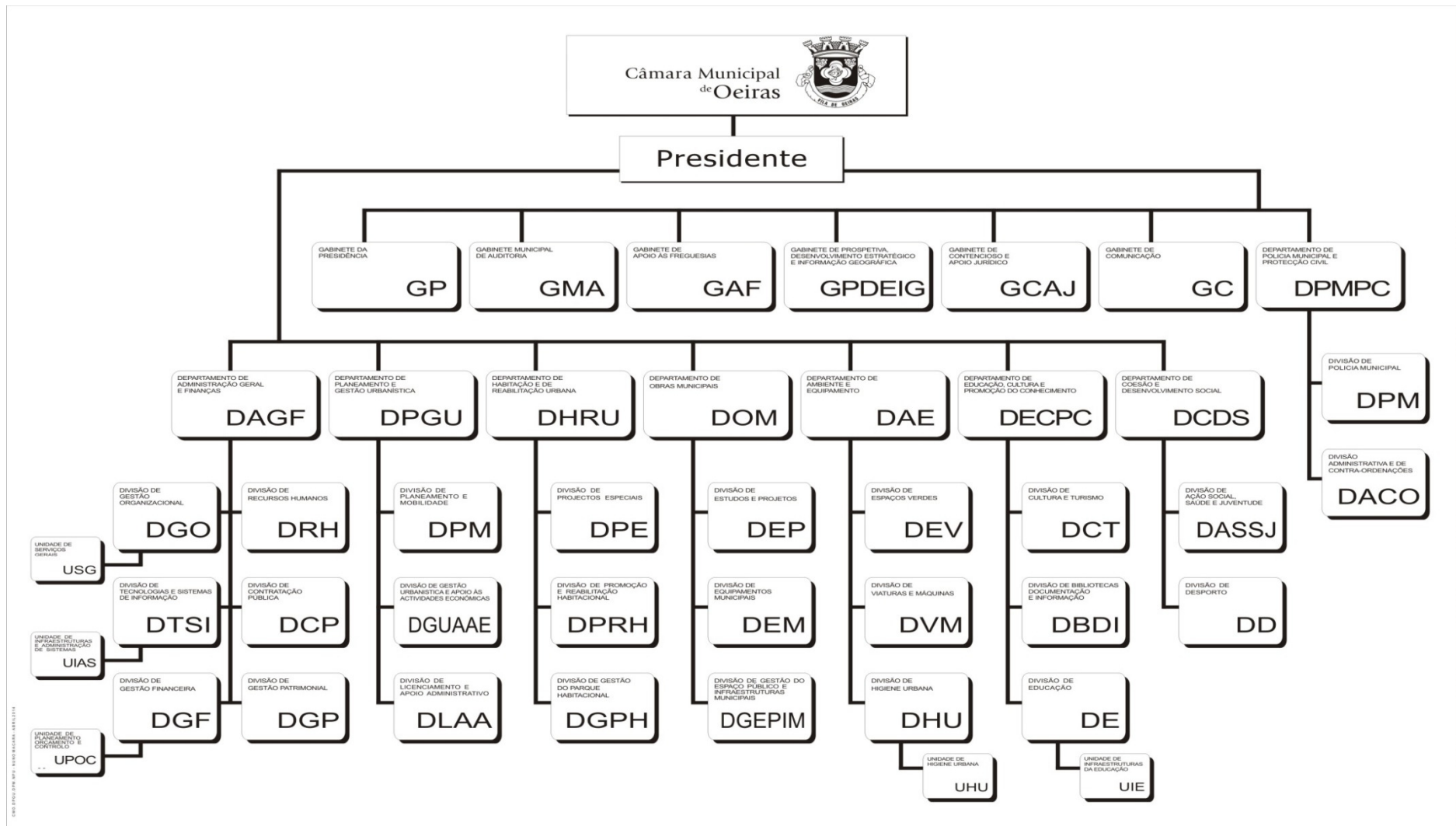


Vereador
Daniel Branco

ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica dos serviços do Município de Oeiras, em vigor a 31 de dezembro de 2015, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Oeiras, em reunião de 18 de março de 2014, ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mediante proposta do executivo municipal aprovada em reunião ordinária de 12 de fevereiro de 2014, e objeto de publicação no Diário da República, 2.ª série, N.º 69, de 8 de abril de 2014.

Nesta conformidade, a estrutura orgânica dos serviços do Município de Oeiras, em vigor a 31 de dezembro de 2015, detém a seguinte configuração:



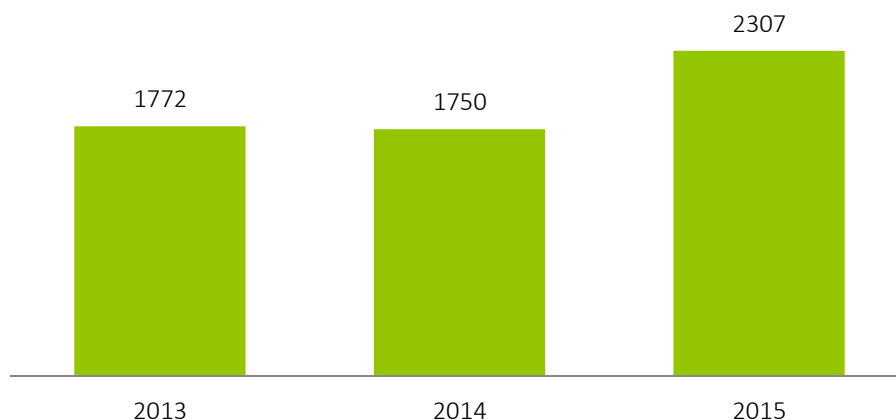
3 |

RECURSOS HUMANOS

DADOS DEMOGRÁFICOS

Número de trabalhadores

O número de trabalhadores ao serviço do Município a 31 de dezembro de 2015, era de 2.307.



Considerando a relação jurídica, o efetivo municipal distribui-se da seguinte forma: 53 trabalhadores em comissão de serviço, 2.241 em contrato por tempo indeterminado e 13 em contrato a termo certo e incerto, para substituição temporária de trabalhadores⁴ da carreira/categoria de assistente operacional, na área funcional de ação educativa.

O contrato em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para 97% dos trabalhadores municipais.

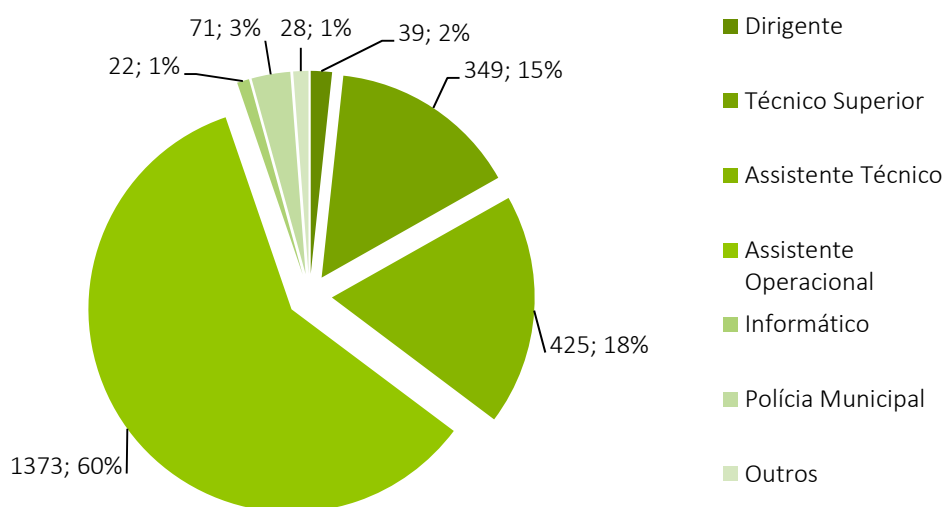
O acréscimo de 31% do número de trabalhadores entre 2014 e 2015, deve-se à integração do pessoal não docente proveniente do Ministério da Educação e Cultura (441), e a novas contratações (137), no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área de Educação e Formação, relativamente aos 10 Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada que integram a rede pública.

O Município conta, ainda, com a colaboração de 18 prestadores de serviços, contratados em regime de avença e tarefa.

⁴ Em licença sem remuneração, incapacidade temporária – ausência por doença, acidente de trabalho, entre outras.

Distribuição de Trabalhadores por grupo profissional e gênero

Na distribuição de trabalhadores por carreira/categoria, destaca-se a de assistente operacional que representa 60% do total.

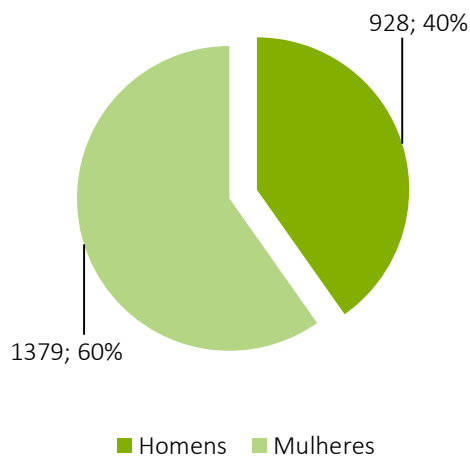


Taxa de operacionalidade	Taxa de tecnicidade*	Taxa de enquadramento
60%	18%	1,72% (58 trabalhadores/dirigente)

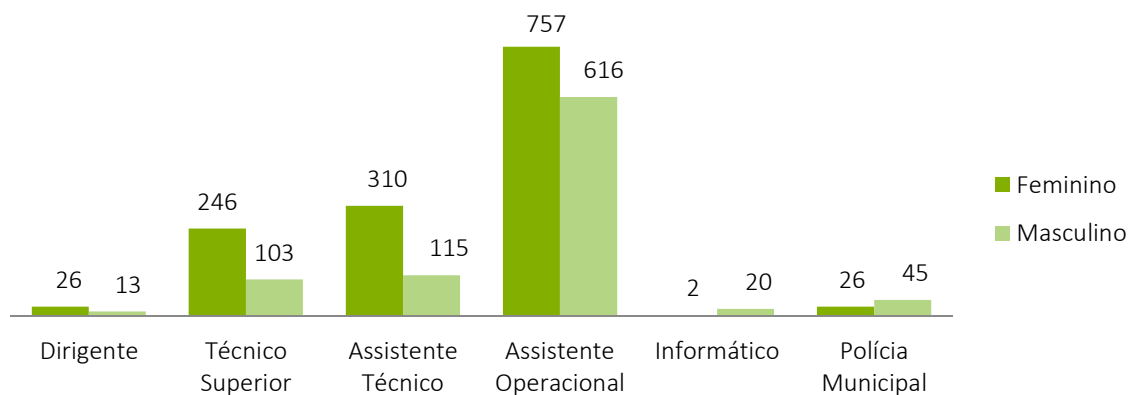
* Sentido lato - incluindo no grupo profissional dos técnicos superiores o grupo dos informáticos e dirigentes.

Em 2015 o gênero Feminino predomina na sequência da entrada dos trabalhadores afetos às Escolas, na sua grande maioria mulheres, alterando assim o cenário da paridade de gênero verificada nos últimos três anos.

	2013	2014	2015
Homens	894	884	928
Mulheres	878	866	1.379



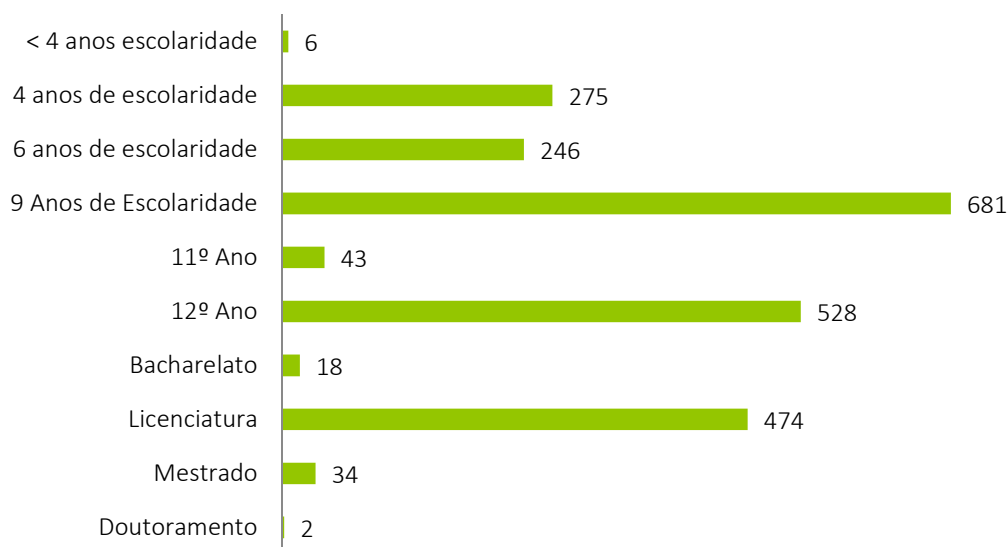
Na distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria, verifica-se que apenas a Polícia Municipal e Informática, tem uma taxa de masculinização superior à das outras carreiras, respetivamente 56% e 90%.



O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município é baixo:

- > 52% apresentam habilitações iguais ou inferiores a 9 anos de escolaridade;
- > 12% apresentam habilitações iguais ou inferiores à 4.ª classe.

O índice de formação superior é de 23%.



A formação superior não é um exclusivo dos trabalhadores da carreira de técnico superior ou equiparada, conforme se pode observar na tabela seguinte:

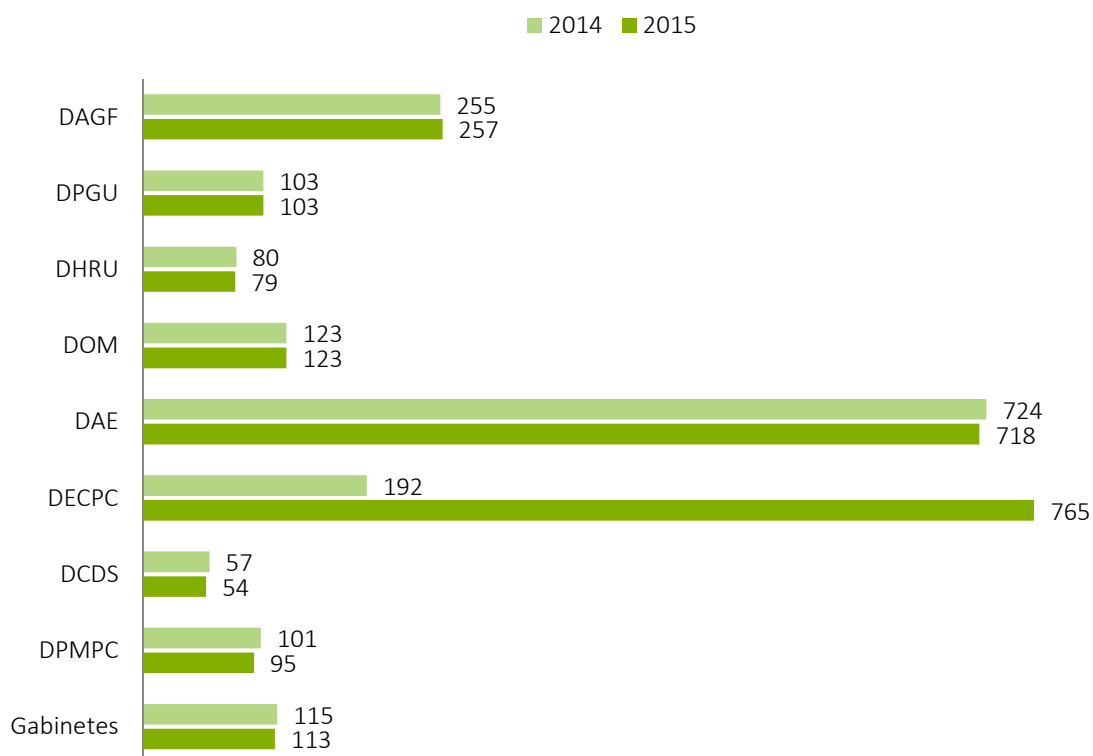
Categoria	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Assistentes Operacionais	1	24	1
Assistentes Técnicos	6	84	2
Polícia Municipal	1	6	0

Distribuição dos trabalhadores por departamento

Ao DAE e DECPC estão afetos 64% do total dos trabalhadores - 1483.

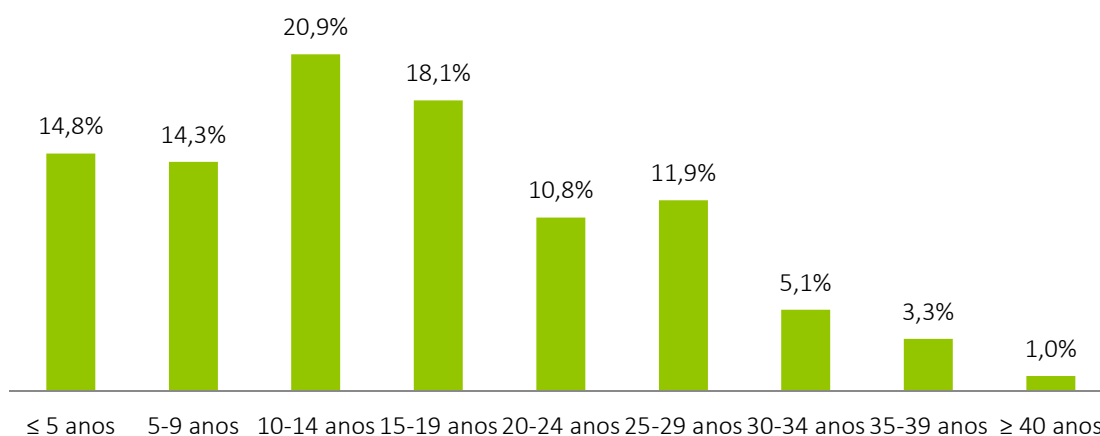
O DAGF e o DECPC registam um aumento de trabalhadores face ao ano anterior de 2 e 573 trabalhadores, respetivamente. O aumento dos trabalhadores no DECPC, justifica-se pela entrada dos trabalhadores na área funcional de ação educativa.

O DOM e o DPGH mantiveram o mesmo número de trabalhadores face ao ano anterior, verificando-se, nas restantes Unidades Orgânicas, um ligeiro decréscimo.



Distribuição dos trabalhadores por antiguidade

Cerca de 32% dos trabalhadores tem uma antiguidade na função pública superior a 20 anos e 29,6% perfaz menos de 10 anos de antiguidade.

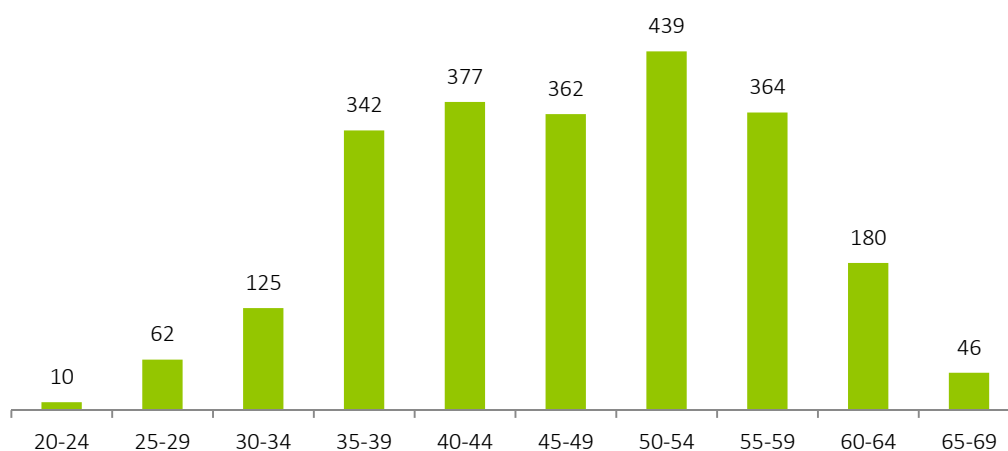


Estrutura etária

A média de idade dos trabalhadores do Município de Oeiras é 47 anos.

A classe etária 50 - 54 anos é onde se regista maior número de trabalhadores (439), e 45% dos trabalhadores têm idades acima dos 50 anos.

O trabalhador mais jovem tem 20 anos, o mais velho tem 69 anos e o leque etário é de 49 anos.



A distribuição dos trabalhadores por classe etária e carreira/categoria, é que se apresenta.

Classes etárias	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
Dirigente			1	3	12	10	4	5	4	
Técnico Superior			10	93	90	61	49	25	15	6
Assistente Técnico	1	10	24	54	65	75	79	85	28	4
Assistente Operacional	9	49	76	147	179	211	302	237	127	36
Informático		3	2	8	4	2	1	1	1	
Polícia Municipal			11	35	22		2	1		
Outros			1	2	5	3	2	10	5	

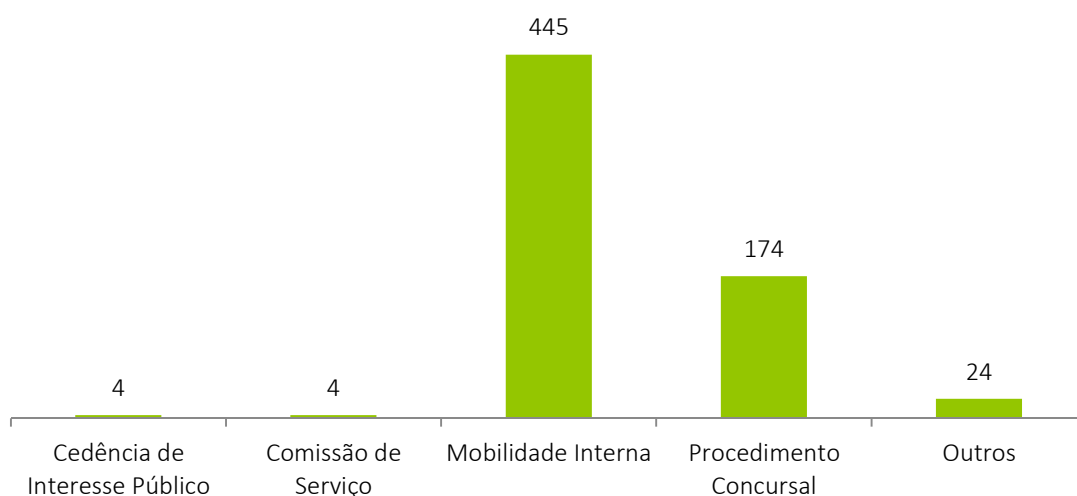
51% dos trabalhadores com a carreira/categoria de Assistente Operacional têm mais de 50 anos.

A taxa de envelhecimento (trabalhadores com mais de 55 anos) é de 26% e as áreas funcionais desses trabalhadores são as que se apresentam.

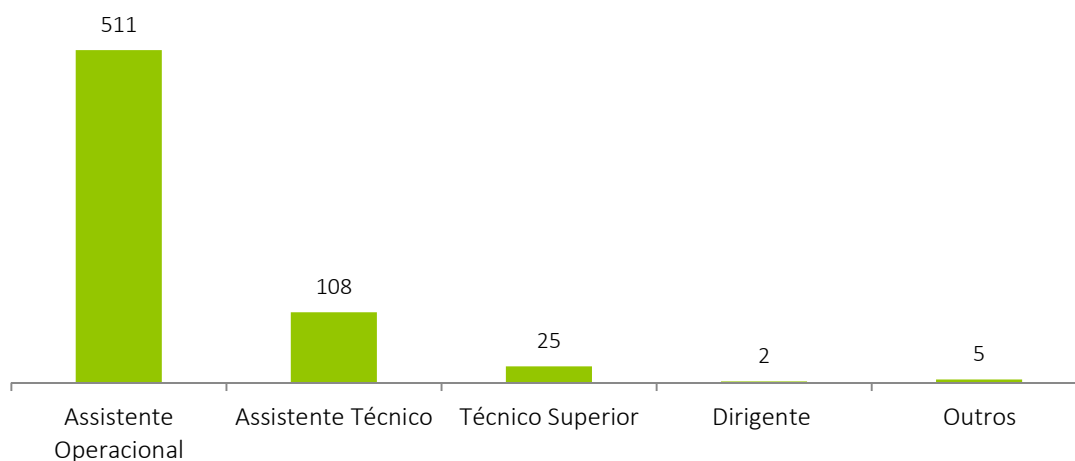
Áreas Funcionais do pessoal acima dos 55 anos	N.º Trabalhadores
Ação Educativa	135
Administrativa	85
Higiene pública e abastecimento	42
Limpeza Urbana	40
Jardinagem	28
Condução de Maquinas Pesadas e Veículos Especiais	20
Serviços Gerais	17
Construção Civil	16
Arquitetura	10
Engenharia Civil	9
Pedreiro	8

Admissões / Regressos por tipologia e categoria

As entradas registadas em 2015 (651), refletem as admissões na sequência de procedimentos concursais, para a área funcional de ação educativa, limpeza urbana e condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, a cedência de interesse público de trabalhadores do Mapa de Pessoal da extinta Oeinger, em Mobilidade Interna (trabalhadores do MEC), assim como outras situações, nomeadamente reingressos de trabalhadores em situação de licença sem remuneração, em mobilidade em outros organismos e alterações de carreira / categoria e tipo vínculo.



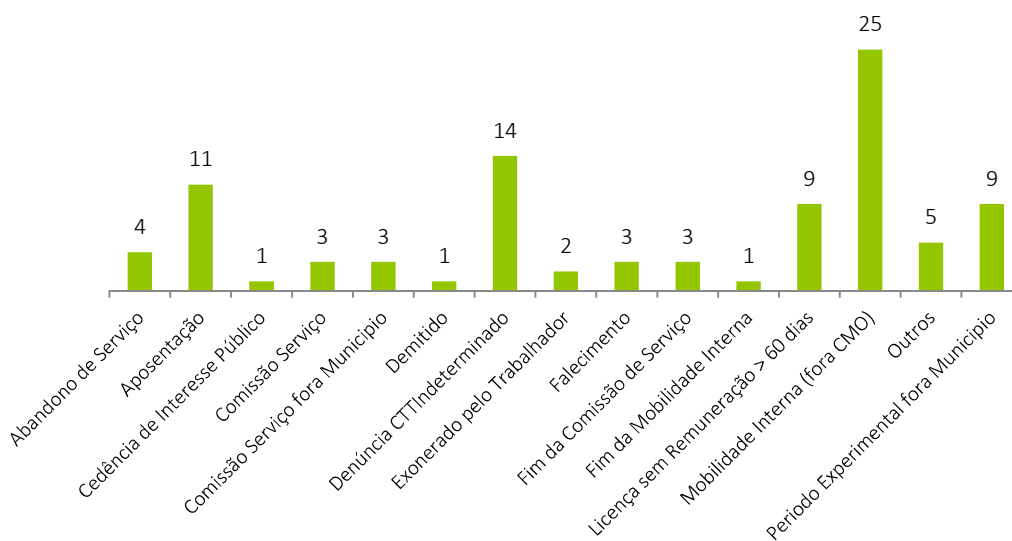
As entradas por carreira/categoria são as que se apresentam, predominando a de Assistente Operacional. As ocorrências em “Outros” referem-se a carreiras não revistas (Chefe de Serviços Administração Escolar), e à nomeação de dois secretários de Vereação.



Saídas por tipologia e categoria

As saídas por Mobilidade Interna para outros órgãos e serviços registam 25 ocorrências, 19 das quais dizem respeito a trabalhadores mobilizados para as Juntas de Freguesias, no âmbito da delegação de competências estabelecida.

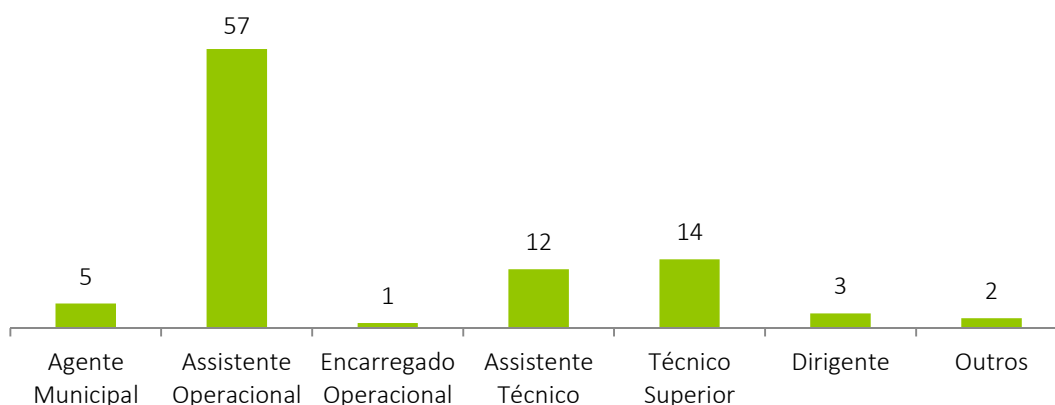
As Denúncias de contrato e Aposentação são as situações onde ocorreram valores mais significativos, 14 e 11 saídas, respetivamente.



A carreira/categoria onde se regista um número mais elevado de saídas definitivas é a de assistente operacional (53).

Das 14 saídas na categoria de Técnico Superior apenas 3 são definitivas, as restantes referem-se a outras situações que implicam ou podem implicar o regresso dos trabalhadores ao Município, nomeadamente Licenças sem Remuneração inferiores a um ano, Mobilidade Interna e Período Experimental em outro órgão ou serviço.

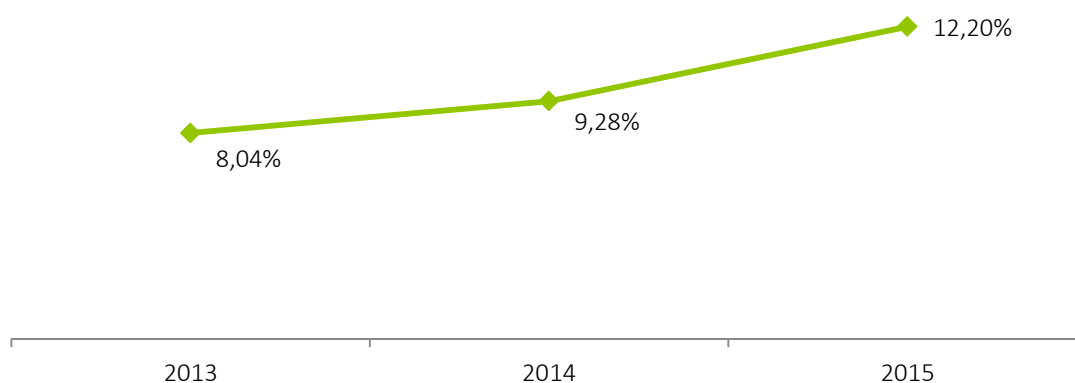
Na carreira/categoria de Assistente Técnico, 5 das 12 saídas também são definitivas.



Absentismo

O aumento do absentismo, em três pontos percentuais, resulta do aumento das situações de Incapacidade Temporária – ausências por doença e Acidentes de Trabalho, que representam 80% do total das ausências em 2015, contra 71% no período homólogo.

Em 2015, as situações de Incapacidade Temporária – ausências por doença, registaram um aumento de 35,80% e os Acidentes de Trabalho 69,82%, representando mais 13.431 dias de ausência que em 2014.



Nota: não foram considerados 578 trabalhadores que entraram em novembro de 2015, no âmbito da delegação de competências nos Municípios na área da Educação, uma vez que as respectivas ausências não estão refletidas nos dados do absentismo.

SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA

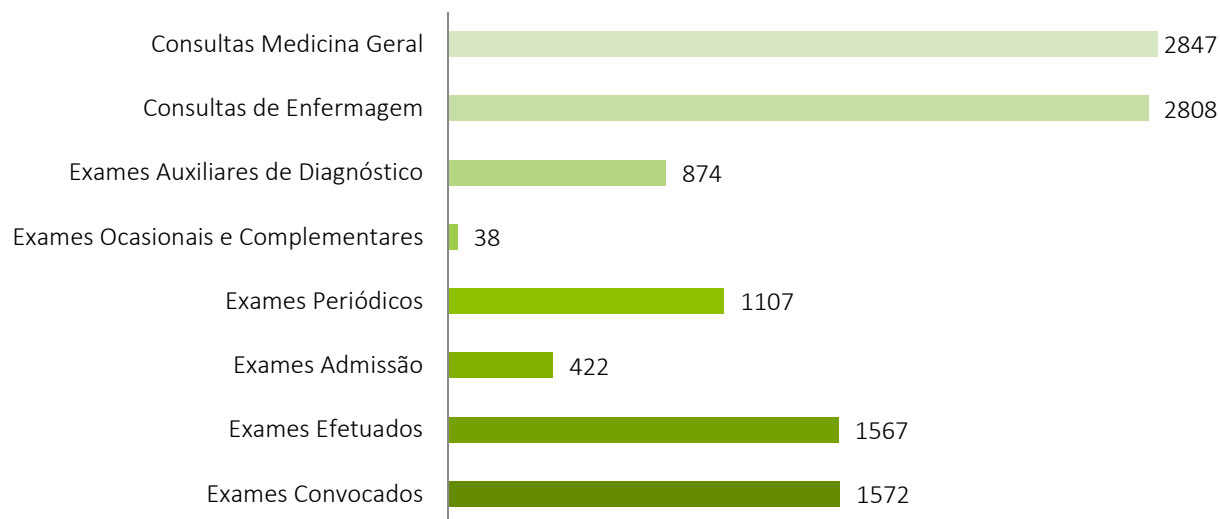
Vigilância da Saúde e Acidentes de Trabalho

No âmbito da atividade desenvolvida na área da vigilância da saúde observou-se, em 2015, um aumento do número de exames de saúde iniciais. Tal acréscimo explica-se pelo facto de se terem realizado a abertura de procedimentos concursais de recrutamento.

Os exames periódicos registaram um ligeiro aumento, que têm uma relação direta com o acréscimo de trabalhadores do Município, resultantes do processo de transição do Ministério de Educação.

Nos exames ocasionais e complementares verificamos um aumento significativo relacionado com regresso ao trabalho depois de uma ausência por motivo de doença ou acidente.

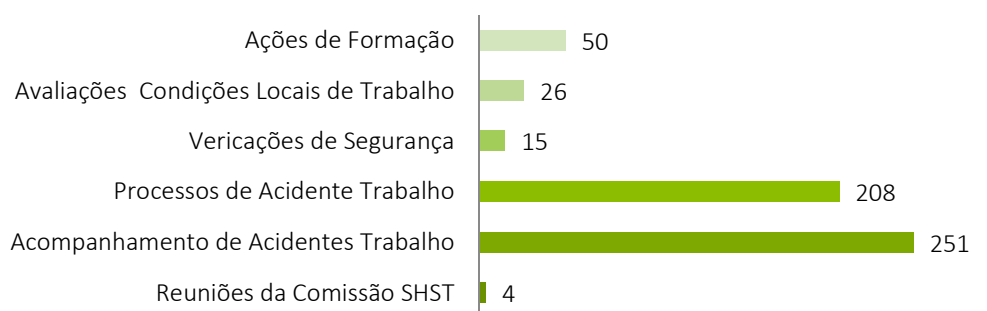
Relativamente aos atos médicos decorrentes de acidentes de trabalho, a totalidade dos sinistrados foram acompanhados nas clínicas da seguradora, no âmbito do seguro de acidentes de trabalho.



Higiene e Segurança

Na área da higiene e segurança destaca-se a instrução dos 208 processos com acidentes de trabalho registados no ano de 2015; bem como o acompanhamento dos 251 processos com acidentes de trabalho ativos em 2015, resultante dos acidentes ocorridos no próprio ano e em anos anteriores. Foram ainda efetuadas 26 avaliações das condições/locais de trabalho, 15 verificações técnicas, 64 controlo de alcoolémia.

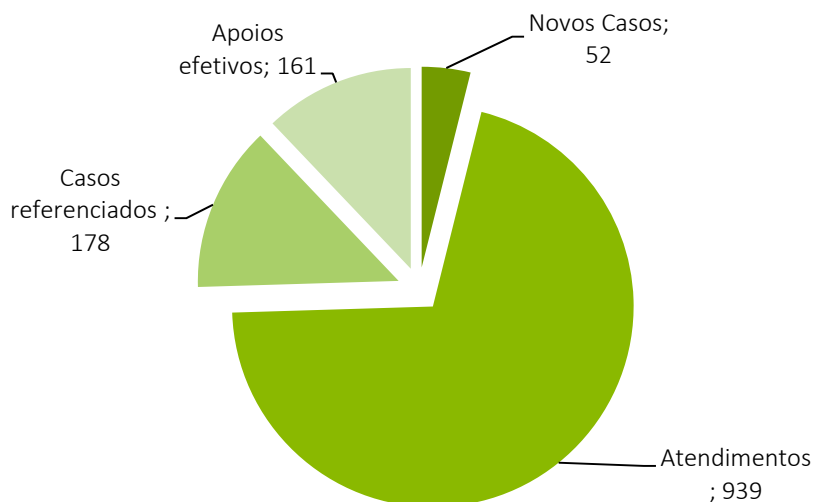
Gostaríamos a este propósito de destacar o desenvolvimento e implementação de equipas multidisciplinares constituídas por médicos, médicos do trabalho, técnicos de higiene e segurança, psicólogos outros técnicos que, durante o ano em análise, deslocaram-se a diversos serviços com o intuito de verificar as condições dos locais de trabalho e atividades desenvolvidas. Destacamos ainda o papel da Comissão SHST na prevenção de riscos profissionais, tendo sido realizadas 4 reuniões e 12 visitas aos postos de trabalho.



Psicologia

Durante o ano 2015, foram realizados 939 atendimentos, verificando-se um decréscimo de 5%, face ao período homólogo (985 atendimentos).

- > Média de atendimentos mensais – 78
- > Média de atendimentos por trabalhador – 5



AÇÃO SOCIAL

Ação Social Interna

A atividade nesta área caracterizou-se pelo atendimento e apoio prestado aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

Este apoio, através do Fundo de Emergência Social, consiste numa tentativa de dar resposta a problemas específicos dos trabalhadores numa situação de carência económica e social, que ponha em causa a sua dignidade e/ou subsistência.

Em 2015 foram apoiados 50 trabalhadores, efetuados 288 atendimentos, aqui incluídos 25 novos processos abertos.

Ação Social Externa

TRABALHO COMUNITÁRIO

O Município de Oeiras assinou um protocolo com a Direção Geral de Reinserção Social, órgão auxiliar da administração da Justiça que, entre outras funções, presta assessoria técnica aos Tribunais no âmbito da Jurisdição Penal, no âmbito das Medidas de Trabalho a Favor da

Comunidade: Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade – PTFC; Substituição de Multa por dias de trabalho – SMT; Prestação de Serviços de Interesse Público – PSIP.

Durante o ano de 2015 foram solicitados 116 pedidos de prestação de trabalho a favor da Comunidade, tendo o Município dado resposta a cerca de 60.

INICIATIVA EMPREGO – CONTRATOS/EMPREGO INSERÇÃO

O Município de Oeiras aderiu à implementação da iniciativa Emprego 2009, promovida pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, na Medida Emprego Inserção, no âmbito das ações para os setores Social e Local.

Os destinatários desta medida são desempregados beneficiários de subsídios de desemprego ou social de inserção.

Em 2015 foram celebrados 52 contratos Emprego Inserção.

As Unidades Orgânicas que receberam estes trabalhadores, em 2015, são as que se apresentam na tabela.

Unidade Orgânica	N.º Trabalhadores
DAE - DEV	17
DAE - DHU	13
DAGF - DGO	10
DAGF - SEF	5
DECPC - DCT	2
GC	2
DAE - DVM	1
DECPC - DBDI	1
DHRU - DPE	1

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que respeita a formação profissional dirigida aos seus trabalhadores, o Município de Oeiras investe no desenvolvimento de competências através de duas modalidades distintas: formação

interna, promovida pela autarquia, no âmbito do estatuto de entidade formadora certificada, com recurso à bolsa de formadores internos eventuais, entidades formadoras ou formadores externos certificados; formação externa, cuja promoção e organização é da responsabilidade de entidades externas.

Formação Interna

No ano 2015 foram realizados 61 cursos que se materializaram em 164 ações de formação, a que correspondem 1.507 horas ministradas. Nestas ações foram registadas 1.719 participações (n.º de formandos), o que se consubstancia num Volume Total de Formação de 22.256,5 horas e num investimento total de 54.525,20 Euros.

Em 2015, as verbas despendidas com a Formação Interna foram ligeiramente inferiores às do ano anterior (-18,8%), o que corresponde a uma diminuição da despesa de 12.635,54 Euros. No entanto, registou-se um aumento do número de ações realizadas (+103), que resultou da implementação de ações de curta duração para trabalhadores de áreas funcionais mais operacionais, e no número de formandos (+878). Em relação ao volume de formação interna, verificou-se uma diminuição de 14,7% por comparação com o volume do ano anterior, apesar de se ter registado, de forma muito significativa, um maior acesso à formação mediante a frequência de ações de curta duração.

Área de Formação (CNAEF) *	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos (Euros)
090 - Desenvolvimento Pessoal	1	1	18	25	411	0,00 €
222 - Línguas e Literaturas Estrangeiras	2	4	75	200	3315,5	0,00 €
223 - Língua e Literatura Materna	2	2	34	71	1229,5	1.260,00 €
310 - Ciências Sociais e do Comportamento	1	1	23	25	564	0,00 €
322 - Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD)	1	2	16	7	56	0,00 €
344 - Contabilidade e Fiscalidade	4	4	54	34	501	2.095,96 €
345 - Gestão e Administração	3	3	52	71	1166	1.775,79 €
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	1	1	22	25	539,5	0,00 €
347 - Enquadramento na organização/empresa	2	2	166	10	938	4.316,53 €
380 - Direito	5	5	75	91	1291,5	9.190,69 €
422 - Ciências do Ambiente	1	1	12	25	300	0,00 €
482 - Informática na ótica do utilizador	10	50	514	372	3852	5.703,47 €

Área de Formação (CNAEF) *	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos (Euros)
525 - Construção e reparação de veículos a motor	4	4	32	32	253	0,00 €
581 - Arquitetura e urbanismo	1	1	54	28	1356	2.092,23 €
582 - Construção Civil e Engenharia Civil	2	2	31	38	578	7.288,50 €
623 - Silvicultura e Caça	2	2	37	50	896,5	0,00 €
720 - Saúde	1	1	20	25	482,5	0,00 €
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	1	1	24	24	537	1.200,00 €
840 - Serviços de transporte	4	25	120	135	915	5.491,89 €
850 - Protecção do Ambiente	2	2	47	70	1512	7.835,26 €
861 - Protecção de Pessoas e Bens	2	2	35	35	592	4.100,00 €
862 - Segurança e higiene no trabalho	9	48	258	114	970,5	2.174,89 €
Total	61	164	1.719	1.507,0	22.256,5	54.525,20 €

* CNAEF - Classificação Nacional de Áreas de Estudo e Formação

Formação Externa

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos (Euros)
212 - Artes do Espetáculo	1	1	1	6	6	0,00 €
220 - Humanidades	1	1	1	21	21	140,00 €
223 - Língua e Literatura Materna	2	2	2	38	18	200,00 €
225 - História e Arqueologia	1	1	1	7	7	0,00 €
311 - Psicologia	1	1	2	4	8	0,00 €
322 - Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD)	7	7	29	102	378	546,00 €
342 - Marketing e Publicidade	4	4	6	41	53	936,66 €
344 - Contabilidade e Fiscalidade	2	2	3	12	18	32,00 €
345 - Gestão e Administração	23	23	50	475	936,25	6.323,14 €
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	1	1	1	12	12	0,00 €
347 - Enquadramento na organização/empresa	2	2	8	15	33	0,00 €
380 - Direito	11	11	45	105	474	2.141,00 €
480 - Informática	11	11	18	73	129	2.367,21 €
521 - Metalurgia e Metalomecânica	1	1	3	50	150	2.599,50 €
522 - Eletricidade e Energia	1	1	2	6	12	0,00 €

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos (Euros)
523 - Eletrónica e Automação	1	1	4	75	300	0,00 €
580 - Arquitetura e Construção	8	8	21	55,5	163,5	181,06 €
581 - Arquitetura e urbanismo	11	11	27	81	293	40,00 €
620 - Agricultura, Silvicultura e Pescas	2	2	4	56	68	0,00 €
760 - Serviços Sociais	1	1	3	12	36	0,00 €
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	1	1	1	6	6	0,00 €
762 - Trabalho Social e Orientação	10	10	29	111	327	729,16 €
812 - Turismo e Lazer	1	1	1	6	6	0,00 €
840 - Serviços de transporte	5	5	9	111	164	719,00 €
850 - Protecção do Ambiente	19	19	39	119	236	55,00 €
851 - Tecnologia de Protecção do Ambiente	4	4	5	13	14	0,00 €
860 - Serviços de Segurança	3	3	6	13	27	369,00 €
862 - Segurança e higiene no trabalho	2	2	3	23	29	300,00 €
Total	141	147	406	1.681,5	4.173,75	22.919,74 €

* CNAEF - Classificação Nacional de Áreas de Estudo e Formação

Em 2015 foram registadas participações em 147 ações de formação externa, envolvendo 406 formandos, que se consubstanciaram num Volume Total de Formação de 4.173,75 horas, representando um investimento de 22.919,74 Euros.

Face ao ano anterior, assistiu-se a um aumento do número de ações (+20), do número de formandos (+44) e de horas frequentadas (+12,8%). O aumento do investimento em formação externa foi de 3.314,58 Euros (+14,5%) relativamente ao ano 2014.

Plano de estágio

O Município de Oeiras pela sua dimensão e diversidade de atribuições, tem vindo a promover oportunidades de formação e desempenho profissional, atento à problemática da inserção na vida ativa de jovens qualificados, preferencialmente residentes no concelho de Oeiras.

Com uma já longa tradição na promoção de oportunidades de formação e desenvolvimento profissional através da realização de estágios, o Município instituiu em 2015 o Programa de

Estágios Profissionais na Administração Pública como forma de contribuir para a inserção dos jovens na vida ativa, complementando a qualificação preexistente através da formação prática a desenvolver no âmbito dos serviços públicos.

Assume-se assim, como um agente formador e dinamizador do desenvolvimento dos jovens qualificados.

Neste contexto, o Município de Oeiras promoveu 3 tipos de estágios:

- › Estágios Curriculares – A realização de estágios curriculares obrigatórios para conclusão de curso profissional ou superior.
- › Programas de Estágios Profissionais da Administração Local (PEPAL) – com o intuito de qualificar o poder local aos seus mais diversos níveis, permitindo aos jovens licenciados o desempenho de funções no contexto da administração local, prioritariamente as correspondentes à carreira de técnico superior do regime geral da função pública.

Neste âmbito, o Município de Oeiras realizou, em 2015, os seguintes estágios:

Estágios / Tipo	Nº Estagiários
Estágios Curriculares	63
Programas de Estágios Profissionais da Administração Local	7

RELAÇÕES DE TRABALHO

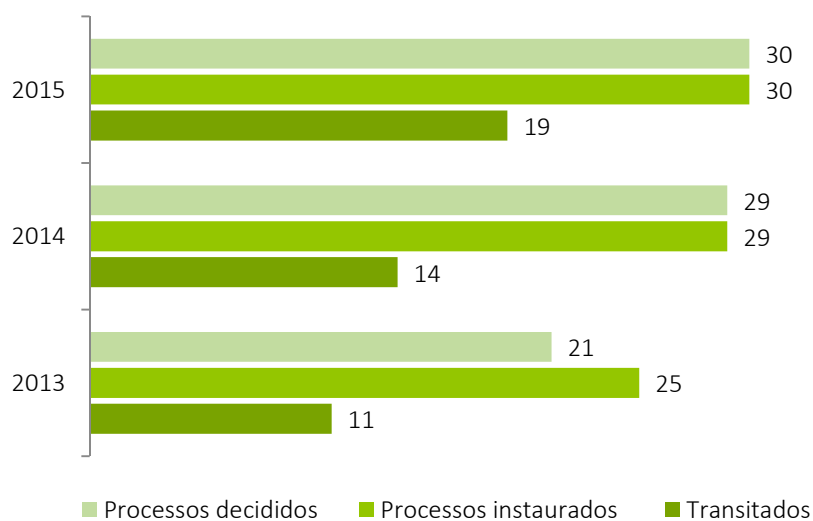
Organização sindical

A taxa de sindicalização dos trabalhadores do Município é de 36%. No apuramento desta taxa foram considerados todos os trabalhadores ao serviço do Município a 31 de dezembro de 2015, uma vez que está refletido em cadastro a informação referente.

	2013	2014	2015
Número de trabalhadores sindicalizados	607	715	831
Número de trabalhadores	1772	1750	2307
% Trabalhadores sindicalizados	34%	41%	36%

Ação disciplinar

O número de processos instaurados e decididos não têm oscilações significativas no período em análise.



A pena mais frequente aplicada nos últimos três anos, é a Multa (13), seguida da Suspensão (11).

No período em análise registaram-se 11 despedimentos por facto imputável ao trabalhador.

4 | RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GABINETE DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Numa perspetiva global, as ações desenvolvidas pelo GAF continuam a concretizar a proposta apresentada no que respeita às grandes orientações politico-estratégicas - a delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Do conjunto das iniciativas propostas: acompanhamento da operacionalização da Delegação de Competências; acompanhamento das comemorações e pequenas festividades das Juntas de Freguesia, o encaminhamento de documentação e o tratamento e análise de informação, podemos afirmar que mais uma vez foram cumpridos os objetivos propostos.

Em meados de 2015 foram assinados os protocolos com as Freguesias que configuram a nova legislação, mais precisamente o Contrato Interadministrativo e o Acordo de Execução em resultado da LAL nº75/2013, de 12 de Setembro de 2013.

Ação a ação, os dados revelam o seguinte:

- a. Apoio às Juntas de Freguesia para obras de beneficiação a realizar na freguesia (PDE: no âmbito da operacionalização do Protocolo de Delegação de Competências) no formato da anterior legislação para a primeira parte do ano e na nova configuração, na segunda metade do ano. Por ter sido um ano particular, com a preparação e a assinatura dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, não foi executada a totalidade prevista em despesa corrente e despesa de capital;
- b. Elaboração de diagnósticos por freguesia (PDE), com vista à abordagem de várias temáticas relacionadas com a Delegação de Competências: foram construídos e analisados diversos indicadores que permitiram a elaboração de análises mais aprofundadas sobre questões relacionadas com a operacionalização do protocolo;
- c. Elaboração de relatórios de execução financeira e física (PDE): foram preparados relatórios sobre a evolução da execução financeira, no final de cada Bimestre;
- d. Levantamento e organização dos vários pedidos e necessidades das várias entidades em articulação com os vários serviços da CMO (PDE): foi feito o acompanhamento da operacionalização das iniciativas operacionalizadas em 2015; estas iniciativas não têm expressão financeira na sua totalidade, no plano e orçamento desta unidade orgânica, mas sim noutras, especialmente no que se refere ao apoio logístico: palco, divulgação, equipamento técnico variado, som, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras,

gambiarra, mastros, entre outros; foi atribuída comparticipação financeira às Freguesias no âmbito das suas “festividades”, no âmbito da “comemoração dos santos populares”, para “apoio a passeios de autocarro” e para a “realização do fogo-de-artifício na Festividade do Sr. Jesus dos Navegantes”;

- e. Elaboração de relatório para conhecimento das despesas efetuadas, quer ao nível do apoio logístico quer do apoio financeiro (PDE): foi elaborado relatório preliminar relativo ao acompanhamento das festividades do ano de 2015; bem como os diversos pontos de situação;
- f. Deu-se continuidade à preparação da desmaterialização do protocolo de Delegação de Competências, em articulação com DTSI face às alterações que decorrem da atual legislação.

Face aos resultados dos indicadores para o ano de 2015, a apreciação feita é bastante positiva, existe um conhecimento e um controlo financeiro da despesa apresentada pelas juntas de freguesia, bem como da execução financeira e física; por outro lado o controlo efetuado pelo Gabinete no que respeita ao cumprimento de regras e procedimentos, por parte das Juntas tem permitido identificar as principais dificuldades de organização de algumas Juntas de Freguesia, sugerindo, no que respeita aos Relatórios, medidas de correção, sempre que necessário. Tem sido efetuado o controlo nos pedidos apresentados pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente no que respeita às festividades, tanto que atualmente são conhecidos os valores associados aos apoios logísticos e financeiros, distinguindo-se os tipos de iniciativas bem como os tipos de entidade.

GABINETE DE PROSPETIVA, DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

A atividade do GPDEIG durante o ano de 2015, centrou-se em cinco eixos principais:

- I. Processo de Revisão do PDM;
- II. Processo de Agenda 21 Local;
- III. Monitorização da dinâmica empresarial do Concelho de Oeiras;

- IV. Sistemas de Informação Geográfica;
- V. Quadro Comunitário 2014 -2020 - Candidaturas.

1. Eixo Estratégico - Processo de Revisão do PDM

Conclusão dos trabalhos inerentes à elaboração da Proposta de revisão do PDM de Oeiras, decorrente da versão entregue à CCDRLVT no primeiro trimestre de 2014.

2. Eixo Estratégico - Processo de Agenda 21 Local

O Grupo Oeiras 21+, equipa de trabalho interdepartamental com a missão de acompanhar, promover e monitorizar a implementação da Oeiras 21+ (Despacho 66/2014 de 11 de Junho), tem coordenação e apoio logístico do GPDEIG e desenvolveu em 2015 as seguintes ações:

- a. O Grupo Oeiras 21+ realizou 10 reuniões de trabalho ao longo do ano, e diversas reuniões de equipas de projeto, para planeamento, preparação e avaliação dos diferentes projetos e ações desenvolvidas; o reporte das atividades desenvolvidas e o plano de atividades para 2016 foram aprovados através da Informação GPDEIG nº70/GPDEIG/2015 de 24/11.
- b. O Grupo Oeiras 21+ assegurou a distribuição de 4 números da Newsletter Oeiras 21+ a mais de 2.650 endereços de *e-mail*, divulgando boas práticas de sustentabilidade local pelos serviços da CMO, mantendo o Blogue Oeiras 21+ como suporte da comunicação sobre o processo de agenda 21 local de Oeiras (<http://oeiras21mais.blogspot.com>).
- c. Foram realizados em 2015 três “Pequenos-Almoços com a Sustentabilidade”, dedicados aos seguintes temas: Salário Emocional (5/3/2015); Juventude e Cidadania Ativa (24/6/2015); Refletir a Mobilidade Urbana (8/10/2015), com um total de 150 participantes. Foi organizado para 18/1/2016 um novo *workshop* dedicado ao tema “Engenharia Verde - a Natureza a fazer o seu trabalho”.

- d. O Grupo Oeiras 21+ assegurou a representação do Município de Oeiras em dois eventos:
- › “Encontro de Quadros da CML – Sabemos, Fazemos, Partilhamos”, a convite do Município de Lisboa, com a apresentação “Grupo Oeiras 21+: desde 2011 a trabalhar “fora da caixa” (18 e 19 de Novembro de 2015);
 - › III Encontro da Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo, com a apresentação “A Experiência da Agenda 21 Local em Oeiras” (20 de novembro de 2015).

O Grupo de Trabalho do Orçamento Participativo assegurou o acompanhamento dos projetos aprovados na 1ª e 2ª edição do Orçamento Participativo (OP) de Oeiras (PD 1011/2013 de 18/12/2013).

O Grupo de Trabalho dos Eventos Sustentáveis, criado pelo Despacho nº 34/2015 de 21/4/2015, com coordenação assegurada pelo GPDEIG, procedeu a elaboração do Relatório de Avaliação dos 7 Eventos: Há Prova em Oeiras – Gastronomia e Vinhos, Festa do Cavalo; Matis; Festas de Oeiras; Sushi Fest; EDPcooljazz e NOS Alive. Foi igualmente elaborada uma versão preliminar do Guia de Boas Práticas.

Por proposta do Grupo Oeiras 21+, foi realizado nos dias 15, 22, 29 de Janeiro e 5 e 12 de Fevereiro de 2015 o Curso Avançado de Formação - Ação sobre Agendas 21 de Bairro e Sustentabilidade Urbana. Na sequência desta formação, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de promover um projeto-piloto de Agenda 21 de Bairro, com a participação de técnicos de 11 unidades orgânicas da CMO, coordenados pelo GPDEIG, DPGU e DAE. O Relatório de Pré-Diagnóstico foi concluído em Dezembro de 2015.

3. Eixo Estratégico - Desenvolvimento Económico

- a. Acompanhamento e avaliação das dinâmicas empresariais do concelho de Oeiras, e sistematização de indicadores socioeconómicos de Oeiras do qual resultou o estudo: Fotografia da Economia de Oeiras;
- b. Análise aos dados respeitantes ao desemprego em Oeiras, com base nos elementos disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Esta análise é

feita trimestralmente e sempre comparativa a igual período homólogo e à situação registada na Área Metropolitana de Lisboa e no país;

c. Análise às fontes disponíveis (INE, Informa D&B, PORDATA, entre outras) de dados relativos ao tecido empresarial instalado em Oeiras, à sua estrutura económica, bem como às Insolvências, Empregadores e Mercado de Trabalho, Local de Trabalho da População Empregada entre os aspetos e desta análise resultaram os seguintes trabalhos:

- › PME Líder e PME Excelência de Oeiras;
- › Melhores Empresas para Trabalhar – Oeiras
- › Análise ao documento Portugal City Brand Ranking 2015;
- › As Maiores e Melhores PME portuguesas
- › Poder de Compra no Concelho de Oeiras.

4. Eixo Estratégico – Sistemas de Informação Geográfica

A atividade desenvolvida neste domínio teve como objetivo responder à missão e funções do GPGEIG, tendo em vista o aprofundamento da IDE, a capacitação técnica dos utilizadores, e a promoção e disseminação da utilização da informação geográfica dentro e fora do Município de Oeiras.

No que se refere a IDE, para além de dar continuidade ao trabalho em curso, o GPDEIG apostou no enriquecimento do GeoPortal, com a disponibilização de novos temas de informação geográfica e novos módulos, dando resposta às necessidades manifestadas quer internamente pelas unidades orgânicas, como externamente pelos Cidadãos.

Relativamente à capacitação técnica, o GPDEIG desenvolveu um conjunto de ações para a promoção da utilização da informação geográfica por um leque alargado de utilizadores, disponibilizando aos serviços ferramentas de acesso, análise e gestão de dados, permitindo assim que estes participem no processo de atualização da informação. Realizaram-se sessões de apoio locais dirigidas a projetos concretos, como complemento das ações formativas sobre a

utilização do *software* e sessões de esclarecimento do GeoPortal divulgando a informação disponibilizada e suas funcionalidades e promovendo a sua utilização enquanto IDE.

Segue-se uma breve descrição das atividades realizadas durante 2015:

- › Alvarás de Loteamento - Atualização da informação relativa aos processos de loteamento. Este projeto está a ser desenvolvido em conjunto com a DPMob.
- › Gestão de Toponímia - Atualização da informação relativa à gestão da toponímia dos arruamentos e numeração de polícia. Esta informação está disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Toponímia@Oeiras”. Este projeto está a ser desenvolvido em conjunto com a DLAA.
- › Atividades Económicas: atualização da informação relativa às unidades funcionais destinadas ao comércio e serviços existentes no Município. Este tema encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Informação Geográfica Municipal”.
- › Comunicação urbana: tema recolhido através de Videografia e que inclui bandeiras, mupis, colunas, *outdoors*, jornal eletrónico, tela e abrigo de publicidade. A validação, atualização e integração em SIG desta informação foi assegurada pelo GPDEIG com o apoio do GC.
- › Processos de Obras: apoio à atualização da informação sobre os Processos de Obra. Esta informação encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Informação Geográfica Municipal-INTRA”. O projeto está a ser realizado em articulação com a DLAA e DGUAEE.
- › Acidentes Rodoviários: aplicação *web* desenvolvida para a PSP proceder ao registo remoto de acidentes rodoviários, incluindo dados relativos à localização e caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no território do concelho de Oeiras. Encontra-se disponível no GeoPortal, no módulo “Polícia de Segurança Pública” apenas para utilizadores credenciados. Ainda neste âmbito o GPDEIG produz mapas mensais com o registo e a caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no concelho de Oeiras, partindo da informação enviada pela Divisão Policial de Oeiras, do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP.

- › Património Municipal (domínio público e privado): desenvolvimento do projeto SIG de suporte à delimitação das áreas de domínio público e privado da CMO. Para além do GPDEIG este projeto envolve o GCAJ e ainda todos os Departamentos da CMO.
- › Espaços Verdes: atualização do tema geográfico com o limite dos Espaços Verdes cuja manutenção é da responsabilidade da CMO. O projeto está a ser realizado em articulação com a DEV.
- › Espaços Verdes e Cadastro Arbóreo: desenvolvimento de aplicação para gestão dos espaços verdes, cadastro arbóreo, espaços de jogo e recreio e áreas caninas e ainda fiscalização dos trabalhos realizados pelas empresas de *outsourcing*. Este projeto está a ser desenvolvido pela empresa Município em articulação com a DEV e GPDEIG.
- › Definição de trajetos de recolha de resíduos: desenvolvimento de um projeto SIG para otimização dos circuitos de recolha de resíduos. Este projeto está a ser realizado em estreita colaboração com a DHU e com consultoria da empresa Município.
- › Limpeza Urbana: desenvolvimento de um projeto SIG para definição de trajetos de varredura manual e mecânica. Este projeto está a ser realizado com a DHU.
- › Metadados: atualização/produção dos Metadados da informação geográfica disponibilizada em ambiente SIG.
- › Resposta a solicitações diversas onde se incluem pedidos de cedência de dados geográficos, apoio a projetos ou aplicações (local ou via telefone), esclarecimentos para acesso à informação geográfica, realização de sessões de esclarecimento, levantamento de requisitos, registo de anomalias ou correções de forma a permitir que os serviços fiquem autónomos do GPDEIG.

5. Eixo Estratégico: Quadro Comunitário 2014 – 2020 - Candidaturas

No âmbito do período de Programação Comunitária 2014 – 2020 e inerente à presença do Município de Oeiras no Conselho Metropolitano de Lisboa, desenvolveu-se o acompanhamento dos trabalhos do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PDCT-AML) a concretizar naquele período. Ao abrigo do PDCT Oeiras apresentou

projetos nos mais diversos domínios, num investimento de cerca de 9.000.000€ e que irão receber de comparticipação cerca de 4.500.000€ para a sua concretização.

Ainda resultante do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais que os Municípios que correspondem a centros urbanos de nível superior teriam que apresentar, Oeiras apresentou o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Em sede desta candidatura foi definido um Plano de Mobilidade Sustentável, um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e um Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Para a instrução da candidatura ao PEDU a CMO apresentou candidatura para apoio técnico. Esta candidatura mereceu aprovação.

Colaboração na iniciativa “Cidades Analíticas” do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE), promovida pela Direção-Geral do Território (DGT), no âmbito da estratégia Cidades Sustentáveis 2020, que pretende dar resposta a um conjunto de desafios das cidades atuais.

O município de Oeiras apresentou num seminário, a sua estratégia e o *roadmap* de iniciativas que tornarão Oeiras numa Cidade (verdadeiramente) analítica, tendo procurado integrar todos os *stakeholders* relevantes no contexto de uma cidade – empresas, entidades públicas, universidades.

Este projeto foi candidatado no âmbito de um Aviso para Apresentação de candidaturas em regime de Aprovação Condicionada – Promoção e capacitação Institucional e mereceu aprovação.

Acompanhamento da instrução da candidatura DLBC - Estratégias Para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária. A parceria “Oeiras (DES)ENVOLVE” abrange diferentes atores locais, da esfera pública e privada num total de 39 entidades , tendo como entidade de Gestão a Oeiras INVEST. Mereceu aprovação favorável.

Candidatura “Biombo, Agir!” - Agir em parceria para o desenvolvimento da Região de Biombo. A entidade requerente é o Comité de Estado da Região de Biombo e trata-se de um projeto no qual a CMO é entidade parceira numa candidatura a fundos europeus do Programa Temático: Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (OSC-AL), com o objetivo geral de contribuir para a coesão social e promoção da boa governação na Região de Biombo. A decisão final será divulgada em 2016.

Para além dos trabalhos inerentes aos eixos estratégicos sintetizados anteriormente, decorreram, ainda:

a. Mapas Estratégicos de Ruído

- › Preparação do Plano Municipal de Redução de Ruído: pedido de informação aos serviços e aos concessionários de Grandes Infraestruturas de Transporte (Infraestruturas de Portugal, Brisa e REFER); análise da informação recebida e cálculo detalhado dos Mapas de Ruído para as zonas de conflito de vias municipais de 1ª prioridade;
- › Análise de reclamações e resposta a pedidos de parecer;
- › Colaboração na avaliação do impacte de eventos no ambiente acústico no âmbito do Grupo de Trabalho dos Eventos Sustentáveis.

b. Programa Rede Social

Inerente à participação do GPDEIG nos trabalhos do Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras: presença nas 11 reuniões do NE e nas 4 sessões do CLAS (Conselho Local de Ação Social). O ano de 2015 ficou marcado pela reorganização formal do funcionamento da Rede Social através da aprovação de um novo Regulamento da Rede Social de Oeiras. Merecem ainda destaque:

- › A articulação entre o Núcleo Executivo e os 7 Grupos de Trabalho Temáticos, com o propósito de facilitar a operacionalização dos mesmos, integrando-os e participando nas ações e nos momentos de reunião.
- › A concertação com vista à planificação da apresentação da Candidatura do Contrato Local de Desenvolvimento Social.
- › A emissão de três pareceres relativos às candidaturas ao Programa Escolhas - 6ª Geração, pelo território de Oeiras.

c. Análise estatística:

- › Oeiras na AML|100 Indicadores: trata-se de um trabalho de análise estatística de indicadores de diversas áreas temáticas: Cultura e Turismo; Educação; Emprego e Empresas; Finanças nas autarquias e Cidadania; Habitação e Condições de Vida;

Justiça e Segurança, População; Proteção Social; Saúde; Tecnologias de Informação; Conhecimento e Território; Energia e Ambiente. Faz-se a comparação e análise do posicionamento de Oeiras no ranking Oeiras 3+ e Oeiras 3- (valores mais elevados e mais baixos) de cada um dos indicadores com os municípios da AML.

- › Inquérito à Mobilidade Escolar: Tratamento e análise dos dados do inquérito aplicado à comunidade escolar “Mobilidade Escolar” a partir do percurso dos alunos de casa para a escola. Os inquéritos foram respondidos por todos os alunos que frequentavam o 1º ciclo (ano letivo 2014/15) nas escolas públicas de Oeiras. A análise é complementada por cartografia referente à espacialização dos inquéritos, por código postal e respetiva escola.
- › Análise às Estatísticas de Construção e Habitação do INE: publicação que disponibiliza um vasto conjunto de indicadores sobre a construção e a habitação em Portugal. Da informação disponibilizada, destaca-se a divulgação das Estimativas do Parque Habitacional 1991 - 2014 e de indicadores sobre Obras Concluídas e Licenciadas, relativos a 2014. Incluem-se ainda elementos informativos sobre o mercado de habitação: vendas de alojamentos familiares, evolução de preços, valores de avaliação de peritos ao serviço de instituições bancárias e evolução dos custos de construção.
- › Análise ao Inquérito às Empresas do Programa Oeiras Solidária: o Questionário foi aplicado a um total de 98 empresas (total de adesões em maio de 2015) no sentido de obter dados caracterizadores daquele projeto de Responsabilidade Social. Colaboração na fase de construção do questionário e tratamento de dados. Deste trabalho resultou um artigo que foi publicado na Revista comemorativa dos 10 anos do Programa Oeiras Solidária.

Participação nos seguintes Grupos de Trabalho:

Grupo de Trabalho do Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras (PAESO), no âmbito da adesão de Oeiras ao Pacto de Autarcas, tendo em 2015 sido confirmada a constituição do Grupo e a metodologia de trabalho. Ainda em 2015 foi solicitada aos serviços municipais a

informação necessária à elaboração do relatório a apresentar à Comissão Europeia em fevereiro de 2016.

Grupo de Trabalho do Plano Estratégico de Restauro e Requalificação das Principais Linhas de Água do Concelho de Oeiras (Despacho nº 49/2014 de 07/05), cujo relatório foi finalizado em 30 de setembro de 2015.

O GPDEIG assegura a participação da CMO com estatuto de município observador no projeto “ClimAdaPT.Local”, financiado pelo programa europeu EEA Grants para a elaboração de Estratégias Locais de Adaptação às Alterações Climáticas, tendo participado em 3 ações de formação.

O GPDEIG, em colaboração com o Gabinete da Comunicação e o Grupo de Trabalho do Vinho de Carcavelos, preparou a candidatura ao Prémio Município do Ano 2015, promovido pela Universidade do Minho, com base na marca “Villa Oeiras”, criada pelo Município para a produção do vinho generoso de Carcavelos, como face visível de uma estratégia integrada de marketing territorial sustentável.

Projeto-piloto europeu “MAES - Mapping and Assessment of Ecosystem Services”: a partir de Setembro de 2015, o GPDEIG manifestou junto da DGT interesse em participar no projeto-piloto europeu “MAES - Mapping and Assessment of Ecosystem Services”, uma iniciativa da Comissão Europeia para mapear e avaliar os ecossistemas e seus serviços (<http://biodiversity.europa.eu/maes>), tendo participado na reunião promovida pelo ICNF sobre este tema realizada em Cascais no dia 11 de Dezembro e estando a recolher informação com vista a ser aplicado em Oeiras a metodologia de avaliação dos serviços dos ecossistemas em território urbano em desenvolvimento no âmbito do Projeto.

GABINETE DE CONTENCIOSO E APOIO JURÍDICO

No que diz respeito à variação de novos processos judiciais criados nos últimos 3 anos (gráfico 1), verifica-se um aumento em 2015, na ordem dos 75% – mais 45 quando comparado com o período homólogo de 2014. Este considerável aumento de novos processos judiciais em 2015 deve-se ao número de ações judiciais interpostas no âmbito da resolução dos contratos de habitação do município (Injunções/Ações Declarativas).

Processos Judiciais

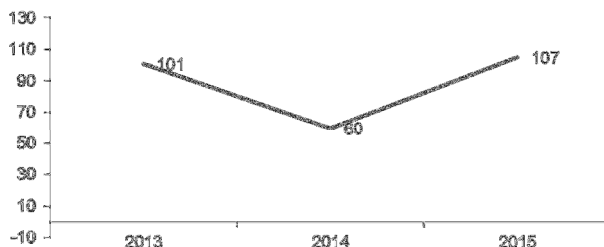


GRÁFICO 1 – VARIAÇÃO NOVOS PROCESSOS JUDICIAIS 2013-15

Relativamente à tipologia dos processos judiciais criados em 2015 (gráfico 2), e como anteriormente referido, os processos relacionados com resolução dos contratos de arrendamentos (Injunções) são os mais expressivos. Representam 42% do total. De seguida, os processos-crime (18), Impugnação (14) e Administrativa (11). As Providências Cautelares representam apenas 3 do total dos novos processos judiciais. Os restantes 14 processos são processos de diversa natureza.

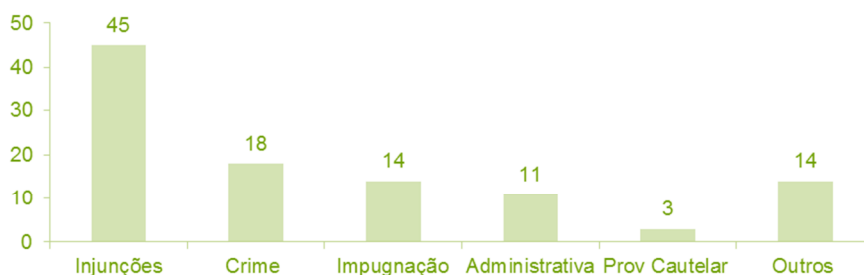


GRÁFICO 2 – TIPOLOGIA NOVOS PROCESSOS JUDICIAIS

Sentenças

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro 2015 foram proferidas 61 Sentenças/Acórdãos/Despachos de arquivamento no âmbito dos processos judiciais em curso neste Gabinete. Mais 1 do que no período homólogo de 2014.

TABELA 1 - SENTIDO SENTENÇAS 2015

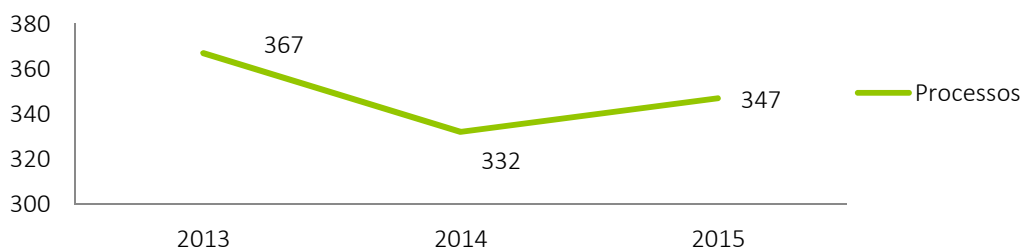
Favoráveis	Desfavoráveis ao Município		
	Contraordenação	3	Má instrução dos processos administrativos como causa da sentença
	Objeto recurso	5	Foram objeto de recurso para Tribunal Superior
	Crime	25	Despacho de arquivamento por insuficiência de provas.
28	Total	33	

Do universo total das 61 sentenças/acórdãos proferidos durante o ano de 2015, 33 não foram favoráveis às pretensões do Município. Destas, 25 por despacho de arquivamento no âmbito dos processos crime, por insuficiência de recolha de prova passível de identificar o(s) autor(es). Por outro lado, 5 das sentenças não condizentes com as pretensões do município foram objeto de interposição de recurso junto de Tribunal Superior.

Por último, nota para as sentenças proferidas no âmbito dos processos de contraordenação por incorreta ou deficiente instrução dos processos administrativos. Dos que obtiveram decisão não favorável, verifica-se que 3 foram no âmbito dos recursos de contraordenação, sendo a má instrução a razão mais em evidência pelo desfecho.

Processos Judiciais Pendentes

Gráfico 3 - Processos Judiciais Pendentes 2013 – 2015



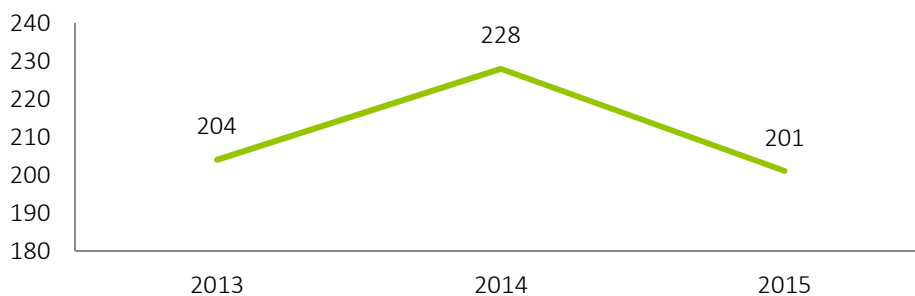
Analisando o gráfico 3, podemos verificar a situação de pendência dos processos judiciais entre 2013 e 2015. Assim, e contrariando a forte redução verificada em 2014 (relativamente a 2013), menos 35 processos, em 2015 houve um aumento de 15 processos pendentes, quando comparado com 2014. Esta inversão de tendência de redução de processos pendentes, deve-se ao número de novos processos judiciais interpostas no âmbito da resolução dos contratos de habitação do município (Injunções/Ações Declarativas) no decorrer do ano de 2015.

TABELA 2 - TIPOLOGIA TOTAL PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES 2015

Tipo	Total
Administrativa	130
Despejo/Injunções	113
Crime	31
Impugnação	27
Executiva	14
Contraordenação	6
Diversos	26
Total Geral	347

Na tabela 2 analise-se a tipologia do número total de processos judiciais pendentes no GCAJ durante o ano de 2015. Destaque para as ações administrativas que constituem 37,4% do total. Seguem-se as ações de despejo com 32,5% e as ações crime (8,9%) e impugnação (7,7%) As ações executivas, em conjunto com as de contraordenação, são as menos significativas representando apenas 20 processos (5,75%). Outros processos, de natureza diversa, representam os restantes 7,5% do total.

GRÁFICO 3 - NOVOS PROCESSOS ACIDENTE (2013-2015)



Relativamente ao número de novos processos de Acidente instruídos entre 2013 e 2015 verifica-se, conforme o Gráfico 4, uma diminuição de cerca de 12% face a 2014 (menos 27 processos) e em linha com o número de novos processos de 2014 (menos 3).

Relação Comparativa – Processos de Acidente Arquivados 2014 e 2015

TABELA 3 - PROCESSOS ACIDENTES 2014 - 2015 (INDEMNIZAÇÕES)

Ano	Processos Arquivados	Valores Reclamados	Valores Assumidos pelo MO	Valores Assumidos pela Seguradora do MO	Valores Recebidos pelo MO por danos em propriedade municipal	Valores Indeferidos	Valores reclamados da responsabilidade de outras entidades
2014	158	143.317,18 €	1.027,05 €	10.591,41 €	14.225,33 €	86.620,66 €	18.670,76 €
2015	175	143.581,48 €	4.119,14 € ⁵	44.681,50 € ⁶	2.436,02 €	24.014,29€	52.521,85 €

⁵ Este montante é mais elevado na medida em que contempla uma verba de 1.173,06€ relativos a montantes assumidos pelo MO em 2014 relativamente ao qual o GCAJ só teve conhecimento posterior, na realidade o aumento de valor em 2015 não foi significativo.

⁶ O montante efetivamente assumido pela seguradora em 2015 foi de 34.391,71€ o que equivale a um aumento de 13.510,63€ face a 2014 visto que 10.289,73€ foram pagos em 2014 com conhecimento posterior do GCAJ.

Procedendo à análise comparativa dos processos de acidente arquivados entre 2014 e 2015 (cf. tabela 3), importa considerar o seguinte:

Análise geral:

- › Aumento de processos de acidente arquivados em 2015 (+17 processos);
- › Aumento do montante pago pelo Município a terceiros (maior número de ocorrências com responsabilidades em que o Município teve de assumir responsabilidade);
- › Aumento de transferência de responsabilidade do Município para a Companhia de Seguros (atendendo ao montante elevado dos valores reclamados);
- › Diminuição dos valores recebidos pelo Município por danos sofridos em propriedade municipal.

Sobre os valores indemnizatórios:

- › Relativamente aos valores indemnizatórios, o total do valor reclamado dos processos de acidente arquivados em 2015 (143.581,48€) é ligeiramente superior ao valor reclamado dos processos arquivados em 2014 (143.317,18€), uma diferença de apenas 264,30€.
- › Relativamente aos processos arquivados em 2015, dos valores reclamados (143.581,48€), o MO e a Seguradora MAPFRE assumiram apenas 48.800,64€, o que equivale a 34% do total reclamado. Foi indeferido um total de 24.014,29€ (17%) o que parece estar relacionado com o facto de se ter transferido a responsabilidade pelos restantes danos reclamados para a esfera de outras entidades legalmente competentes. Ainda assim o Município conseguiu obter um ganho de receita face à transferência de responsabilidade para entidades terceiras e à assunção de encargos pela Seguradora.
- › Durante o ano de 2015, e no que concerne a indemnizações por parte de particulares ou entidades públicas, no âmbito dos processos de acidente instruídos neste Gabinete, o Município de Oeiras recebeu a título de indemnização por danos causados em propriedade municipal um valor de 2.436,02€. (2%)

NIAN – Núcleo de Instrução de Atos Notariais

O Núcleo de Instrução de Atos Notariais (abreviadamente NIAN), serviço de natureza instrumental, tem por principal missão a titulação dos atos e contratos escritos em que o

Município seja parte outorgante, mediante, designadamente, a instrução dos respetivos processos, formalização dos contratos, registo (quando aplicável) e arquivo dos mesmos, nos respetivos livros, quando se tratem de escrituras públicas ou do exemplar reservado ao Município, no caso de contratos celebrados por documento particular.

Em ambas as formas contratuais o NIAN procede igualmente ao arquivo digital na respetiva aplicação informática de gestão de processos - Sistema de Gestão do Notariado, cujo acesso para consulta e até impressão do próprio contrato é facultado a todos os Serviços, através da intranet. De referir que nos últimos anos em função da situação económica do país com reflexo ao nível dos fortes constrangimentos financeiros impostos aos Municípios, a aprovação de negócios jurídicos passíveis de titulação por escritura pública, designadamente, atos que operem transmissão de propriedade, baixou significativamente (53 em 2013, 8 em 2014), no entanto, verificou-se que em 2015, houve um ligeiro aumento, embora ainda tímido, de 15 escrituras celebradas.

No que respeita ao número de contratos, celebrados por documento particular e da responsabilidade do Oficial Público, de entre um universo de contratos de empreitadas de obras públicas, prestações/aquisições de bens e serviços, comodatos, arrendamentos e bem assim diversos protocolos firmados entre o Município e diferentes entidades, o número de contratos titulados foi de 403 em 2015, bastante superior aos anos anteriores (302 em 2013 e 304 em 2014).

Para efeitos de instrução dos respetivos processos (contratos/escrituras) foram efetuadas diversas pesquisas, requeridas diversas certidões e bem assim submetidas diversas declarações para inscrição ou atualização de prédios na matriz (vulgo Modelo 1 do IMI), quer nas Conservatórias de Registo Predial, quer junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (Serviços de Finanças). Ainda no âmbito dos respetivos processos de contratos/escrituras, para efeitos de fiscalização prévia e concomitante do Tribunal de Contas, foram instruídos e acompanhados pelo NIAN, designadamente no que se refere aos inúmeros e sucessivos pedidos de esclarecimentos daquele órgão, 24 processos, sendo que, todos os processos, foram enviados dentro do prazo legal e os pedidos de esclarecimento desse órgão de controlo externo, recolheram a argumentação desta unidade orgânica, tendo sido todos visados.

Tendo ainda em conta que o NIAN, possui uma natureza eminentemente jurídica, cabendo-lhe, nesta sede apreciar da legalidade subjacente à titulação dos atos e contratos da sua responsabilidade, quer no âmbito da instrução dos respetivos processos, quer ainda na resposta

a cada vez mais frequentes tomadas de posição sobre matérias da sua competência, foram elaboradas diversas informações técnicas, pareceres e memorandos, num total de 88 documentos.

De referir ainda a participação do NIAN em diferentes tarefas específicas, das quais se destaca:

- › Acompanhamento do grupo de trabalho Projeto Património Municipal;
- › Acompanhamento jurídico e elaboração de informações de suporte, no âmbito do Orçamento Participativo;
- › Acompanhamento dos processos respeitantes à responsabilidade social, designadamente diversos protocolos e elaboração do respetivo regulamento;

Em cumprimento dos Despachos 9/2011 e 63/2011, no âmbito do estabelecimento das regras de elaboração, instrução e submissão das propostas de deliberação a aprovação do executivo municipal, manteve-se e foi até mesmo aperfeiçoada a articulação entre o NIAN, a Divisão de Gestão Organizacional e as restantes unidades orgânicas, no âmbito da apreciação prévia da conformidade legal das propostas de deliberação relativas a contratos/escrituras/protocolos e respetivas minutas destes, relativamente aos quais o NIAN é o serviço titular, num total de 50 pareceres.

GMA – Gabinete Municipal de Auditoria

No âmbito da sua área de missão, o Gabinete Municipal de Auditoria desenvolveu dez ações de controlo e acompanhou quatro ações de controlo efetuadas ao Município de Oeiras por entidades externas, apresentando superiormente 19 informações e/ou propostas, sendo de destacar as que culminaram na elaboração do Despacho n.º 27/2015, de 28 de abril, relativo a Despesas com Refeições, e do Despacho n.º 28/2015, da mesma data, relativo a Deslocações ao estrangeiro e no estrangeiro.

O GMA procedeu ainda à elaboração do Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras, à divulgação da Recomendação n.º 1/2015 do Conselho de Prevenção da Corrupção, relativa à Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública, bem como ao preenchimento do questionário “Prevenir a corrupção no setor público: uma experiência de 5 anos”, conforme solicitado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção.

Por outro lado, o GMA tem prestado apoio técnico no âmbito jurídico e financeiro, a solicitação superior, nos casos em que a experiência específica da atividade desenvolvida por esta subunidade orgânica o justifique. Nestes termos, no âmbito do apoio técnico foram efetuadas 138 pronúncias, sendo de destacar o contributo significativo do GMA na área regulamentar. Por fim, refira-se o contributo dos técnicos do GMA para o desenvolvimento de ações transversais, como sejam: a instrução de processos de inquérito, a participação nos grupos de trabalho da Agenda Oeiras XXI e do Orçamento Participativo, a participação no projeto Um Dia Na Pele Do Meu Colega, e a visita de trabalho da delegação do Município de Santa Catarina, de Cabo Verde.

GABINETE DE COMUNICAÇÃO

O Gabinete de Comunicação, doravante designado por GC, tem por missão desenvolver uma estratégia global de comunicação para o município. Ao longo do ano de 2015 desenvolveu a sua atividade com recursos humanos distribuídos pelas áreas de conteúdos editoriais, *design*, multimédia e audiovisual (10), projetos (3), informação, divulgação e distribuição (6), administrativa (3), Coordenação do Núcleo Criativo (1) e chefia (1).

Conteúdos Editoriais

Publicações de âmbito histórico-patrimonial | GC |

De entre as publicações com relevância histórica e patrimonial destacam-se o volume 22 dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, da autoria do Professor João Cardoso e “O Livro de Nova Oeiras”, e a aquisição de exemplares das obras “Ao Ritmo do Guia – Boinas Verdes”; “100 anos de História da Natação no Sport Algés e Dafundo”; “Governação e Poder Local: O Público e o Privado na Prestação de Serviços Públicos em Contexto de Eficiência”; “Três Modernistas da Arquitetura em Portugal” e “Livro + CD Resistir de Novo” estes dois últimos a entregar em 2016.

Publicações não periódicas: Livros, Coletâneas, Coleções e Folhetos de cariz institucional | GC - Todos os serviços |

Este ano foram editados dois livros e catorze catálogos. Os livros “Escrita Criativa na Universidade Sénior de Oeiras” e “Viagem pelo Sonho – Parque dos Poetas”. Os catálogos das exposições: “Pintura e Cerâmica” e “A Floresta Africana” da Coleção Neves e Sousa”. Exposições no CCPE – “Cosmogonias”; “Vitis Vinifera”; “Fading”; “Pintura de Edgar Silva – A vida do Mestre”; “Para Lá da Forma”; “Riborn”; “Oeiras – Terra, Ar, Fogo e Mar” e “Lazarote a Janela de Saramago. Exposições no CAMB: “Laços de Família” e “Os Artistas do KWY” e “Exposição de pintura de Silvana Lynce”; Exposição de Pintura de Manuela Jardim Exposição 6 Trilhos e Exposição “Luz e Multidão (esta última a inaugurar e Janeiro de 2016) na Livraria-Galeria Municipal Verney. Foram ainda concebidos e produzidos 719.484 exemplares de materiais de divulgação, coleções, folhetos de cariz institucional e outros materiais de divulgação diversos tendo na sua maioria sido desenvolvida e/ou adaptados internamente. Estas produções envolveram, globalmente um valor total de 75.652,66€.

Publicações periódicas e distribuição: Boletim Oeiras Atual, 30 dias, Oeiras em Revista, Revista POS (Programa Oeiras Solidária) e Páginas de Encontro | GC - Todos os serviços |

O Gabinete de Comunicação procede regularmente à edição de 4 publicações municipais, respetivamente Oeiras Atual, Oeiras em Revista, Roteiro Cultural 30 Dias e publicação Interna Páginas de Encontro, tendo, em 2015, editado o primeiro número da Revista POS – Programa Oeiras Solidária, tendo as cinco edições um valor global de 150.088,14€, incluindo a paginação, impressão e distribuição de 553.000 exemplares.

Articulação com os média – Acompanhamento e relatórios de impacto | GC - Todos os serviços |

Articulação com o Gabinete da Presidência que tem a cargo a preparação e disseminação de comunicados de imprensa, sendo assegurada internamente a gestão dos Critérios de Apoio à Imprensa Regional, a gestão publicitária, o controle do *clipping* diário e a preparação de relatórios de impacto. Em 2015 foram elaborados internamente 358 comunicados de imprensa, para além do envio semanal da agenda das reuniões de Câmara e dos editais da Assembleia Municipal e do apoio a eventos entre os quais conferências de

imprensa, inaugurações, assinatura de protocolos e visitas de trabalho. No conjunto de meios que integram o CAIR foram publicados 33 anúncios. Já no âmbito da monitorização dos OCS, foram selecionadas 9.654 notícias (3.270 na imprensa – aproximadamente 34% de âmbito nacional, 740 na TV, 117 na rádio e 5.526 na internet), Com um AAV (*Automatic Advertising Value*) aproximado de 7.300.259€.

Conteúdos Multimédia

Gerir e manter atualizado o Canal Oeiras, alargando-o a outros locais | GC |

Foi efetuada a gestão e atualização quotidiana de conteúdos noticiosos vídeo, fotografia e texto no Canal Oeiras, instalado no átrio do edifício dos Paços do Concelho e na loja de informação e divulgação municipal do Oeiras Parque - atual Espaço Cidadão - onde se estima um número mínimo de visualizações únicas superiores a 3.500.000 por ano. Está em curso o alargamento de mais quatro postos para o atrium poente nos paços do concelho, Espaços cidadão de Algés; Carnaxide e Linda-A-Velha; e a dinamização dos espaços existentes nas bibliotecas municipais.

Registo audiovisual, catalogação e promoção de eventos decorridos no concelho | GC - Todos os serviços |

Cabe à área audiovisual dar cobertura e apoiar, com recurso a meios fotográficos e audiovisuais, as iniciativas organizadas pelo município e pelos seus serviços, e promover a sua divulgação. Foram realizadas em 2015 a cobertura de 413 iniciativas e eventos organizados ou apoiados pela Câmara Municipal. Foram também realizados 74 trabalhos vídeos concluídos (reportagens, spots ou conteúdos específicos para internet) dos quais 43 disponibilizados *on-line*.

Site institucional – Disponibilizar informação de qualidade, de forma simples, acessível, transparente e interativa, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia | GC - Todos os serviços |

Implica a gestão de conteúdos e atualização diária do portal institucional. Registaram-se 696.905 visitas (média de 57.237 visitas/mês) de 1.454.651 visitantes únicos (média de 121.221

visitantes únicos/mês) que acederam a mais de 1.962.619 páginas visitadas (média de 163.552 páginas/mês) em 2015. Estamos seguros que a nossa presença nas redes sociais tem contribuído para uma maior adesão aos conteúdos do portal para onde são sistematicamente encaminhados.

Desenvolvimento da área do munícipe na página institucional do município de Oeiras aumentando as suas funcionalidades | GC – DTSI |

Está disponível a área de serviços *on-line* na qual já são disponibilizadas um conjunto de formalidades inteiramente por via digital. Decorre do pleno funcionamento das plataformas de gestão de conteúdos em *BackOffice*, em implementação faseada, uma maior e melhor interação via web. Este é um projeto transversal a todas as áreas de suporte do município.

Ações de Comunicação e informação

Publicidade nos órgãos de comunicação social | GC - Todos os serviços | Engloba a inserção de anúncios e *spots* relativos a campanhas promocionais do concelho na imprensa local, regional e nacional, cinemas, rádios, televisões e meios de transporte, num investimento global de 139.130,79€.

Comunicação Urbana – Divulgação em mupis, outdoors, painéis, faixas, lonas, pendões, cinemas, rádios, meios de transporte ou outros meios que se venham a revelar mais adequados à adequada promoção da iniciativa | GC - Todos os serviços |

Os investimentos em comunicação urbana distribuíram-se pelos diversos meios (telas, *mupis*, *mupis* GT, diretórios, *chronos*, painéis de obra, *outdoors*, painéis expositivos, acrílicos, *pop up*, sinalética, vinil e meios de transporte), num investimento total de 88.331,12€.

Promoção de ações de informação e sensibilização pública designadamente através de exposições temáticas | GC - Todos os serviços |

No âmbito das campanhas promocionais desenvolvidas com vista à promoção das iniciativas municipais, destacamos a do CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito e a do CCPE - Centro Cultural Palácio do Egípto, com o objetivo principal de divulgar os principais equipamentos culturais sob a gestão direta da Câmara Municipal de Oeiras. De referir ainda as campanhas permanentes que decorrem no espaço de Loja de Informação, Divulgação e Promoção Municipal no Centro Comercial Oeiras Parque que em 2015 teve cerca de 9.356 visitantes até 04 abril e a partir de 27 abril a Loja do Palácio do Marquês de Pombal (inaugurada a 25 de abril) teve 6.651 visitantes com interações diretas, resultando na aquisição de produtos, serviços ou disponibilização de informação sobre a atividade municipal.

Relações Institucionais

Comemorações e Condecorações Municipais | GC |

Por se encontrarem existências em *stock*, não foram adquiridas medalhas de mérito, bons serviços e tempo de serviço com vista à distinção de trabalhadores ao serviço do município e, bem assim, entidades cuja ação ao serviço do município assim o justifique e que são habitualmente distinguidos nas cerimónias do 25 de Abril e na sessão comemorativa do 7 de Junho.

Representação institucional - Atribuição de patrocínios, apoio institucional e ofertas institucionais e protocolares |GC/GP |

Foram produzidos materiais para oferta no valor de 65.342,80€, sendo de destacar a produção de peças genéricas para oferta no âmbito da dinamização da atividade Municipal sob o tema Oeiras marca (t-shirts, bonés, fitas de pescoço e sacos de pano) de suporte às iniciativas promovidas no município e a coleção de *merchandising* específica para a loja do Palácio e Parque dos Poetas. Na Campanha de Natal houve lugar à conceção e desenvolvimento de todos os materiais relacionados com a época festiva e editados pela Autarquia tendo sido gastos 74.678,85€ valor que inclui a aquisição do bolo rei do Cabaz de Natal.

Contexto organizativo

Mudanças introduzidas na gestão interna

Manteve-se a prioridade à gestão dos conteúdos multimédia, designadamente nos jornais eletrónicos que estão instalados em 7 localizações privilegiadas no concelho, a aposta na comunicação viral, tendo sido criados canais nas principais redes sociais:

- > *Facebook* | www.facebook.com/municipiodeoeiras;
- > *Twitter* | <http://twitter.com/oeiras250anos>;
- > *Youtube* | www.youtube.com/municipiodeoeiras;
- > *Issue* | <http://issuu.com/municipiodeoeiras>;
- > *Flickr* | <http://www.flickr.com/photos/municipiodeoeiras>.

Esta aposta implicou ganhos significativos na promoção e difusão da imagem externa, bem como no tempo e valor associado à comunicação, dado tratarem-se de canais de acesso livre, sem custos e atualizáveis a todo o tempo independentemente do lugar onde os recursos se encontram. O município está também representado no:

- > *Instagram* (<https://instagram.com/municipiodeoeiras/>);
- > *Linkedin* (<http://pt.linkedin.com/in/municipiodeoeiras>);

Estando previsto o alargamento ao *Pinterest* (<https://pt.pinterest.com/municipiooeiras/>) em 2016.

Dificuldades surgidas a nível de recursos humanos e materiais

O Marketing digital e a área de produção de conteúdos, cresceu e diversificou-se não havendo no entanto, reforço de profissionais com competências específicas nesta área. Tem havido um esforço de qualificação dos profissionais residentes e um estímulo à aquisição de novas competências. Reorganizamos e reafectamos tarefas e áreas de trabalho e vamos apostar na formação interna à medida para a equipa.

Alterações legislativas

Os normativos inerentes à contratação pública e as conseqüentes adaptações na organização processual interna geraram alguns constrangimentos, designadamente maior morosidade e dificuldade no controlo e acesso à informação.

Fatores internos condicionantes da atuação do serviço

A gestão quotidiana de conteúdos do Portal institucional do Município de Oeiras na Internet cujo processo tem exigido um acompanhamento cuidadoso na resolução de lacunas e erros de instalação e desenvolvimentos.

Avaliação final do desempenho do serviço

Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Foi dada visibilidade às iniciativas e investimento municipal em todas as áreas de intervenção da autarquia, das quais se destacam as ações que melhor projetam e promovem a imagem pública do município:

- › Publicação de 26 edições de revistas e boletins periódicos, correspondendo a 553.000 exemplares distribuídos a nível local regional, nacional e internacional, através de correspondência endereçada e não endereçada;
- › 626.950 Exemplares de materiais de informação e divulgação produzidos e distribuídos por ocasião das iniciativas;
- › Mais de um milhar de suportes publicitários concebidos e/ou adaptados internamente;
- › No total foram enviados mais de 358 comunicados de imprensa para os órgãos de comunicação social, tendo sido publicadas cerca de 9.654 notícias sobre Oeiras ao longo do ano;
- › 413 Trabalhos fotográficos, 74 vídeos, 432 trabalhos criativos;

- › 686.844 Visitas, correspondendo a 1.454.651 visualizações de páginas;
- › 9.356 Visitas no ano à Loja de Informação e Divulgação Municipal no Oeiras Parque e 6.651 visitas à Loja do Palácio do Marquês;
- › Conceção e produção de materiais no âmbito das Festas do Concelho;
- › Na Campanha de Natal a conceção e desenvolvimento de todos os materiais relacionados com a época festiva e editados pela Autarquia (Cabaz de Natal; a conceção e produção de cartões de boas festas e cartas de natal; a conceção e produção de diretórios, mupis e mupis GT; a aquisição de ofertas de natal - brindes de prestígio).

Afetação real e prevista dos recursos utilizados, procedendo à análise e justificação dos respetivos desvios, mediante a utilização de indicadores de gestão

De entre os projetos previstos para o ano de 2015 e cuja realização financeira apenas ocorre em 2016, destaque para a edição de duas edições das publicações periódicas Oeiras em revista e Roteiro 30 dias.

Descrição dos mecanismos de participação e auscultação dos clientes internos e externos

Foram publicadas 11 edições e distribuídos 11.000 exemplares da publicação interna periódica “Páginas de Encontro”, através da qual se entrevistaram colaboradores e se estimulou o conhecimento interpessoal. Foi também dinamizada a nova intranet e reconhecido a nível externo o esforço e qualidade da comunicação no município de Oeiras com a atribuição do prémio de boas práticas de comunicação pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa.

A nível externo, e para dar a conhecer aos munícipes de forma responsável e transparente, onde é aplicado o dinheiro dos impostos municipais, foi criado o aplicativo “Para onde vai o meu dinheiro?” que permite aferir, em termos genéricos, a utilidade relativa dos impostos pagos por cada contribuinte, distribuída pelas diversas atividades que constituem competência da Administração Local.

Apresentação de sugestões de melhoria quanto à operacionalidade/desempenho dos processos do serviço

Sensibilização aos serviços para o cumprimento de prazos e previsão mais realista dos trabalhos a produzir a fim de melhor permitir a definição de prioridades e a seleção de áreas de investimento em termos de comunicação. Há que comunicar cada iniciativa de acordo com os seus *timings*, targets e objetivos específicos. Tem-se por meta, conseguir, em cada ano, a definição das campanhas prioritárias e as de gestão corrente em função das prioridades do executivo antecipando, assim, os momentos de comunicação.

DEPARTAMENTO DE POLICIA MUNICIPAL E PROTEÇÃO CIVIL

Atividades/Ações desenvolvidas e recursos utilizados

Em 2015, o DPMPC desenvolveu, no âmbito das suas funções, entre outras, as atividades constantes no PDE, superando, de uma forma geral, os objetivos a que se propôs, em particular no tocante:

- › Às ações de prevenção, de fiscalização e de sensibilização no espaço público urbano;
- › Ao reforço do policiamento, nomeadamente o policiamento de proximidade junto dos cidadãos, em especial sobre a população escolar e idosa, e nas zonas históricas e ao património público municipal (edifícios escolares, parques, arruamentos, bairros municipais, etc.);
- › Ações de sensibilização e formação nas áreas da prevenção e segurança rodoviária, do ambiente e da segurança na internet;
- › Às ações de prevenção e de sensibilização de proteção civil.

No âmbito da proteção e socorro, é de referir que o plano municipal de emergência de proteção civil encontra-se a ser novamente atualizado, segundo os novos critérios e normas técnicas que entretanto foram publicadas em maio de 2015, a fim de se dar início ao processo de aprovação, reunindo a Comissão Municipal de Proteção Civil e colocando-o para consulta pública. De referir também que demos início à elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

As Equipas de Intervenção Permanente (EIP), que constam das GOP's, ainda não foram criadas nos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, nos termos da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, porquanto a sua implementação e funcionamento passa pela congregação de esforços entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil/ANPC, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias de Bombeiros e, presentemente, o processo de criação e implementação das EIP para o distrito de Lisboa encontra-se suspenso, por parte da ANPC.

No entanto, e até à criação das EIP, entendeu-se que havia necessidade de reforçar a capacidade operacional dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município; pelo que, foi criado, em cada um dos Corpos de Bombeiros do Concelho, um Grupo de Primeiro Socorro (GPS) composto por 2 elementos.

Para a prossecução dos objetivos do DPMPC foram promovidas reuniões com todos os atores da segurança do concelho, principalmente com as entidades policiais e Corpos de Bombeiros, e utilizados além dos meios materiais e humanos deste departamento, dos Corpos de Bombeiros do Concelho e demais unidades orgânicas da CMO, os recursos constantes nas GOP's, o que nos permitiu aumentar a segurança, bem-estar e a qualidade do espaço público.

Melhorámos também a qualidade e inovação dos serviços administrativo e de contraordenações.

Contexto organizativo

Em 2015, desenvolvemos os mecanismos de articulação e comunicação entre a DACO e as restantes unidades orgânicas da CMO, porquanto esta unidade orgânica foi integrada no DPMPC, em 2011, por força da aprovação do novo Regulamento Orgânico dos Serviços da CMO.

Foi ainda consolidado o organigrama da DPM, face à nova organização administrativa do Concelho e à experiência adquirida, a saber:

- › 3 Setores Operacionais (Urbanismo e Atividades Económicas; Ambiente e Património Municipal e Policiamento e trânsito) – 1.º critério em razão da matéria, e a afetação de áreas de responsabilidade - 2.º critério em razão do território;

- › Setores com uma dupla dependência, dado que o enquadramento técnico e operacional aumenta a eficácia e eficiência do serviço prestado; e a
- › Criação em todos os turnos de um Serviço de Piquete, para dar resposta imediata às solicitações – 1.ª intervenção e evitar a especialização, ou seja, a intervenção do pessoal de cada setor tende a resumir-se à matéria à qual está afeto.

Com o intuito de melhorarmos a qualidade do nosso serviço e de mantermos com o munícipe um contacto próximo, no âmbito de uma administração que se pretende cada vez mais participada, melhoramos o serviço para rececionar e dar resposta a todas as solicitações/reclamações que nos são dirigidas.

É de referir que, desde a sua criação, um dos fatores condicionantes da atividade da DPM é a saída constante e imprevisível de Agentes municipais do seu quadro, essencialmente para organismos do Estado.

A Polícia Municipal de Oeiras desde a sua criação (2001) perdeu 52 Agentes, o que se traduz numa redução em mais 40% do efetivo, e, por conseguinte, da capacidade de resposta do serviço face ao aumento das solicitações.

Outro dos fatores condicionantes da atividade da Polícia Municipal é o número elevado de horas que despense com atividades de outras unidades orgânicas, principalmente com a promoção de eventos (despense cerca de 13% da sua atividade), com prejuízos óbvios para o desempenho das suas funções prioritárias (fiscalização e vigilância) e, por consequência, para a implementação da sua própria estratégia.

A não revisão da carreira, do estatuto e do sistema remuneratório da polícia municipal gera nos seus agentes alguma desmotivação, fator determinante para quem exerce funções policiais. De realçar ainda que, a não abertura de concursos para a progressão na carreira, além de ser um fator de desmotivação, não permite o reforço da autoridade das chefias intermédias da DPM.

Em contrapartida, este departamento tem sido dotado dos meios materiais e equipamento necessários, adequados e proporcionais ao desempenho das suas funções.

Avaliação final do desempenho do serviço

No tocante às polícias municipais, como sabemos são serviços municipais especialmente vocacionados para o exercício de funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos domínios da fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais, das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município e das decisões das autoridades municipais, relativas ao urbanismo, à construção, à defesa e proteção da natureza e do ambiente e ao estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, entre outros.

Nesta matéria poder-se-á dizer que, a polícia municipal aumentou em 5,14% as ações de prevenção e de fiscalização ativa face ao ano de 2014 e conseguiu dar resposta às solicitações dentro dos prazos estipulados. Além destas funções de polícia administrativa, a lei estatui que as polícias municipais cooperam com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais.

Neste âmbito, exerceu também funções em matéria de segurança, basicamente funções de vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, sempre em coordenação com as forças de segurança, e guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, o que tem tido um impacto positivo junto da população, dado o seu efeito dissuasor sobre a prática de incividades e factos que consubstanciam a prática de contraordenações e crimes (atos de vandalismo), fatores geradores de insegurança.

No tocante aos índices de criminalidade e insegurança do concelho, esta polícia tem tido uma atitude ativa no tocante a situações que contribuem para um aumento da segurança objetiva e subjetiva (sentimento de insegurança) dos munícipes, nomeadamente: a comunicação de factos à PSP que consubstanciam a prática de crimes, uma melhor colaboração e articulação no policiamento e o aumento da visibilidade de agentes policiais, vocacionadas para a segurança das pessoas e dos seus bens.

Das reuniões tidas com todos os atores da segurança do concelho, principalmente com as entidades policiais, resultaram Planos Estratégicos de Policiamento e Vigilância para os diversos eventos promovidos e alguns pontos/zonas do concelho, entre outros para a época balnear, instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade e aumento da segurança. Convém realçar que, nos últimos anos, Oeiras tem sido considerado o concelho mais seguro da área metropolitana de Lisboa.

Dado que os Agentes de Polícia Municipal recebem formação específica para o exercício das suas funções, as quais são, essencialmente, funções operacionais, e com o intuito de reforçar o policiamento, é intenção deste departamento dar continuidade à política de substituição dos Agentes de polícia municipal que neste momento ainda exercem funções administrativas por assistentes técnicos.

A Câmara Municipal de Oeiras, através do Serviço de Proteção Civil, aprofundou no plano pedagógico e informativo a sua ação em termos de segurança – proteção e socorro, sensibilizando os munícipes para situações de risco, e assegurou a prontidão dos agentes de proteção civil.

A política de apoio às corporações de bombeiros foi mantida no intuito de aumentar a sua prontidão e desempenho, dotando-as de formação e equipamentos adequados e com níveis de manutenção ajustados às suas necessidades.

A estreita colaboração, a todos os níveis, com os corpos de bombeiros do Concelho permitiu uma melhor prevenção, emergência e resposta, aumentando desta forma a sua eficiência e eficácia nas ações de proteção e socorro.

O Serviço de Proteção Civil manteve o apoio interno às diversas solicitações de outras unidades orgânicas, zelando pelo cumprimento das normas de segurança dos espaços e equipamentos, e no apoio à realização de diversos eventos, alguns com projeção nacional e internacional, disponibilizando meios próprios e/ou das corporações de bombeiros (meios humanos e materiais), colaborando assim, na valorização e plena fruição dos espaços e equipamentos públicos.

Assegurou a avaliação das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração e execução de treinos e simulacros.

A DACO melhorou a qualidade e inovação dos serviços administrativo e de contraordenações que vinham sendo prestados.

Face ao exposto, poder-se-á dizer que o desempenho do departamento foi bastante positivo, não obstante as dificuldades e os constrangimentos supramencionados, que urge ultrapassar, e da perda constante do seu efetivo, contribuindo desta forma para o aumento da segurança e bem-estar no Município e da qualidade do espaço público.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

O Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2015 que agora se apresenta traduzem os resultados globais das ações desenvolvidas pelas unidades orgânicas que constituem a Organização, sistematizadas pelas diferentes funções e ações que desempenham e em particular a intervenção que o DAGF detém especificamente nestas matérias.

O presente documento, integra ainda, os dados sobre a atividade e controlo específico da missão deste Departamento, atenta a sua relevância em termos de atividade global e transversal com intervenção no controlo orçamental, tendo subjacente toda a legislação de suporte ao cumprimento deste desiderato.

A elaboração do presente documento teve por base a informação obtida dos sistemas de informação e outros que lhe são complementares, bem como, o contributo de todas as unidades orgânicas. Assim, o DAGF tem prosseguido e consolidado, nos últimos anos, uma estratégia de ação centrada no cumprimento de objetivos traçados, assegurando a informação necessária ao funcionamento dos serviços, a gestão dos recursos humanos, a adoção de instrumentos que promovam a modernização e a inovação organizacionais, garantindo o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira e orçamental e da valorização num quadro de articulação com as respetivas estruturas, em particular quanto ao exercício de planeamento e execução das GOP, Orçamento, partilha e reporte de informação. Acresce referir que, o bom funcionamento do sistema depende também, do desempenho efetivo do exercício do controlo financeiro por parte de todas as orgânicas e do bom funcionamento do controlo operacional.

Enquanto organização que se pretende a funcionar de modo integrado, registou-se uma cooperação positiva em diferentes domínios, ainda assim, sempre com o recurso às unidades envolvidas na linha da frente para dotar os aplicativos das funcionalidades desejadas como parceiros de um projeto ambicioso e difícil, com os constrangimentos de simultaneamente, e para além dos requisitos apresentados, estar atento aos desenvolvimentos, efetuar carregamentos de dados, ajudar a sanar as lacunas, reportar erros, testar e assegurar em tempo a atividade diária.

Sem prejuízo do trabalho e diligencia desenvolvidos a par dos resultados alcançados, subsistem aspetos críticos atempadamente assinalados e que trazem entropia ao regular funcionamento

dos serviços salientando-se a necessidade de reforçar o nível operacional de controlo, indispensável ao adequado funcionamento das diferentes unidades orgânicas, e bem assim, a escassez de recursos humanos com competências adequadas, o combate ao absentismo nos serviços e à diminuta e manifesta produtividade de alguns, o que condiciona o cumprimento dos objetivos traçados e evidência que não é esta ainda a área de atuação privilegiada, provavelmente pela necessidade de assegurar outras atribuições.

O exercício de 2015 decorreu ainda num contexto marcado pela continuação de um conjunto de restrições e clima de contenção orçamental que tem caracterizado o funcionamento nos últimos anos, tendo como base o enquadramento macro económico e estrutural em que vivemos, pelo que se impôs a manutenção de prosseguir, uma política de gestão centrada num esforço de contenção dos gastos, em particular ao nível da despesa corrente, tendo sido possível, assegurar que no essencial as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas.

Apesar dos constrangimentos manifestos, com um planeamento adequado e o devido equilíbrio financeiro, foi possível, assegurar os compromissos resultantes da atividade Municipal, conseguindo-se em algumas situações a sua satisfação antes mesmo do término do prazo legal, com as positivas consequências inerentes à manutenção da relação de confiança existente desde sempre entre a Autarquia e os seus fornecedores.

No contexto ainda de crise económica, mantemos a consciência da necessidade de prudência na definição de investimento e a certeza da necessidade de reduzir a despesa corrente.

Encontramo-nos atualmente numa fase de implementação e desenvolvimento de um sistema que permita a integração transversal, centralizada e uniforme dos vários sistemas existentes no Município.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2015 decorreram em tempo, refletindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação do Departamento, sendo que, com fatores externos cada vez mais adversos, e riscos redobrados, foi necessário rever e adequar internamente a nossa atividade e estratégia, procurando traçar metas realistas, seguindo como princípios orientadores um enfoque, numa situação financeira robusta, assumindo o compromisso de reduzir os rácios de endividamento, que cumprimos, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência, eficácia e qualidade operacionais.

Serviço de Execuções Fiscais

Tendo a tramitação dos processos de execução fiscal como objeto e a recuperação dos créditos como missão, no ano 2015, a atuação do Serviço incidiu na instrução dos inúmeros processos ainda não materializados e na averiguação sobre as condições em que a regular tramitação dos mesmos é efetuada.

A situação de grave crise económica que atualmente se atravessa acrescenta também dificuldades à melhor concretização da missão do Serviço de Execuções Fiscais, pela deterioração da situação financeira das empresas, dos munícipes e das famílias, bem como pela instabilidade dos mercados financeiros, pela crise do mercado imobiliário e, ainda, pelas fortes restrições orçamentais que condicionam a atividade e funcionamento da organização.

Porém, o Serviço de Execuções Fiscais possui hoje um modelo de gestão orientado pela capacidade de melhoria contínua, reconhecido pela sua dinâmica, motivação e profissionalismo dos seus trabalhadores/colaboradores. E tudo fará para continuar e, se possível, aumentar os níveis de eficiência e eficácia do trabalho a realizar, ultrapassando as dificuldades e superando os desafios que sucessivamente se colocam.

Acumulado de Valores Cobrados por Rubricas 2014 vs. 2015

	Ano	Número de processos	Quantia Exequenda	Juros de Mora	Taxa de Justiça	Outros Encargos	Total Cobrado
TRIBUTOS	2014	16.561	493.940,74€	45.232,36€	113.485,49€	74.804,19€	727.465,78€
	2015	8.808	480.199,47€	74.622,64€	80.367,31€	65.714,43€	700.903,85€

Em análise do quadro acima, verifica-se que em 2015 houve em termos de número de processos um decréscimo muito significativo, no entanto os valores ainda que menores não são tão divergentes em relação a 2014.

Reclamações / Exposições

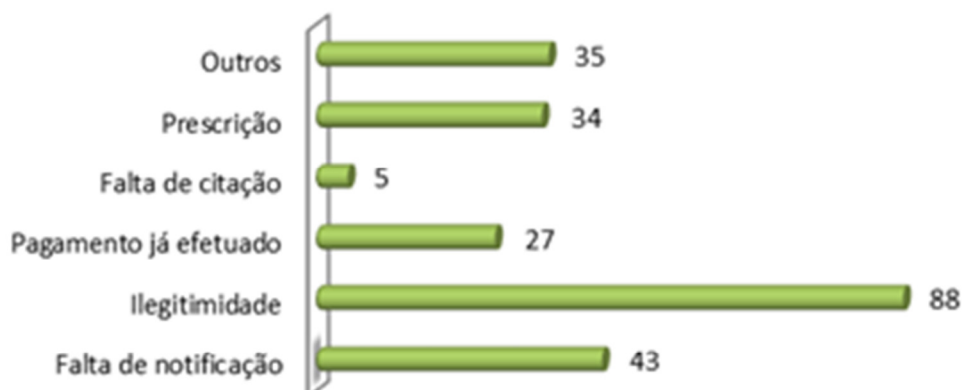
Ano	Total de Reclamações/Exposições apresentadas	Requerimentos/Reclamações Respondidas	Requerimentos/Reclamações Pendentes
2014	225	183	42
2015	232	134	98

Em 01-01-2015, encontravam-se pendentes de resposta do serviço emissor 47 Requerimentos / “Reclamações”, sendo que no ano de 2015, acresceram 185, totalizando 232 Requerimentos / “Reclamações”.

Face a 2014 registou-se, em 2015, um aumento significativo no número de reclamações, apresentadas por escrito.

Das 232 reclamações, 31 foram deferidas, 99 foram indeferidas, 04 foram indeferidas parcialmente e 98 encontram-se pendentes nos serviços liquidadores dos tributos reclamados.

Nº de Reclamações por Motivo



O principal motivo de reclamações é a ilegitimidade, como se pode verificar no quadro supra.

Acresce referir, que à regular tramitação dos processos, como se por si só não bastasse, são assegurados, pelos mesmos trabalhadores e meios, o atendimento presencial, telefónico, via e-mail, tratamento do expediente, a consulta diária ao DR/CITIUS, a emissão de certidões para efeitos de reclamação de créditos, sempre que caso disso e cada vez mais frequentes, o

levantamento/análise de requisitos e anomalias nos aplicativos que servem o SEF, análise e elaboração de informações técnicas/pareceres, que visam suportar a decisão do órgão de execução fiscal, a elaboração de relatórios, e tantas outras tarefas.

Salienta-se, no contexto, um igualmente elevadíssimo constrangimento, que se prende com o número de recursos humanos afetos ao Serviço, sendo dez (10) no total, sete (7) técnicos administrativos, um (1) assistente operacional e dois (2) juristas, sendo que, durante o ano transato, a equipa de trabalho contou com uma colaboração adicional de 2 colaboradores, por força de um protocolo celebrado entre a CMO e o IAFP, o que permitiu, apesar de tudo colmatar algumas falhas ao nível dos recursos necessários ao regular funcionamento do Serviço.

De mencionar, também, outros constrangimentos com que este Serviço se depara, a saber:

- › O elevadíssimo número de processos que atualmente é instaurado no Serviço de Execuções Fiscais;
- › A dependência de informação externa (Finanças, Segurança Social, Entidades Bancárias e Patronais) para a regular tramitação das execuções;
- › Os constrangimentos resultantes das insuficiências dos/nos aplicativos informáticos e diferentes aplicativos para os diferentes tributos;
- › A taxa de absentismo por parte dos trabalhadores.

Salientam-se ainda os constrangimentos evidentes resultantes da conjuntura social e económica do País e dos Portugueses, com situações de carência manifestos, que obstam ao cumprimento voluntário das obrigações e, bem assim, que seja elevadíssimo o número de processos de execução fiscal onde só a penhora de bens se afigura suficiente à arrecadação dos créditos, sendo deveras evidente, o número de processos pendentes neste Serviço, que tramitados até final, se encontram declarados em falhas ou simplesmente sustados, atenta a ausência de bens penhoráveis com as insolvências decretadas judicialmente.

Ainda assim, porque esta é a nossa missão mantemos o compromisso de fazer mais e melhor tudo no sentido do alcance de uma prestação de Serviço Público, pautado pelo devido rigor e ainda maior eficácia e eficiência com a evidente transparência e qualidade.

Divisão de Gestão Organizacional

No que respeita à implementação do Modelo Integrado de Gestão (MIG), importa referir que a partir das orientações assumidas no Programa do Mandato 2014-17 e das necessidades e expectativas das partes interessadas, definiu-se o novo Mapa Estratégico (ME) do Município. Com a consolidação do ME, foi possível construir o *Balanced ScoreCard* (BSC) e identificar as ações/projetos das Unidades Orgânicas, construindo-se os respetivos Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE). Para o mandato 2014-17 foram identificados 8 Eixos Estratégicos (ou Orientações Estratégicas), que se decompõem em 21 Objetivos Estratégicos (OE). Na análise de execução do PDE 2015 do Município, verificamos que foram atingidos ou superados 3 Eixos (37,5%) e 5 Eixos estão em fase de execução (62,5%).

No âmbito da iniciativa Licenciamento Zero (LZ), em matéria de simplificação administrativa e de *e-government*, continuámos a privilegiar a aplicação do Licenciamento Zero (DL n.º48/2011 de 1 de Abril) e da Diretiva de Serviços (DL n.º 92/2010, de 26 de julho), que estabelece a redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos. A DGO é gestor/interlocutor junto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), para a implementação da iniciativa Licenciamento Zero e da Diretiva de Serviços pelo que acompanhou a entrada em funcionamento da Plataforma Multicanal no Município de Oeiras, em janeiro de 2015, com a entrada em produção do Balcão Único e da respetiva plataforma de pagamentos.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), ao longo do ano 2015, foram efetuadas várias atividades inerentes ao próprio SGQ, das quais destacamos, a saber:

- › Reuniões de Acompanhamento do SGQ com os Gestores de Processo/Interlocutores para o Sistema, sendo que nestas reuniões é efetuado o ponto de situação e a análise situacional do Sistema;
- › Realização da Auditoria Interna ao SGQ, por uma Equipa Auditora Externa, e elaboração do Plano de Ações Corretivas;
- › Realização da Reunião de Revisão pela Gestão ao SGQ e elaboração da respetiva Ata de Reunião;

- › Dinamização do registo e tratamento de Não Conformidades (Internas e Externas), através da emissão de Pedidos de Ações Corretivas e/ou Preventivas (PACP);
- › Aplicação de Inquéritos tendo vista a Avaliação da Satisfação dos Múncipes e Partes Interessadas no âmbito do SGQ;
- › Assegurar a atividade de Gestão Documental relativamente ao SGQ;
- › Elaboração dos Relatórios de Gestão trimestrais, para monitorização e acompanhamento dos Objetivos da Qualidade e avaliação do desempenho do Processo “Medição e Melhoria”;
- › Elaboração do Relatório Gestão anual do Processo “Gestão”;
- › Atualização e divulgação dos documentos revistos constantes da Página do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança, na Intranet;
- › Atualização da Pagina do SGQ no *site* institucional do Município de Oeiras.

Para além das atividades supracitadas, decorreu nos dias 28, 29, 30 de setembro e 01 de outubro de 2015 a Auditoria Externa ao SGQ implementado no Município de Oeiras e da qual resultou a Renovação e Extensão do âmbito da Certificação já concedida, não tendo sido registadas na auditoria Não Conformidades.

De referir que, a Auditoria Externa, realizada em 2015, para além de ser uma Auditoria de Extensão com o alargamento do âmbito da Certificação à Ação Social, Saúde e Juventude /DASSJ, foi também de Renovação, uma vez que terminou o ciclo de certificação 2012-2015, tendo a Equipa Auditora enumerado no Relatório de Auditoria vários pontos fortes do Sistema.

Como pontos fortes do Sistema de Gestão da Qualidade, foram assinalados pela Equipa Auditora os seguintes aspetos:

- › Capacidade e domínio técnico evidenciados;
- › Organização e sistematização dos projetos e atividades;
- › Tratamento e análise efetuado às reclamações;
- › Compromisso e empenho dos responsáveis;

- › Sistematização e organização de toda a informação e registos do sistema de gestão;
- › Implementação do Modelo Integrado de Gestão que está plenamente operacional;
- › Grau de satisfação dos Colaboradores expresso em resposta a Inquéritos;
- › Desenvolvimento da Bolsa de Formadores Internos;
- › Apoio a largos milhares de Municípios nas várias vertentes das atividades desportivas;
- › A aplicação informática “DCP Processos” de apoio à gestão de todos os processos de compras.

Neste sentido, e como conclusão da auditoria, a Equipa Auditora constatou que o Município de Oeiras continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado de modo a cumprir com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2008, bem como com as orientações constantes na Política da Qualidade – Política Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança – assegurando e promovendo a melhoria contínua do desempenho.

De mencionar também que, resultante da realização da Auditoria Externa, e após análise do Relatório de Auditoria por parte da APCER (Associação Portuguesa de Certificação) foi comunicada, ao Município de Oeiras, a decisão – por esta entidade certificadora, através de *E-mail* datado de 05/10/2015 –, sendo referido que “Na sequência da análise efetuada ao relatório da auditoria de Renovação ISO9001:2008, realizada em Setembro de 2015, vimos por este meio informar que se consideram reunidas as condições necessárias à Renovação/Extensão da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado na V. Organização.”

Assim, atualmente, o âmbito de aplicação do sistema e da certificação, corresponde às atividades desenvolvidas pelo Município nos Processos certificados, sendo o seguinte: “Desporto; Rede de Bibliotecas Municipais; Promoção, Reabilitação e Gestão do Parque Habitacional; Gestão de Frota; Promoção e Sensibilização Ambiental; Espaços Verdes; Higiene Urbana; Mercados e Feiras; Cemitérios; Apoio Administrativo; Ação Social, Saúde e Juventude; Gestão de Recursos Humanos; Tecnologias e Sistemas de Informação; Compras; Gestão; Medição e Melhoria”.

Em 2015, foi dada continuidade ao processo de implementação do SGQ no Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil (DPMPC), encontrando-se o mesmo em curso, sendo que se prevê a sua Certificação em 2016.

Durante o ano de 2015, foi, também, dado prosseguimento ao projeto de implementação do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), em curso no DAE. Este Projeto tem continuidade para 2016, ano em que se prevê dar prioridade, no âmbito do SIGQAS, à Certificação do Serviço de Recolha de Resíduos Urbanos, da Divisão de Higiene Urbana (DHU).

No decorrer de 2015 foram iniciadas, tendo-se mantido ao longo do ano, as sessões de trabalho com a área financeira (DGF, DGP, SEF e Tesouraria) do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF) visando a implementação do SGQ nestes serviços, tendo em vista a sua Certificação em 2016, sendo que a DCP já tem Certificado o Processo Gestão das Compras

A formação relacionada com os referenciais normativos dos Sistemas de Gestão foi igualmente uma preocupação do Núcleo de Gestão da Qualidade, tendo este Núcleo participado nas seguintes ações:

- › Conferência “ISO 9001 e ISO 14001 – Perspetivas Futuras”, realizada em Lisboa no dia 26/02/2015, pela APCER, com o objetivo de sensibilizar as organizações para as alterações das respetivas normas (ISO 9001 e ISO 14001);
- › Seminário “Desafios de uma Certificação Integrada”, promovido pelo Município do Porto, no qual foram apresentadas diversas temáticas, estratégias e perspetivas de implementação sobre as várias disciplinas – Qualidade, Ambiente, Segurança, Recursos Humanos, Energia – que podem integrar os Sistemas de Gestão. Este evento, integrado no Ciclo de Seminários “Ser Humano”, realizou-se no Auditório da Biblioteca Almeida Garrett, na cidade do Porto, no dia 19/11/2015.

No domínio do Núcleo de Atendimento Genérico e Apoio ao Cidadão, é da responsabilidade da DGO o atendimento genérico presencial, *online*, o atendimento telefónico geral, a gestão do canal do email Geral, a gestão de reclamações, o atendimento dos Espaços do Cidadão (extensões da Loja do Cidadão), as portarias e receções.

No que respeita ao Atendimento Genérico Presencial, foram abertos dois novos Espaços do Cidadão. Um dos espaços foi inaugurado em abril, no Centro Comercial Oeiras Parque e o outro

em junho, em Algés. Com a conversão em novembro de 2014 dos Balcões Multisserviços em EdCs e a abertura destes dois novos Espaços, os cidadãos podem aceder aos serviços disponibilizados pelo Município e pela Administração Central, numa lógica de atendimento digitalmente assistido. O número de formalidades disponíveis passou de 70 para 104.

Nº Atendimentos

No ano de 2015, o número de atendimentos aumentou substancialmente em relação a 2014:

TABELA 4 – ATENDIMENTO PRESENCIAL ESPAÇOS DO CIDADÃO

Resultados globais	
2014	2015
34.458	44.172

Como se pode constatar no ano de 2015 foram atendidos mais 9.714 cidadãos/munícipes do que em 2014.

No atendimento presencial nos Paços do Concelho, no ano de 2015, continua a não haver registo do número de atendimentos. Esta inexistência de registos para análise, deve-se ao facto do sistema “*marca a vez*” se encontrar avariado, estando o processo de aquisição em curso e sob a responsabilidade da DTSI. No balcão de Atendimento Genérico, sob a responsabilidade da DGO, foram emitidas 9746 guias no total de 1.014.030,54€ referentes às rendas de casa, mercados, feira de velharias, resíduos sólidos, canídeos, cemitérios, atividade física, publicidade e ocupação de espaço público e outros pagamentos.

No que diz respeito ao Atendimento Telefónico Geral, em 2015 foram registadas 103.145 chamadas telefónicas rececionadas e atendidas com sucesso. Comparativamente ao ano transato registou-se um decréscimo de 11% (menos 12.329 chamadas que em 2014). Assegurou-se, igualmente, o registo e envio ao DAE de 3.590 fichas de intervenção, mais 358 que no ano de 2014.

Relativamente à gestão do *e-mail* geral do Município, registamos em 2015 uma média de 150 mensagens/dia. Estas são devidamente reencaminhadas e/ou respondidas no prazo máximo de 24H.

No âmbito das reclamações foram registadas, durante o ano 2015, no DGO-NAGAC um total de 493 reclamações da responsabilidade do Município, cujo conteúdo foi dado conhecimento às Unidades Orgânicas responsáveis e solicitada a devida resposta no prazo legal de 15 dias.

Ainda no concerne à auscultação do munícipe, através do portal “O Meu Bairro” foram reportadas 815 ocorrências, que por sua vez foram remetidas às diversas Unidades Orgânicas.

Em matéria de gestão de conteúdos e comunicação, a DGO em colaboração com o GC e a DTSL, continuou a colaborar no projeto para a reestruturação/redefinição do *site* institucional.

No que se refere ao portal Intranet, além da gestão dos conteúdos das áreas organizativas a DGO continuou a colaborar com o GC na publicitação/divulgação de conteúdos neste portal. Durante o ano de 2015, continuamos a assegurar em articulação com a DRH e o GC, a conceção, produção e redação do Páginas de Encontro.

Em colaboração com a DGP, o GPDEIG, o GC, o GCAJ e a DASSJ procedeu à avaliação dos projetos e elaboração do relatório final relativo ao segundo processo do Orçamento Participativo para o biénio 2014/2015.

Vocacionado para informar sobre os direitos e deveres dos consumidores e para apoiar na mediação de conflitos de consumo, o Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor (SMIAC) prosseguiu a sua atividade de atendimento aos nossos munícipes, quer presencialmente, quer por telefone ou pelo correio eletrónico. Destinadas especialmente aos funcionários do nosso Município, o SMIAC divulgou, ao longo do ano, diversas informações, recomendações e guias através da intranet.

O Serviço de Arquivo Municipal – SAM continuou, no ano de 2015, a sua colaboração no projeto que originou a elaboração do Plano de Classificação para a Informação Arquivística da Administração Local. Iniciada uma segunda fase dos trabalhos, participou ativamente no projeto ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística, criado com o objetivo de rever as atuais portarias de Gestão de Documentos, numa perspetiva transversal a toda a Administração Pública. Este projeto continua a decorrer com o apoio da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e da Biblioteca (DGLAB) e conta com a colaboração, além do Município de

Oeiras, que esteve na origem e no momento do arranque deste projeto, dos Municípios de Alenquer, Amadora, Beja, Lisboa, Santarém, Sintra e Torres Vedras (membros permanentes) e de mais 64 municípios do país como membros observadores. Neste âmbito, foi também desenvolvido um trabalho de harmonização com a Administração Central do Estado no sentido de harmonizar os prazos de conservação e destino final da informação.

No âmbito da implementação de uma solução de gestão documental, transversal a todo o Município, o SAM esteve envolvido até ao mês de março de 2015 na formação de cerca de 180 utilizadores da aplicação SGD, tendo a implementação da mesma sido interrompida, pelo que a partir desse momento, a equipa do SAM afeta a este projeto continuou a prestar apoio aos utilizadores do SGD que até àquele momento tinham visto a solução implementada nas suas unidades orgânicas. Simultaneamente, a mesma equipa começou a ter contacto com o novo projeto de implementação do *Edoclink*, sempre em estreita colaboração com a DTSI na análise de requisitos e na elaboração de testes, tendo iniciado em outubro a formação de utilizadores, com vista ao arranque transversal da aplicação em 2016. Apesar de a formação ter sido temporariamente interrompida, devido a problemas técnicos, chegaram a ser formados, em 2015, 298 utilizadores e *key users* da aplicação. Neste contexto, foram ainda feitos, em parceria com a Link (empresa fornecedora do aplicativo *Edoclink*), levantamentos da realidade de todas as unidades orgânicas no que concerne a produção, gestão e utilização da informação.

Proseguiu-se também com o tratamento e divulgação da documentação histórica e das coleções fotográficas, assim como das coleções de material promocional do município e de ofertas à Presidência, através do Arquivo Online e da Pesquisa Integrada de Conteúdos. Os Livros de Atas das Reuniões da Câmara Municipal continuaram a ser descritos de forma mais detalhada, tendo em conta o elevado grau de criticidade da informação aí contida, não só para a história do Município, mas também como solução para uma resposta mais breve aos frequentes pedidos de consulta e reprodução destes documentos.

Os Processos de Obra Particular continuaram a ser digitalizados, tendo crescido substancialmente o número de pedidos através do portal de Serviços *online*, através do qual foram satisfeitos 107 pedidos de consulta online e 135 pedidos de digitalização provenientes da DLAA/IMI. Ao todo, foram digitalizados 677 processos, num total de 202 084 imagens. A digitalização de documentos é sempre antecedida do tratamento de cada um dos volumes (que consiste no expurgo de duplicados e na remoção de todos os elementos metálicos como agrafes e ferragens), à descrição, indexação de dados, digitalização e controlo de qualidade. É

de salientar que sempre que um processo já se encontra digitalizado, é imediatamente fornecido, com ganhos evidentes de eficácia na resposta dada aos clientes internos e externos do SAM, bem como na preservação de documentos originais. Foram também tratados e digitalizados, para além dos livros de atas das reuniões do executivo municipal e dos processos de obras particulares, processos de obras municipais, um projeto de urbanização, editais, e material promocional do Município. Ao todo, foram validados e tornados acessíveis pelo SAM, através do Arquivo Online, 13.601 registos, com maior incidência nos processos de obra particulares e na fotografia, mas também na documentação histórica.

Ainda em 2015, continuou a decorrer um conjunto de ações de divulgação do património à guarda do SAM, quer através da publicação de artigos nos canais de comunicação, internos e externos, do Município, quer da organização de várias ações. Destas iniciativas destacaram-se um *Peddy Paper* realizado em março em Caxias, em colaboração com a DCT, a exposição *Rogério Gonçalves: uma vida dedicada a Paço de Arcos*, patente desde 25 de novembro na Biblioteca de Oeiras, e ainda, a exposição *Memórias em Arquivo*, que depois de ter estado patente durante duas semanas, em abril, no centro Comercial Oeiras Parque, acabou por se tornar numa exposição itinerante, que fortaleceu o contacto do Arquivo Municipal com as escolas do Concelho. A exposição esteve patente inicialmente na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Carnaxide, e posteriormente na Escola Secundária Sebastião e Silva (antigo Liceu de Oeiras).

Quanto à satisfação de pedidos de consulta de informação, no ano de 2015 foram fornecidos 13.471 volumes de processos, dos quais 1.007 com carácter de urgência. Foram ainda recebidos e devidamente tratados e acondicionados 4817 documentos para apensar a processos à guarda do Arquivo Municipal. Entre processos entrados e saídos, o SAM movimentou mais de 20.000 volumes de processos. Relativamente a pedidos provenientes de clientes externos, o SAM apoiou 143 pedidos de consulta presencial na sala de leitura, com a consulta de 634 volumes de processos. Foram ainda satisfeitos 28 pedidos de consulta às coleções de fotografia, que se traduziram em 800 fotografias pesquisadas e recolhidas e em 208 imagens digitalizadas e cedidas aos utilizadores.

No âmbito da avaliação e seleção documental foi dada continuidade à análise e avaliação dos documentos cujos prazos de conservação haviam terminado. A avaliação e eliminação de documentos, essencial para uma gestão eficaz do espaço em depósito, é determinante para assegurar as crescentes necessidades de incorporação de documentação por parte dos serviços.

Foram avaliados cerca de 150 metros lineares (ml) de documentação e eliminados mais de 120 ml de documentos relativos a diversas unidades orgânicas como a Gestão Financeira, Tesouraria, Recursos Humanos, Formação e Valorização Profissional, Contratação Pública, Serviços Gerais, Obras e Edificações Municipais, Gabinete da Presidência, Desporto, Gabinete de Eleições, Divisão de Gestão Organizacional. Foi ainda feito o expurgo dos duplicados e triplicados dos requerimentos não licenciados existentes nos processos de obra de particulares.

Tendo em consideração os diversos desafios com os quais o Arquivo Municipal se depara, a atualização de conhecimentos é tida como fundamental para os trabalhadores do SAM. Tiveram, então, oportunidade de participar em seminários, congressos e ações de formação. Realizou-se uma primeira ação de formação destinada exclusivamente aos assistentes operacionais e assistentes administrativos em funções no SAM, para aquisição de conhecimentos e conceitos básicos na área da arquivística. Ainda neste contexto, o Município foi representado pelo SAM com a apresentação de trabalhos em congressos, designadamente, na Jornada “Gestão de Informação: interação entre arquivistas e informáticos”, em Torres Novas com *A Gestão Documental no Município de Oeiras: percurso multidisciplinar de aprendizagens*, pela primeira vez com a apresentação conjunta, de um projeto por um elemento do SAM e por outro da DTSl. Em representação do supracitado Projeto ASIA, da autoria de alguns dos seus elementos e com a representação da equipa técnica do SAM, foi apresentado o trabalho *Implementação do projeto de Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): tecendo relações*, no 12.º Congresso da BAD, em Évora.

Na área do Expediente e Licenciamentos Diversos, durante o ano de 2015, geramos uma receita na ordem 2.031.078,88€, nos postos emissores “03” para a emissão de guias referentes ao pagamento dos vários licenciamentos e no “34”, relativo às rendas de casa, mercados, feira de velharias, resíduos sólidos, caniços, cemitérios, atividade física, publicidade e ocupação de espaço público e outros pagamentos.

No Expediente registamos através do Sistema de Gestão Documental – SGD, 45478 entradas e a 25891 saídas (sem contabilizar o registo de entradas e saídas do Urbanismo que é autónomo). A extensão do SGD nas restantes unidades orgânicas tem sido fundamental para reduzir a circulação dos documentos em suporte de papel e o serviço de entrega presencial dos documentos (TAC) nos diversos edifícios municipais e outras entidades.

Em matéria de circulação da comunicação/decisão municipal, privilegiamos a circulação/divulgação dos impressos de aplicação geral (despachos; circulares; outros) através da Intranet e sua difusão por *e-mail*.

Na área do Apoio aos Órgãos Municipais, durante o ano de 2015, foram elaboradas 59 atas das reuniões da CM e da AM, estando acessíveis na Internet e Intranet. Foram, ainda, elaboradas 10 atas dos diferentes Conselhos/Comissões Municipais pelo apoio à AM.

Relativamente à atividade de análise administrativa e jurídica das PD - Propostas de Deliberação, foram elaborados 22 relatórios sobre todas as PD submetidas a reunião de câmara. No que se refere à análise prévia de PD foram analisados e respondidos 524 pedidos, num universo de 1.058 PD aprovadas pela câmara municipal, sendo que os assuntos maioritariamente tratados nos memorandos técnicos dizem respeito à contratação pública, a atribuição de subsídios, ao setor empresarial local, à tributação autárquica, à reabilitação urbana, ao regime jurídico-laboral, à habitação social, à regulamentação municipal, ao urbanismo, entre outros.

Unidade de Serviços Gerais

Na Unidade de Serviços Gerais, em 2015, aumentamos os custos nas áreas da limpeza de instalações e na prestação de serviços especiais. Tais aumentos deveram-se, por um lado, à impossibilidade de contratualização de recursos humanos para reforçar a equipa interna da limpeza e conseqüente aquisição de serviços. Por outro, o aumento da despesa com a prestação de serviços especiais, deveu-se ao aumento do número de eventos/iniciativas institucionais e conseqüente oferta de *beberetes*, *coffee-breaks* e afins.

Quanto à prestação de serviços de reprografia/equipamentos multifunções, verificamos uma redução da despesa devido à renegociação dos preços contratuais e a aplicação de regras mais restritivas quanto à reprodução de cópias. De igual forma, reduzimos o valor da despesa, relativa à prestação de serviços de vigilância, apostando na presença de Assistentes Operacionais, com dificuldades de mobilidade motora, nas portarias.

A taxa de execução do PDE da DGO foi de 92%.

Foram superados 3 objetivos:

- › Melhorar a satisfação dos munícipes com o serviço de atendimento ao público;
- › Resposta/resolução de reclamações, legítimas e da exclusiva atribuição do Município;
- › SGQ - Coordenar a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - ISO 14001 - e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) - OHSAS 18001 - visando dar continuidade à aplicação do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), no Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE).

Foram cumpridos 3 objetivos:

- › Desenvolvimento da área do munícipe no Portal Serviços Online do Município e no Balcão do Empreendedor (Licenciamento Zero), disponibilizando mais formalidades/serviços;
- › Maximizar a gestão e a boa aplicação das ferramentas do Modelo Integrado de Gestão (MIG) e monitorizar os seus resultados;
- › SGQ - Manter a Certificação e promover a Extensão do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) a novas áreas de atuação do Município.

Não foram cumpridos 3 objetivos:

- › Promover e disponibilizar o espólio do SAM através de diferentes atividades;
- › Disponibilização de informação ao público interno e externo (registos disponibilizados através da aplicação X-Arq);
- › Formação de utilizadores SGD.

A taxa de execução das GOP, ao nível dos compromissos, foi de 96%.

Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação

O ano de 2015 deu início à forte aposta do Município na integração dos Sistemas de Informação através de desenvolvimento de Arquitectura Aplicacional assente em serviços SOA (*Service Oriented Architecture*) que permite a transformação das funcionalidades de cada solução em serviços integrados e disponíveis entre todo o conjunto de aplicações que suportam as tarefas do Município.

Face ao caminho traçado, surge a aposta na contratação do Projeto ERP-Receita, composto por módulos aplicativos transversais à área da receita financeira, para integrar com o sistema implementado na área da despesa, inexistentes na atual arquitectura transaccional (ERP - AIRC), recorrendo a fornecedor externo para o efeito. A seleção da entidade assentou na experiência que a mesma detém na área de desenvolvimento aplicacional em organizações da Administração Pública, experiência técnica na área financeira e a reconhecida capacidade de inovação tecnológica a acrescer ao fato de que a mesma possui soluções de informação implementadas no SIMAS – Serviços Inter Municipais de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, do qual foram obtidas boas referências enquanto fornecedor na área de Sistemas de Informação. O presente projeto de implementação de solução transversal de módulos da área da receita encontra-se já desenvolvido e a decorrer em paralelo em grande parte dos módulos, prevendo-se que seja totalmente implementado durante início de 2016. Ainda dentro deste desafio, apresentando-se imperativo assegurar as melhores soluções e tecnicamente passíveis de total integração com a arquitetura preconizada, foi realizada a contratação de nova solução de Gestão Documental (EdocLink) e de serviços de configuração/implementação de solução de Gestão do Atendimento com Gestão da Relação com o Munícipe (CRM), assim como dos serviços de configuração/implementação de módulo aplicacional SOA, solução de OpenSource (software livre).

O Projeto de Gestão Documental do Município de Oeiras, tendo sido formalmente assumido pelo executivo como prioridade para a organização na medida das vantagens que apresenta, assumiu ainda maior importância face a esta alteração de solução técnica, face à maior integração aplicacional que disponibiliza. O calendário previamente estabelecido para implementação desta solução prolongou-se para além de Dezembro 2015, tendo as tarefas e adaptações técnicas assumido o principal focus de atenção durante este período. A par com os restantes projetos, estima-se que esteja implementado durante início de 2016.

O Projeto de Gestão do Atendimento com Gestão da Relação com o Múncipe (CRM), assim como a implementação do módulo SOA, decorreu durante finais de 2015, encontrando-se concluído no final de Dezembro de 2015. Este projeto, com integração direta com solução de Gestão Documental relativamente aos fluxos de dados e documentação e com consulta direta aos movimentos financeiros dos novos módulos da receita, trará uma melhor qualidade de serviço prestado ao Múncipe, assim como gestão financeira mais eficiente por parte da edilidade.

No contexto das soluções de sistemas de informação desenvolvidas internamente relevam-se os projetos de maior impacto para o município, entre os mesmos, o Projeto DCP Processos, com a introdução de novas funcionalidades e *reports* estatísticos para gestão mais eficiente da unidade orgânica e responder a modelos de gestão implementados no Município, a saber MIG (Modelo Integrado de Gestão), SIADAP, PDE (Plano Desenvolvimento Estratégico), entre outros. Foi dado apoio às Eleições Legislativas de 4 Outubro de 2015, com a preparação e suporte aplicacional ao apuramento dos resultados, assim como à respetiva publicação no *site* desenvolvido para o efeito. Ainda no âmbito dos projetos desenvolvidos internamente, foi criada a Página “Para onde vai o meu dinheiro?” em articulação com outros serviços internos, que permite aos Municípes consultarem por áreas de intervenção do município a distribuição percentual dos impostos afetos à Administração Local (Oeiras), na proporção dos seus rendimentos. Durante 2015 foram desenvolvidas novas funcionalidades em soluções internas que já se encontravam implementadas e que revelam a gestão do processo evolutivo das mesmas por parte da DTSI, sempre com a ambição de melhor suportar tecnicamente as tarefas sob competência das várias unidades orgânicas. Entre as várias soluções que se enquadram nesta situação, releva-se o desenvolvimento e implementação da nova versão do SND – Salão Nobre Digital, Integração de novas funcionalidades na solução PROMAAD – Site de Oferta Desportiva do Concelho, exploração e integração de novos procedimentos na WIKI interna da informática, Prova de Corta Mato, Prova do Troféu de Atletismo do Concelho, Travessia Bessone, entre outras. A par da evolução destas soluções, foram também desenvolvidos vários Formulários Web a pedido dos serviços que lhes permitissem assegurar ações de inscrição/matricula em eventos ou provas promovidos pela edilidade.

Ainda durante este período foi dado início ao desenvolvimento do Portal da Assembleia Municipal com base nos requisitos identificados no período transato e sem custos diretos para o Município, em razão de estar a ser criado recorrendo apenas a recursos técnicos internos. Prevê-se que esta solução esteja concluída no início de 2016. Paralelamente a este projeto foi

também realizado planeamento e levantamento de requisitos por parte de grupo de trabalho para a construção do Novo Site Institucional, cujo desenvolvimento aplicacional se prevê que tenha lugar ao longo de 2016.

Com a Metodologia de Gestão de Projetos implementada desde Setembro de 2014 de acordo com o PMI (*Project Management Institute*), o ano de 2015 veio consolidar a utilização das ferramentas de suporte à mesma pelas equipas da DTSI, tendo sido fundamental para a boa gestão das várias fases dos projetos que integram a Arquitetura SOA, principal desafio assumido por esta unidade orgânica para este período. De facto, o conhecimento e as ferramentas técnicas desta natureza que estão disponíveis permitem maiores níveis de eficiência e transparência na Gestão de Projetos de Sistemas de Informação do Município.

No âmbito das operações realizadas, importa relevar a continuidade realizada na manutenção da solução de gestão de refeições, implementada na totalidade das escolas públicas EB1/JI no ano transato de 2014. Foi também dada continuidade a manutenção da versão do Projeto KOHA – Gestão de Bibliotecas Municipais, assegurando também o suporte evolutivo do projeto recorrendo à equipa interna da DTSI e da DBDI na gestão desta solução de licenciamento livre e de código aberto (*OpenSource*). Ainda no âmbito operacional do atual ERP (AIRC) implementado no Município, durante o período em análise foi dada continuidade ao especial focus nos módulos da área de Recursos Humanos, e nas constantes adaptações ao quadro legal tributário em constante alteração, decorrente das medidas do Governo na redução de vencimentos da Função Pública.

Tratando-se de aposta de relevo desta unidade orgânica, nomeadamente a integração da DTSI no Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Oeiras, durante o período em análise foi dada continuidade à gestão do processo de suporte interno “PGPI - Processo de Gestão de Pedidos de Intervenção” e tendo sido novamente reconhecidos os bons resultados obtidos para 2015 pela auditoria interna e externa (APCER).

Unidade de Infraestruturas e Administração de Sistemas

Relativamente às Infraestruturas e Administração de Sistemas a operacionalização categoriza-se essencialmente por duas áreas de intervenção distintas: estudo, implementação e acompanhamento de projetos, suporte e manutenção da atual infraestrutura.

A UIAS assegura o serviço de disponibilização de *websites* e aplicações, permitindo assim a presença e existência nas mesmas em ambiente Internet. Entre as aplicações publicadas encontra-se o catálogo *on-line* das bibliotecas de Oeiras, o blog “Olhos de Gigante”, sites de eventos do Desporto como a “Corrida do Tejo”, “Salão Nobre Digital”, “Salão Nobre Municipal”, assim como o “Site Municipal”. O ambiente disponibilizado garante uma disponibilidade acima de 99,99% e débitos de acesso bastante confortáveis, o que faz com que seja uma solução fiável e robusta.

No âmbito das comunicações sem fios, para além das soluções de rede sem fios que se encontram disponíveis para utilização dos utilizadores de alguns dos edifícios onde se encontram localizados serviços municipais, destaca-se a manutenção técnica realizada dos locais que em 2014 integraram o projeto Oeiras WIFI, permitindo a qualquer munícipe aceder à Internet de forma simples e segura. Os locais referidos são as praias e bibliotecas do concelho, Fábrica da Pólvora, Porto Recreio e jardins do Palácio do Marques. Ainda neste âmbito, foi dada também manutenção às redes *wireless* implementadas para acesso gratuito dos munícipes à Internet nas três bibliotecas municipais.

Durante o ano de 2015 foi dada continuidade à manutenção da infraestrutura de suporte aos diversos projetos em curso dos Sistemas de Informação nomeadamente através da gestão contínua da solução de armazenamento centralizado de informação, bem como a adequação dos equipamentos adstritos aos colaboradores das diversas unidades orgânicas às necessidades demonstradas. Sobre a disponibilidade dos ambientes mantidos a mesma foi de 99,9% para o Site Institucional, 99,98% para correio eletrónico, 100% para acesso à Internet e 99% (no horário de expediente) para as comunicações de voz e solução de atendimento.

No âmbito da vídeo segurança durante 2015 foram otimizadas e uniformizadas as infraestruturas existentes, dando continuidade à substituição de equipamentos obsoletos e que não permitiam a integração em solução de visualização única. Neste âmbito, foram também realizadas tarefas de manutenção do parque de equipamentos desta tipologia instalados nos vários edifícios de propriedade do Município.

Tendo presente os objetivos do PAESO (Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras), continuamos a promover a substituição gradual de equipamentos consumidores de energia, nomeadamente servidores, computadores, impressoras, etc., por outros mais eficientes de forma a ser obtida uma poupança de energia de 546 MWh no ano 2020.

Do ponto de vista de aplicações de suporte à infraestrutura, mantém-se a estratégia de adoção de *software* tipo freeware, onde a mais-valia se traduz na ausência de custos de aquisição e manutenção. Neste âmbito foram reforçadas as competências e usabilidade dos *softwares* freeware de sistema operativo servidor, dispondo o município atualmente de cerca de 25% dos seus servidores suportados por sistemas operativos Linux.

Na vertente mais operacional de suporte e manutenção da atual infraestrutura, destacam-se como tarefas principais desenvolvidas: o suporte contínuo aos utilizadores e serviços, manutenção de equipamentos e serviços informáticos, nomeadamente correio eletrónico, internet, telefones, sistemas de atendimento, sistemas de segurança, a gestão do diretório de utilizadores, manutenção do centro de dados, administração de sistemas e bases de dados, bem como a gestão do parque informático, tarefas essas que contam com um sistema de atendimento centralizado (*Service Desk*) baseado nas melhores práticas ITIL, traduzindo-se na criação de ponto único de contacto (*Single Point of Contact*). Ainda na vertente operacional, no que concerne às aplicações, salienta-se o suporte aos projetos em curso, nas componentes de comunicações e sistemas, nomeadamente na disseminação das novas funcionalidades do ERP (ex: Intranet, MyNet, ePaper, gestão documental, etc.). É de realçar também o suporte presencial disponibilizado durante 2015 às escolas, nomeadamente através do apoio técnico para resolução de incidentes relacionados com a infraestrutura tecnológica.

Divisão de Recursos Humanos

A Divisão de Recursos Humanos, doravante designada por DRH, tem por missão definir, instituir e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, assegurando elevados níveis de desempenho, envolvimento e coresponsabilização, promovendo a partilha de conhecimento e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, de forma a garantir o cumprimento das obrigações legais e dos objetivos organizacionais, nunca descurando a procura da excelência nos serviços que presta.

A Lei de Orçamento de Estado em 2015, em matéria de medidas com impacto ao nível dos recursos humanos, não introduziu alterações significativas àquelas que já vinham a ser

aplicadas. A proibição de valorizações remuneratórias e o congelamento das progressões na carreira continuaram a ser uma realidade.

Todavia, há que registar a reversão de 20 % da redução remuneratória, aplicada a vencimentos acima dos 1.500€ e, ainda, a alteração das regras de controlo da despesa com pessoal, não se perpetuando a obrigatoriedade de redução de 2 % de trabalhadores ao ano no caso das entidades que se encontrem em situação de equilíbrio financeiro (como é o caso do Município de Oeiras). O limite da despesa com pessoal é aferido através do cálculo da despesa com pessoal e aquisições de serviço com pessoas singulares que, sendo inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobradas nos últimos 3 anos, permite ao Município o recrutamento em 20% da margem disponível entre aquele valor e a despesa com pessoal verificada no final do ano transato.

No que respeita ao Recrutamento, foram abertos 34 Procedimentos de contratação, 25 para cargos de direção intermédia; 3 para carreira a técnica superior, 1 para assistente técnico e 5 para assistente operacional.

Com vista a desenvolver uma cultura organizacional saudável e cooperante, continuámos a apostar na motivação. Foi nesta lógica que dinamizamos a Mobilidade Interna, iniciativas de *Team-Building* e demos continuidade ao Plano de Formação Interna.

Ao nível da Mobilidade Interna, foram conduzidos 31 processos, mais 5 que no ano anterior, constatando-se um grau de satisfação de 92%, nos trabalhadores mobilizados.

A 1ª ação, de *team-buiding* dinamizada, contou com a participação de 282 trabalhadores, de diferentes categorias profissionais, sob o tema “UAU ME!”- como surpreender e criar valor na sua vida pessoal e profissional. Aferindo a satisfação dos participantes, foi registada uma taxa de 80%.

A 2ª ação designada de: “MISSÃO IMPOSSIVEL”, realizou-se no dia 2 de Novembro e contou com 45 participantes (Dirigentes e executivo Municipal), obtendo-se uma taxa de satisfação de 85%.

De entre os projetos previstos para 2015 a DRH, desenvolveu em parceria com o Haygroup (entidade externa na área da consultoria), uma avaliação ao Dimensionamento da Estrutura Humana “Projeto de Otimização de Recursos Humanos”, que decorreu entre abril e julho.

Até final de dezembro de 2015, foram realizadas 162 ações de formação, tendo sido as áreas das humanidades, ciências empresariais, informática, direito, proteção de ambiente e serviços de transporte, as mais representadas.

Continuando a promover a Responsabilidade Interna e Externa do Município, desenvolvemos as seguintes atividades:

Ao nível da Responsabilidade Social Interna, deu-se continuidade ao apoio a trabalhadores e suas famílias em situação de vulnerabilidade a nível económico e social. O apoio social em alguns casos foi consolidado, através do Fundo de Emergência Social (FES), que visa um apoio extraordinário em situações de comprovada carência e na procura de respostas sociais. Neste ano foram acompanhados 25 processos, que resultaram em 288 atendimentos sociais.

Através do Núcleo de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, garantimos o apoio na doença ao trabalhador, no ativo, aposentado e seus familiares, através da realização de consultas médicas e de acompanhamento psicológico.

Este ano foram realizadas 3.269 consultas, (mais 900 do que no ano anterior) e acompanhados em consulta de psicologia 161 casos, (mais 5 casos que no ano anterior). A elevada procura deste serviço, poderá estar relacionada com 2 aspetos: por um lado a introdução de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, e por outro, o tempo de espera por consultas nos Centros de Saúde e Hospitais.

No âmbito da Responsabilidade Externa do Município, e em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), foram integrados 56 trabalhadores. Os principais objetivos desta parceria, é promover a empregabilidade, evitar o isolamento, desmotivação e marginalização de pessoas em situação de desemprego.

Ao Nível da Higiene e Segurança no Trabalho, foram realizadas 2 reuniões com a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho, tal como planeado. Foram realizadas 28 visitas a locais de trabalho, tendo sido resolvidas 9 não conformidades detetadas.

O Plano Anual de Medicina do Trabalho, registou uma taxa de 96%, isto é, das 1.150 consultas planeadas, foram convocados para consulta 1.107 trabalhadores.

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro foram registados 200 processos de acidentes de trabalho, que se traduziram na perda de 15.277 dias.

Em relação ao ano anterior verificou um aumento de 10 processos de acidente de trabalho, com um forte impacto ao nível do número de dias perdidos. Em 2015, registaram-se mais 6.281 dias, do que no ano anterior.

É de referir que em 2014 os trabalhadores acidentados eram acompanhados clinicamente pelos Médicos e Enfermeiros do NSHST, tendo passado em 2015 este acompanhamento para uma Seguradora.

De referir que ao nível dos objetivos operacionais previstos no Plano de Desenvolvimento Estratégico, na sua maioria foram superadas as metas. Apenas a meta de redução de 1% dos dias perdidos por acidente de trabalho, não foi concretizado.

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano, ao nível de compromissos, situou-se nos 97%, respeitando a despesa planeada com aquisições de bens e de serviços.

Por fim refere-se o aumento das despesas com pessoal em 2015, em virtude da integração de 441 trabalhadores a partir de 1 de Novembro, ao abrigo do Contrato Interadministrativo (558/15), de Delegação de Competências celebrado entre o Ministério de Educação e Ciência e o Município de Oeiras e do recrutamento de 134 novos trabalhadores ao abrigo da Clausula 19, nº 13, do mesmo contrato.

O rigor no acompanhamento e controlo da execução do orçamento de pessoal, permitiu atingir uma execução de 95,78 %.

Divisão de Gestão Financeira

A Divisão de Gestão Financeira, tem ao longo dos últimos anos, efetuado um esforço no sentido de garantir uma estrutura financeira equilibrada garantindo o cumprimento dos objetivos Municipais, sem colocar a entidade em risco financeiro, seja de uma perspetiva de curto prazo como de longo prazo, atendendo aos novos desígnios legais, que estabelecem um quadro de previsão da despesa plurianual.

Nesta ótica, e com o intuito de ajustar o Orçamento Municipal às reais necessidades financeiras, atendendo a que este é um instrumento previsional, e como tal no decorrer da sua execução é necessário proceder a ajustamentos, pelo que a DGF, durante o ano de 2015, efetuou 14

alterações e 3 revisões orçamentais, assegurando a existência de Fundos Disponíveis, necessários quer à atividade corrente.

Também ao nível do cumprimento dos prazos de pagamento, é de salientar o esforço que a Divisão tem vindo a desenvolver junto dos serviços municipais, no sentido de garantir um prazo de pagamento inferior a 90 dias, situando-se para o ano em análise, numa média anual de 60 dias.

Relativamente à componente da Receita Municipal, importa evidenciar as substanciais melhorias quanto ao seu registo, decorrente da implementação da aplicação de gestão de faturação, a qual permitiu emitir diversos tipos faturas, e facilitar todo o processo de gestão e monitorização desta componente orçamental, designadamente ao nível do controlo da dívida da receita.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que a DGF tem vindo a assegurar o cumprimento dos limites impostos por lei, designadamente ao nível do cumprimento da execução da receita, que no ano de 2015, registou uma taxa de execução de 97,3%.

Unidade de Planeamento, Orçamento e Controlo

Um dos pilares estruturais da atuação da Unidade de Planeamento Orçamento e Controlo, prende-se com a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, assim como o seu acompanhamento, controlo e avaliação da sua execução ao longo do ano, promovendo informação de relevo referente ao desempenho do Município, especificamente na sua vertente financeira, garantindo a implementação e execução dos seus objetivos estratégicos.

Atendendo às novas regras legais, decorrentes da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, durante o ano de 2015, foi elaborada promovida a verificação constante do limite da Dívida Total, numa articulação direta com as Empresas do Setor Empresarial Local, de modo a garantir a divulgação de informação de cariz financeiro para reporte às entidades reguladoras e ainda a análise mensal aos Fundos Disponíveis, em total articulação com a Divisão de Gestão Financeira de modo a garantir a estabilidade das operações do Município, necessária quer à atividade corrente, quer à realização de investimentos.

Com base no princípio da transparência, associado ao dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, informação sobre a situação financeira da entidade, a UPOC desenvolveu conjuntamente com o Gabinete da Comunicação e com a Divisão de Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação o aplicativo “Para onde vai o meu dinheiro?” que visa, em termos genéricos, espelhar a utilidade que o município dá aos impostos que são pagos por cada contribuinte, repartido pelas diversas áreas funcionais adstritas à Administração Local.

A UPOC submeteu, pela quarta vez consecutiva, o Reporte de Contas relativo ao Exercício Económico de 2014 relativo à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos (RU), uma das três atividades objeto de regulação pela ERSAR. Os custos apurados para a Atividade de Gestão de Resíduos representam cerca de 15% do custo global contabilizado, um peso que apresentou uma variação, face ao ano anterior, da ordem do ponto percentual (15% em vez dos 14% registados em 2013).

(Unid.: Euro)					
Tipo de Custo	Resíduos Urbanos (RU)	Peso Relativo face ao Custo Total Apurado (%)	Outras Atividades (OAS)	Peso Relativo face ao Custo Total Apurado (%)	Total
Custos Diretos	12.177.091,91	18	56.236.604,56	82	68.413.696,46
Custos Indiretos	2.788.124,17	10	23.894.054,15	90	26.682.178,31
Custos Comuns	848.064,38	10	7.699.476,38	90	8.547.540,76
Total	15.813.280,46	15	87.830.135,08	85	103.643.415,54

Foi também, ainda neste seguimento submetida a proposta do Modelo de Tarifário para 2016 a qual foi elaborada por aplicação dos primeiros 23 artigos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação nº 928/2014 da ERSAR.

No sentido de dotar, de forma gradual, a atividade de gestão de resíduos urbanos do Município de Oeiras de um grau de cobertura dos gastos totais, por via tarifária, tendencialmente para os 100%, algo que se deverá atingir até final do período transitório, a que se refere o artigo 93º do Regulamento Tarifário (num total de 5 anos, cerca de ano e meio já decorrido), foi construído um tarifário que aponta para uma taxa de cobertura da ordem dos 85% do custo projetado para 2016 (cerca dos 9,59 milhões de euros).

Da análise comparativa dos tarifários, proposto para 2016 e aplicado em 2015, constata-se, tal como seria expectável, face ao imperativo legal da sustentabilidade económica do serviço, o aumento dos valores praticados por utilizador e por Tarifa, com maior expressão, nos propostos

para o Tarifário Normal a aplicar aos Utilizadores Não-Domésticos. Ainda assim, segundo parecer da ERSAR, o aumento não afeta a acessibilidade ao serviço.

Descrição	Tarifário 2016		Tarifário 2015		Var. V.A.		Var. %	
	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida
	(Unid.: Euro)							
Tarifário Normal								
Doméstico	0,0952	0,3518	0,0770	0,2844	0,0182	0,0674	23,7	23,7
Não Doméstico	0,3255	0,9923	0,1936	0,5694	0,1319	0,4229	68,1	74,3
Tarifário Social								
Doméstico	Isento	0,3518	Isento	0,2844	NA	0,0674	NA	23,7
Não Doméstico	0,0952	0,3518	0,0770	0,2844	0,0182	0,0674	23,7	23,7

Ainda no âmbito atividade de gestão de resíduos urbanos, a UPOC, em parceria com a Divisão de Higiene Urbana e o Gabinete Contencioso e Apoio Jurídico, tem vindo a colaborar na construção de um Regulamento Municipal para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana. Para além do apoio dado na elaboração de tal documento ficou a cargo da UPOC desenvolver a Fundamentação Económica e Financeira para a aplicação do respetivo Tarifário. É um trabalho de grande complexidade que carece de forte aprofundamento técnico relativamente à matéria em apreço, tendo por essa razão, resvalado a sua conclusão para 2016, no pressuposto de concretizar um documento mais eficaz e com maior justiça social.

Dando continuidade ao cumprimento do imperativo legal, instituído pelo POCAL, concernente à Contabilidade de Custos, o ano 2015 caracterizou-se pela maturação de conceitos, procedimentos e metodologias de trabalho a aplicar e a adotar pelos vários serviços municipais, para a qual a participação ativa e crítica destes se revestiu, indubitavelmente, de grande relevância e pertinência na qualidade e rigor da informação produzida.

A preocupação com a otimização da Contabilidade de Custos tem sido constante, quer por parte dos vários serviços municipais que mantiverem o elevado sentido crítico e total abertura à aplicação dos requisitos que foram sendo exigidos por parte do Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos, quer por este que deu continuidade ao trabalho de reflexão e de melhoria contínua do Processo de Operacionalização, na generalidade das vezes com recurso à participação ativa dos restantes atores no processo. Foram encetados durante o ano de 2015, todos os esforços para implementar esta ferramenta ao exercício da Divisão de Viaturas e Máquinas, tendo inclusivamente esta Divisão, diligenciado a adaptação da sua aplicação informática, por forma a promover uma resposta cabal às exigências da Contabilidade de

Custos. Foi por esta razão requerido aos serviços que identificassem o código do bem ou serviço sempre que solicitassem serviços de transporte.

Também a Tabela de Bens e Serviços foi objeto de otimização, uma vez que consiste num documento dinâmico, traduzindo a participação crítica e ativa de todos os serviços, de forma contínua e sistemática e mais próxima da realidade Municipal.

Divisão de Gestão Patrimonial

Em 2015 teve início a reorganização interna da divisão, procurando-se agilizar procedimentos e criar mecanismos de controlo sobre o fluxo de informação, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado e reduzir o tempo de resposta, bem como, regularizar situações pendentes.

O projeto de implementação do novo ERP, que se mantém em desenvolvimento desde o ano anterior, tem representado um elevado consumo de recursos e um forte desgaste de todos os que estão envolvidos no processo. Contamos que este investimento venha a dar resultados positivos, tendo em vista o debelar carências graves ao nível da inventariação e gestão de bens móveis e imóveis, na gestão e controlo de armazéns, na gestão de contratos, desenvolvimento de sistemas de alerta, entre outros, compensando assim todo o esforço e empenho dedicado a este tema.

Foram desenvolvidas bases de trabalho no sentido de preparar, para o próximo ano, a implementação do Gestor de Bens Móveis, procurando melhorar a gestão e redistribuição de recursos, dando resposta às necessidades de mobiliário e corresponsabilizando os serviços pela manutenção dos equipamentos em boas condições de uso.

No âmbito dos bens imóveis mantém-se o problema de fundo, que é nacional, relacionado com a elevada discrepância entre a realidade do território e os registos existentes (nas conservatórias, finanças e no próprio município), agravado pela inexistência de registo para os bens de domínio público e a falta de bases cartográficas.

O projeto em curso, de delimitação das áreas de domínio público e domínio privado, está a ser desenvolvido em parceria com o GPDEIG e o DPGU, contando com a colaboração do GCAJ, DOM

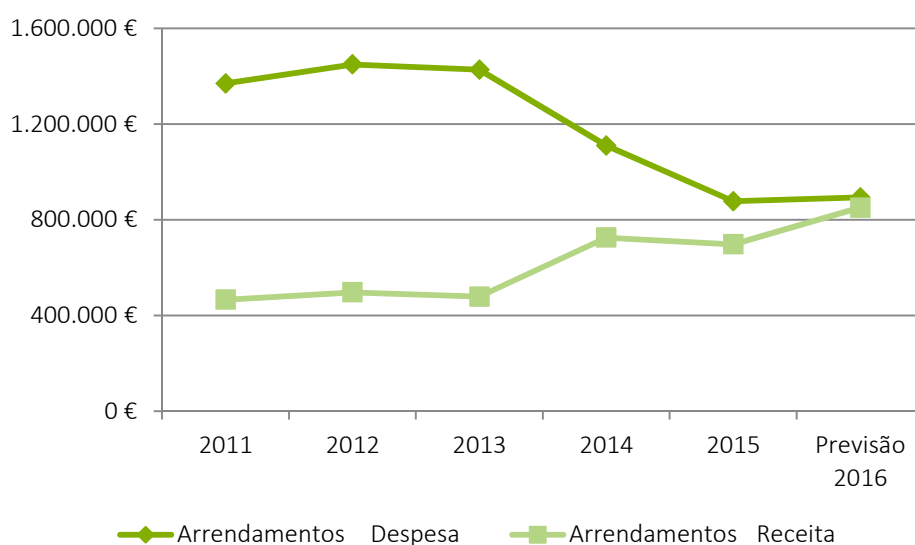
e DHRU, pretende atingir a inventariação em sistema informático do património com ligação a sistema de georreferenciação suportado pela cartografia do município.

A longa história do município e a elevada quantidade de registos que se encontram por realizar, bem como, a dificuldade em obter informação que permita concretizar o registo, valorizar o bem e atribuir-lhe uma vida útil, elementos essenciais aos lançamentos contabilísticos associados, representa uma forte condicionante ao regular desenvolvimento deste projeto. As divergências já referidas entre os elementos documentais e a realidade física criam obstáculos adicionais, tendencialmente de resolução complexa e morosa.

Ainda no âmbito dos bens imóveis, estão a ser regularizadas diversas situações de cedências e comodatos que se encontravam por formalizar, além de algumas situações de pagamentos em atraso nos arrendamentos, que podem vir a dar origem a processos de contencioso. Os espaços vagos estão a ser recolocados no mercado, com o objetivo de retomarem a atividade e gerarem receita para o município.

Neste ponto, convém referir que se prevê já em 2016 atingir um equilíbrio entre a despesa de arrendamentos e a receita obtida, conforme tabela e gráfico seguinte, situação para a qual o arrendamento dos Centros Geriátricos representa um impacto significativo.

GRÁFICO 4 – ARRENDAMENTOS _ DESPESA VERSUS RECEITA



Acresce a gestão dos condomínios implementados em Bairros Sociais, com a realização de assembleias-gerais, controlo do pagamento de quotas e colaboração na resolução de questões inerentes à gestão dos edifícios, em articulação com os serviços envolvidos.

Ao nível da aquisição de bens consumíveis, temos apostado nos procedimentos de fornecimento contínuo, evitando a compra de grandes quantidades de material, como se verificou no passado, procurando reduzir as existências através do planeamento atempado das necessidades.

Globalmente foi conseguida uma redução do valor das existências em armazém em cerca de um milhão de euros, contando intensificar esta redução em 2016. Pretendemos aumentar o nível de controlo e supervisão, com acompanhamento efetivo e partilhado com os vários responsáveis. Estão em curso projetos de reorganização e reestruturação dos armazéns, com objetivos de curto prazo e médio e longo prazo, não estando ainda completamente fechadas as fases de implementação, nem o modelo de gestão a adotar. Durante este processo, consideramos mais vantajoso e funcional, manter os armazéns na responsabilidade dos serviços, existindo uma coordenação e supervisão da DGP, não só em relação à gestão dos armazéns propriamente dita, como também ao nível das aquisições e dos consumos, ou seja, atuar a montante e a jusante, tendo em conta que o armazém não é por si só um problema, mas sim, um reflexo dos fluxos existentes.

De uma forma geral, pretendemos alcançar armazéns funcionais com materiais essenciais ao normal funcionamento dos serviços, mantendo níveis de *stock* aceitáveis através de fornecimentos contínuos, reduzindo a quantidade infindável de referências e reduzindo de forma significativa o valor global dos armazéns.

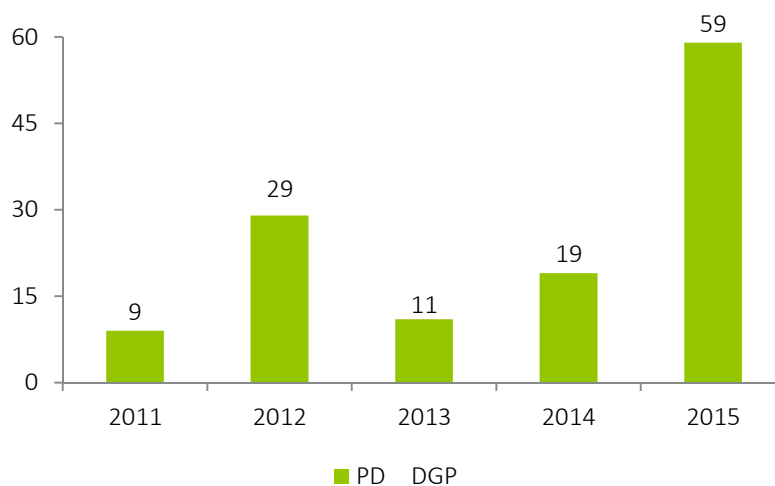
Mantém-se ainda o problema dos armazéns da DVM que são geridos pela aplicação Máximo. Este sistema é considerado adequado, pelo respetivo serviço, e tem sido reconhecido como eficaz na gestão de *stocks*, contudo, não existe ligação ao ERP, o que resulta na falta de reflexo contabilístico deste armazém.

Quanto aos armazéns de bens móveis, tem-se verificado ao longo dos anos e de forma generalizada, a acumulação de “monos”. Para resolver esta questão serão realizados procedimentos de hasta pública, à semelhança do que já foi feito em relação ao material informático.

Ao nível dos seguros, está em fase final o procedimento do Concurso Público Internacional, iniciado com o Despacho 99/2014, de 18 de novembro, estando previsto que o mesmo entre em execução ainda no primeiro semestre de 2016.

No conjunto das atividades desenvolvidas pela divisão, durante 2015, foram elaboradas 59 Propostas de Deliberação, número que corresponde ao somatório dos 3 anos anteriores, demonstrando o empenho de toda a equipa na melhoria contínua e no aumento da produtividade do serviço.

GRÁFICO 5 – PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO _ DGP _ 2011 A 2015



De forma mais detalhada apresenta-se o seguinte:

Núcleo bens móveis

No âmbito da gestão corrente dos bens móveis do município registaram-se, no decorrer de 2015, a coordenação e o acompanhamento de 197 ações de mudanças e transferência de equipamentos e mobiliário entre serviços, de armazém para diversos serviços, dos serviços para armazém, de escolas para armazém e do armazém para escolas. No total foram movimentados, 1.099 bens móveis.

Relativamente ao Sistema de Inventário e Cadastro de bens móveis, foram registados na aplicação SIC 1.659 bens novos e procedeu-se à atualização de dados cadastrais de 153 bens novos, e atualizou-se informação relativa a 321 bens de anos anteriores.

Ao nível da contabilidade de custos, afetou-se um total de 1.723 bens de imobilizado incorporado em 2015 (móveis, imóveis, património histórico, viaturas e incorpóreos) aos respetivos serviços da contabilidade de custos.

No exercício de 2015, efetuaram-se 345 movimentos de abate de bens móveis.

Para além do atrás exposto, no ano de 2015, salienta-se a participação do Núcleo de Bens Móveis nos procedimentos necessários à concretização de:

- › Atualização de informação sobre armas manifestadas e registadas em nome da Câmara Municipal;
- › Hasta Pública com vista à venda de bens móveis obsoletos. Da hasta pública resultou uma receita líquida no valor de 210,00€ e a retirada dos bens do armazém DGP, por parte da empresa adquirente, para reciclagem;
- › Transferência de bens móveis alojados no armazém 48 no Alto dos Barronhos para concessão daquele espaço;
- › Procedimentos vários para aquisição de bens diversos (quadro 1);
- › Procedimentos para reparação de bens e equipamentos vários (quadro 1);
- › Elaboração de 17 pedidos de intervenção para recuperação e montagem de bens móveis a disponibilizar aos serviços;
- › Levantamento e acompanhamento da retirada de bens móveis do Edifício Lemo para apetrechar o novo Pólo de formação da DRH, no Jardim dos Arcos;
- › Início do desenvolvimento do projeto imobilizado bens móveis 2016, com codificação de todas as zonas do edifício Atrium, bem como levantamento quantitativo da totalidade de bens móveis existentes naquele local;
- › Participação no levantamento de requisitos para o projeto ERP.

Núcleo bens imóveis

O Núcleo de Bens Imóveis inventariou 63 novos bens, 22 dos quais foram adquiridos no ano transato e 41 adquiridos em anos anteriores (cuja inventariação ainda não tinha ocorrido). Foram abatidos 27 bens, como resultado de vendas, permutas e anexações de parcelas de terreno.

Foi prosseguida a gestão dos condomínios implementados em Bairros Sociais e fora deles, com a realização de assembleias-gerais ordinárias e extraordinárias de condomínio, e controlo do pagamento de quotas ordinárias e extraordinárias.

Existem atualmente 136 condomínios em Bairros Sociais e 23 condomínios fora de bairros sociais, tendo sido pago um total de 160.446,85 € dos quais 18.397,88 € a título de quotas extraordinárias de condomínio (estes valores incluem também os condomínios localizados fora de Bairros Sociais).

No que se refere aos contratos de arrendamento celebrados pelo Município, que se encontram em execução, para instalação dos seus serviços ou para apoio a outras entidades, o montante despendido com os mesmos encontra-se refletido no quadro *infra*:

Freguesia	Identificação do Imóvel	Identificação do Ocupante	Proprietário	Custo Anual
Algés	Av. Combatentes Grande Guerra (Cinema Stadium)	Liga dos Amigos de Castelo Novo	Sport Algés e Dafundo	31.244,00 €
	R. Olivença, Nº 11, Loja Esq	Gab. Técnico Local (DPE)	António e Rosalina Antunes	9.000,00 €
	Av República, Loja Nº 16	Centro Cultural (Junta Freguesia Algés)	NPNP - IMOBILIÁRIA, S.A.	3.076,02 €
Carnaxide	Av. Forte, 4 e 4A	D.P.M. - Armazém	Fundo VIP	133.432,00 €
	R. 5 de Outubro, Loja 16	Gab. Técnico Local Carnaxide	António Carlos Pereira	3.940,00 €

Freguesia	Identificação do Imóvel	Identificação do Ocupante	Proprietário	Custo Anual
Barcarena	Lg. General Humberto Delgado, 1º andar, Leceia	Gab. Apoio Local Barcarena	Ilda Maria Martins e Lara Cristina Oliveira	1.871,00 €
	R. Soeiro Pereira Gomes, nº 55, C/V Dta. e Esq., Queluz	Centro de Recursos e Ajudas Técnicas - Centro Social e Paroquial de Barcarena	Iris Filipe	2.946,24 €
Oeiras	Fundição de Oeiras	Vereação PS e PSD, armazém DGP, Salas de Formação	Invesfundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	103.932,00 €
	Edifício Atrium	GCAJ, GMA, GPDEIG, DAE, DEV, DHU, DOM, GAJF, Gabinete Vereador Ricardo Barros	Ribeiro Coutinho, Lda	540.000,00 €
Queijas	Rua Augusto Fragata, N.ºs 3C e 3D (Loja 4)	Projecto "Queijas a Viver"	Sociedade de Construções Dias & Diamantino, Lda	9.660,00 €
	Rua Augusto Fragata, N.ºs 3A e 3B (Loja 5)	Projecto "Queijas a Viver"	Sociedade de Construções Dias & Diamantino, Lda	9.912,00 €
				876.673,26 €

Verifica-se uma diminuição de 232.581,51€ em relação ao montante pago em 2014 (1.109.254,77€), esta poupança foi alcançada pela redução em 50% da renda do Cinema Stadium (que produziu efeitos a partir de Maio de 2015), pela redução da renda paga pela ocupação do gabinete técnico local de Carnaxide, e pela denúncia do contrato referente ao gabinete técnico local de Barcarena (em Julho de 2015). Ao nível da receita, a gestão das concessões de exploração e arrendamentos permitiram que se arrecadasse uma receita de 696.618,26€.

Núcleo dgp

Integrado na sua competência de gestão do património imóvel do município, foi iniciado em 2012 um projeto que consistiu no levantamento, verificação e controlo de todos os contratos ativos de eletricidade da EDP, SMAS e gás, tendo como objetivo a anulação dos consumos indevidos, reduzindo assim os custos para o Município.

Das 68 entidades detetadas com contratos irregulares, já se encontram regularizadas 65. Foram cancelados 70 contratos, por diversos motivos: duplicação de contratos de avenças de mupis, colunas, pacómetros e semáforos; contadores não identificados e consumos fraudulentos.

Com a alteração dos contadores para o nome da respetiva entidade, o MO deixou de ter um custo médio anual de 164.466,41€. Os contratos cancelados representam uma redução média anual de 24.017,64€.

Nos contadores irregulares que não foram possíveis a passagem de nome para a entidade, devido a problemas de ramais, que acarretariam um elevado custo para a CMO, a solução passou por: colocação de contadores parciais ou cobrança através de percentagem, tendo por base os equipamentos e salas utilizadas. Neste contexto foram colocados 18 contadores parciais, refletindo-se numa receita média 2.965,67€. Quanto à cobrança através de percentagem, o valor médio recebido foi de 51.683,72€.

Com este projeto o MO teve créditos recuperados:

- › Entidades que pagaram os consumos – 24.732,67€;
- › Créditos recuperados - 33.185,51€

Em suma:

- › Com a regularização o MO teve uma redução de custos em média anual no valor de (164.466,41€ + 24.017,64€) 188.484,05€;
- › Com as cobranças e créditos recuperados teve uma receita de (2.965,67€ + 51.683,72€ + 24.732,67€ + 33.185,51€) 112.567,57€.

Núcleo armazéns

Mantêm-se alguns problemas ao nível das unidades de conversão que provocam a necessidade de correções de valores elevados, sem que existam diferenças nas contagens, a par de outras situações que têm levado a montantes consideráveis de correção do valor de existências, em linha com o que se tem verificado nos anos anteriores. Contamos que o novo ERP, já em fase de paralelo real, venha solucionar estas questões, melhorando os níveis de fiabilidade na informação recolhida no sistema.

A dispersão física dos armazéns existentes e as condições em que os mesmos funcionam condiciona o controlo e o rigor das operações, estando em curso trabalhos de reorganização dos mesmos. Em diversas situações as entradas e saídas físicas de material, não são devidamente registadas em sistema, dando origem a divergências, parte das quais só detetadas no momento de inventariação anual.

O seguinte quadro representa as variações registadas no GES para o universo de armazéns existentes:

Relatório e Conta de Gerência 2015

126

Armazém	Ex. Iniciais	Compras	Consumo	Transferências	Regularizações			Ex. Finais
					Entradas	Saídas	Total	
Economato (DGP)	241.936,66	80.132,04	109.529,36	0,00	7.001,58	0,00	7.001,58	219.535,51
Eletricidade-DOM	371.130,70	48.220,11	57.502,42	-142,70	31.710,81	34.022,19	-2.311,38	358.707,04
Serralharia-DOM	223.061,42	6.439,54	10.197,46	4.219,14	406,83	155.594,17	-155.187,34	69.189,39
Carpintaria-DOM	227.664,26	6.567,96	15.370,59	0,00	5.281,42	127.573,34	-122.291,92	96.314,75
DAE	423.844,48	247.231,89	250.502,39	-16.245,72	9.867,67	6.524,61	3.343,06	407.797,87
Vila Fria-DAE	480.188,21	185.593,59	428.049,04	0,00	2.817.814,27	2.974.360,32	-156.546,05	81.444,88
Geral DOM	216.284,54	16.075,49	20.729,90	11.777,50	15.883,04	15.625,90	257,14	223.635,18
rânsito – DOM	66.446,13	18.383,46	19.319,26	391,78	2.630,43	1.472,83	1.157,60	67.059,91
Estaleiro Porto Salvo-DOM	230.171,50	6.624,73	15.462,00	0,00	9.817,37	7.791,31	2.026,06	223.399,18
DCT-SAC	2.895,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.894,62
DCT-Turismo	43.239,49	1.113,00	1.703,39	10.699,29	4.677,21	10.383,32	-5.706,11	47.636,66
Galeria Verney	117.439,61	0,00	49.638,35	3.492,07	185,00	195,00	-10,00	71.277,05
Núcleo Museológico	37.983,79	0,00	2.410,58	351,91	0,00	0,00	0,00	35.922,18

Relatório e Conta de Gerência 2015

Armazém	Ex. Iniciais	Compras	Consumo	Transferências	Regularizações			Ex. Finais
					Entradas	Saídas	Total	
Divisão de Educação	34.182,10	4.872,05	12.358,41	0,00	1.938,95	527,09	1.411,86	28.105,59
Gabinete de Comunicação	65.395,77	71.264,51	35.949,70	-40.504,18	5.485,77	8.999,80	-3.514,03	56.387,94
Bairro do Pombal-GC	419.510,44	0,00	51.494,41	28.876,79	22.235,18	51.794,61	-29.559,43	367.585,46
Loja Oeiras Parque-GC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Viveiros Fábrica da Pólvora	127.507,97	5.298,27	60.222,24	0,00	0,00	0,00	0,00	72.578,54
Viveiros da Quinta Real	42.005,13	4.401,24	19.926,51	0,00	0,00	0,00	0,00	26.478,87
Viveiros - Sector 4	51.417,99	0,00	7.785,79	0,00	0,00	0,00	0,00	43.627,98
Casal da Manteiga - DEV	94.990,72	32.785,74	0,00	0,00	1.432,13	109.844,37	-108.412,24	19.366,96
DGO - Paços do Concelho	4.344,06	25.793,52	27.593,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,33
Gabinete Médico	115.578,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.563,51
CAMB	120.681,41	0,00	3.125,33	1.788,75	0,00	0,00	0,00	119.329,06
Loja do Palácio - GC	9.884,18	0,00	1.589,89	-4.704,63	2.060,94	952,18	1.108,76	4.699,58
Somatório _ GES	3.767.784,18	760.797,14	1.200.460,56	0,00	2.938.428,60	3.505.661,04	-567.232,44	2.760.888,04

DADOS APRESENTADOS EM EUROS

Núcleo seguros

Em 2015, foi elaborado o Caderno de Encargos, Programa de Concurso, cláusulas técnicas e específicas e peças concursais para efeitos da realização do Concurso Público para aquisição de serviços de seguros de ramos diversos, por divisão em lotes, para o Município de Oeiras.

Os procedimentos apresentados no concurso, tiveram em conta a aquisição de seguros obrigatórios, de acordo com a legislação em vigor e aquisição de seguros para os trabalhadores, bens, obras de arte, edifícios, exposições, atividades desportivas e lúdicas, outras atividades com idosos, jovens e crianças, voluntários.

Este Concurso Público Internacional, iniciado com o Despacho 99/2014, encontra-se na fase final de adjudicação e elaboração de contrato, estando previsto que o mesmo entre em execução ainda no primeiro semestre de 2016.

No cômputo geral, o MO recuperou o montante de 73.487,66€, detalhadamente:

- › 52.059,88€, Guia TAX n.º 20767, montante anual que a Mapfre Seguros Gerais S.A. entrega ao Município, nos termos do Concurso Público Internacional, que correspondente a 6,5 % sobre os prémios totais liquidados;
- › 14.170,96€, diz respeito à recuperação de valores de estorno dos ramos acidentes pessoais, multirriscos e automóvel por controlo de participantes e anulação de apólices, respetivamente;
- › 7.256,82€, diz respeito a indemnizações decorrentes de sinistros de multirriscos e automóvel.

Para além destas indemnizações, a Mapfre Seguros Gerais S.A., suporta outros encargos que são indemnizados diretamente aos lesados. No âmbito dos sinistros de acidentes de trabalho a Mapfre Seguros Gerais procede ao pagamento ao MO de todas as incapacidades temporárias absolutas ou permanentes resultantes de sinistros com colaboradores da Autarquia. Com a regularização de processos de sinistros de Responsabilidade Civil, a Seguradora indemnizou os lesados em 36.837,47€, tendo o MO assumido o montante total de 9.966,84€, que corresponde à franquia contratual.

Divisão de Contratação Pública

Com a implementação da nova orgânica em 2014, o ano de 2015 refletiu uma necessária adaptação às alterações introduzidas. A contratação pública de bens e serviços não lhe ficou indiferente. A utilização de novas rubricas orçamentais resultantes da fusão de unidades orgânicas implicou um ajustamento quer no que toca aos serviços requisitantes, quer mesmo em termos aplicativos. O instrumento informático que suporta a despesa também mereceu alterações e tal implica sempre uma adaptação por parte dos seus utilizadores.

As alterações legislativas, no que respeita à Lei do Orçamento de Estado, com vista à contenção da despesa, têm imposto mais ações a quem desenvolve os procedimentos pré-contratuais. As variações verificadas em cada Lei de Orçamento de Estado implicam uma reformulação de toda a documentação interna em que a mesma se reflita, o que, previamente, pressupõe uma análise cuidada à legislação e suas referidas alterações.

A Divisão de Contratação Pública vê-se, assim, impelida a tomar decisões rápidas sobre a aplicabilidade prática das normas, o que obriga, por sua vez, a uma análise cuidada das mesmas. Refira-se que a LOE é publicada no último dia útil do mês de dezembro e inicia a sua vigência no dia 1 de janeiro. Esta pressão imposta aos intervenientes nos procedimentos pré-contratuais é pouco compatível com a relevância da medida a implementar e consequências que dela advenham.

Para além destas alterações anuais, que em 2015 se verificou pela entrada em vigor da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), foi publicada em maio de 2015 a Portaria nº 149/2015, de dia 26, que veio regular os termos e condições do parecer prévio vinculativo para as Autarquias locais. Esta Portaria era aguardada desde a entrada em vigor da LOE 2011.

Ora, tal obrigou a nova reformulação de toda a documentação interna e forma de atuação, nomeadamente com a necessidade de se solicitar aos fornecedores, em momento prévio a cada procedimento, uma declaração de inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato, quando a parte seja determinável. Esta nova medida vem alongar ainda mais a tramitação procedimental.

A obrigatoriedade de submissão dos contratos de prestação de serviços, a celebrar ou renovar, a parecer prévio vinculativo por parte do órgão executivo do município, cuja obrigatoriedade se iniciou com a Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e se mantém atualmente pela Lei nº 82-

B/2014, de 31 de dezembro, continua a contribuir, assim, não só para o aumento do tempo de tramitação dos processos, como também para uma sobrecarga dos recursos humanos a alocar a esta atividade. Destaca-se aqui que em 2015 a LOE veio prever uma reversão da redução remuneratória em 20%, o que espelhou mais uma vez a necessidade de alterar toda a documentação interna que serve de suporte à análise da sua aplicação.

E não obstante a LOE 2015 ter isentado a remessa a parecer prévio vinculativo dos contratos de prestação de serviços de valor inferior a 5.000€, não os isentou quanto à eventual aplicabilidade de redução remuneratória. Tal implica que a DCP tenha continuado a analisar todos os contratos de prestação de serviços, independentemente do seu valor, para os efeitos atrás mencionados.

No que respeita à contratação pública foi ainda publicada a Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, que entrou em vigor a 16 de outubro. Esta Lei veio regular a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, estabelecendo os requisitos e as condições a que as mesmas devem obedecer e a obrigação de interoperabilidade com o Portal dos Contratos Públicos e com outros sistemas de entidades públicas. Revogou, assim, o Decreto-Lei nº 143-A/2008 e a Portaria 701-G/2008, respetivamente de 25 e 29 de julho.

Ações desenvolvidas

Em termos de ações desenvolvidas pela DCP e tendo sido proposto no Plano de Desenvolvimento Estratégico, entre outros, o objetivo de diminuição em 10% dos tempos de desenvolvimento dos procedimentos pré-contratuais, face ao resultado de 2014, em cada tipologia de procedimentos, o resultado atingido em 2015 foi muito positivo.

A DCP procurou encontrar metodologias que agilizassem os procedimentos. Diagnosticados os pontos críticos, conseguimos implementar medidas com vista ao aumento da eficiência nos procedimentos. No que respeita a atos que dependiam de outras unidades orgânicas, nomeadamente quanto à elaboração da minuta dos contratos, a DCP propôs ao GCAJ/NIAN que estas fossem redigidas pelos juristas gestores dos procedimentos da DCP, proposta essa que foi aceite. Registámos de imediato uma diminuição do tempo nesta diligência.

No que concerne ainda aos contratos e envio de documentação para outorga dos mesmos pelo GCAJ/NIAN, criámos uma pasta em rede, tendo aquela unidade orgânica ficado com acesso de consulta. A partir desta alteração, o GCAJ/NIAN ficou autónomo, sem depender de qualquer

ação por parte da DCP, no que respeita à obtenção de antecedentes do procedimento. Verificado o sucesso desta ação, alargámos o seu âmbito, com os devidos ajustamentos.

Assim, foi também atribuído à Divisão de Gestão Financeira o acesso de consulta à pasta em rede dos processos da DCP para que esta retirasse os antecedentes para efeitos de pagamento de faturas.

Deixámos assim de enviar a maioria dos documentos em papel, o que configurou não só uma medida ecológica, como também contribuiu para uma poupança real dos bens de consumo de economato (papel, tinteiro, toners). Contribuímos desta forma para o cumprimento da missão desta organização, no que diz respeito a implementação de metodologias que reforcem a sustentabilidade ambiental.

Sublinha-se ainda que, com estas medidas, diminuiu-se consideravelmente a necessidade de tramitar processos fora do espaço físico da Divisão de Contratação Pública. Ora, tal acarretou, por consequência, um decréscimo considerável da possibilidade de extravio de processos, tendo, por outro lado, contribuído para o aumento da garantia de sigilo durante a sua tramitação, atendendo aos mais elevados padrões éticos e deontológicos, valores preconizados por este Município.

Em resultados destas ações, em todas as tipologias verificámos uma diminuição superior a 20%.

No que se refere à sua atividade no âmbito do Processo de Gestão de Compras, processo certificado pela APCER, importa mencionar que, após decurso da auditoria externa, esta U.O mereceu elogios no que respeita às metodologias implementadas, que contribuíram para um índice elevado de transparência da sua atividade.

A aplicação de gestão de processos onde se encontram registados todos os procedimentos e ações que os mesmos sofrem, de acesso a todos os colaboradores do Município, a par de criação de pastas em rede de informação partilhada, com acesso de leitura aos intervenientes designados para o efeito, foram métodos exaltados positivamente.

Ainda com referência aos objetivos propostos em PDE, foram realizadas sessões de esclarecimentos dirigidas ao órgão executivo do Município e colaboradores, no âmbito da contratação pública de bens e serviços, nomeadamente uma ação de sensibilização aos titulares do órgão executivo do Município sobre alterações legislativas em sede de contratação pública.

Deu-se a conhecer não só essas alterações, como também a sua implicação ao nível da tramitação dos procedimentos pré-contratuais, no que respeita à necessidade de submissão de renovação e celebração de contratos de prestação de serviços a parecer prévio do órgão executivo, como ainda a figura da “reversão” da redução remuneratória, em 20%. Foi ainda mencionada a necessidade de verificação de cumprimento prévio da situação contributiva e tributária por parte dos fornecedores, para efeitos de contratação pública.

Outras sessões de esclarecimentos foram realizadas, dirigidas aos colaboradores da organização, sobre a utilização da aplicação que suporta a despesa e sobre a qual se inicia um processo de contratação pública.

Continuámos a manter ativa a área da DCP na intranet, fazendo-se constar as apresentações referidas para posterior consulta dos interessados.

Continuámos também o desafio de aproximação dos operadores económicos ao Município, tendo sido disponibilizado uma nova ficha de registo/dados do fornecedor no nosso Portal, de forma, a que a informação esteja sempre o mais atualizada possível.

Também aqui e atendendo ao desafio premente de realizar compras públicas ecológicas e com preocupações no que à segurança e saúde no trabalho diz respeito, introduziu-se no mesmo Portal um Questionário de Ambiente e Segurança ao qual os fornecedores têm de responder para efeitos de contratação pública.

Os requisitos descritos no questionário fazem parte do sistema de seleção de fornecedores, integrado no Processo de Gestão de Compras e fazem parte de todos os procedimentos cujas entidades sejam, à partida, determináveis, excluindo-se, naturalmente, deste processo de seleção de fornecedores, a contratação que é desenvolvida mediante procedimentos por concurso público.

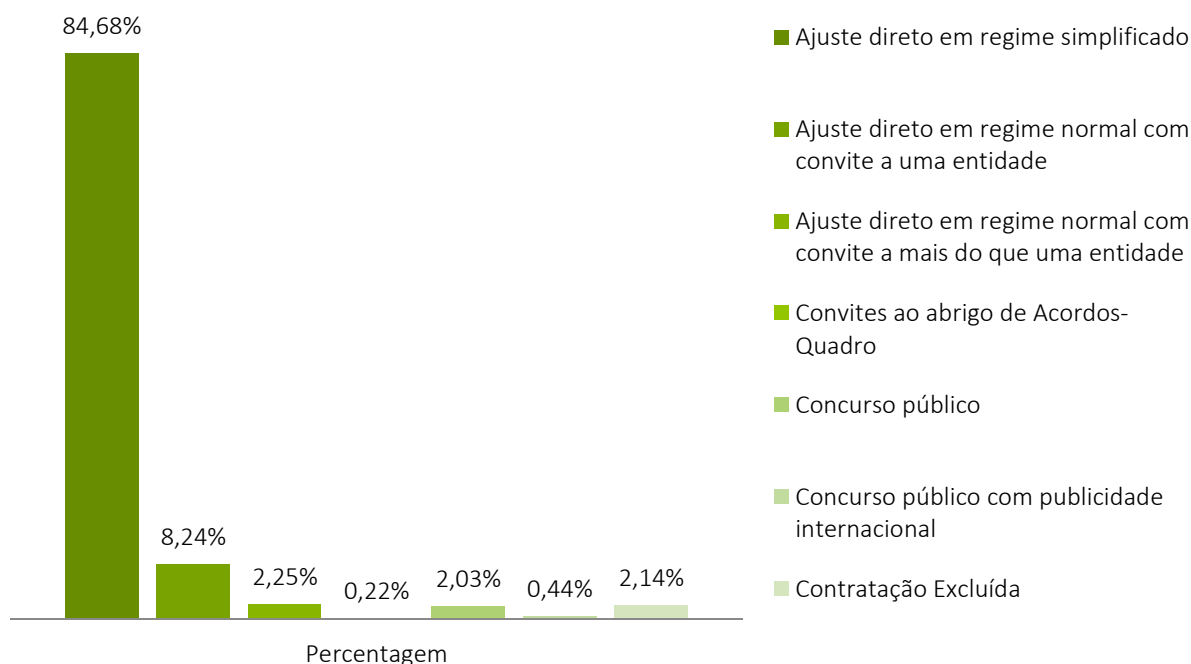
Procedimentos pré-contratuais de aquisição/locação de bens e serviços

Em termos quantitativos foram tramitados nesta unidade orgânica 1.826 processos de contratação pública, todos eles tendo em vista a execução prática dos efeitos contratuais em 2015. Alguns tiveram o seu início logo em 2014.

O número de processos, de acordo com as tipologias constantes no CCP e às quais se aplica a parte II do referido diploma legal, distribui-se da seguinte forma:

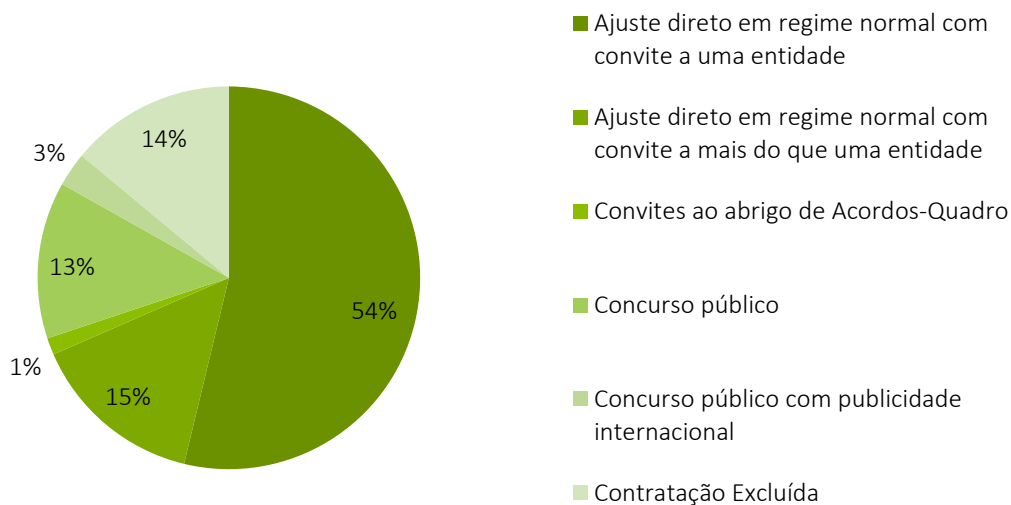
- > Ajuste direto em regime simplificado – 1.542;
- > Ajuste direto em regime normal com convite a uma entidade – 150;
- > Ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade – 41;
- > Convite ao abrigo de Acordo-Quadro ESPAP, IP (antiga ANCP) – 3
- > Convite ao abrigo de Acordo-Quadro CCE-AML – 1;
- > Concurso público – 37;
- > Concurso público com publicidade internacional – 8;
- > Concurso limitado por prévia qualificação – 0;
- > Contratos excluídos – 5;
- > Contratação excluída – 39.

GRÁFICO 6 - % POR TIPOLOGIA SOBRE 1821 PROCESSOS



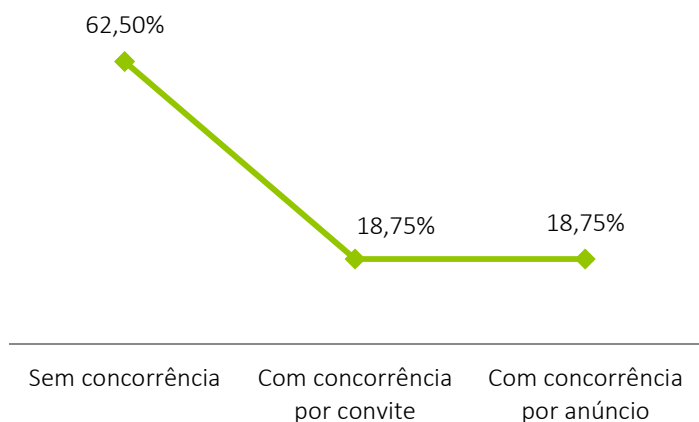
Retirando-se os ajustes diretos em regime simplificado, por se tratarem, de procedimentos cujo valor de contrato não poderá ultrapassar os 5.000€, o gráfico apresenta-se desta forma:

GRÁFICO 7 - PERCENTAGENS POR TIPOLOGIA SOBRE TOTAL DE 279 PROCESSOS



No que à concorrência diz respeito, apresenta-se em baixo o gráfico respetivo, tendo sido considerados, para o efeito, os procedimentos sem abertura à concorrência (ajuste direto com convite a uma entidade) e os procedimentos com abertura à concorrência por convite (os ajustes diretos com convite a mais do que uma entidade e convites aos abrigo de acordos-quadro) e por anúncio em DR e/ou JOUE (os concursos públicos, com publicidade nacional e internacional):

GRÁFICO 8 - PERCENTAGENS SOBRE CONCORRÊNCIA (EXCETO SIMPLIFICADOS E A CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA) SOBRE TOTAL DE 240 PROCESSOS



Importa ainda referir que, em regra, quando a contratação foi realizada através de um procedimento por ajuste direto com convite a mais do que uma entidade, o mesmo contemplou ou irá ainda contemplar uma sessão de negociação dos atributos que se encontravam definidos como negociáveis. Podem ser excetuados desta regra os procedimentos em que tenha sido adotado o critério de adjudicação do mais baixo preço, por se entender que nesta circunstância os operadores económicos irão apresentar desde logo a sua melhor proposta, face à concorrência que o tipo de procedimento já de si acautela.

Em 2015, realizaram-se 15 negociações, sendo que importa esclarecer que apesar de terem sido desenvolvidos procedimentos concorrenciais em maior número do que as sessões de negociação realizadas, tal se deveu ao facto de, em alguns casos, apesar de terem sido convidadas várias entidades, apenas uma apresentou proposta e, como tal, não foi a mesma sujeita a negociação, pela inexistência de concorrência. Também existem procedimentos ainda a decorrer cuja sessão de negociação será realizada em 2016.

Assim, a Divisão de Contratação Pública registou uma poupança de 3.219,54€ em 2015 face às propostas inicialmente apresentadas.

Sendo a Divisão de Contratação Pública a unidade orgânica responsável pela gestão de utilização da plataforma eletrónica de contratação pública, destaca-se que a contratação pública ao abrigo da parte II do CCP (com exceção dos ajustes diretos em regime simplificado), para aquisição/locação de bens, prestação de serviços foram iniciados 385 procedimentos. Desse global, 240 referem-se a contratação de aquisição/locação de bens e prestação de serviços, 144 a empreitadas de obras públicas e 1 de concessão de exploração.

Por tipologia de procedimentos de aquisição/locação de bens e serviços, tramitou-se na plataforma eletrónica 73 procedimentos por ajuste direto com convite a uma entidade; 35 por ajuste direto com convite a mais do que uma entidade, 4 por convite ao abrigo de acordos-quadro e 45 por concurso público (nacional e internacional), o que perfaz um total de 157 processos. Em suma, do total dos 195 procedimentos (ajustes diretos - excluindo os que decorrem em regime simplificado - e convites ao abrigo de acordo-quadro) que poderiam ter sido tramitados por correio eletrónico, uma vez que o CCP não obriga à sua tramitação via plataforma eletrónica, 112 foram desenvolvidos na referida plataforma de contratação, correspondendo, assim, a 57,4%.

Requisições internas e externas

No que respeita a Requisições Internas elaboradas no sistema informático, excluindo-se as que foram anuladas, é de mencionar que, em 2015 foram elaboradas 1.830 requisições internas.

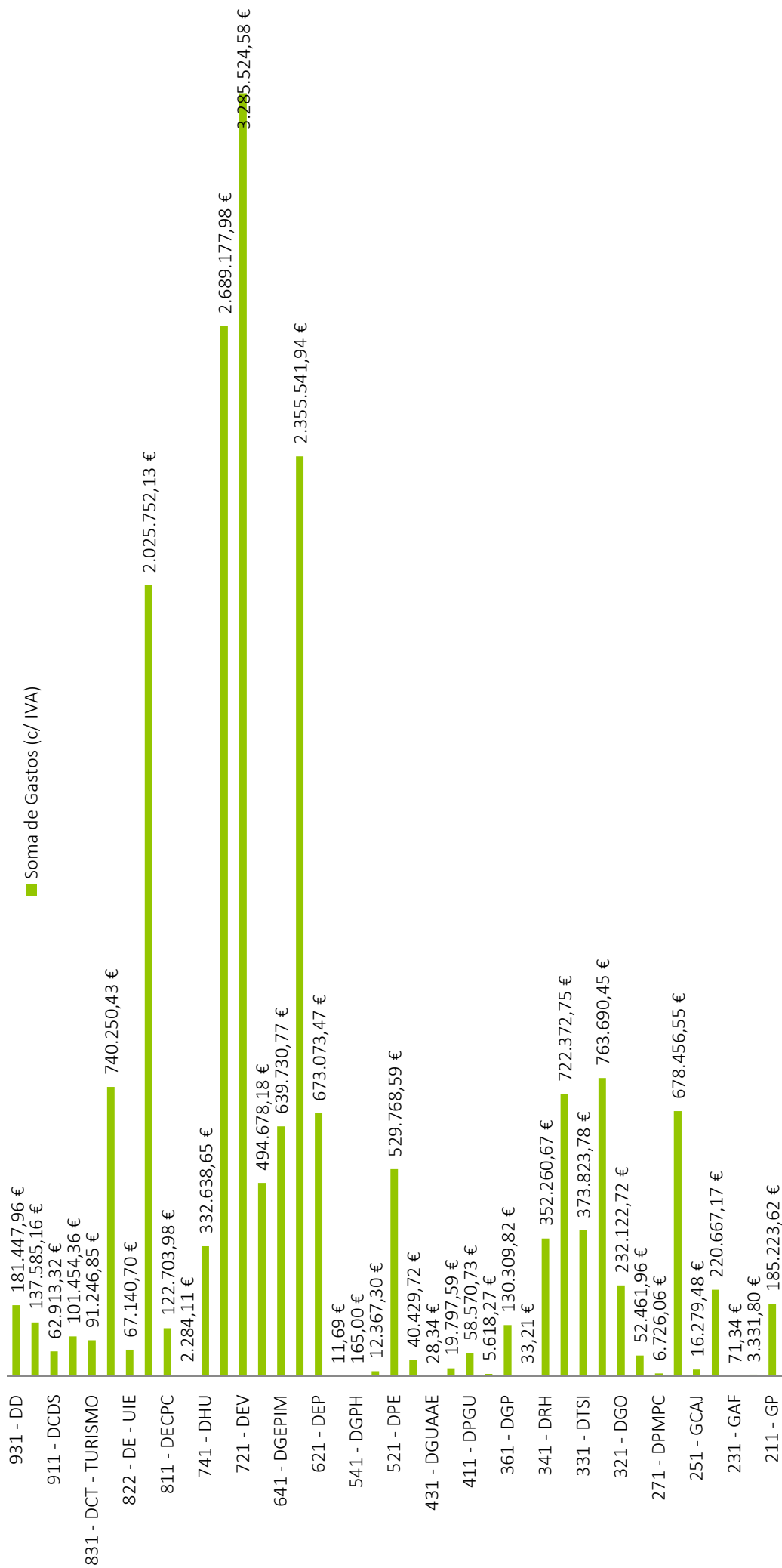
Em termos de despesa pública assumida em 2015, através de emissão de requisições externas, esta foi de 18.407.733,18€, correspondendo a um total de 1.948 requisições externas emitidas, não sendo aqui contabilizadas as anuladas. O montante apresentado inclui o IVA às taxas legais em vigor.

O número de requisições externas, em regra, é superior ao das requisições internas. Tal deve-se ao facto de as requisições externas serem emitidas de acordo com o ano civil, pelo que um contrato cuja duração ultrapasse um ano civil terá necessariamente duas requisições externas. Também se prende com as situações de renovação dos prazos contratuais, em que de apenas uma requisição interna, que contemple plurianualidade contratual e, logo, de despesa, são emitidas várias requisições externas, de acordo o prazo do contrato.

Em jeito de conclusão, em baixo discrimina-se graficamente, por unidade orgânica, a despesa realizada em 2015, de acordo com as requisições externas emitidas.

Relatório e Conta de Gerência 2015

GRÁFICO 9 - VALORES DE RE'S EM 2015 POR UNIDADE ORGÂNICA



DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

A atividade do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em 2015, manteve os níveis de desempenho, de anos anteriores, no domínio do Planeamento, nas vertentes da capacitação do território para acolhimento de novos polos de desenvolvimento e da requalificação urbana de áreas habitacionais e empresariais existentes.

Neste âmbito, foram elaborados Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros estudos e Instrumentos de Planeamento e Gestão, de carácter normativo ou orientador, com a intervenção das diferentes Divisões e Núcleos do Departamento, merecendo referencia:

- › Finalização dos trabalhos de apoio à revisão do PDM.
- › Acompanhamento dos procedimentos e análise das propostas relativas aos Planos de Ordenamento da Área Empresarial da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras) em articulação com a Equipa externa da FCT/UNL.
- › Finalização e apresentação à Câmara, em pareceria com o GABTEC do ISA e o Mestre Escultor José de Guimarães, do Estudo Conceptual relativo à Plataforma Superior das Fontainhas, em Paço de Arcos.
- › Acompanhamento e Gestão, do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, designadamente a construção da Cidade do Futebol.
- › Início, em articulação com a Parques de Sintra, Monte da Lua, da cartelização e definição dos limites e áreas, a incluir no futuro Plano Intermunicipal (Amadora, Oeiras e Sintra), da Bacia Hidrográfica do Jamor, envolvendo o Monumento Nacional do Palácio de Queluz.
- › Início dos trabalhos de Caracterização e Diagnóstico do PU da UOPG Litoral Poente.
- › Prosseguimento dos estudos de avaliação do programa do Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide e 2ª Fase do PI do PCT para proposta de revisão.
- › Acompanhamento e conclusão dos procedimentos finais relativos à aprovação dos seguintes Planos Municipais de Ordenamento do Território:
 - ⇒ Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia, 1ª Fase (Alteração);
 - ⇒ Plano de Pormenor da Zona do Interface de Paço de Arcos (Alteração).
- › Início, em articulação com outras UO, do programa do Bairro 21, na área piloto da Figueirinha, em Oeiras.

- › Conclusão, em articulação com outras UO, do trabalho de caracterização do PELACO.
- › Prosseguimento dos estudos para a reabilitação urbanística das antigas Zonas Industriais de Queluz de Baixo e Portela de Carnaxide.
- › Elaboração de diversos estudos para a viabilização da instalação de equipamentos em terrenos municipais.

Em matéria de Acessibilidade e Mobilidade, a atividade do DPGU foi focalizada na elaboração de Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos, destacando-se:

- › Programação das redes para a cobertura das necessidades de resposta, para a instalação de atividades de natureza estratégica, em articulação com as diversas iniciativas de Planeamento e outras geradoras de impactos nos sistemas viários.
- › Conceção da estrutura e condicionantes para a acessibilidade e mobilidade no âmbito da elaboração dos Planos e Estudos Urbanísticos e de requalificação, em articulação com a DPMob, DGUAEE e DHRU.
- › Apoio aos estudos da Parques-Tejo para a melhoria contínua da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces, áreas residenciais e empresariais.
- › Acompanhamento para a materialização de soluções geométricas no âmbito dos Estudos da rede viária municipal.
- › Continuação do desenvolvimento e acompanhamento, em articulação com a CML, CMC e Infraestruturas de Portugal, das soluções viárias programadas.
- › Continuação, através do Grupo de Trabalho CMO/APL, do desenvolvimento e acompanhamento das soluções urbanísticas tendentes ao reordenamento da frente ribeirinha, com particular atenção às zonas do Terraplano de Algés, Doca Pesca e Paço de Arcos.
- › Também com a Administração Central merece referência as iniciativas conjuntas de avaliação de imóveis património do Estado entre a DGTF/CMO cujo destino se perspetive como de interesse municipal e/ou permita a instalação de novas atividades e usos convergentes com os interesses da Autarquia.

Nos domínios da Atividade Administrativa, do Apoio às Atividades Económicas e do Relacionamento com Municípios e Empresas mantiveram-se as elevadas taxa de realização dos programas, sendo de assinalar:

- › Continuação do alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da atividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação, criando uma Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados de Ensino, Saúde e Apoio Social, e manutenção do sistema de registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares e outros dados de natureza geográfica, estatística e económica.
- › Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde o atendimento público ao acompanhamento dos processos, e a adesão a iniciativas no âmbito dos programas SIMPLEX e da implementação das aplicações SPO e *e-paper*. Merece destaque neste domínio diversas sessões de esclarecimento em articulação com a DTSI e DGO, com municípios nacionais e estrangeiros, cuja realidade de Oeiras pretenderam conhecer.
- › Manutenção do ritmo de crescimento da informação *on-line* quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, requerimentos, atividades económicas e planeamento;

Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objetivos, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos, sendo de registar uma redução continua dos tempos de resposta às solicitações.

Apesar das contínuas incertezas do atual contexto organizativo interno e dos enquadramentos legislativos e financeiros, o balanço da execução do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística situou-se nos níveis esperados.

Continuou a registar-se, no ano de 2015, no que respeita aos recursos, para além das condicionantes físicas insanáveis das atuais instalações que temos recorrentemente vindo a assinalar, alguma instabilidade no quadro de pessoal, sobretudo ao nível das áreas da Mobilidade e Acessibilidade.

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E DE REABILITAÇÃO URBANA

Tendo por referência as orientações político-estratégicas delineadas para o ano de 2015, cumpre informar que em face das restrições orçamentais houve necessidade de efetuar reajustamentos ao inicialmente previsto.

Não obstante as dificuldades, a atividade desenvolvida no Departamento foi alicerçada numa atitude pró-ativa e de significativo compromisso com os objetivos a atingir.

Divisão de Projetos Especiais

Centro de Saúde de Carnaxide – Extensão de Algés

Relativamente à obra do Centro de Saúde de Carnaxide - Extensão de Algés, o valor executado no ano transato, foi de 1.064.002,08€ (IVA incluído). A presente obra está a ser realizada ao abrigo do protocolo estabelecido entre a ARSLVT, I. P. e o Município de Oeiras através do contrato programa nº 574/2010, publicado no Diário da República nº 178, 2ª série, de 13 de Setembro de 2013.

Divisão de Projetos Especiais / Núcleo de Requalificação Urbana

De acordo com o Regulamento Orgânico dos serviços do Município de Oeiras compete ao Núcleo de Requalificação Urbana da Divisão de Projetos Especiais do Departamento de Habitação e Requalificação Urbana o desenvolvimento das seguintes ações:

- › Promover a requalificação e revitalização urbana, assegurar a proteção do meio ambiente, a salvaguarda e requalificação do património paisagístico e cultural dentro das respetivas áreas de intervenção e promover projetos tendentes à defesa e recuperação do património histórico, cultural e museológico;
- › Colaborar na elaboração de planos municipais de ordenamento do território de grau inferior ao plano diretor municipal, medidas preventivas ou normas provisórias e

proceder à sua alteração ou revisão, sempre que necessário e determinado superiormente, em estreita articulação com o DPGU;

- › Promover a elaboração de estudos técnicos necessários ao desenvolvimento das operações de preservação, recuperação ou reabilitação do património construído e elaborar as propostas de planos de ordenamento e intervenção nos núcleos de formação histórica do concelho, visando a manutenção das suas identidades e memórias;
- › Zelar pelo respeito do plano de salvaguarda do património construído e ambiental, emitir pareceres ou colaborar na apreciação de projetos que tenham por objeto operações de parcelamento, alteração ou demolição de imóveis classificados ou nos quais se reconheça a existência de elementos com interesse histórico -cultural, conjuntos ou sítios de valor patrimonial ou histórico;
- › Propor medidas que estimulem os particulares à conservação do património concelhio, designadamente nos domínios da informação e do apoio técnico ou financeiro;
- › Promover a gestão integrada de estratégias e ações, nomeadamente através de gabinetes técnicos locais, que funcionam como interlocutores privilegiados entre os cidadãos e o município. Na sua atuação é adotado um modelo de gestão integrada em áreas previamente delimitadas, com gestores que compatibilizam os vários níveis de intervenção e garantem uma maior proximidade à população.

Ao nível dos núcleos em processo de reconversão, o trabalho desenvolvido consubstancia-se na gestão e acompanhamento de Comissões de Administração de AUGIS, na informação prestada aos munícipes através de Gabinetes Técnicos Locais, na elaboração de planos e projetos, na resolução de problemas relacionados com a carência de equipamentos socioculturais e desportivos e na coordenação de obras e legalização do recuperável.

No que diz respeito aos Centros Históricos, a sua ação incide fundamentalmente sobre a recuperação e requalificação do património edificado, dos espaços públicos, das infraestruturas urbanas, bem como na definição de estratégias de implementação de atividade culturais e comerciais que contribuam para a dinamização destes núcleos e para a fixação e renovação da sua população.

As ações desenvolvidas em 2015 ao nível de obra realizada, distribuem-se em três grandes áreas totalizando um investimento no valor de 1.080.328,88€:

- > Requalificação do Espaço Público nos Centros Históricos (Total - 106.721,87€):
 - ⇒ Requalificação do pavimento da Rua Marquês de Pombal em Oeiras - 42.936,58€
 - ⇒ Implementação de degraus na Rua 7 de Junho em Oeiras - 2.073,36€
 - ⇒ Instalação de Ilhas Ecológicas no Jardim de Paço de Arcos - 50.833,36€
 - ⇒ Demolição do edifício do Beco do Sapateiro nº3 em Carnaxide - 10.878,57€

- > Apoio à reabilitação dos edifícios no âmbito do Programa de Habitação Jovem nos Centros Históricos (Total - 451.525,14€);
 - ⇒ Rua Cândido dos Reis nº 174/176 em Oeiras – 80.988,44€ (de um investimento total de 418.984,94€);
 - ⇒ Rua Costa Pinto nº 176 em Paço de Arcos - 62.010,00€ (de um investimento total de 368.191,00€);
 - ⇒ Av. Ivens n.º 5 no Dafundo - Emparedamento e reforço estrutural - 10.054,63€
 - ⇒ Largo da Pátria Nova nº 8 em Carnaxide - 44.916,35€ (de um investimento total de 90.100,02€);
 - ⇒ Rua Francisco Patarrão nº 8 em Carnaxide - 15.753,25€ (de um investimento total de 159.215,82€);
 - ⇒ Travessa do Vilalonga nº 3 e 5 em Paço de Arcos - Contenção da Fachada - 219.380,09€;
 - ⇒ Travessa do Vilalonga nº 3 e 5 em Paço de Arcos - Demolições - 18.422,38€

- > Reordenamento das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (Total - 522.081,87€):
 - ⇒ Infraestruturas 2ª e 3ª fases Leceia Sul - 388.750,34€ (de um investimento total de 879.957,66€);
 - ⇒ Execução de caminho de acesso, regularização e contenção de ribeira em Leceia - 47.986,45€;
 - ⇒ Obras de Conservação no Centro Cultural da Laje - 53.883,21€;
 - ⇒ Construção da Pérgula do Rancho Folclórico Flores da Beira – Casal da Choca - 10.303,20€
 - ⇒ Infiltrações na Igreja Paroquial do Casal da Choca - 21.158,67€

Paralelamente o NRU tem uma forte componente ao nível de projeto, de importância decisiva para a concretização das ações acima referidas, em que se destaca a elaboração de projetos de reconversão de edifícios e do espaço público, estudos de ordenamento urbano, projetos de loteamento e emissões de alvará nas áreas de génese ilegal.

Divisão de Projetos Especiais / Núcleo de Projetos

No âmbito da Recuperação do Património Histórico e Cultural

Objetivo: definição de ações com vista a Reabilitar, Conservar e Restaurar, exemplos do Património Histórico e Cultural edificado, com vista a preservar e valorizar o vasto e diversificado Património existente no Concelho de Oeiras, tendo em vista cuidar desse legado das gerações passadas, e perpetuá-lo às vindouras.

- › A Igreja de S. Pedro de Barcarena - Conservação e restauro das Capelas laterais, pinturas murais e retábulo-mor. “Proposta de Intervenção com Diagnóstico” – 922,50€;
- › Capela do Palácio dos Aciprestes – obra para resolução das anomalias existentes - 23.131,51€;
- › Vitral Almada Negreiros – Restauro – 17.968 €;
- › “Ar Condicionado e Sistema Automático de Detecção de Incendio (SADI) no Celeiro” - 40.405,00€;
- › Recuperação do interior da Igreja Paroquial de Paço de Arcos - Espaço de culto - Pagamento de fatura – 59.000 €;
- › Caminho Pedonal de acesso ao Palácio dos Aciprestes – 10.020,22€;
- › Palácio do Marquês de Pombal – Instalações de Apoio ao Jardim – 16.900.00€;
- › Parque de Ateliers da Quinta do Salles - Obras de Recuperação do Atelier B7” – 10.491,33€;
- › Capela do Sr. Jesus dos Navegantes – Recuperação paramentos exteriores cobertura e vãos - 45.000,00€;
- › Mercado Gourmet em Paço de Arcos – Projeto de Estabilidade Águas e Esgotos – 1.350,00 €.

Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional

A atividade desenvolvida pela Divisão de Reabilitação Habitacional, em 2015, consumou-se no conjunto de trabalhos de manutenção e reabilitação do parque habitacional municipal, 3.441 fogos e respetivos edifícios e equipamentos.

Em síntese, as linhas orientadoras da atuação da DPRH foram:

- › Manutenção, Requalificação e Gestão do Parque Habitacional Municipal e dos seus espaços públicos e equipamentos;
- › Trabalho técnico multidisciplinar no contexto das competências da Divisão como a gestão de espaços comerciais, ou na área da Higiene e Segurança; e
- › Construção de novos conjuntos habitacionais no âmbito do Programa de Habitação Jovem.

Assim e considerando os fogos ocupados do P.H.M., foram concluídas em 2015 um total de mais de 1.402 reparações, estando em curso ainda mais cerca de 704, tendo sido o gasto um tempo médio de 62 dias para a sua reparação. Foram alvo destas intervenções, 680 fogos cerca de 20% do P.H.M. Foi também investida nesta área e neste ano aproximadamente 364.000€.

Quanto á reparação de fogos devolutos, para novas atribuições a novas famílias ou a gestão do parque, a DPRH alcançou uma taxa de realização de 97% dos 101 pedidos efetuados pela DGPH, com um custo médio unitário de 4.750€ /fogo, tendo a reparação durado em média 106 dias a concluir. Foi investida nesta área e neste ano aproximadamente de 461.500€. Foram ainda adaptados para Pessoas com mobilidade condicionada este ano, 5 fogos com um custo de 6.000€, perfazendo estas ações um total de 831.500€.

No domínio da manutenção e requalificação exterior dos edifícios do parque habitacional municipal, destacam-se as seguintes ações concluídas em 2015:

- › Reabilitação de fachadas de 3 Edifícios do Bº Pátio dos Cavaleiros;
- › Reabilitação de fachadas e coberturas de 2 Edifícios do Bº S. Marçal;
- › Início da Reabilitação das fachadas e coberturas de 10 Edifícios do Bº Navegadores 1ª Fase;
- › Pintura reparação e remoção de grafitis de muros de edifícios Bº Lage, Navegadores e outros;

- › Demolição do Edifício Nº 3 do Bº Corações.

Foi realizada nesta área e neste ano uma verba de aproximadamente de 133.852€.

Na área da intervenção de Equipamentos nos Bairros Municipais foram realizadas cerca de 189 reparações pontais em 55 espaços sob nossa intervenção e 8 reparações mais globais em outros tantos espaços. No âmbito desta gestão foi feita em, 2015 a atribuição de 10 Lojas do PHM, 2 para comércios e 8 por comodato a várias instituições. Nesta área destacam-se ainda especificamente as seguintes ações:

- › Ampliação da Ludoteca da F. Marquês de Pombal do Bº Encosta da Portela;
- › Reabilitação de Fachadas da Casa de S. Bento no Bº Dr. Francisco Sá Carneiro;
- › Instalação de Espaço Multiusos Lavandaria, Balneário Social, no Bº Navegadores;
- › Instalação Rampa acesso á Comissão Proteção Crianças e Jovens Oeiras o Bº Pombal;
- › Conclusão do Projeto de Execução da Cantina da Associação Moinho em Movimento – Projeto “Desingosta” no Bº Moinho das Rolas cuja obra orça em 30.000€;
- › Conclusão do Projeto de Execução da Ampliação da Creche Ordem social Madre Maria Clara no Bº Moinho Dr. Francisco Sá Carneiro cuja obra virá a orçar entre 90.000 e 100.000€.

Nesta área no ano de 2015 foi globalmente realizada nestas ações uma verba de aproximadamente de 217.842€.

Relativamente á intervenção da DPRH na Reabilitação dos Espaços Públicos, destacam-se as seguintes ações:

- › Elaboração e conclusão do “Levantamento dos espaços públicos dos Bairros Municipais”;
- › Conclusão do Projeto Base do Parque Infantil do Bº Pátio Cavaleiros;
- › Conclusão do Projeto Base da Reabilitação E.P. do Bº Navegadores II Fase;
- › Conclusão proposta para instalação de Hortas do “Projeto Desingosta” Bº Moinho das Rolas;
- › Pintura e Remoção de Grafitis do Parque Urbano do Bº Navegadores, tendo-se despendido nesta ação 5.800€.

Resulta das novas orientações sobre a política habitacional para o concelho que os novos programas de promoção e construção de fogos previstos no Plano Estratégico “Habitar Oeiras” foram suspensos, dando-se prioridade ao desenvolvimento das ações inseridas no programa Habitação para jovens nos Centros Históricos também eles previstos no “habitar Oeiras”, assim passaram em 2015 para a DPRH algumas ações:

- › Projeto de Execução Edifício Rua das Pedreiras Nº4 em Leião – 2 fogos;
- › Projeto de Execução Edifício dos Anexos á Capela S. Sebastião em Barcarena – 3 Fogos;
- › Projeto de Execução Edifício “Vila longa” em Paço de Arcos – 32 Fogos.

Os dois primeiros terão o respetivo concurso público de Empreitada de Obra lançado no início de 2016.

A Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional obteve, mais uma vez, em Outubro de 2015 a renovação pela APCER do seu Sistema de Gestão da Qualidade NP ISO 9001- 2008.

Divisão de Gestão do Parque Habitacional

A Divisão de Gestão do Parque Habitacional norteia a sua atuação tendo no seu horizonte a Missão “... apurar as carências de habitação no concelho, propor medidas para as suprir e gerir o património habitacional municipal...”, tal como definido no Art.º 50º do Despacho nº 5021/2014, de 08 de abril.

Tendo cumprido o desígnio do realojamento de todas as famílias que residiam em núcleos residenciais degradados, no âmbito do Programa Governamental denominado PER, estamos agora em 2015 numa nova etapa, no novo desafio da “gestão global integrada”, que para além de trabalhar com as famílias nas suas diversas vertentes, privilegia também a gestão do espaço público, envolvente aos empreendimentos municipais.

Um dos objetivos principais da atuação da DGPH é a promoção da integração social das famílias arrendatárias do parque municipal, que passa por uma intervenção de proximidade com os indivíduos, a qual está refletida tanto no número de atendimentos realizados pelos diferentes elementos da equipa técnica, que se situa nos 3.600 como nas visitas domiciliárias que atingiram as 1.100.

Cumprindo outro importante objetivo, este da responsabilidade do Programa Observatório, tem por Missão registar, analisar e avaliar todos os pedidos de habitação que são dirigidos ao município e em caso de necessidade propor realojamentos.

Assim, os números relativos ao ano de 2015 são bastante expressivos da atividade desenvolvida, nomeadamente os 2.766 pedidos ativos para arrendamento municipal, venda ou arrendamento jovem em Centros Históricos.

Não se verificando, desde há algum tempo, a construção de novos empreendimentos municipais, é exclusivamente com base numa gestão muito criteriosa e eficaz das famílias residentes no parque municipal e dos fogos atribuídos em regime de arrendamento, que foi possível concretizar durante o passado ano de 2015, 111 realojamentos no âmbito do Programa Observatório, materializados em três cerimónias públicas (25 de abril / 07 de julho / 11 novembro).

Foi igualmente possível a atribuição de 55 fogos municipais no âmbito dos reajustamentos/transferências de famílias já residentes no nosso parque habitacional.

Ou seja, durante o exercício de 2015, a DGPH entregou 166 fogos a famílias carenciadas residentes no concelho.

De realçar a grande aposta do Departamento (DHRU) e o grande esforço da autarquia, na revitalização dos Centros Históricos através da aquisição e requalificação de edifícios particulares e posterior arrendamento a jovens munícipes, como medida de rejuvenescimento destas zonas que se tornaram, com o avançar dos tempos, envelhecidas e sem grandes dinâmicas sociais.

Importa referir que durante o ano em apreço foram entregues por sorteio público 16 habitações, no Centro Histórico de Paço de Arcos e de Oeiras.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS

O Departamento é constituído por 124 funcionários distribuídos pelas suas unidades orgânicas, DEP, DEM e DGEPIM, e na dependência direta do DOM e com funções transversais de apoio a todas as UO funcionam a Secção Administrativa e o Núcleo Técnico de Gestão e Controlo. Os

quadros I e II refletem as atividades desenvolvidas pela SAd e pelo NTGC, por si elucidativos do trabalho desenvolvido.

Quadro I - SAd

Autos de Receção Definitiva	141
Autos vistoria para liberação % valores da caução	133
Informações	263
Notas de pagamento	311
Ofícios	1406
Certidões	55
Editais	88
Inquéritos Administrativos	49
E-mails recebidos	4249
E-mails enviados	4598 (3727 reenc.)
E-mails resposta a munícipes	2558

Quadro II – NTGC

Informações (incluindo pareceres jurídicos)	482
Planos de Segurança e Saúde	97
Avaliações de PSS e Fichas de Segurança dos EOP	80
Minutas de contrato de empreitada	68
Empreitadas	119
Aquisições de bens e serviços	355
RI's	369 (e 139 no Flylight)
Fichas de contratação	38

À imagem dos últimos anos, o exercício de 2015 decorreu na continuação de um contexto de forte contenção financeira, apostando mais na manutenção e na recuperação do existente (sem embargo de algumas obras novas), de forma a garantir a execução das funções cometidas a este Departamento: a promoção da qualidade de vida no concelho, nos domínios das obras municipais, equipamentos, trânsito e transportes e da gestão ambiental.

À semelhança dos exercícios anteriores, este ano foi marcado pela melhor gestão dos dinheiros públicos, mas dando resposta às maiores e mais urgentes necessidades do Concelho.

O DOM teve uma realização financeira de 14.000.000 € aproximadamente.

Os procedimentos pré-contratuais de empreitadas de obras públicas e PSS foram desenvolvidos integralmente no DOM/NTGC (à exceção dos respetivos contrato), e ainda foram conduzidos procedimentos que haviam começado no ano anterior. Embora os procedimentos para aquisição de bens e serviços tenham corrido pela DCP, os elementos instrutórios foram elaborados no DOM/NTGC.

Neste relatório importa ainda destacar, entre outras:

- › Realização de obras em 7 escolas do Ensino Básico e Jardins-de-Infância do Concelho no valor de 384.317,91€;
- › Conclusão das obras do Parque dos Poetas e das Oficinas Municipais;
- › Início da obra do Centro de Saúde de Carnaxide;
- › Início da obra do Passeio Marítimo (Baía dos Golfinhos-Cruz Quebrada);
- › Continuação da recuperação do complexo do Palácio Marquês de Pombal e de vários edifícios municipais.

Divisão de Estudos e Projetos

Tendo em conta as competências atribuídas, à Divisão de Estudos e Projetos, *de conceção, promoção e controlo da execução dos projetos no DOM*, e no que respeita à atividade desenvolvida, destacam-se os seguintes projetos em 2015:

Desenvolveram-se e concluíram-se os seguintes Projetos, Estudos e Planos:

- › 11 Requalificações de Escolas (projetos internos): EB1 Narcisa Pereira – Remodações de Coberturas e Fachadas; Escola EB1JI Beça Múrias - Substituição de vãos; EB1/JI Jorge Mineiro - substituição dos vãos; EB1 Armando Guerreiro – Remodações; EB1/JI Porto Salvo Insonorização de Refeitório; EB1/JI Porto Salvo e EB1/JI Alto de Algés – Insonorização dos ginásios; EB1 Sá de Miranda - substituição da Cobertura e IS's; EB1 Visconde de Leceia - substituição de coberturas e pinturas exteriores; EB1 Visconde de Leceia, EB1 Gil Vicente e EB1 Samuel Johnson - remodelações ligeiras das cozinhas.
- › 4 Requalificações diversas de Equipamento (projetos internos) Salas de Formação DRH, adaptações do espaço - Jardim dos Arcos; Secção Limpeza DHU Oeiras; Auditório Ruy de Carvalho - Rampa de acesso; Mercado de Algés - I.S./Balneários/Vestiários e Portões.

- › 6 Arquitetura Paisagista e Espaço Público (projetos internos): Entrada Adega e estacionamento Marquês Pombal; Quinta Pedagógica de Linda-a-Velha (Orçamento Participativo); Parque de Hortas do Moinho; Muro zona sul acesso novas oficinas, Vila Fria; Enquadramento paisagístico para a rotunda de acesso às novas oficinas; Parque da Terrugem.
- › 3 Vias e estacionamentos (projetos internos e 1 externo): Novas Oficinas - Passeio ao longo do estacionamento poente; PS Estacionamento da Frota CMO, Vila Fria (honorários 39.500€ + IVA); Estacionamento no Moinho das Antas.
- › Diversos projetos específicos de Especialidade (internos): 8 Fundações Estrutura e Estabilidade; 9 Redes Drenagem Águas Pluviais; 2 Redes Prediais de Águas; 2 de Esgotos.
- › Outros Estudos (internos e externos) e acompanhamentos diversos: Estudo de Tráfego da envolvente do futuro Edifício Fórum (Honorários 4.900€ + IVA); Estudo de *Layout* para estacionamento subterrâneo sob a Praça do loteamento Fórum (fornecido à P. Tejo para desenvolvimento); Loja do Cidadão C.C. Central Park em Linda-a-Velha; Mercado Municipal de Algés – acompanhamentos dos projetos da concessão de parte delimitada; Desenhos 3D; MAP - Elaboração de Medidas de autoproteção em eventos.
- › Elaboração de 70 PPGRCD's: 69 PPGRCD elaborados internamente (29 para a DEP e 40 para outras UO) e 1 PPGRCD externo (Honorários 750€ + IVA).

Realizaram-se e concluíram-se as seguintes Assistências Técnicas de obras com projetos

DEP:

- › 6 Obras em Escolas: EB1/JI Porto Salvo Insonorização de refeitório; Escola EB1JI Beça Múrias - substituição dos vãos; EB1/JI Jorge Mineiro - substituição dos vãos; EB1 Sá de Miranda – substituição das coberturas e IS's; EB1 Visconde de Leceia - substituição das coberturas e pinturas exteriores; JI Tomás Ribeiro Intervenções várias;
- › 6 Obras novos equipamentos e requalificações: Novas Oficinas Municipais em Vila Fria; Palácio Marquês de Pombal - Recuperação dos vãos; Palácio Marquês de Pombal - Pinturas interiores; Salas de Formação DRH, adaptações do espaço - Jardim dos Arcos; Requalificação da Secção DEV Caxias; Mercado de Algés - Portões;
- › 4 Obras de arquitetura paisagista e estabilizações: Entrada Adega e estacionamento Marquês Pombal; Ciclovia Algés-Dafundo; Parque Urbano de Queijas – elementos

construídos (em colaboração com a DEV); Intervenção no Largo Maria Leonor em Miraflores;

- › 4 Obras em vias e estacionamento: Rotunda de acesso às novas Oficinas municipais, Novas Oficinas CMO – Passeio Poente; Estacionamento no topo noroeste da Av. de Portugal em Carnaxide; Estacionamento no Moinho das Antas.

Destacam-se também Projetos e Estudos desenvolvidos (sem conclusão), nomeadamente:

- › 5 Escolas (projetos internos): EB1 Antero Basalisa - Remodelações; EB1/JI Porto Salvo - adaptações para proteção da chuva; EB1/JI Alto de Algés - cobertura do recreio exterior; EB Dionísio dos Santos Matias - Requalificação dos Espaços Exteriores; EB1/JI Narcisa Pereira - Requalificação dos Espaços Exteriores;
- › 4 Edificados (externos e internos): Projeto do Edifício Fórum Municipal – PE (Honorários totais 1.495.865€+iva dos quais estava previsto realizar em 2015: 425.652€ + IVA e foi efetivamente realizado 182.423€ + IVA); Novas Oficinas - posto de abastecimento de combustível, Vila Fria EP (honorários 4.985€ + IVA); PSP Oeiras; Centro Dia Madre Maria Clara – Alterações para cumprimento legal;
- › 6 Arquitetura Paisagista - Espaço Público (projetos internos): Requalificação paisagística do Rossio de Porto Salvo; Praceta rua Almirante Sousa Dias, Nova Oeiras - Requalificação Paisagística; Requalificação Passeio Augusto Abelaira, Oeiras – EP; Requalificação do Quintal Desportivo de Carnaxide – Jardim; Requalificação percurso principal Quinta dos 7 Castelos; Requalificação estacionamento Piscina Municipal de Barcarena;
- › 2 Vias e estacionamento: Projeto Acessos ao Edifício Fórum Municipal (Honorários 4.577€ + IVA); Rotunda da Lage;
- › 4 Diversos projetos específicos de Especialidade: Esquadra PSP P. Salvo; Estabilização da Encosta do Pátio da Colina; Central Hidropressora P. Poetas; Reforço do molhe do Porto de Recreio de Oeiras (em adjudicação);
- › 11 Outros Estudos e acompanhamentos diversos em curso: Revisão do Projeto do Edifício Fórum Municipal (Honorários 38.200€ + IVA); Remedição das medições Projeto do Edifício Fórum Municipal (Honorários 15.000€ + IVA); Melhoria da Certificação energética – Classe A - Projeto do Edifício Fórum Municipal (Honorários 30.000€ + IVA);

Programa preliminar – Parque Municipal de Oeiras; Rampa e estacionamento na Praia da Torre; *Layouts* para a Praça do Fórum, Oeiras; SCIE - Medidas de Auto Proteção em 4 equipamentos (em adjudicação); Estaleiros Porto Salvo; Acompanhamento questões Centro de Congressos Oeiras; Integração no Grupo Trabalho ribeiras; Integração no GO21+.

3 Assistências técnicas a obras em curso:

- › Centro de Saúde de Carnaxide;
- › Passeio Marítimo Fase A – (Forte de S. Bruno/Cruz-Quebrada);
- › Sinalética nos cemitérios de Oeiras e Carnaxide.

A DEP deu apoio ao DOM e DAE nas vertentes de elaboração de projetos de especialidade e emissão de pareceres relativamente a Estabilidade, Águas, Drenagem, Medições e Orçamentos e PPGRCD - Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição.

Relativamente a MAP – Medidas de Auto Proteção, a DEP deu apoio a outras UO, nomeadamente na realização de eventos.

Mencionam-se ainda projetos que tiveram algum desenvolvimento mas que pararam por sofrerem novas orientações, nomeadamente:

- › Secção Limpeza DEV Parque dos Poetas;
- › Arquivo CMO Parque dos Poetas;
- › Integração paisagística da área arqueológica do Jardim Municipal;
- › Preparação de CE para adjudicação ao exterior do projeto da Ribeira da Junça;
- › Parque Recreativo de Linda-a-Velha.

Em termos de resultados financeiros, foi atribuído à DEP o financiamento inicial de 892.097,90€, tendo sido acrescido para 1.128.447,96€ (acréscimo de 26,49% em relação à dotação final de 2014); a taxa de compromisso foi de 87,84%. Ao exterior realizaram-se 9 adjudicações totalizando 127.025,00€.

A realização financeira em 2015 foi 605.289,59€ e a comprometida que transitou para 2016 foi 386.423,91€.

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de 605.289,59€ o que corresponde a 53,59% relativa à dotação final e 61,06% em relação ao compromisso.

Estes valores são pouco representativos do trabalho desenvolvido na Divisão uma vez que grande parte dos projetos desenvolvidos são projetos internos.

Divisão de Equipamentos Municipais

Tendo em conta as competências da Divisão de Equipamentos Municipais, no que respeita à construção e conservação de equipamentos municipais, durante o ano 2015, das diversas ações previstas no plano de atividades, destacam-se as seguintes intervenções desenvolvidas nos diferentes núcleos da DEM.

Núcleo de Construção e Requalificação

No setor escolas foram realizadas obras de requalificação em 7 escolas do Ensino Básico e Jardim-de-infância do concelho no valor de 384.742€.

No sector Edifícios, destaca-se:

- › O início, em Maio de 2015 da obra do Novo Centro de Saúde de Carnaxide a qual foi adjudicada por 2.225.788€.
- › A conclusão da obra do Parque dos Poetas (2ª e última fase).
- › A conclusão da obra das Novas Oficinas de Vila Fria.
- › Outras obras de conservação e requalificação dos edifícios que integram o património municipal, ou, sob administração do Município nomeadamente:
 - ⇒ Recuperação do Complexo do Palácio Marquês de Pombal cujo investimento em 2015 foi de 280.082€ onde se incluem intervenções como a limpeza da cobertura e impermeabilização de caleiras, pinturas diversas, a recuperação das Fachadas da Adega do Palácio Marquês de Pombal;

⇒ Requalificação de Equipamentos Municipais sendo que neste âmbito foram realizadas requalificações em vários equipamentos à qual correspondeu um investimento de 454.619€.

Núcleo de Manutenção e Conservação

No âmbito da conservação dos equipamentos municipais a DEM assegura a manutenção dos edifícios escolares do Ensino Básico e Jardim-de-infância do Concelho tendo-se respondido a 1.110 pedidos de intervenção da DE, dos quais 278 corresponderam a obras de administração direta. Dentro desta manutenção incluem-se ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados (cozinha, elevadores, alarmes) bem como serviços de reparação ou de fornecimento de estores, vidros, serralharias, iluminação, onde os custos associados totalizam cerca de 137.560€.

A nível de manutenção dos diversos Equipamentos Municipais (edifícios de serviços, jardins, bibliotecas municipais, secções de limpeza urbana) foram realizadas mais de 1.740 intervenções das quais cerca de 1.400 foram com recurso aos setores de administração direta da DEM.

É de realçar ainda a manutenção e instalação de equipamento diverso no sector Eletromecânico a cargo do Município ao abrigo de 16 contratos de manutenção ativos no valor total de 529.956€. Neste setor ao abrigo de contratos de manutenção e outras aquisições foram satisfeitas mais de 410 solicitações diversas. Refira-se ainda que com a passagem do SATU para propriedade da Edilidade em Maio de 2015, a DEM tem assegurado a manutenção do material circulante instalado.

Ainda, as equipas de Administração Direta da DEM, prestaram apoio a eventos, num total de 38 apoios executados, com um investimento de 8.543,65€.

Assim, em 2015, no que respeita aos pedidos realizados à DEM, contabilizados para efeitos de PDE, registaram-se 3.703 solicitações sendo que destas, 3.574 foram novos pedidos (mais 77 que em 2014, que correspondem a um aumento de 2%). Foram executados 2.820 pedidos nas diversas áreas de atuação (manutenção, serviços e administração direta) sendo que ficaram sem seguimento 256 pedidos, ou seja correspondente a uma resposta de 83% da totalidade.

Foram igualmente executadas, através de empreitadas genéricas, as seguintes intervenções de conservação:

- › Pinturas em equipamentos municipais;
- › Manutenções de coberturas de edifícios municipais;
- › Conservação de Escolas, Mercados e Jardins Municipais.

É de destacar ainda a elaboração de orçamentos e a execução de obras coercivas no âmbito dos processos de notificação tendo-se realizado em 2015 obras coercivas no valor total de 14.210€.

O acompanhamento e fiscalização das obras/intervenções, foi realizado internamente com seis (6) engenheiros civis, dois (2) engenheiros eletrotécnicos e um (1) engenheiro mecânico apoiado por cinco (5) assistentes técnicos.

Em termos gerais, a DEM em 2015 realizou 321 novos procedimentos, sendo 274 relativos a aquisições de bens e serviços ou prestação de serviços e 47 relativos a empreitadas de obras públicas. Refira-se que 55 destes procedimentos, corresponderam a procedimentos que não estavam inicialmente previstos em GOP 2015.

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de 7.682.129,10€ o que corresponde a 72% relativa à dotação final e 81% em relação ao compromisso.

Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais

A missão da DGEPIM é gerir o Espaço Público no respeito à ocupação da via pública e do subsolo, assegurando a articulação de todas as intervenções no mesmo, bem como promover o bom estado da Iluminação Pública e Decorativa e a execução e atualização do Plano de Iluminação do Concelho.

Ainda tem por missão assegurar a construção, conservação e reabilitação de infraestruturas e obras conexas no concelho de Oeiras bem como “Elaborar e executar projetos de intervenção nas áreas do Trânsito e dos Transportes, contribuindo para o ordenamento da circulação e para a segurança rodoviária”.

No que concerne à ocupação do espaço público, na DGEP foram recebidos 386 pedidos de concessionárias e 322 pedidos de particulares, num total de 708 pedidos para abertura de vala, reserva de estacionamento, passagem de cabos, etc.

Quanto à Iluminação Pública e a Decorativa durante o ano de 2015, foram realizados trabalhos no montante global de 90.664,23€.

Relativamente à Iluminação Pública foram elaborados, entre outros, os seguintes projetos:

- › Remodelação do Sistema de Iluminação Pública da Rua José Diogo da Silva, em Oeiras;
- › Reformulação de Redes e Iluminação Pública na Avenida Carolina Michaelis, em Linda-a-Velha;
- › Reformulação de Redes e Iluminação Pública para a Envolvente das Igrejas da Santíssima Trindade, em Algés, da Igreja da Outurela, em Carnaxide e da Igreja Paroquial de São Julião da Barra, em Oeiras;
- › IP Hortas Urbanas da Outurela em Carnaxide de Cacilhas em Oeiras do Moinho das Antas em Oeiras;
- › Iluminação Exterior para a Entrada da Adega e Parque de Estacionamento do Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras;
- › Infraestruturas Elétricas e Iluminação Pública para a Praceta da Rua Almirante Sousa Dias, Nova Oeiras, em Oeiras;
- › Requalificação do Percurso Principal da Quinta dos Sete Castelos, em Oeiras - Projeto de Execução da Alteração da Iluminação decorativa Existente;
- › Infraestruturas Elétricas e Iluminação Pública para a Rotunda da Estrada da Ribeira da Lage com a Estrada da Mina em Oeiras;
- › Iluminação exterior para o Parque de Estacionamento para a Frota Municipal, em Vila Fria;
- › Iluminação Exterior para o Muro Sul das Novas Oficinas Municipais em Vila Fria;
- › Iluminação Decorativa para a Rotunda de Acesso às novas Oficinas Municipais em Vila Fria;
- › Alteração das Infraestruturas Elétricas de Serviço Público - Passeio Nascente - Avenida Engenheiro Álvaro Roquete - Envolvente do Fórum Municipal de Oeiras;
- › Envolvente do Fórum Municipal de Oeiras - Edifício Seda da C.M.O. - Alteração das Infraestruturas Elétricas de Serviço Público e de Alteração das Infraestruturas Subterrâneas de Telecomunicações;

- › Iluminação Pública para a Rua Ernesto da Silva, junto ao Mercado de Algés, em Algés;
- › Instalação de Iluminação Pública na Envoltente do Espaço Multiusos, Bairro dos Navegadores;
- › Infraestruturas Elétricas, Iluminação Pública e Infraestruturas Subterrâneas de Telecomunicações para a Rua das Furnas, Bairro da Lage, em Porto Salvo.

Ainda, foram propostas ações com vista à implementação de medidas de poupança, quer na iluminação pública com na decorativa, bem como na regularização de contadores de instalações semaforizadas, sem investimento e uma poupança anual de 358,84€ e com a reutilização de equipamento não houve a necessidade de investir 11.322,54€.

Quanto às Infraestruturas Municipais, as atividades desenvolvidas resultam, quer das orientações transmitidas pelo executivo, quer de sugestões propostas.

Da atividade desenvolvida durante o ano de 2015, quer com abertura de procedimentos de concursos para execução das respetivas empreitadas, destaca-se o seguinte:

Relativamente à área de Trânsito no ano de 2015 a Divisão desenvolveu, entre outros, os seguintes projetos:

- › Reordenamento da circulação, bem como a criação de estacionamento longitudinal regulamentar, na Rua Santo António em Oeiras;
- › Reordenamento do trânsito em várias ruas de Santo Amaro de Oeiras (R Nossa Senhora do Egípto; Rua Mouzinho de Albuquerque, Rua Francisco Franco e Rua Santa Cruz, etc.);
- › Criação de uma zona 30, bem como a construção de um pavimento diferenciado na zona que antecede as travessias pedonais, na Rua Quinta das Palmeiras em Oeiras;
- › Alteração de trânsito nas Ruas Luciano Cordeiro e Primeiro de Maio, em Paço de Arcos;
- › Reordenamento do trânsito no troço final da Rua do Aqueduto (entre a Rua Lagares da Quinta com a Avenida da República);
- › Reordenamento do trânsito e criação de estacionamento regulamentar nas Ruas António Xavier Machado Cerveira e Numídico Bessone, em Paço de Arcos;
- › Criação de sentido único, bem como criação de estacionamento longitudinal no troço da Avenida Patrão Joaquim Lopes (sentido N/S), em Paço de Arcos;
- › Proposta para a criação de estacionamento na Rua Salette Tavares (junto à Escola Secundária Luís de Freitas Branco), em Oeiras;

- › Reordenamento da circulação (construção de uma mini-rotunda) no entroncamento da Avenida Dr. Francisco de Sá Carneiro com a Rua Mateus Fernandes, em Oeiras;
- › Criação de Zonas 30 ao longo da Alameda Conde de Oeiras, com a construção de pavimento sobre-elevado e repavimentação e pintura de toda a sinalização, incluindo a marcação da via ciclável e instalação de balizadores flexíveis, de cor amarela e preto;
- › Criação de um pavimento diferenciado, bem como marcação de pavimento antiderrapante na Rua do Aqueduto, entre a passagem de peões e a nova entrada para a Adega do Palácio Marques de Pombal.

Foram igualmente executadas, através de empreitadas genéricas, as seguintes intervenções:

- › Pintura de novas passadeiras de peões e repintura de existentes em diversas localizações do Concelho;
- › Colocação de sinalização vertical em vários locais;
- › Pintura de sinalização horizontal em vários locais;
- › Instalação de pilaretes e balizadores em diversas localizações.

No que se refere à semaforização, foi assegurada a manutenção dos equipamentos existentes, além da introdução de alterações nos tempos de ciclo, com vista a uma melhoria do desempenho das intersecções e da fluidez, bem como a implementação de sinalização semafórica em 6 novas localizações:

- › Alameda Fernão Lopes, Algés;
- › Rua Manuel Teixeira Gomes, Carnaxide;
- › Rua Carlos Vieira Ramos, Paço de Arcos;
- › Estrada de Oeiras, Oeiras;
- › Rua João Chagas, Algés;
- › Entroncamento da Estrada Ribeira da Lage com a Rua da Mãe de Água, Oeiras.

Refira-se ainda que a Divisão promoveu a articulação com os diversos operadores privados de Transporte Coletivo para resolução de questões operacionais, bem como ao pedido de colocação de 2 novos abrigos de passageiros em paragens do Concelho.

Ao nível das obras por Administração Direta, num total de 2.786 obras executadas, com um investimento de 185.916,57€, destaca-se:

- › A reparação da iluminação decorativa;
- › A instalação da iluminação de natal no concelho;
- › A recuperação de equipamento de Iluminação Pública retirado do espaço público para reutilização;
- › A reparação de passeios e a execução de encaixes de dispositivos de recolha de resíduos;
- › A instalação de guardas;
- › A aplicação de massas frias em betuminoso;
- › A manutenção regular da Sinalização no Concelho;
- › A implementação de lugares reservados na via pública;
- › A colocação de pilaretes impeditivos de estacionamento ilegal.

Ainda, as 2 equipas de Administração Direta, prestaram apoio a eventos, num total de 190 apoios executados, com um investimento de 31.273,72€.

Em 2015, a DGEPIIM recebeu, contabilizado para efeitos de PDE, 6.758 solicitações externas e internas, tendo, durante este período de tempo, conseguido responder a 6.689, correspondentes a 99% da totalidade.

Em termos gerais, esta divisão adjudicou 53 processos de empreitadas, tendo executado trabalhos no montante de 2.546.224,39€.

Ainda, foram organizados 82 processos de aquisição, num montante global de 622.776,29€, que inclui a assistência técnica e manutenção dos sistemas semaforicos do concelho, fornecimento contínuo de materiais de construção civil, fornecimento de sinais de código e a substituição dos balastros eletrónicos (376.044,83€).

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de 5.722.805,04€, correspondente a uma taxa de realização de 76,43% relativa ao compromisso e de 76,33% em relação ao cabimento.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E EQUIPAMENTO

O Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE), tem por missão conceber os meios e promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental, da gestão e manutenção dos espaços verdes, da gestão dos resíduos e dos respetivos sistemas de deposição. Bem como, dos serviços de limpeza, higienização e manutenção do espaço público, a gestão dos parques de viaturas e máquinas e a gestão dos cemitérios e armazéns. A atividade desenvolvida pelo DAE, centra-se essencialmente num conjunto de tarefas transversais e comuns a todas as Divisões que compõem organicamente o Departamento – área administrativa, aquisição de bens e serviços, gestão de armazéns – e por outro lado nas atividades que, pela sua especificidade, não se encaixam em nenhuma das suas UO, nomeadamente toda a atividade de promoção e sensibilização ambiental, gestão de mercados municipais e feiras de velharias e ainda a gestão dos cemitérios municipais. Relativamente à promoção e sensibilização ambiental, temos vindo a dar continuidade aos projetos de ocupação de tempos livres em atividades de promoção da cidadania ambiental ativa, com ênfase no sentimento de pertença e respeito pelos espaços públicos comuns, na prestação de informação e sensibilização ambiental porta-a-porta, dinamização de eventos e atividades ambientais de ar livre que promovam o envolvimento dos cidadãos, aos espaços verdes municipais, ecossistemas ribeirinhos, costeiros e um maior conhecimento da biodiversidade local, tendo a temática animal continuado a ser uma das temáticas de maior enfoque durante o ano transato. Na prossecução das inúmeras atividades e tarefas associadas à sua missão, o DAE, contou com um efetivo de cerca de 690 funcionários distribuídos pelas suas unidades orgânicas (DAE, DEV, DHU e DVM) e uma realização financeira global de 12.093.832,16€ (79,64%). Este valor poderia ter sido superado e ter chegado a níveis de realização acima dos 90%, caso não se tivessem verificado alguns constrangimentos na adjudicação e realização de algumas aquisições de bens e serviços, designadamente a aquisição de Ilhas Ecológicas que foi objeto de uma providência cautelar.

Resumo da atividade realizada na área administrativa:

- > Documentos entrados na NGAA/DAE (c/registo em base de dados – emails, sgd's) – 5.359; Ofícios/resposta a munícipes e entidades (em papel) – 1.016; Registo de informações de todas as UO do DAE – 414; *e-mails* recebidos, reencaminhados e respondidos (dae@dae) – 24.966;
- > Pedidos de Recolha de Verdes e Monos (*CallCenter*) – 8.672
- > Armazém – gestão de mais de 3.000 itens e fornecimento de 5.193 requisições
- > Reprografia – 221.314 cópias

- › Renovação da Certificação de Qualidade do Serviço Administrativo do DAE.

Atividade nos Cemitérios Municipais:

- › Cemitério Municipal de Oeiras – realizados 496 funerais e efetuadas 642 exumações. Foram concessionadas perpetuamente 3 sepulturas e apurada uma receita de 198.345,56€. Carnaxide – efetuados 22 funerais para Jazigo Municipal Perpétuo e apurada uma receita de 80.548,38€;
- › Tratados 1.341 requerimentos no Cemitério de Oeiras, que originaram 1.162 ofícios resposta e 129 requerimentos e 53 ofícios resposta no Cemitério Municipal de Carnaxide;
- › Foi igualmente renovada a certificação do sistema de gestão da qualidade do serviço prestado pelos Cemitérios Municipais pela APCER.

Educação ambiental, realizadas 844 atividades com o envolvimento de cerca de 32.045 participantes:

- › Programa de Educação Ambiental nas Escolas 2014/15 – Comemoração dos 20 anos. 508 atividades em articulação com 22 parceiros, envolvendo-se 17.754 alunos, professores e auxiliares de educação;
- › “Jovens em Movimento” – 760 Jovens e monitores em ações de limpeza e manutenção de ruas, praias e jardins. Distribuídos 13.494 comunicados porta-a-porta, com informação sobre resíduos e espaços verdes e 2.289 materiais de divulgação ambiental (eco-cinzeiros);
- › Eco-Conselheiros – 15 ações de informação e sensibilização ambiental no comércio e empresas;
- › Bairro Limpo – Atividades de limpeza promovidas em 4 Bairros Municipais e 20 Jovens moradores participantes;
- › Compostagem Doméstica – entregues 71 recipientes em moradias com jardim, escolas e empresas (cerca de 1.781 moradias participantes até final de 2015); Realizado inquérito de satisfação e 19 ações de sensibilização;

- › 9 Eventos e Comemoração de Dias Ambientais Temáticos – 11.963 participantes e 28 parcerias externas. Plano Estratégico Arborização/Comemoração da Primavera e do Outono – 390 voluntários de empresas, escolas e munícipes; 516 participantes no Dia Mundial do Ambiente; 52 participantes no dia da Energia; 50 participantes nos Jogos Ambientais da Taça Coca Cola; 9.700 participantes na Feira Animal e Dia do Animal; 800 participantes na campanha troca de resíduos do NOS Alive; 450 participantes nas atividades ambientais da Marginal sem carros;
- › Promovidas 3 exposições em diversos espaços municipais: Política Animal em Oeiras, 20 anos do Programa de Educação Ambiental Escolar e Fábrica da Reciclagem da Tetra Pak;
- › Apoio à campanha de controlo da espécie invasora *Xenopus Leavis* nas ribeiras da Lage e de Barcarena (UHU);
- › Qualidade das Zonas Balneares: Acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares das Praias da Torre Sto. Amaro, Paço de Arcos e Caxias; Novos postos de apoio a atividades dos Jovens em Movimento, divulgação ambiental e cultural nas praias. Dinamização de *ateliers* de sensibilização ambiental nas praias com 76 atividades dinamizadas em 26 dias, envolvendo 1.356 participantes (grupos em ATL famílias);
- › Projeto Boas Práticas Ambientais nos Serviços Municipais – Reuniões de planeamento do SIGQAS e divulgação do sistema de recolha seletiva de resíduos no Edifício Atrium; Elaborado Plano de Sensibilização de Boas Práticas para implementação em 2016;
- › Campanhas Resíduos e Limpeza Urbana – Elaborados 100 comunicados distribuídos porta-a-porta em 13.494 habitações; apoio à campanha de recolha seletiva de capsulas de café *Dolce Gusto* da Nestlé; apoio à divulgação das campanhas nacionais para recolha de pilhas e “Papel por Alimentos” com fins sociais; divulgação da campanha “Oeiras Limpa Depende de Todos Nós”, em *Outdoors*, Mupis, Internet, intranet e imprensa municipal; planeamento da campanha de recolha seletiva de beatas na via pública;
- › Divulgação Projetos Ambientais: Elaborados 52 artigos sobre as atividades do DAE, para divulgação na imprensa municipal;
- › SIGQAS - Realizada auditoria interna ao Sistema de Gestão Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança e renovada a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, do serviço prestado pelo Núcleo de Promoção e Sensibilização Ambiental pela APCER;
- › Participação no Grupo de trabalho Oeiras 21+: elaboração de proposta de guião sobre eventos sustentáveis e monitorização de 7 eventos municipais; Participação na ação de

- formação - “ Agenda 21 de Bairro e Sustentabilidade Urbana” e planeamento do projeto-piloto Bairro21 para a Figueirinha; participação em ações do projeto Oeiras Solidária;
- › Pacto de Autarcas - Realizadas diversas ações, participação em eventos, ações de sensibilização em escolas entre outras, parcerias com diversas entidades, com o objetivo de sensibilizar e influenciar a população para o cumprimento dos objetivos do Pacto. Preparação de Relatório de Progresso a apresentar à Comissão Europeia durante o 1º trimestre de 2016;
 - › Família Oeiras Ecológica V (Eco Condomínios) - Planeamento das atividades da 5ª edição através da realização de parcerias, convite e seleção de condomínios de habitação, visando realizar ações de sensibilização, para a alteração de comportamentos, face ao consumo hídrico, energético, hábitos de mobilidade e de reciclagem.

Atividade dos Parques de Caixas:

- › Registou-se uma poupança de 32.182€, em custos de deslocação e deposição de resíduos na TratoLixo e um ganho de tempo em cerca de 243 dias, o que significa na prática que, com a de deslocações à TratoLixo, foi possível disponibilizar mais tempo na manutenção da via pública;
- › No final de 2015 foi apresentada nova proposta à CCDR-LVT de licenciamento do parque de Caixas de Queijas.

Conclusão do PELACO (Plano Estratégico das Linhas de Água do Concelho de Oeiras)

Mercados e Feiras Municipais:

- › Fiscalização e sensibilização feitas no recinto das Feiras Municipais; Implementação de sistema de pré-inscrição dos espaços ocasionais nas Feiras; Controlo e monitorização mensal da dívida de todos os feirantes;
- › Reorganização da Feira de Velharias e Artesanato de Algés, após obras; Reorganização dos espaços existentes, na Feira de Velharias de Paço de Arcos;
- › Revisão dos regulamentos gerais e por Feiras;
- › Controlo e monitorização dos pagamentos bem como de pedidos extras relacionados com os Mercados Biológicos;
- › Fiscalização, sensibilização de titulares e gestão de conflitos; Gestão de pedidos realizados pelos titulares, no âmbito do regulamento dos Mercados; Obrigatoriedade de inscrição de empregados de titulares; Controlo e monitorização mensal dos pagamentos e da dívida dos titulares; Controlo de consumíveis (gelo, frigorífico, terrados, água);
- › Renovação do Mercado de Algés e consequente reorganização de espaços e abertura de área delimitada, concessionada a restauração; formação, no Mercado de Algés, nos temas técnicas de exposição de produtos, *merchandising* visual e segurança alimentar;
- › Realização de Hastas Públicas para atribuição de espaços vagos; Atribuição direta de espaços;
- › Gestão de pedidos temporários de espaços para eventos.

Principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Veterinário e de Saúde Pública:

- › Respostas / movimentos efetuados por este serviço a outras entidades – 579;
- › Vistorias de insalubridade – 34;
- › Vistorias a talhos / peixarias – 33;
- › Vistorias a cantinas escolares – 28;
- › Vistorias a Centros de Atendimento Médico Veterinário – 3;
- › Vistorias higio-sanitárias aos estabelecimentos de restauração e ou bebidas – 1;
- › Deslocações para averiguar e /ou resolver situações / ocorrências relacionadas com animais – 495;
- › Gestão do Canil Municipal:

- ⇒ Captura de animais errantes, sequestro de animais agressores e agredidos, identificação eletrónica, vacinação antirrábica, restituição de animais aos donos;
 - ⇒ Campanhas de adoção (divulgação das fotos dos animais disponíveis para adoção no site e *Facebook* municipais;
 - ⇒ Campanhas de adoção de animais no Jardim de Oeiras – 2;
 - ⇒ Esterilização de animais adotados / animais pertencentes a municípios comprovadamente carenciados/ RED colónias gatos;
 - ⇒ Apoio a eventos sobre a temática animal, Feira Animal e comemoração do Dia do Animal.
- › Ações de Sensibilização sobre a Temática Animal no âmbito do Programa de Educação Ambiental Escolar: visitas ao CROAMO – 545 alunos e professores;
 - › Parceria com a Ordem dos Médicos Veterinários – 106 Cheques Veterinários atribuídos a famílias comprovadamente carenciadas;
 - › Parceria com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – 15 trabalhadores comunitários;
 - › Colaboração com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária na capacitação técnica dos inspetores da ARFA em atividades de controlo oficial – 3 e 4 de Dezembro 2015;
 - › Integração no projeto de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho.

Centro de Apoio ao Animal:

- › 1.699 esterilizações;
- › 289 intervenções diversas;
- › 411 adoções.

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 5.255.521,65€, correspondente a uma taxa de realização de 89,89%.

Divisão de Espaços Verdes

A Divisão de Espaços Verdes tem por missão contribuir para a qualidade ambiental, através da promoção e manutenção dos espaços verdes. Durante o ano de 2015, em regime de Administração Direta, registaram-se seguintes atividades:

- › Projetos e Planos concluídos ou iniciados:
 - ⇒ Estudo Prévio EJR Casal do Lameiro;
 - ⇒ Estudo Prévio EJR Alto de Santa Catarina;
 - ⇒ Estudo Prévio EJR Beça Muria;
 - ⇒ Jardim de Barcarena – Estudo Prévio;
 - ⇒ Hortas e pátio em Nova Oeiras – Estudo Prévio;
 - ⇒ Revisão do Regulamento de Hortas Municipais;
 - ⇒ Plano da água – Procedimentos para legalização das captações de água;
 - ⇒ Estudo para requalificação do Parque urbano da Quinta de Santo António;
 - ⇒ Estudo para requalificação do Jardim municipal de Caxias;
 - ⇒ Projetos "Comemoração da Primavera" 2015 e "Comemoração do Outono" 2015;
 - ⇒ Monitorização dos sistemas de captação de água para rega dos espaços verdes em funcionamento (18);
 - ⇒ Monitorização dos consumos de água para a rega dos espaços verdes;
 - ⇒ Gestão da parceria entre a CMO e o SIMAS para recolha e análises qualitativa da água proveniente de captações;
 - ⇒ Monitorização do sistema de Gestão Centralizado de Rega "NEPTUNO" e do sistema de Gestão Centralizado de Rega "SAMCLA";
 - ⇒ Acompanhamento do Estudo Prévio de Requalificação do Passeio Vitorino Nemésio.

Apreciação de projetos de espaços exteriores e urbanizações/particulares, apreciação de projetos de outras Unidades Orgânicas e Coordenação de projetos externos:

- › Fábrica da Igreja paroquial Cristo Rei;
- › Sociedade. Construção Dosiobras;
- › Ponte Franca- Promotores Imobiliários;

- › Urbanização Art-Emp. Imob.;
- › Administ. Cond.Av General ortao matos;
- › Comissão Admin. Bº do Outeiro;
- › Cípol- Comp. Intern. Petróleos;
- › Massa Insolv F. Magalhães- Alto da Montanha;
- › Fábrica Igreja Paroquial N.S. Conceição;
- › Lot Porto Salvo Rua Casal do Deserto;
- › Comissão Admin. Artº 418;
- › Soc Const. Azul Ferreira e Irmão;
- › Empreend. Hoteleiro Murganhal;
- › Lot em Sto Amaro – Maria Ludovina;
- › Projeto United a Work;
- › Projeto SMILE;
- › Candidatura LIFE;
- › Rotunda de acesso Novas Oficinas DEP;
- › Percurso Jardim dos 7 Castelos DEP;
- › EB-Amália Vieira Luis DEP;
- › EB Dionísio Santos DEP;
- › Estacionamento Palácio do Marques do Pombal DEP;
- › Praceta Almirante Sousa Dias DEP;
- › Instalação das novas oficinas DEP;
- › Fórum Oeiras DEP.

Obras concluídas:

- › Comemorações de Primavera e Comemorações do Outono;
- › Hortas de Cacilhas e Hortas do Moinho das Antas.

Acompanhamento de obras de espaços exteriores de urbanizações ou outras UO:

- › Bº de Leceia- DPE;
- › Urb. Pátio da Colina;
- › Fiscalização da obra da 2ª fase A do Parque dos Poetas.

Receções de obras:

- > Obra da 2ª fase A do Parque dos Poetas;
- > Alv Lot 3/2003; Alv Lot 5/2007; Alv Lot 5/2004; Alv Lot 6/2003; Alv Lot 7/2004M;
- > Esp. Ext Edifício Rua de S Miguel L Pastora;
- > Bº de Leceia DPE.

Manutenção de Espaços Verdes:

Os espaços verdes municipais tratados continuam a aumentar anualmente, existindo em 2015 cerca de 248 ha, dos quais 10 ha estão a ser mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades (Quinta da Fonte, Lagoas Park ou Arquiparque). Os 238 ha de espaços verdes que não estão sob protocolo, cerca de 37ha, foram mantidos por Administração Direta (Jardins Históricos e de Carater Patrimonial) com o recurso a cerca de 50 jardineiros sendo que 189 foram mantidos através de contratos de prestação de serviços externos.

No âmbito dos contratos de manutenção de espaços verdes, foram efetuadas várias intervenções:

- > Requalificação de zonas verdes:
 - ⇒ Requalificação da Rotunda Av. Embaixador Augusto de Castro, em Oeiras;
 - ⇒ Requalificação dos espaços verdes na Igreja da Outurela, em Carnaxide;
 - ⇒ Requalificação dos espaços verdes na Av. Tomás Ribeiro, junto da Sra. Da Rocha, em Linda-a-Pastora;
 - ⇒ Fornecimento de terra vegetal e ressementeira do Parque das Perdizes, em Paço de Arcos;
 - ⇒ Fornecimento de Árvores para a Quinta de Santo António, em Miraflores;
 - ⇒ Requalificação de canteiro para enquadramento de Ecoponto- Rua Conde S. Januário;
 - ⇒ Requalificação dos espaços verdes adjacentes à sede da CMO.
- > Beneficiações Instalação de sistema de rega:
 - ⇒ Requalificação da rede rega Fábrica da Pólvora, em Barcarena;
 - ⇒ Instalação de sistemas de rega Automáticos em vários locais de Carnaxide.

No âmbito da Gestão e Manutenção dos EJR foram efetuadas as seguintes ações:

- › Manutenção preventiva de cerca de 75 EJR em espaço público e escolas, através de contrato por *outsourcing*;
- › Requalificações e reparações de manutenção corretiva, através de contrato por *outsourcing*;
- › Substituição de pavimento de borracha através de empreitada lançada pela DGEPIM, nos seguintes parques:
 - ⇒ EJR Fábrica da Pólvora – Barcarena;
 - ⇒ EJR Jardim dos Plátanos – Linda-a-Velha;
 - ⇒ EJR Casal do Lameiro – Queijas; EJR Jardim Municipal de Caxias;
 - ⇒ EJR Alto de Santa Catarina.

No âmbito dos trabalhos de Manutenção e Gestão do Património Arbóreo do Concelho de Oeiras, por administração direta (plantações, podas, remoções, transplantes, rebaixamento de cepos, etc.), realizaram-se no ano de 2015, um total de 2.597 ações, tendo sido plantadas 769 árvores no âmbito do Plano Municipal de Arborização, relativas às comemorações da Primavera e do Outono:

- › Plantação árvores – 44
- › Poda de árvores – 1406
- › Poda de palmeira – 43
- › Remoção de árvores – 213
- › Remoção de palmeiras – 356
- › Corte de mato/arbustos e limpeza de palmeiras – 400
- › Corte de lenha – 30
- › Lavagens de árvores – 87
- › Remoção de cepos – 18
- › Nº Ações/mês – 2.597

No que diz respeito à Gestão de Viveiros, produziram-se 34.853 plantas, adquiriram-se 2.896 e forneceram-se 37.749.

Gestão e produção da vinha e do vinho Villa Oeiras

- › Uvas: uvas brancas – 80.804 Kg e Uvas tintas – 19.061 Kg
- › Vinho:

- ⇒ Vinho Licoroso Branco Apto a Carcavelos – 70.941 Lt e Vinho Licoroso Tinto Apto a Carcavelos – 1.174 Lt
- ⇒ Vinho Branco Apto a IGP Lisboa – 5.600 Lt e Vinho Tinto Apto a IGP Lisboa – 12.800 Lt

Outras ações:

- › Monitorização do Sistema e Gestão da Qualidade e ações para implementação do Sistema de Gestão Ambiental, Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho e integração de Sistemas de Gestão, Qualidade, Ambiente e Segurança;
- › Acompanhamento do Plano de criação de SIG's de apoio à gestão de áreas da DEV em colaboração com o GPDEIG/Município SA;
- › Grupo de trabalho – Plano Estratégico das Linhas de Água do Concelho de Oeiras;
- › Acompanhamento das ações relacionadas com a gestão das hortas municipais.

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 3.310.340,82 €, correspondente a uma taxa de realização de 87,30%.

Divisão de Viaturas e Máquinas

A Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM), tem por missão assegurar a gestão de toda a frota municipal, pelo que se encontra direta ou indiretamente relacionada com a maioria da atividade exercida por este Município. No decorrer de 2015, há a considerar como situações de registo:

- › A renovação da Certificação de Qualidade do Serviço Administrativo do DAE na norma NP EN ISO 9001:2008; Continuação do processo do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) que visa a integração da certificação acima referida com outras duas, de importância estratégica fundamental para esta U.O., a Certificação em Ambiente (ISO 14001) e Segurança e saúde no Trabalho (OHSAS 18001);
- › Aprofundamento das medidas propostas resultante da nova auditoria energética à Frota Municipal, implementando novas medidas tendo em vista a redução de combustível, medidas essas que passam pela renovação da frota, adquirindo viaturas com motores de nova geração, bem como aquisição de pneus com nível de eficiência elevado;

- › Consolidação do processo de Gestão de Stocks de Armazém com a conseqüente redução do imobilizado em linha com o objetivo da área financeira do Município de Oeiras, bem como a implementação de metodologias tendo em vista a melhor gestão de material em *stock*. (ex.: implementação de classificação ABC, inventário rotativo, definição de *stocks* máximos e mínimos);
- › Cooperação com diversas U.O. do Município de Oeiras em inúmeras atividades estratégicas do Município (ex.: Projeto da Limpeza das ribeiras, diversos eventos, Movimentação de terras e terraplanagem na Quinta de St^o António em Carnaxide, novas instalações oficinais);
- › Renovação da frota Municipal, iniciando-se procedimento tendo em vista a renovação de 116 viaturas ligeiras de passageiros em regime de aluguer operacional, bem como o procedimento de oito viaturas Ligeiras de mercadorias, deu-se igualmente início ao processo de abate de catorze viaturas pesadas de mercadorias, de cinco viaturas ligeiras e de inúmeras máquinas de pequeno porte dado que o seu estado de operacionalidade era claramente ineficiente e os custos com manutenção extremamente elevados;
- › Contribuiu significativamente na obra das novas oficinas municipais, tendo inclusive estado no Júri da empreitada para a sua construção;
- › Continuação do processo de massificação dos procedimentos de contratação pública na modalidade de fornecimento contínuo (atualmente com mais de 60 procedimentos em curso);
- › Consolidação das medidas de redução do tempo de imobilização e de custos de manutenção da frota Municipal, iniciadas em 2011;
- › Consolidação da ferramenta de gestão partilhada de viaturas;
- › Desmaterialização e simplificação dos processos da DVM por via dos sistemas informáticos de Gestão de Manutenção (MAXIMO), Documental (SGD) e da Qualidade (SGQ), principalmente através da migração do MAXIMO para a sua versão mais recente.

O Núcleo de Transportes e Logística foi responsável pela gestão de:

- › 2.759 Ordens de serviço relativas a pedidos de transporte; 1.267 Ordens de serviço relativas a serviços de carregadores; 6.078 Pedidos satisfeitos de viaturas POOL;
- › Taxa de concretização Serviço Prestado pela Pool no ano de 2015 foi de 76,5%.

O Setor de manutenção foi responsável pela gestão de:

- › 5.718 Ordens de trabalho abertas; 6.345 Ordens de trabalho concluídas;
- › Satisfação do Serviço Prestado pelo *HelpDesk* e Sector de Transportes ao Cliente interno foi de 97%;
- › A disponibilidade do número de viaturas para recolha e transporte de resíduos urbanos definidos pela U.O. competente foi de 102%.

Contudo as metas definidas para a redução de custos com a nível energético e ambiental, com o aluguer de máquinas e de viaturas e com a manutenção da Frota Municipal não foram atingidos, conforme espelhados nos documentos estratégicos, nomeadamente o PDE:

- › Custos com a manutenção da Frota Municipal = 11,57% (Aumento verificado); Custos com aluguer de máquinas e de viaturas = 26,89% (Aumento verificado); Custos a nível energético e ambiental = 14% (Aumento verificado).

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira em 2015 foi de 3.315.893,72€ correspondente a uma taxa de realização de 76,61%. Destes valores conclui-se que a realização financeira diminui em 2015 face a 2014, visto que em 2014 houve um grande investimento em aquisição de novos equipamentos, por outro lado aumentaram os custos com manutenção e combustíveis, uma vez que a frota aumentou, e numa tipologia de equipamentos em os custos de manutenção são elevados bem como no que ao consumo de combustíveis diz respeito, como são os casos das viaturas RSU. Ainda no final de 2015 iniciámos o abate de alguns equipamentos mais obsoletos e com custos de manutenção elevados, esse processo irá continuar ao longo de 2016 e deste modo contamos vir a reduzir os custos nestas duas vertentes, manutenção e consumo de combustíveis.

Divisão de Higiene Urbana

A DHU é a Unidade Orgânica (UO) que tem por missão assegurar as condições de salubridade dos espaços públicos proporcionando uma adequada qualidade ambiental urbana, nomeadamente, através da limpeza dos espaços, recolha e transporte para destino adequado dos resíduos urbanos e tendo por referência as melhores práticas e uma criteriosa gestão estratégica e operacional dos recursos disponíveis. Para dar cumprimento à sua missão, a DHU

desenvolve várias atividades para garantir uma melhoria da qualidade ambiental e salubridade do espaço público urbano, destacando-se em 2015 os seguintes nºs:

- › Limpeza manual do espaço público – realização de 5.476 varreduras de 14.824 varreduras programados, com uma taxa de execução de 37%; Limpeza Mecânica – aquisição da prestação de serviços de varredura mecânica, o que permitirá a permanência de 3 varredouras mecânicas em duplo turno;
- › Apoio a 114 eventos e festividades, no que diz respeito a cedência de equipamentos, limpeza e varredura dos espaços;
- › Recolha de Resíduos Urbanos: 64.125t de RU (3.403t de Papel/Cartão; 1.826t Embalagens/Plástico e ECAL 2.181t de Vidro; 752t de RUB e 55.963t de Indiferenciados):
 - ⇒ Execução média diária de 20 circuitos de recolha de resíduos indiferenciados, num total anual de 5.967 circuitos;
 - ⇒ Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha indiferenciada de 99,8%;
 - ⇒ Execução média diária de 12 circuitos de recolha seletiva, num total anual de 3.323 circuitos;
 - ⇒ Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha seletiva de 96,3%;
 - ⇒ Produção de resíduos urbanos *per capita* de 1,02 Kg/ hab.dia;
 - ⇒ Taxa de Recolha Seletiva de 13%;
 - ⇒ Inexistência de cargas com resíduos seletivos contaminados.
- › Recolha de Resíduos Verdes – 3.964t;
- › Recolha de Resíduos de limpeza Urbana – 3.123t de resíduos de limpeza, que inclui a varredura manual, a varredura mecânica, a limpeza e manutenção de linhas de água e praias e as desmatações;
- › Recolha de monos – 1.723t;

- › Sistemas de deposição de resíduos – Elaboração do plano para a instalação de 500 equipamentos enterrados de grande capacidade e conseqüente eliminação de 1.574 contentores de superfície localizados atualmente na via pública;
- › N.º de equipamentos lavados: 3.603 em regime de administração direta; Reparação de 5.002 equipamentos (ilhas ecológicas, ecopontos, moloks e contentores);
- › Foram rececionados 12.971 pedidos internos e externos à CMO, com 98,2% de respostas dentro do prazo definido;
- › Redefinição do planeamento da Limpeza Urbana e da Recolha de Resíduos, com recurso ao *software* MOBA para otimização de circuitos de recolha e de um procedimento para aquisição de serviços de varredura mecânica;
- › Foi renovada a certificação pela APCER do sistema de gestão da qualidade do processo de higiene Urbana (norma NP EN ISO 9001:2008); Para dar resposta ao DL n.º 194/2099, deu-se continuidade à implementação do sistema integrado de gestão do ambiente e de segurança no trabalho de acordo com as normas ISO 14001 e OHSAS 18001;
- › As receitas das atividades desenvolvidas por esta unidade orgânica resumem-se essencialmente ao serviço de recolha prestado aos Grandes Produtores de Resíduos à recolha de monos e verdes, totalizando 533.568,45€.

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 212.075,97€ correspondente a uma taxa de realização de 18,90%.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO

Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Deu-se continuidade ao inventário sistemático do património arqueológico móvel em depósito no CEACO relativo à Coleção Gustavo Marques proveniente do Museu Nacional de Arqueologia. Prosseguiu ininterruptamente durante 2015, o desenho de materiais arqueológicos, destinados

a ilustrar trabalhos de investigação e de divulgação, de que se destaca a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras (EAO)*, dando-se ainda continuidade à preparação de um álbum dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia.

Manteve-se a permuta dos *EAO* vol.21 com 127 publicações periódicas nacionais e internacionais, de carácter arqueológico, dos seguintes Países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco, Polónia e Portugal.

Foram efetuadas 18 visitas guiadas, no total de cerca de 475 pessoas, ao Povoado pré-histórico de Leceia e respetiva Exposição monográfica e Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, situadas na Fábrica da Pólvora de Barcarena e sob gestão deste Centro de Estudos Arqueológicos. Destacam-se, no quadro do protocolo de procedimentos estabelecido com a DPGU relativo ao Plano de prevenção de Riscos de Gestão do CEACO, os pareceres e consultas prestados a este Departamento no respeitante ao licenciamento de obras, quer as promovidas pela CMO, quer as de particulares. São também de referir os Pareceres prestados a outros serviços da CMO, designadamente ao DOM.

Ao abrigo do Protocolo de Colaboração estabelecido com o Centro de História d'Áquem e d'Além-Mar-CHAM (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e do Projeto de Arqueologia Subaquática do Forte de S. Julião da Barra, patrocinado pelo CHAM e pela CMO através do CEACO, foi realizada a Exposição "Arqueologia subaquática do Concelho de Oeiras" que esteve patente ao público na Sala dos Reis, do Palácio Marquês de Pombal entre os dias 11 de Dezembro de 2015 e 31 de Janeiro de 2016. Constituída por painéis que ilustram os resultados já obtidos através do referido Projeto de Investigação, a referida exposição contou também com espólio arqueológico do litoral oeirense cedido para o efeito pela Direção-Geral do Património Cultural-DGPC.

Divisão de Cultura e Turismo

A Divisão de Cultura e Turismo tem por missão coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais e turísticas, bem como a gestão da política municipal para a promoção do património histórico, cultural, imóvel e imaterial.

O grande desafio em 2015 foi programar e entrelaçar estas três áreas - Cultura, Turismo e Património - num objetivo comum que é o da diferenciação e inovação relativamente aos municípios vizinhos, mais especificamente Lisboa, Cascais e Sintra.

Este desafio assumiu duas frentes principais, dois palcos distintos mas complementares, que exemplificam de forma perfeita esta união: o Palácio Marquês de Pombal e o Parque dos Poetas.

Estando classificado como monumento nacional desde 1.940, o Palácio Marquês de Pombal foi notícia em 2015. A abertura oficial do espaço ao público foi assinalada com a realização do espetáculo multimédia imersivo Noites no Palácio Encantado, que decorreu nos dias 19, 20 e 21 de junho. Durante três noites, os jardins e as fachadas do Palácio Marquês de Pombal encheram-se de luz, cor e história e foram visitados por mais de 40.000 pessoas. Um evento oficial do Ano Internacional da Luz 2015 com organização da Câmara Municipal de Oeiras e com produção e realização do *atelier* OCUBO.

Cenário singular para realização de eventos, os Jardins e Palácio Marquês de Pombal, tornaram-se um polo de atração turística e cultural incontornável. Destaque neste contexto para iniciativas como o Há Prova em Oeiras, o *Sushifest*, o festival EDP Cooljazz, o Colóquio Palácio dos Marqueses de Pombal - Uma Casa, uma Herança, Uma História, no âmbito das Jornadas Europeias do Património, o Curso Livre A Arte dos Jardins em Portugal, entre outros.

Realce ainda, no âmbito da salvaguarda do património, para a aquisição do serviço conservação e restauro de pintura mural e estuques na Sala da Concórdia, levada a cabo pela Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

Já o Parque dos Poetas, o único museu ao ar livre de Portugal, surgiu como espaço singular de oferta cultural. A 18 de julho foi inaugurada a última fase do parque e aberto ao público o Templo da Poesia com a exposição A Viagem de Darwin. Pontuada por excertos dos poemas de Ruth Padel sobre a vida e obra do seu trisavô, Charles Darwin, a exposição ilustra a viagem que Darwin fez a bordo do navio HMS Beagle de dezembro de 1831 a outubro de 1836 e cuja influência no seu trabalho, foi determinante para a Biologia moderna.

A oferta cultural do município acontece também noutros equipamentos. O Centro de Arte Manuel de Brito, o Centro Cultural Palácio do Egipto, a Livraria Galeria Municipal Verney e a Galeria Municipal Palácio Ribamar são já referências culturais a nível de programação expositiva, com públicos fidelizados e oferta diversificada. Ao todo foram 29 exposições que reuniram formas de expressão artísticas tão distintas e complementares como a pintura, a escultura, a fotografia e a cerâmica. Neste contexto importa realçar a consolidação do Serviço

Educativo dos vários equipamentos culturais cuja programação pretende aproximar a oferta de produção artística e cultural da potencial procura da comunidade.

Como complemento precioso aos equipamentos culturais elencados anteriormente surgem a Fábrica da Pólvora de Barcarena e a Quinta Real de Caxias. Mais uma vez o património alia-se à cultura e ao turismo.

A Fábrica da Pólvora de Barcarena reúne atualmente condições para ser tornar um espaço de referência a nível patrimonial, cultural e turístico. Para além do Museu da Pólvora Negra, este complexo acolheu em 2015 novos residentes que prometem dinamizar o espaço: A Reserva na Fábrica – Associação para a Criatividade, Mediação Cultural e Empreendedorismo, a Associação Chão da Terra e o Centrum Sete Sóis Sete Luas.

Para além disso este património industrial evidencia-se já como sendo o palco do Festival Sete Sóis Sete Luas e do Ciclo de Cinema ao Ar Livre, acolhendo habitualmente atividades fomentadas pela Comunidade Europeia e do Conselho da Europa no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e do Dia Internacional dos Museus.

A Quinta Real de Caxias continuou a ser objeto de intervenção, mais especificamente no que diz respeito à estatúria existente, projeto que permitirá devolver ao público o espaço fiel ao original em 2017.

De realçar ainda as iniciativas que marcam anualmente a atividade cultural e turística do município:

- › As Festas de Oeiras, que em 2015 ganharam um novo fôlego e um novo conceito, e que assinalam a celebração do aniversário do município.
- › A realização da 29ª Mostra de Teatro Amador do Concelho de Oeiras, que evidencia a aposta do município no Teatro, expresso também no apoio às companhias residentes do município: Companhia de Actores, no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço; Dramax, no Auditório Municipal Eunice Muñoz; Intervalo Grupo de Teatro, no Auditório Municipal Lourdes Norberto; Teatro Independente de Oeiras, no Auditório Novo Espaço.
- › De referir ainda a programação cultural dos Auditórios Municipais Ruy de Carvalho e Maestro César Batalha que acolheram em 2015, entre outras iniciativas, os Clássicos em

Oeiras, a 8ª Temporada de Música Antiga, vários espetáculos de Animação Infantil e as *Masterclass* de Cinema "A Atriz, Arte e Sedução" de Lauro António.

- › Para terminar destaque para o NOS Alive, recentemente considerado um dos melhores festivais de música da Europa que continua a escolher Oeiras como palco dos grandes músicos internacionais e nacionais.

Para terminar enfase para a implementação de uma política de proximidade junto dos agentes culturais do concelho de Oeiras, através do reforço da equipa de acompanhamento, da redefinição e adequação dos instrumentos de trabalho e critérios de atribuição dos subsídios, bem como da promoção de ações de formação especificamente direcionadas às necessidades do associativismo cultural.

Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação

Dando cumprimento à sua missão, a DBDI contribuiu para a consolidação da relevância das bibliotecas públicas municipais no contexto das políticas de desenvolvimento social e cultural do município, através de uma oferta diversificada de serviços e atividades para diferentes públicos em torno da promoção do livro, da leitura e das literacias. Considerando as metas estabelecidas no PDE, os indicadores habituais para aferição do desempenho das bibliotecas públicas e a relação entre o orçamento despendido, as atividades realizadas e os serviços disponibilizados, conclui-se que foi efetuada uma gestão eficiente de todos os recursos.

Desenvolveram-se e consolidaram-se programas regulares e continuados para os Jardins-de-Infância e escolas (883 ações), para o público familiar (80 ações), para o público jovem e adulto (90 ações). Foi dada continuidade a aposta na formação na área da promoção da leitura e da literacia digital (35 ações), e desenvolvimento de programas de extensão bibliotecária e cultural em parceria com diversas instituições, designadamente, Centros de Dia, Juntas de Freguesia, Estabelecimentos Prisionais (12 ações). No conjunto das ações realizadas registaram-se c. de 23.800 participantes nas atividades da DBDI.

Em 2015 deu-se continuidade ao ciclo de conferências *Livros Proibidos* e Aldeia Global. O primeiro sob o tema da religião e o segundo sobre as "Fronteiras da Ciência e do Conhecimento", ofereceram 18 conferências com registaram cerca de 2.300 participantes. O Auditório da Biblioteca Municipal foi palco para algumas das personalidades mais relevantes da

política, literatura, religião e ciência nos darem a conhecer algumas obras da literatura universal que ao longo dos séculos foram proibidas por motivos religiosos, ou trouxeram à discussão da comunidade questões científicas e as relações entre a ciência e as outras áreas do saber.

Manteve-se ainda a dinâmica de um dos projetos de promoção da leitura mais antigos para o público adulto – Grupo de leitores – que ao longo de 48 sessões, abordou mais de 30 livros e registou 497 participantes. Estas sessões tiveram a presença de diversos autores e contaram ainda com a seleção para o Festival do primeiro Romance de Chambéry (França), cujo júri é constituído pelos utilizadores das Bibliotecas Municipais de Oeiras.

Durante os meses de Julho e Agosto, a DBDI assegurou pela primeira vez no concelho de Oeiras, em parceria com a DAE, um serviço de Biblioteca de Praia. Aproveitando a sua localização privilegiada, a Praia da Torre recebeu durante 2 meses este novo serviço que, de 2ªfeira a Domingo, registou 646 empréstimos de livros, jornais e revistas, tendo registado a afluência de 814 pessoas.

Destaca-se, no âmbito da implementação do Serviço Educativo do DECPC no ano letivo 2014/2015, a continuação da organização de um conjunto de atividades destinadas às escolas do concelho e com uma programação anual de ações que decorrem nos estabelecimentos de ensino destinado a todos os ciclos, mas com especial incidência no pré-escolar e no 1º ciclo. No ano letivo atual a DBDI desenvolveu um trabalho de continuidade com 3 agrupamentos de escolas prioritários considerando a implementação geográfica das bibliotecas municipais: Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, Santa Catarina e Carnaxide-Portela. Durante o segundo e terceiro períodos do ano letivo 2014/2015, e ao longo do primeiro período do ano letivo 2015/2016 a DBDI realizou 337 sessões nas escolas do concelho.

Dos demais indicadores e funcionamento corrente importa referir o número de empréstimo domiciliário de documentos (131.372, mais 10.288 relativamente a 2014), o número de entradas nas bibliotecas (263.781 mais 1.187 que em 2014), o número de novos leitores (1.884, menos 313 que em 2014), o número de dias de abertura ao público com uma média de 278 por ano (289 em Oeiras, 274 em Carnaxide e 271 em Algés) e o número de sessões nos PC's dos Sectores Multimédia (46.638, menos 1.333 que em 2014).Procedeu-se ainda ao desenvolvimento e *upgrade* do *software* de gestão integrado de bibliotecas - Koha - que além de permitir novas funcionalidades, representa uma mais-valia dos serviços prestados aos utilizadores das bibliotecas municipais. De salientar que este processo veio confirmar uma poupança financeira para o município face a solução anterior, tendo sido totalmente efetuado

com recurso internos, afetos à DBDI e a DTSI/UIAS. Em Outubro, ficou disponível ao público o portal “Memórias de Oeiras - coleção Pombalina e obras do séc. XVII”, projeto cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

No final do ano foi realizado o Inquérito Anual de Avaliação da Qualidade dos Serviços a uma amostra estratificada por faixas etárias de 471 utilizadores das 3 bibliotecas municipais. Através deste inquérito apurou-se um grau de satisfação com o atendimento e os serviços prestados de 4,1, numa escala de 1 a 5, representando uma subida face ao ano anterior (4,0).

Em 2015, a Rede de Bibliotecas Municipais viu ainda renovada a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, não tendo sido identificadas *Não Conformidades* e tendo dado continuidade ao seu desenvolvimento e implementação através de procedimentos e práticas de monitorização.

Divisão de Educação

O ano de 2015 constitui um marco para a Educação no concelho, pela assunção de novas competências pelo Município, por força da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Contrato de Educação e Formação Municipal com o Ministério da Educação em junho. Reforçam-se os papéis e a intervenção do Município, das Escolas e das respetivas comunidades e torna-se extensível ao 2º e 3º Ciclos e ao Secundário a dinâmica de qualificação implementada em Oeiras para o Pré-Escolar e para o 1º Ciclo. O Contrato permite a gestão local da rede escolar, da oferta educativa e formativa, do processo de matrículas, da constituição de turmas, do calendário escolar, do pessoal não docente e das infraestruturas e equipamentos. Uma das inovações deste processo consiste na possibilidade de o Município e Escolas poderem reinvestir na Educação as eventuais poupanças geradas com uma gestão mais eficiente, as quais ficam consignadas ao cumprimento da regra mais importante que é a da melhoria dos resultados escolares.

A titularidade de 13 escolas do 2º e 3º Ciclos e do ensino básico e do ensino secundário será transferida para o Município após acordo sobre financiamento da reabilitação nesses 13 edifícios, mantendo-se 4 escolas na titularidade da Parque Escolar, E.P.E. No último quadrimestre de 2015, realizou-se uma auditoria aos 13 edifícios escolares cuja titularidade será transferida para o Município para apurar as necessidades de reabilitação que consubstanciarão

o plano de reabilitação das escolas básicas e secundárias. Em articulação com a DRH e as 11 direções das Escolas (10 agrupamentos e 1 Escola não agrupada) efetivou-se a mobilidade de pessoal não docente (PND) que abrangeu cerca de 580 pessoas e para suprir as necessidades de PND foram desenvolvidos todos os procedimentos de recrutamento e contratação de cerca de 160 novos trabalhadores que iniciaram funções no dia 30 de outubro.

Em 2015, a DE teve uma dotação de 3.983.655€ significando um crescimento de 8,5% relativamente a 2014. Esta dotação, num contexto pautado por restrições orçamentais, ilustra a importância dada à área da educação. 83% do orçamento da Educação destinou-se ao reforço das medidas de apoio social escolar – apoio para transportes escolares, refeições escolares, bolsas de estudo para frequência do ensino superior e subsídios para aquisição de livros e material escolar.

Relativamente ao parque escolar que se encontrava já sob a responsabilidade do Município, destaca-se a realização de grandes intervenções em 6 escolas: Visconde de Leceia, Jorge Mineiro, Sá de Miranda, Tomás Ribeiro, Manuel Beça Múrias e Porto Salvo. Foram apetrechadas com mobiliário, no valor total de 16.554,73€, 4 jardins-de-infância: Manuel Beça Múrias, Maria Luciana Seruca, Amélia Vieira Luís e Tomás Ribeiro. Continua-se a investir na qualificação do serviço de refeições escolares e na melhoria das condições de funcionamento dos refeitórios e cozinhas. Foram reforçadas as condições de insonorização dos refeitórios/polivalentes das Escolas Narcisa Pereira e Gil Vicente e apetrechou-se as cozinhas. Deu-se continuidade à realização de auditorias e análises laboratoriais para garantir o controlo da qualidade das refeições escolares. Estas medidas resultaram de um investimento global na ordem dos 38.400,00€.

Foi assegurada a monitorização do Sistema de Gestão de Refeições e de Prolongamento de Horário a todas as escolas e a todos os pais e encarregados de educação dos 10 agrupamentos de escolas do concelho, num total de 6.694 utilizadores, através da gestão de credenciais de acesso (utilizador e palavra passe) à plataforma eletrónica, controlo do número de refeições debitadas/consumidas, a verificação do saldo existente para consumo de refeições e para a utilização do serviço de prolongamento de horário.

Pela primeira vez e fruto de um consenso com as Escolas, o Município disponibilizou os serviços de uma plataforma eletrónica, a Central de Matrículas, que permitiu antecipar a publicação da lista de colocações no pré-escolar e nos anos de ingresso de ciclo das escolas da rede pública e que resultou no maior aproveitamento de vagas. Foram tratadas 7.361 pedidos de matrícula

dos quais 1.116 eram para o pré-escolar, 1.335 para o 1.º ano, 1.654 do 5.º ano, 1.788 do 7.º ano e 1.468 do 10.º ano de escolaridade.

A manutenção do Portal e a reedição do Guia de Matrículas espelham a nossa determinação em privilegiar a facilidade no acesso à informação e a autonomia dos utilizadores, apostando-se na melhoria da resposta às necessidades das crianças e jovens que frequentam as nossas escolas.

Continuamos a desenvolver Projetos que introduzem um carácter distintivo à atividade das Escolas e que concorrem para a prestação de melhor serviço educativo nas Escolas e de que são exemplo os Projetos “Aqui há Ciência!” e o “Orquestra Geração Oeiras”. Em 2015, beneficiaram das ações do “Aqui há Ciência” 345 crianças do pré-escolar, 1457 alunos do 1.º Ciclo e 53 docentes dos Agrupamentos de Escolas Aquilino Ribeiro, Miraflores e de S. Julião da Barra. A Orquestra Geração de Oeiras é hoje formada por 62 alunos do 1.º, 2.º e 3.º CEB do Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela distribuídos por 4 níveis de aprendizagem da música: Pré-Infantil, Infantil, Iniciação e Juvenil. Deu-se continuidade ao desenvolvimento dos Programas Pré e Crescer a Brincar que visam a redução dos fatores de risco nas crianças. Foram abrangidas 300 crianças do pré-escolar, 90 alunos do 1.º CEB e 17 docentes das Escolas Pedro Álvares Cabral, Tão Balalão, Maria Luciana Seruca e Tomás Ribeiro.

Os serviços destinados ao apoio à organização da vida familiar e à ocupação das crianças nos períodos extracurriculares continuaram a merecer especial atenção. 400 crianças beneficiaram do serviço de prolongamento de horário promovido pelo Município e outras 361 dos serviços disponibilizados pelas associações de pais e encarregados de educação através dos centros de tempos livres, representando 60.8% da população do pré-escolar da rede pública (n=1251). Nestes centros, estiveram inscritos 1737 alunos do 1.º CEB - 32.5% da população do 1.º CEB da rede pública (n=5342) - o que é demonstrativo da importância que estes serviços assumem no apoio à organização da vida familiar.

DEPARTAMENTO DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No quadro das suas atribuições, o DCDS concretizou as ações programadas nas diversas dimensões de atuação das Unidades Orgânicas que o compõem e que, de forma genérica, se relacionam com o bem-estar, a inclusão social e a cidadania, seja nas vertentes da ação social,

do emprego e do empreendedorismo, seja no desporto, na saúde e na proteção dos munícipes em situação de maior fragilidade social. O facto de ser um departamento cuja atividade se desenvolve, essencialmente, na proximidade aos munícipes e às organizações, implica uma dimensão de imprevisibilidade que se traduz em ações nem sempre programadas, obrigando a um esforço maior ao nível da gestão financeira e de recursos humanos, dado o objetivo que nos move de procurar responder às solicitações colocadas e às necessidades que lhes estão associadas.

O sentido de proximidade às pessoas e de responsabilidade pelo desenvolvimento do concelho leva-nos a procurar oportunidades quer de melhor articulação de atuações no território, quer de financiamento externo e, nessa linha, em 2015 o DCDS dedicou-se à elaboração da candidatura à medida Desenvolvimento Local de Base Comunitária, em articulação com a CCDR-LVT e com cerca de 40 parceiros locais, e ao apoio à definição do plano de ação do Contrato Local de Desenvolvimento Social que irá vigorar entre 2016 e 2018 na Freguesia de Porto Salvo. Nestas duas ações contou-se com o envolvimento de diversas Unidades Orgânicas da CMO, nomeadamente, o GPDEIG, o DHRU e a DE.

A atividade principal do DCDS encontra-se resumida nos pontos seguintes, quer ao nível da área específica do Emprego e Empreendedorismo, da responsabilidade direta do departamento, quer ao nível do trabalho desenvolvido pelas duas Divisões que o compõem: a Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude e a Divisão de Desporto.

No cumprimento das ações previstas e das não programadas mas concretizadas, o DCDS executou 96,16% do orçamentado, não tendo atingido os 100% por impossibilidade de pagamento de alguns compromissos que, assim, transitaram para 2016.

Área do Emprego e Empreendedorismo

Com um plano de ação específico aprovado para ter início em 2015, a área do Emprego e Empreendedorismo encontra-se ancorada num conjunto de intervenções e de parcerias estratégicas para a promoção do emprego e do empreendedorismo sustentado, visando o desenvolvimento das capacidades das pessoas, a melhoria das condições de empregabilidade, o reforço das oportunidades de emprego e de formação profissional e o estímulo das competências empreendedoras. Estão nesta linha não só a atividade regular dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) que inclui não só o atendimento a desempregados (18.173 atendimentos) e a mediação entre as ofertas (1.492) e a procura de emprego, como os

workshops de capacitação e valorização profissional e de técnicas de procura de emprego frequentados por 3.350 desempregados.

No âmbito da educação para o empreendedorismo teve início, em Setembro de 2015, o projeto Escolas Empreendedoras, dirigido a alunos do 1º ciclo, do secundário e ensino profissional, com o objetivo de fomentar o espírito empreendedor através do desenvolvimento, entre outras, de competências como a criatividade, inovação, cooperação e trabalho em equipa. Participam no projeto um total de 1.166 alunos e 54 professores.

Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude

Em 2015 destaca-se, no âmbito da DASSJ, a manutenção do Fundo de Emergência Social (FES), como uma das medidas de política social do Município que visa disponibilizar um apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, desde que não integrados nas respostas disponibilizadas pelos serviços de apoio social. Foram analisados 96 processos, dos quais 93 tiveram deferimento, tendo sido apoiados 228 indivíduos, num montante global de 58.670,09€. À semelhança do ano transato, as despesas com rendas de habitação têm reunido o maior número de pedidos de apoio, seguindo-se os pedidos de aquisição de cabazes de alimentos e, ainda, as despesas com água e eletricidade.

Pelo segundo ano consecutivo funcionou o Pólo Concelhio para receção e armazenamento dos produtos alimentares adquiridos pelo Instituto de Segurança Social (ISS) através do Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC). Esta ação contou com a estreita colaboração de diversas Unidades Orgânicas da CMO (que asseguraram os aspetos logísticos inerentes), com o envolvimento das Uniões/Juntas de Freguesia (que garantiram o apoio através dos seus recursos humanos para a distribuição dos alimentos para as diversas instituições do Concelho) e com o apoio do Ministério da Defesa (através da disponibilização de espaço no Centro Militar de Eletrónica de Paço de Arcos para armazenamento dos produtos), tendo como resultado a distribuição de 116.431 kg de produtos alimentares (243.622 embalagens individuais), por 23 entidades locais, beneficiando 5.256 indivíduos.

Na área do envelhecimento, o Município apoia não só a atividade e projetos da rede solidária, como implementa projetos que respondem, por um lado, às necessidades dos mais idosos e/ou dependentes, por outro, que apostam no envelhecimento ativo dos não dependentes. No que

concerne aos serviços vocacionados para os idosos mais dependentes, salienta-se a continuidade do Serviço de Teleassistência Domiciliária (150 utilizadores ativos) e do Serviço “Oeiras Está Lá” (338 intervenções).

No apoio aos munícipes idosos realça-se, também, o crescimento da comparticipação em medicamentos dirigida a munícipes pensionistas com mais de 65 anos e abrangidos pelo regime especial de comparticipação, tendo representado um investimento financeiro de 443.199€ e um acréscimo de cerca de 8% face ao ano anterior. O número de receitas comparticipadas foi de 106.378.

De referir, igualmente, a implementação do projeto Café Memória, em parceria com a Alzheimer Portugal, a APOIO - Associação de Solidariedade Social e o Rotary Club de Algés, consistindo na disponibilização de um local de encontro destinado a pessoas com problemas de memória ou demência, bem como aos respetivos familiares e cuidadores, para partilha de experiências, suporte mútuo e organização de atividades de estimulação da memória. Foram realizadas 9 sessões de Café Memória que abrangeram 140 participantes.

Na área da deficiência, procedeu-se à reestruturação no funcionamento do Serviço de Transporte Adaptado, passando este, no ano letivo 2015/2016, a ser assegurado pela Associação de Bombeiros de Oeiras, transportando, diariamente, 19 utentes de forma regular e 4 de forma pontual.

No âmbito da promoção dos estilos de vida saudáveis e da prevenção de comportamentos de risco, a DASSJ tem desenvolvido junto da população infantil e juvenil, e maioritariamente em meio escolar, programas e projetos que têm permitido o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Programas como o Eu Passo, Pré-Programa de Competências, MUNSI-Educação Alimentar, envolveram 39 escolas e mais de 5.400 alunos.

Realça-se, ainda, de forma transversal, o apoio prestado às entidades locais, através da Plataforma de Apoio às Organizações Sociais (PAOS), que visa contribuir para a sustentabilidade e qualidade das respostas sociais prestadas e para uma efetiva resposta às necessidades das famílias. Em 2015, o apoio a estas entidades foi de 739.640€.

Na área da Juventude merece realce o desenvolvimento de projetos de ocupação de tempos livres, de que é exemplo o programa Tempo Jovem, o projeto Mexe-te nas Férias e as atividades de Verão da Rede de Juventude que envolveram cerca de 1.700 jovens. Destaca-se, igualmente,

a dinamização da Rede de Juventude, com a efetivação de 20 iniciativas de diversa índole, em que participaram 3.840 crianças e jovens. Por outro lado, na vertente da formação, foram realizadas 8 ações, nas áreas de formação de Monitores de Campos de Férias, de Formadores, de Dirigentes Associativos, das Técnicas de Entrevista e de Socorrismo. Do mesmo modo se realça o apoio ao associativismo juvenil local, que orçou em 33.500,00€ e no apoio logístico a 40 iniciativas (cedência de transporte e materiais, entre outros).

Divisão de Desporto

As ações desenvolvidas no âmbito da atividade desportiva visam contribuir para a qualidade de vida dos oeirenses, através do estímulo à sua prática, não só por razões de saúde e bem-estar, mas também como fator de integração, coesão social e educação através dos valores que lhe são inerentes.

Neste sentido, destacam-se como linhas base de atuação o apoio ao associativismo desportivo, a promoção da prática de atividade física e de modalidades desportivas e a dinamização de eventos.

No âmbito da promoção da atividade física, foram mantidas as atividades regulares – Programa 55+ e Atividades de Ar Livre – que, no seu conjunto, atingiram aproximadamente 3.200 participantes, bem como as iniciativas de divulgação, onde se destacam as ações municipais de encerramento da Marginal e as dezenas de eventos realizados em parceria com entidades externas. No global, estima-se que estiveram envolvidos nestas ações mais de 60.000 participantes.

Repetindo a tendência de crescimento dos últimos anos, a 33ª Edição Troféu CMO Corrida das Localidades, atingiu novamente um recorde de aproximadamente 7.000 participações, numa média de 800 participantes por prova, num total de 12.

No que se refere à organização direta de eventos desportivos, destaca-se a forte participação na Marginal à Noite e Corrida do Tejo que, em conjunto, mobilizaram cerca de 16.000 corredores. Merecem também destaque, o Triatlo de Oeiras e a Travessia de Águias Abertas Bessone Basto que continuam a constituir-se como referência no panorama nacional das modalidades.

No âmbito do associativismo desportivo importa destacar o trabalho desenvolvido para o estabelecimento do novo regulamento de apoio ao associativismo, que culminou na sua publicação em Diário da República a 30 de Dezembro de 2015. Este regulamento envolveu reuniões preparatórias em todas as freguesias do concelho, tendo contado com a presença de 84 dirigentes desportivos, representando 80% das coletividades do Concelho. A importância deste instrumento é bem patente no facto do financiamento ao associativismo desportivo, no valor global de 900.000€, representar 75% da dotação orçamental da Divisão de Desporto, sendo que o apoio à Atividade Regular das Coletividades Desportivas, em 2015, ascendeu a 746.475€.

Importa, também, frisar o forte apoio a eventos desportivos organizados no concelho por Clubes, Associações e Federações de modalidade que, para além de promoverem a prática desportiva, são igualmente polos dinamizadores da economia local.

5 | RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa			
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior	25.139.953,70	Total Despesas Orçamentais	106.311.161,47
Execução Orçamental	21.734.828,03	Despesas Correntes	79.041.098,17
Operações de Tesouraria	3.405.125,67	Despesas Capital	27.270.063,30
Total Receitas Orçamentais	119.654.540,34	Operações de Tesouraria	10.937.295,66
Receitas Correntes	114.998.565,55		
Receitas Capital	4.503.261,31	Saldo para a Gerência Seguinte	37.783.789,55
Receitas Outras	152.713,48	Execução Orçamental	35.078.206,90
		Operações de Tesouraria	2.705.582,65
Operações de Tesouraria	10.237.752,64		
Total	155.032.246,68	Total	155.032.246,68

O mapa dos Fluxos de Caixa faz uma síntese da ligação entre a contabilidade orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis), em que as receitas e despesas são registadas no momento em que se verifica o respetivo recebimento e pagamento, e a contabilidade patrimonial, elaborada na base do acréscimo (accrual basis), evidenciando os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades através do saldo de execução orçamental (ligação ao orçamento).

No quadro acima, são apresentados os recebimentos e os pagamentos respeitantes à execução orçamental, desagregado por tipologia, corrente e capital, e as operações de tesouraria, que representam à cobrança de valores para entrega a entidades terceiras.

O Saldo da Gerência Anterior⁷ ascende a €25.139.953,70, gerados na execução orçamental da gerência de 2014. No exercício de 2015 foram cobradas receitas no montante de €119.654.540,34 e efetuaram-se pagamentos no valor de €106.311.161,47, o que resulta num saldo para a gerência seguinte de €35.078.206,90 (valor da execução orçamental).

Constata-se que o valor da receita de capital é inferior à despesa de capital, executando apenas 16,5% do seu valor, no entanto esta taxa de cobertura apresenta uma subida, bastante significativa, face à gerência de 2014 que registou um valor de apenas 1,21% de cobertura. A análise pormenorizada às variações, encontram-se descritas em capítulo próprio.

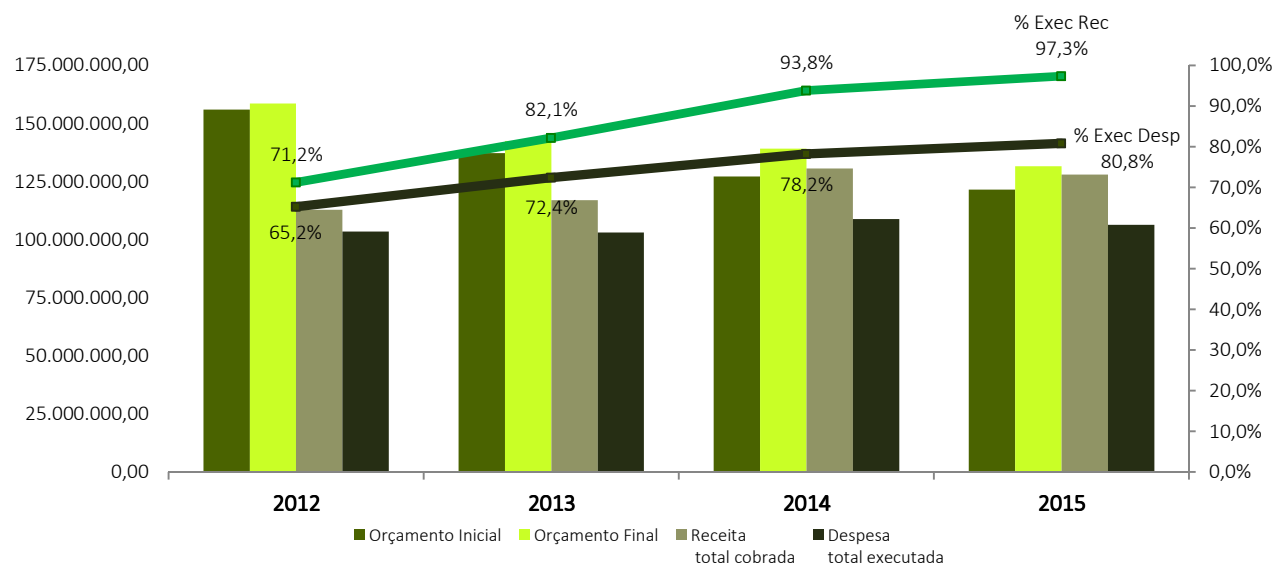
⁷ Registado em balanço nas contas 12 - Depósitos em Instituições Financeiras e 11 - Caixa

Enquadramento Orçamental

Pretende-se com o quadro seguinte analisar as contas municipais nos últimos quatro anos bem como a sua execução a nível da receita cobrada e dos pagamentos efetuados:

Anos	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Receita total cobrada	% Exec Rec. (orç. final)	Despesa total executada	% Exec Desp. (orç. final)
2012	155.987.354,00	158.505.603,49	112.809.787,37	71,2%	103.392.069,62	65,2%
2013	137.185.587,00	142.371.488,90	116.929.250,83	82,1%	103.054.125,42	72,4%
2014	127.154.753,00	139.131.253,84	130.529.927,55	93,8%	108.812.708,00	78,2%
2015	121.501.185,00	131.558.045,31	127.989.043,93	97,3%	106.311.161,47	80,8%

O rigor na elaboração dos orçamentos previsionais constata-se pela crescente taxa de execução, patente ao longo do quadriénio, em ambas as componentes, receita e despesa, apresentando execuções cada vez mais próximo do total.



O equilíbrio orçamental, apurado entre a razão da receita e da despesa, comprova a sua evolução crescente, conforme se poderá perceber pela tabela abaixo:

	2012	2013	2014	2015
Rácio Equilíbrio Orçamental	9,11%	13,46%	19,96%	20,39%

Verifica-se, que no ano em análise, o saldo entre a execução da receita corrente, com €114.986.803,53, por contrapartida da despesa, com €79.041.098,17, foi positivo e no montante de €35.929.568,91 valor que cobriu totalmente o valor das despesas de capital pagas.

Ano	Receita				Despesa			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Corrente	% Exec. (orç final)	Orçamento Final	Orçamento Final	Corrente	% Exec. (orç final)
2012	112.224.370,00	112.934.140,00	106.433.413,28	94,2%	93.964.927,00	97.328.162,49	76.033.952,12	78,1%
2013	107.618.221,00	107.618.221,00	106.964.294,07	99,4%	88.859.476,00	91.391.520,76	76.219.682,02	83,4%
2014	103.941.648,00	103.941.648,00	115.092.843,93	110,7%	81.141.575,00	92.750.434,46	76.440.474,32	82,4%
2015	119.977.209,00	121.684.069,31	114.986.803,53	94,5%	90.642.913,00	93.478.499,66	79.041.098,17	84,6%

Ano	Receita				Despesa			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Capital	% Exec. (orç final)	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Capital	% Exec. (orç final)
2012	43.712.984,00	42.281.998,00	2.929.792,47	6,9%	62.022.427,00	61.177.441,00	27.358.117,50	44,7%
2013	29.524.766,00	25.290.766,00	356.930,79	1,4%	48.326.111,00	50.979.968,14	26.834.443,40	52,6%
2014	23.155.587,00	21.236.547,00	392.844,49	1,8%	46.013.178,00	46.380.819,38	32.372.233,68	69,8%
2015	1.523.975,00	1.523.975,00	4.499.526,92	295,2%	30.858.272,00	38.079.545,65	27.270.063,30	71,6%

Outra componente do orçamento é a rubrica “reposições não abatidas nos pagamentos” (RNAP), que abrange receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores. Também define, pagamentos orçamentais indevidos ocorridos no próprio ano. Este tipo de reposições, implicam a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respectivos saldos disponíveis, não sendo consideradas, portanto, receita orçamental. Seguindo este princípio, no Orçamento de 2015 foi considerado o valor residual de €1,00 para abertura da rubrica correspondente, daí a justificação para a taxa de execução

Ano	Outras Receitas: Reposições n/ Abatidas Pag.				Outras Receitas: Saldo Gerência Anterior			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec. (orç final)	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec. (orç final)
2012	50.000,00	50.000,00	207.116,13	414,2%	0,00	3.239.465,49	3.239.465,49	100,0%
2013	42.600,00	42.600,00	188.124,07	441,6%	0,00	9.419.901,90	9.419.901,90	100,0%
2014	57.518,00	57.518,00	1.148.698,29	1997,1%	0,00	13.895.540,84	13.895.540,84	100,0%
2015	1,00	1,00	152.713,48	15271348,0%	0,00	8.350.000,00	8.350.000,00	100,0%

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Relatório de Contas pretende ilustrar detalhadamente a execução da receita e da despesa para as suas componentes, corrente e capital, apresentando as que se destacam com maior peso, bem como a sua evolução comparativamente aos valores realizados em anos anteriores.

Designação	2014			2015		
	Orç. Final	Execução	Grau de Exec.	Orç. Final	Execução	Grau de Exec.
Receita Corrente	103.941.648,00	115.092.843,93	110,73	121.684.069,31	114.986.803,53	94,50
Impostos Diretos	65.404.478,00	75.599.318,97	115,59	74.819.802,00	71.770.941,68	95,93
Impostos Indiretos	2.046.464,00	2.147.884,80	104,96	2.316.892,00	2.437.910,70	105,22
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.127.713,00	1.184.992,33	105,08	1.210.069,00	985.098,37	81,41
Rendimentos de Propriedade	2.106.547,00	3.251.643,43	154,36	3.159.321,00	3.153.631,25	99,82
Transferências Correntes	18.653.735,00	18.348.893,89	98,37	19.964.600,31	21.706.818,36	108,73
Venda Bens e Serviços Correntes	14.286.013,00	14.374.155,97	100,62	19.992.384,00	14.575.962,62	72,91
Outras Receitas Correntes	316.698,00	185.954,54	58,72	221.001,00	356.440,55	161,28
Receita Capital	21.236.547,00	392.844,49	1,85	1.523.975,00	4.499.526,92	295,25
Venda de Bens Investimento	20.612.044,00	233.971,07	1,14	53.823,00	479.601,04	891,07
Transferências de Capital	18.158,00	64.530,72	355,38	1.260.147,00	2.769.925,88	219,81
Ativos Financeiros	556.344,00	0,00	0,00	2,00	1.250.000,00	62500000,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	50.001,00	94.342,70	188,68	210.001,00	0,00	0,00
Outras Receitas	13.953.058,84	15.044.239,13	107,82	8.350.001,00	8.502.713,48	101,83
Reposições N/ Abatidas Pagamentos	57.518,00	1.148.698,29	1997,11	1,00	152.713,48	15271348,00
Saldo da Gerência Anterior	13.895.540,84	13.895.540,84	100,00	8.350.000,00	8.350.000,00	100,00
Receita Total	139.131.253,84	130.529.927,55	93,82	131.558.045,31	127.989.043,93	97,29
Receita efetiva = rec total - ativos fin- passivos fin		130.529.927,55			126.739.043,93	
Despesa Corrente	92.750.434,46	76.440.474,32	82,42	93.478.499,66	79.041.098,17	84,56
Despesas com o Pessoal	34.265.770,00	33.125.802,39	96,67	36.152.165,00	34.650.282,30	95,85
Aquisições de Bens e Serviços	43.410.563,18	29.998.859,30	69,10	42.876.419,27	33.128.239,65	77,26
Juros da Dívida Pública	2.462.241,00	2.445.694,55	99,33	1.986.750,00	1.907.932,74	96,03
Transferências Correntes	10.718.961,31	9.707.631,36	90,57	10.277.846,91	8.287.608,54	80,64
Outras Despesas Correntes	1.892.898,97	1.162.486,72	61,41	2.185.318,48	1.067.034,94	48,83
Despesa Capital	46.380.819,38	32.372.233,68	69,80	38.079.545,65	27.270.063,30	71,61
Aquisição de Bens de Capital	40.892.106,38	28.186.902,30	68,93	30.788.336,65	20.737.905,42	67,36
Transferências de Capital	1.996.013,00	1.298.014,94	65,03	2.788.364,00	2.040.558,86	73,18
Ativos Financeiros	600.000,00	0,00	0,00	775.795,00	775.792,00	100,00
Passivos Financeiros	2.890.000,00	2.887.316,44	99,91	3.714.250,00	3.712.072,63	99,94
Outras Despesas de Capital	2.700,00	0,00	0,00	12.800,00	3.734,39	29,17
Despesa Total	139.131.253,84	108.812.708,00	78,21	131.558.045,31	106.311.161,47	80,81
Despesa efetiva = desp total - ativos fin - passivos fin		105.925.391,56			101.823.296,84	

Para análise do quadro anterior importa reter algumas definições:

- › **Saldo global ou efetivo** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva
- › **Despesa primária** - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos
- › **Saldo corrente** - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.
- › **Saldo capital** - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital
- › **Saldo primário** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Indicador	2014	2015	Varição
Saldo efetivo	24.604.535,99	24.915.747,09	1,3%
Despesa primária	103.479.697,01	99.915.364,10	-3,4%
Saldo corrente	38.652.369,61	35.945.705,36	-7,0%
Saldo de capital	-31.979.389,19	-22.770.536,38	-28,8%
Saldo primário	27.050.230,54	26.823.679,83	-0,8%

Estes indicadores permitem-nos constatar que em 2015 o Saldo efetivo regista um crescimento de 1,3%, comparativamente ao ano anterior, em consequência da diminuição da despesa efetiva, com menos 3,9%, por contrapartida da receita efetiva, com uma redução de 2,9%, o que na verdade não resulta de uma variação significativa, tendo em consideração os valores que estão em análise.

A variação mais acentuada, constata-se ao nível do Saldo de capital, que regista uma quebra considerável de cerca de 28%, face ao ano transato. Tal quebra justifica-se pelo aumento considerável obtido ao nível da Receita de Capital, designadamente pelo resgate do Fundo Social da OeirasInvest, no montante de €1.250.000,00, e ainda o incremento da rubrica Transferências de Capital, por via do acerto de contas efetuado com a APL. Por compensação da despesa de capital também regista uma redução no ano de 2015, especificamente na rubrica de Aquisição de bens de capital.

Indicadores Orçamentais	2012	2013	2014	2015
Receita				
Execução da receita total	-28,8%	-17,9%	-6,2%	-2,7%
Execução das receitas correntes	-5,8%	-0,6%	10,7%	-5,5%
Execução das receitas capital	-93,1%	-98,6%	-98,2%	195,2%
Receitas fiscais / Receitas correntes	63,4%	68,1%	68,6%	65,4%
Receitas próprias / receitas totais	82,8%	85,9%	85,9%	80,9%
Receita corrente cobrada/Receita corrente orçada	94,2%	99,4%	110,7%	94,5%
Despesa				
Execução da despesa total	-34,8%	-27,6%	-16,6%	-19,2%
Execução da despesa corrente	-21,9%	-16,6%	-17,6%	-15,4%
Execução da despesa de capital	-55,3%	-47,4%	-30,2%	-28,4%
Despesas com Pessoal / Despesas correntes	40,5%	43,9%	43,3%	43,8%
Despesa corrente paga / Despesa corrente orçada	78,1%	83,4%	82,4%	84,6%
Equilíbrio Orçamental				
Saldo corrente (Rc-Dc) / Receita corrente	28,6%	28,7%	33,6%	31,3%
Serviço da dívida (J+A) /Receita corrente	3,2%	5,1%	4,6%	4,9%

Os indicadores orçamentais registaram no ano de 2015 um comportamento bastante positivo, denotando o esforço que os serviços municipais têm vindo a desenvolver, no sentido de efetuar uma gestão financeira mais eficiente, isto é de maior proximidade entre o exercício orçamental previsional e a sua efetiva realização.

Relativamente à Receita, há a destacar uma execução próxima do total previsto, com um desvio de apenas 2,7%. Espartilhando por tipologia, corrente da de capital, verifica-se um desvio negativo de 5,5% na receita corrente, justificado, maioritariamente pela rubrica “Venda de Bens e Serviços Correntes”, que compreendia o valor para a eventual receita de saneamento, relativa à SIMTEJO e SANEST, a qual como se sabe, não foi liquidada por se ter adotado um procedimento diferente do inicialmente prognosticado. É de salientar ainda ao nível da execução, o desvio positivo observado nas receitas de capital, justificado como já foi referido anteriormente, pela cobrança extraordinária relativa ao resgate do fundo social da OEIRAS INVEST.

No que toca à taxa de cobertura, há a referir que as receitas fiscais, como se pode verificar pelo quadro anterior, representam cerca de 1/3 do total da receita corrente do Município, mantendo um peso similar para os quatro anos em análise. Ressalva-se no entanto que esta realidade não se irá manter, visto que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 132/2015, de 04 de setembro, estabelece o fim do IMT de forma gradual, com início já no próximo ano de 2017.

Um indicador importante respeitante à receita, é a taxa de cobertura das receitas próprias, que são todas as receitas municipais com exceção das Transferências e dos Passivos Financeiros, as quais representam praticamente 81% do total das receitas. O decréscimo deste indicador face ao ano transato, poderá demonstrar o impacto que a implementação do Licenciamento Zero obteve nas contas municipais, sendo por essa razão de fundamental importância que os serviços municipais realizem uma avaliação da estrutura económica do município, pois será a partir desta análise que serão evidenciadas as principais características que devem ser consideradas para o fortalecimento das receitas próprias, eficiência fiscal e com impactos relevantes para o equilíbrio das contas.

Não obstante, este indicador permite aferir o grau de independência financeira dos municípios. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

O conceito de *Independência Financeira* não deve ser confundido com o de *Autonomia Financeira*, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, este último conceito refere-se ao princípio subjacente aos municípios disporem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

A Independência Financeira pressupõe que os recursos financeiros proveem de receitas próprias, onde os impostos e as taxas têm um papel central e as transferências e os empréstimos bancários têm menor influência.

Quanto à Despesa, a maioria dos indicadores mantem-se estável ao longo dos anos em apreciação, sendo possível constatar que a execução da despesa face à sua previsão, encontra-se com um desvio próximo dos 20%, variável por tipologia, corrente e capital, entre os 15% e os 28%, respetivamente.

No que se refere à taxa de cobertura, de notar que a despesa com pessoal representa 43,8% do total das despesas correntes municipais. Importa salientar que a tendência deste indicador é para o seu aumento em virtude da integração do pessoal de ação educativa afeto às escolas que foram integrados no Município no âmbito do acordo de delegação de competências estabelecido com o Ministério da Educação e Ciência.

O rácio do saldo corrente assinalou um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, variação suportada pela redução registada nas despesas correntes pagas, que em 2015, foram superiores ao período homólogo em 3,4%.

O rácio do serviço da dívida regista, no ano em apreço, um crescimento face ao ano anterior, designadamente de 5,38%.

Serviço da Dívida	2012	2013	2014	2015
juros	728.736,62	2.636.265,93	2.445.694,55	1.907.932,74
amortização	2.696.495,29	2.865.508,08	2.887.316,44	3.712.072,63
Total	3.425.231,91	5.501.774,01	5.333.010,99	5.620.005,37

Este facto justifica-se pela amortização extraordinária registada no empréstimo nº 9015/00006774/691_Projetos de Investimento, no valor de €835.736,00, em consequência da aplicação do valor excedente da receita verificada no IRS, conforme o disposto no nº 4 do art.º 98º da LOE de 2015.

ANÁLISE DA RECEITA

Do ponto de vista global a receita cobrada em 2015 regista um decréscimo de 1,9%, se considerarmos as outras receitas (RNAP e o saldo da gerência anterior), face ao valor cobrado em 2014, no entanto se atendermos à receita total (corrigida das RNAP's e Saldo da Gerência) a receita cobrada regista um saldo positivo de 3,5%, ou seja, um aumento de € 4.000.642,03, em termos de valor absoluto.

Designação	2013	2014	2015			Tx Exec.	Tx Cresc.
			Previsão	Liquidada	Cobrada		
Receita corrente	106.964.294,07	115.092.843,93	121.684.069,31	115.710.793,81	114.986.803,53	94,5%	-0,1%
Receita capital	356.930,79	392.844,49	1.523.975,00	4.528.337,18	4.499.526,92	295,2%	1045,4%
sub-total	107.321.224,86	115.485.688,42	123.208.044,31	120.239.130,99	119.486.330,45	97,0%	3,5%
Outras receitas	9.608.025,97	15.044.239,13	8.350.001,00	8.502.713,48	8.502.713,48	101,8%	-43,5%
Repos. n/ abatidas pagamentos	188.124,07	1.148.698,29	1,00	152.713,48	152.713,48	100,0%	-86,7%
Saldo Gerência Anterior	9.419.901,90	13.895.540,84	8.350.000,00	8.350.000,00	8.350.000,00	100,0%	-39,9%
Total	116.929.250,83	130.529.927,55	131.558.045,31	128.741.844,47	127.989.043,93	97,3%	-1,9%

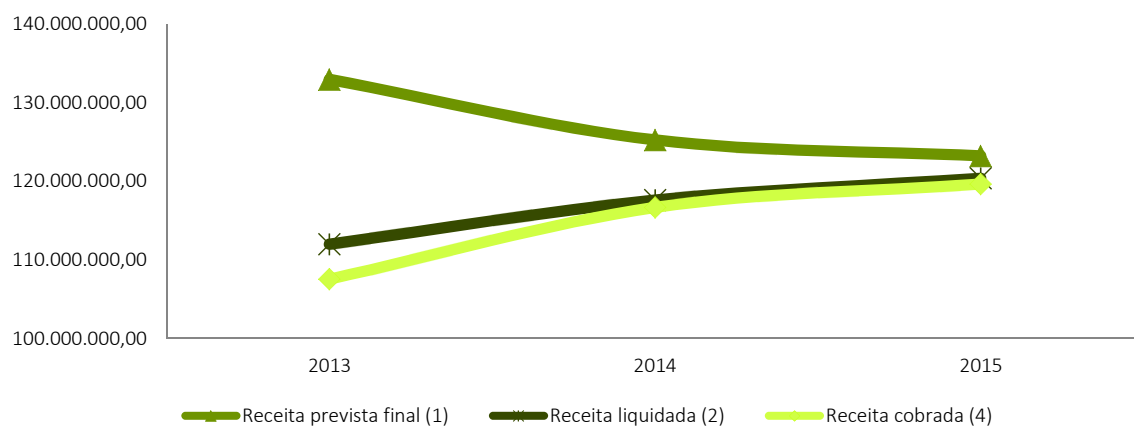
A execução da receita traduz, os recebimentos gerados no ano (receita liquidada e cobrada no ano) acrescidos dos proveitos gerados em anos anteriores e não cobrados.

Designação	2013	2014	2015
Receita prevista final (1)	132.951.587,00	125.235.713,00	123.208.045,31
Receita liquidada (2)	111.970.916,86	117.574.638,83	120.391.844,47
Receita por cobrar início ano (3)	77.471,57	4.518.624,07	5.441.267,71
Receita cobrada (4)	107.509.348,93	116.634.386,71	119.639.043,93
Excedente da receita prevista (5)=(1)-(4)	25.442.238,07	8.601.326,29	3.569.001,38
Grau de execução da receita cobrada do ano (6)=(4-3)/(1)	80,8%	89,5%	92,7%
Grau de execução da receita cobrada no ano (7)=(4)/(1)	80,9%	93,1%	97,1%

Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior

Verifica-se uma redução do orçamento previsional, o que significa um orçamento mais ajustado aos valores cobrados e conseqüentemente resultados menos excedentários na receita prevista, o que preconiza uma gestão financeira mais rigorosa, com maior atenção à sustentabilidade financeira e com

um maior esforço de redução relativamente a um dos principais fatores indutores do desequilíbrio, a inflação do orçamento.

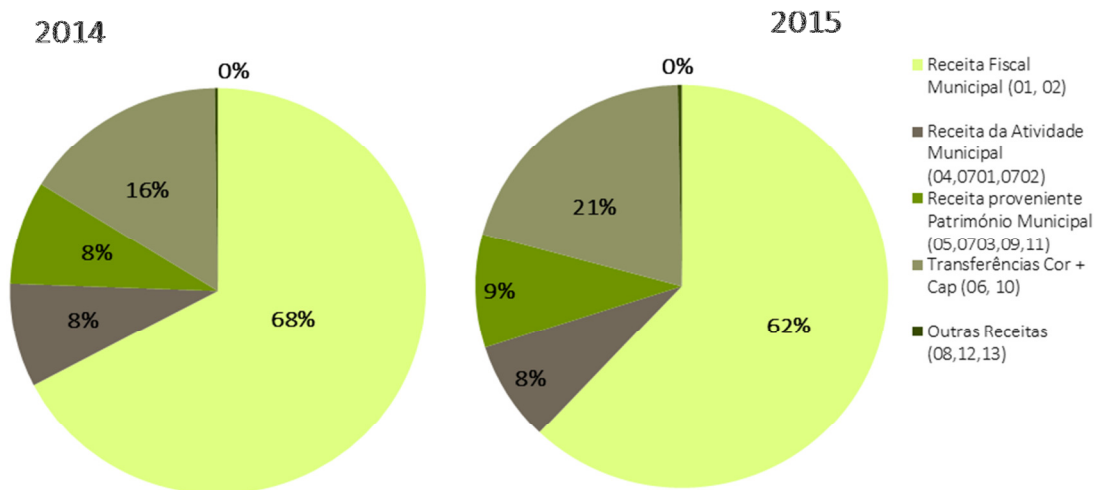


Em termos genéricos, comparativamente ao ano de 2014, a receita corrente regista uma variação negativa de 0,1% e a receita de capital um crescimento de 1045,4%, valor substancialmente sustentado no resgate das contribuições efetuadas pelo Município de Oeiras para o Fundo Social da AITEC Oeiras, atual OEIRAS INVEST, no montante de € 1.250.000,00.

Designação	2014		2015		2015/2014	
	Realiz.	Peso %	Realiz.	Peso %	Δ valor	Δ %
Receita Corrente	115.092.843,93	88,2%	114.986.803,53	89,8%	-106.040,40	-0,1%
Impostos Diretos	75.599.318,97	57,9%	71.770.941,68	56,1%	-3.828.377,29	-5,1%
Impostos Indiretos	2.147.884,80	1,6%	2.437.910,70	1,9%	290.025,90	13,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.184.992,33	0,9%	985.098,37	0,8%	-199.893,96	-16,9%
Rendimentos de Propriedade	3.251.643,43	2,5%	3.153.631,25	2,5%	-98.012,18	-3,0%
Transferências Correntes	18.348.893,89	14,1%	21.706.818,36	17,0%	3.357.924,47	18,3%
Venda Bens e Serviços Correntes	14.374.155,97	11,0%	14.575.962,62	11,4%	201.806,65	1,4%
Outras Receitas Correntes	185.954,54	0,1%	356.440,55	0,3%	170.486,01	91,7%
Receita Capital	392.844,49	0,3%	4.499.526,92	3,5%	4.106.682,43	1045,4%
Venda de Bens Investimento	233.971,07	0,2%	479.601,04	0,4%	245.629,97	105,0%
Transferências de Capital	64.530,72	0,0%	2.769.925,88	2,2%	2.705.395,16	4192,4%
Ativos Financeiros	0,00	0,0%	1.250.000,00	1,0%	1.250.000,00	100,0%
Passivos Financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	94.342,70	0,1%	0,00	0,0%	-94.342,70	-100,0%
Outras Receitas	15.044.239,13	11,5%	8.502.713,48	6,6%	-6.541.525,65	-43,5%
Reposições N/ Abatidas Pagamentos	1.148.698,29	0,9%	152.713,48	0,1%	-995.984,81	-86,7%
Saldo da Gerência Anterior	13.895.540,84	10,6%	8.350.000,00	6,5%	-5.545.540,84	-39,9%
Receita Total	130.529.927,55		127.989.043,93	100,0%	-2.540.883,62	-1,9%

Sendo a Receita Fiscal, o agregado que detém maior peso, no total da receita, verifica-se que é também aquela que se destaca com a maior percentagem de execução no total realizado, apesar de apresentar um decréscimo de 4,6% face ao ano anterior, valor suportado pela quebra de 5,1% nos impostos diretos, mais precisamente, no IMT, atendendo à entrada excecional do valor de € 11.044.049,00, em janeiro de 2014.

Receita	2014	2015
Receita Fiscal Municipal (01, 02)	77.747.203,77	74.208.852,38
Receita da Atividade Municipal (04,0701,0702)	9.532.846,09	9.515.676,40
Receita proveniente do Património Municipal (05,0703,09,11)	9.511.916,71	10.928.616,88
Transferências Cor + Cap (06, 10)	18.413.424,61	24.476.744,24
Outras Receitas (08,12,13)	280.297,24	356.440,55
	115.485.688,42	119.486.330,45



Receita Corrente

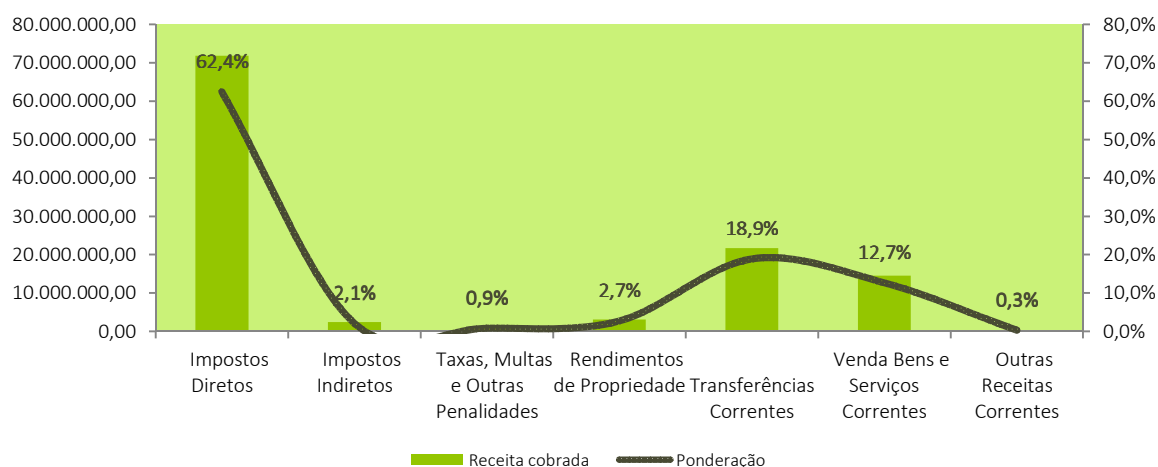
As receitas correntes são aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos financeiros.

No ano de 2015, verificou-se um aumento da dotação da receita corrente, designadamente na rubrica de transferências correntes, decorrente do início da vigência do Contrato interadministrativo de delegação de competências - Contrato de Educação e Formação Municipal (Contrato n.º 558/2015, publicado no Diário da República, 2.a serie – N.º 145 – 28 de julho de 2015).

Não obstante esse aumento, a receita corrente registou uma execução de 94,5% face à dotação corrigida e de 95,8% face à dotação inicial.

Designação	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Impostos Diretos	74.819.802,00	74.819.802,00	71.770.941,68
Impostos Indiretos	2.316.892,00	2.316.892,00	2.437.910,70
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.210.069,00	1.210.069,00	985.098,37
Rendimentos de Propriedade	3.159.321,00	3.159.321,00	3.153.631,25
Transferências Correntes	18.257.740,00	19.964.600,31	21.706.818,36
Venda Bens e Serviços Correntes	19.992.384,00	19.992.384,00	14.575.962,62
Outras Receitas Correntes	221.001,00	221.001,00	356.440,55
Receita Corrente	119.977.209,00	121.684.069,31	114.986.803,53

As receitas oriundas de Impostos Diretos, são aquelas que detêm um maior peso, quer do agregado da receita corrente, quer do total da receita cobrada, representando para o conjunto em análise uma ponderação superior a 60%.



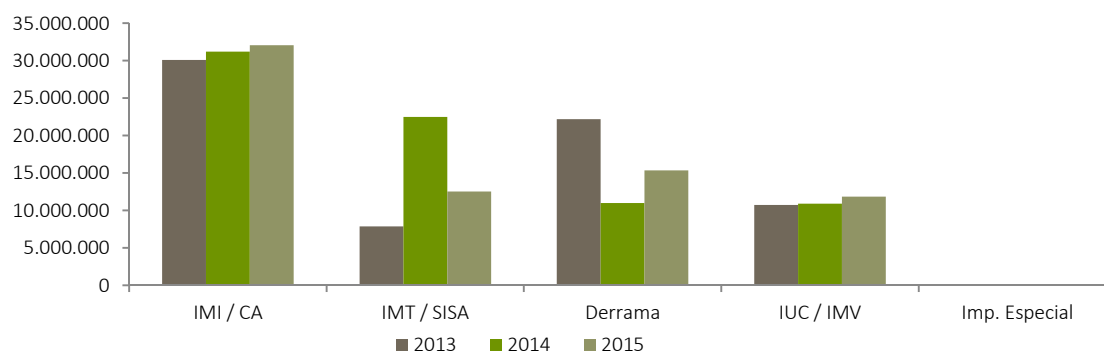
Entende-se por Receitas Fiscais, o conjunto das receitas associadas a Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e outras Penalidades. Desta feita, as Receitas Fiscais apresentam uma execução de 96% do valor previsto em orçamento, conforme se poderá comprovar pela análise do quadro abaixo.

Designação	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Impostos Diretos	74.819.802,00	74.819.802,00	71.770.941,68
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	31.804.822,00	31.804.822,00	32.016.640,89
Imposto Único de Circulação (IUC)	10.558.459,00	10.558.459,00	11.860.076,35
Imposto Municipal s/ Trans. O. Imóveis (IMT)	13.724.341,00	13.724.341,00	12.443.476,40
Derrama	18.691.068,00	18.691.068,00	15.342.151,91
Impostos Abolidos	3,00	3,00	108.596,13
Impostos Diretos Diversos	41.109,00	41.109,00	0,00
Impostos Indiretos	2.316.892,00	2.316.892,00	2.437.910,70
Taxas, Multas E Outras Penalidades	1.210.069,00	1.210.069,00	985.098,37
Total	78.346.763,00	78.346.763,00	75.193.950,75

Os Impostos Diretos destacam-se deste grupo de receitas com uma execução de 95,9% do valor previsto em orçamento e 62,4% do total da receita corrente arrecadada. Para a variação positiva deste grupo de impostos contribuíram o valor do IMI e do IUC, com uma variação, em termos absolutos, acima do valor previsto de €811.818,89 e de €1.301.617,35, respetivamente.

	2013	2014	2014/2013	2015	2015/2014
IMI / CA	28.382.035,17	31.207.700,62	10,0%	32.053.397,05	2,7%
IMT / SISA	7.865.154,21	22.503.121,95	186,1%	12.515.316,37	-44,4%
Derrama	22.185.869,68	10.976.819,20	-50,5%	15.342.151,91	39,8%
IUC / IMV	10.735.837,72	10.903.529,15	1,6%	11.860.076,35	8,8%
Imposto Especial	49.422,17	8.148,05	-83,5%	0,00	-100,0%
	69.218.318,95	75.599.318,97		71.770.941,68	

O ano de 2014 apresenta um crescimento anormal na arrecadação do IMT, suportado pela entrada extraordinária, no início do ano, de valores de relativos a anos anteriores, situação que, da perspectiva orçamental, reflete uma quebra face ao valor cobrado no ano de 2015.



A Derrama é o imposto que apresenta o maior crescimento face aos valores cobrados no ano anterior, com um crescimento de 39,8%, o que em valores absolutos se traduz numa arrecadação de receita de €4.365.332,71, apesar de tal valor contemplar acertos, por parte da Autoridade Tributária, à coleta do ano por conta de anos anteriores.

O IUC evidencia uma variação positiva de 8,8% face ao ano anterior. Contudo esta é uma realidade presente para o triénio em análise, o que nos poderá induzir à conclusão de que o poder de compra das famílias apresenta uma ligeira melhoria. Esta não é uma observação devidamente sustentada devido à ausência de informação de maior detalhe, todavia atendendo à estabilidade das taxas associadas ao IUC para os anos em representação, é uma suposição que não poderá ser deixada de lado.

Os Impostos Indiretos apresentam um ligeiro crescimento, cerca de 5,22% face ao valor previsto em orçamento, suportado pelo aumento dos licenciamentos e obras de particulares.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades registam uma redução de cobrança de receita na ordem dos €224.970,63 comparativamente ao valor previsto em orçamento e uma quebra de 16,9% face ao realizado em 2014, sustentado pela aplicação do Licenciamento Zero (Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril) o qual isenta alguns licenciamentos.

A receita não fiscal, agrega as restantes rubricas do agregado da receita corrente e regista uma variação negativa de 8,2% face ao valor previsto em orçamento em contrapartida apresenta um crescimento de 10% perante o valor cobrado no período homólogo.

Receita Não Fiscal	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Rendimentos de Propriedade	3.159.321,00	3.159.321,00	3.153.631,25
Transferências Correntes	18.257.740,00	19.964.600,31	21.706.818,36
Venda Bens e Serviços Correntes	19.992.384,00	19.992.384,00	14.575.962,62
Outras Receitas Correntes	221.001,00	221.001,00	356.440,55
Total	41.630.446,00	43.337.306,31	39.792.852,78

- › Os **Rendimentos de Propriedade** registaram uma ligeira variação negativa de 0,2% face ao valor orçado. Neste capítulo destaca-se a entrada do valor dos dividendos do SIMAS no montante de €3.000.000,00, relativo a resultados transitados de anos anteriores;
- › As **Transferências Correntes** observam um crescimento de 8,7% face ao orçamento final e 18,3% perante os valores realizados em 2014. Crescimento que se encontra suportado pelo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério da Educação (Divisão de Educação), previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, assinado em 17 de junho de 2015 (Diário da República, 2.ª série — N.º 145 — 28 de julho de 2015, Contrato n.º 558/2015). Ao abrigo deste Acordo, entrou o valor de €1.101.181,85 referente aos meses de novembro e dezembro. Também o montante recebido de IRS, €17.550.453,00, é superior ao valor previsto em orçamento, uma vez que aquando a elaboração do Orçamento de 2015 ainda não se encontrava disponível a informação da Lei de Orçamento de Estado para 2015, tendo sido considerado o valor do ano de 2014.
- › As **Vendas de Bens e Serviços** verificam um ligeiro crescimento comparativamente ao ano anterior com 1,4% por contrapartida de uma variação negativa, de cerca de 27,1%, face ao valor previsto

inicialmente em orçamento, o que representa em termos absolutos uma redução de €5.416.421,28, em consequência da harmonização dos procedimentos de liquidação dos valores referentes ao tratamento de águas residuais no Concelho de Oeiras. Aquando da preparação do orçamento para o ano de 2015, foi considerado tal valor na suposição de ser o Município de Oeiras a auferir a receita correspondente à “Tarifa de Utilização de Águas Residuais” do SIMAS, contudo a ERSAR emitiu um esclarecimento que alterou o pressuposto contabilístico, pelo que em sede de revisão Orçamental foi efetuada a devida correção.

- › As **Outras Receitas Correntes** apresentam uma variação positiva quer comparativamente ao valor realizado em 2014, com 91,7%, quer face ao valor previsto em orçamento, com 61,3%. A atualização dos contratos referentes a eletricidade e água das entidades concessionadas resultou numa melhor gestão e consequente cobrança, atempada, dos valores dos consumos a essas mesmas entidades.

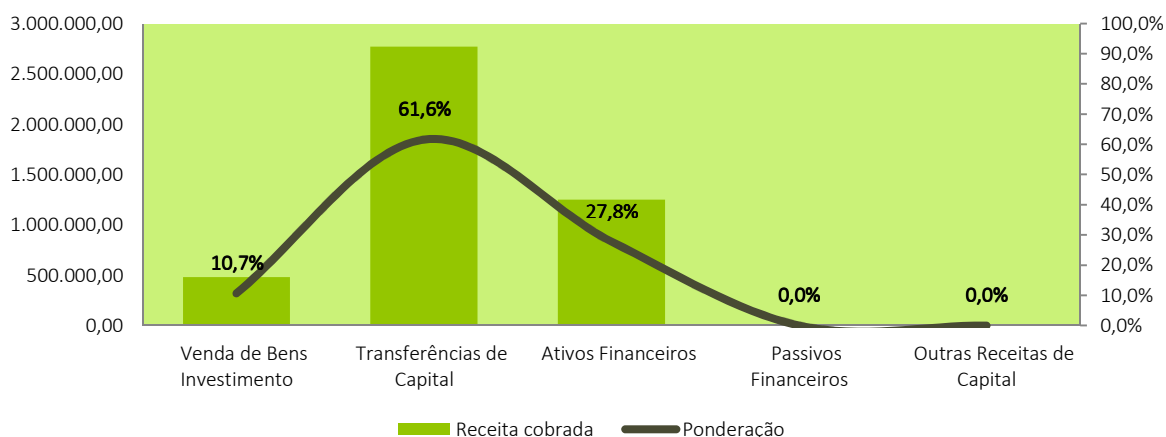
Receita Capital

As receitas de capital são cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de carácter transitório, e que, regra geral, estão associadas a uma diminuição de património.

A receita de capital face ao ano anterior regista um crescimento, em valores absolutos, de €4.122.818,88, o que significa uma taxa de crescimento de 1049,5%.

Relativamente à execução da receita durante o ano de 2015, é visível, pela leitura do quadro abaixo, o impacto positivo registado ao nível da cobrança, para a maioria das rubricas que constituem a receita de capital, com exceção da rubrica Outras Receitas de Capital que não regista qualquer execução.

Receita Capital	Receita Prevista (inicial)	Receita Prevista (final)	Receita Cobrada
Venda de Bens Investimento	53.823,00	53.823,00	479.601,04
Transferências de Capital	1.260.147,00	1.260.147,00	2.769.925,88
Ativos Financeiros	2,00	2,00	1.250.000,00
Passivos Financeiros	2,00	2,00	0,00
Outras Receitas de Capital	210.001,00	210.001,00	0,00
Receita Capital	1.523.975,00	1.523.975,00	4.499.526,92



- › As **Vendas de Bens de Investimento** registam um crescimento de 105,4% comparativamente ao valor cobrado no ano de 2014 e nove vezes mais que o valor orçado. Esta variação positiva é suportada pela alienação à EDP de terreno municipal para instalação de uma subestação elétrica em Carnaxide.
- › As **Transferências de Capital** contribuem com 61,6% do valor total da receita de capital cobrada. Crescimento suportado pela regularização e consolidação dos direitos e obrigações estabelecidos entre o Município de Oeiras e a APL. Regularização que foi efetuada pelo registo da receita por contrapartida da despesa.
- › Relativamente aos **Ativos Financeiros** destaca-se o valor executado como sendo o montante resultante do resgate das contribuições efetuadas pelo Município para o Fundo Social da AITEC Oeiras, atual OEIRAS INVEST, na sequência das alterações estatutárias desta Associação.

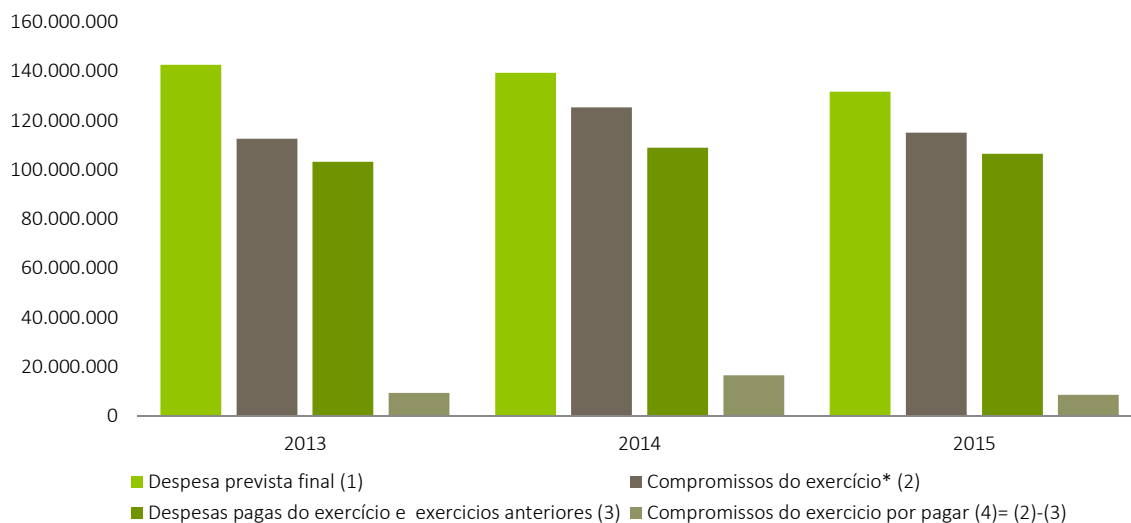
ANÁLISE DA DESPESA

Comparativamente ao ano anterior a Despesa prevista regista uma diminuição de 5,44 %, a par deste decréscimo também o valor dos compromissos do exercício é menor, em cerca de 8,3%.

As despesas totais pagas apresentam uma ligeira quebra face ao ano anterior, designadamente de 2,3%. Este último indicador comprova que, em termos efetivos, pese embora as obrigações sejam menores, os montantes efetivamente pagos se encontram em paralelismo com os valores registados no ano transato, valores estes que atestam por um lado a contenção orçamental a qual tem vindo a ser política deste executivo, e por outro, o esforço que os serviços têm vindo a desenvolver no sentido de garantir que os pagamentos são efetuados com a maior brevidade possível, salvaguardando por essa razão um prazo médio de pagamento inferior ao legalmente instituído.

Também o valor da dívida a 31 de dezembro de 2015 verifica uma diminuição, face ao valor que ficou por pagar em igual período de 2014, nomeadamente de 47,8%.

Designação	2013	2014	2015
Despesa prevista final (1)	142.371.488,90	139.131.253,84	131.558.045,31
Compromissos do exercício* (2)	112.377.564,58	125.201.031,09	114.859.868,41
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (3)	103.054.125,42	108.812.708,00	106.311.161,47
Compromissos do exercício por pagar (4)= (2)-(3)	9.323.439,16	16.388.323,09	8.548.706,94
Compromissos a pagar em exercícios futuros **	109.860.783,30	96.503.036,06	92.538.833,63
Grau de execução da despesa comprometida (2)/(1)	78,9%	90,0%	87,3%
Grau de execução da despesa paga vrs compromissos do exercício (3)/(2)	91,7%	86,9%	92,6%
Grau de execução da despesa paga vrs despesa prevista (3)/(1)	72,4%	78,2%	80,8%



Analisando a Despesa por agregado (vide quadro abaixo), constata-se que a despesa de capital registou um decréscimo ao nível da realização de 15,8%, face a 2014, em resultado da diminuição no subagrupamento Investimento. Por contrapartida os Ativos Financeiros apresentam uma variação de 100%, valor justificado pelo pagamento relativo às unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal. Este Fundo é regulamentado pela Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e determina qual o valor do capital social que constitui o Fundo, a percentagem que cabe aos Municípios e a respetiva fórmula de imputação do valor da contribuição global. Dentro dos pressupostos inumerados cabe ao Município de Oeiras o pagamento de €5.430.542,18. Valor que é realizado num período de 7 anos (conforme determina o nº 1 do artº19º) com uma despesa anual em Ativos Financeiros de €775.792.

A despesa corrente regista um crescimento de 3,4% face a período homólogo onde se destacam as Aquisições de Bens e Serviços com um aumento de €3.129.380,35, respeitante ao acerto de contas com a APL relativo ao valor das rendas de concessão de Uso de Terraplenos e Leito do Rio da Piscina Oceânica. Em sentido inverso, destaca-se a redução de 22% no pagamento de Juros da Dívida Pública, e de 14,6% das Transferências Correntes.

Designação	2014		2015		2015/2014	
	Realiz.	Peso %	Realiz.	Peso %	Δ valor	Δ %
Despesa Corrente	76.440.474,32	70,2%	79.041.098,17	74,3%	2.600.623,85	3,4%
Despesas com o Pessoal	33.125.802,39	30,4%	34.650.282,30	32,6%	1.524.479,91	4,6%
Aquisições de Bens e Serviços	29.998.859,30	27,6%	33.128.239,65	31,2%	3.129.380,35	10,4%
Juros da Dívida Pública	2.445.694,55	2,2%	1.907.932,74	1,8%	-537.761,81	-22,0%
Transferências Correntes	9.707.631,36	8,9%	8.287.608,54	7,8%	-1.420.022,82	-14,6%
Outras Despesas Correntes	1.162.486,72	1,1%	1.067.034,94	1,0%	-95.451,78	-8,2%
Despesa Capital	32.372.233,68	29,8%	27.270.063,30	25,7%	-5.102.170,38	-15,8%
Aquisição de Bens de Capital	28.186.902,30	25,9%	20.737.905,42	19,5%	-7.448.996,88	-26,4%
Transferências de Capital	1.298.014,94	1,2%	2.040.558,86	1,9%	742.543,92	57,2%
Ativos Financeiros	0,00	0,0%	775.792,00	0,7%	775.792,00	100,0%
Passivos Financeiros	2.887.316,44	2,7%	3.712.072,63	3,5%	824.756,19	28,6%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,0%	3.734,39	0,0%	3.734,39	100,0%
Total Despesa	108.812.708,00	100,0%	106.311.161,47	100,0%	-2.501.546,53	-2,3%

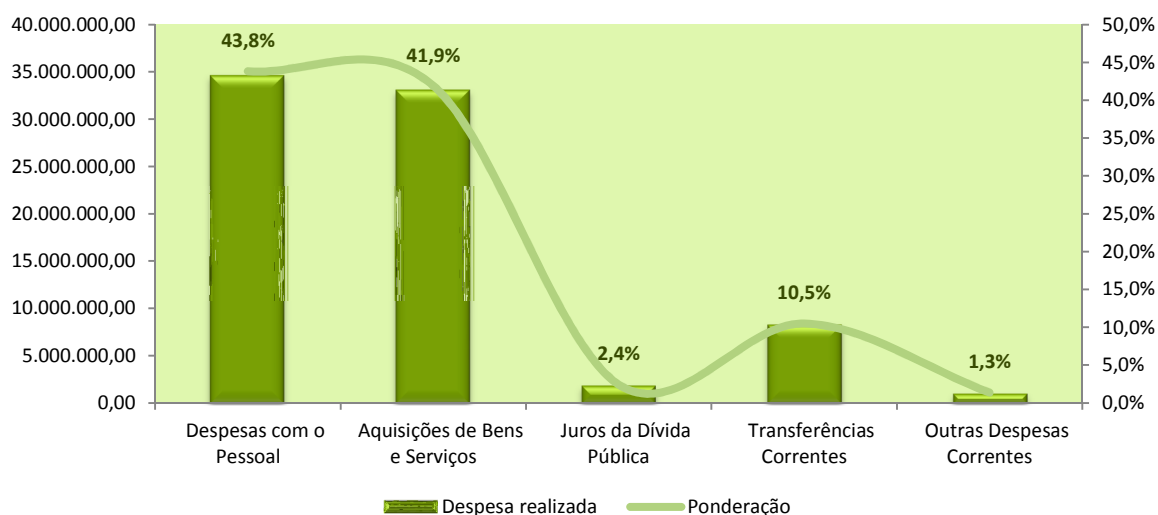
Despesa Corrente

A despesa corrente regista, na gerência de 2015, um reforço de €2.835.586.66 no orçamento inicial, com destaque para as Despesas de Pessoal e as Transferências Correntes. Por contrapartida das Aquisições de Bens e Serviços que veem o seu orçamento inicial reduzir em 4,1%, pese embora registem um crescimento nos pagamentos efetuados comparativamente ao ano anterior.

Despesa Corrente	Despesa Prevista (inicial)	Despesa Prevista (final)	Despesa Realizada
Despesas com o Pessoal	34.469.164,00	36.152.165,00	34.650.282,30
Aquisições de Bens e Serviços	44.732.308,00	42.876.419,27	33.128.239,65
Juros da Dívida Pública	1.988.333,00	1.986.750,00	1.907.932,74
Transferências Correntes	7.708.560,00	10.277.846,91	8.287.608,54
Outras Despesas Correntes	1.744.548,00	2.185.318,48	1.067.034,94
Total	90.642.913,00	93.478.499,66	79.041.098,17

A despesa corrente apresenta uma execução 84,6% do valor do orçamento final.

As Despesas com o Pessoal são o agregado económico com maior peso na despesa realizada, quer ao nível da despesa corrente, com 43,8%, quer da despesa total, com 32,6%.



O orçamento inicial de Despesas com o Pessoal regista um reforço de €1.683.001,00 e uma taxa de execução do orçamento final de 95,8%. Comparativamente ao ano anterior também reflete um aumento de 4,6% no valor realizado.

Despesas de Pessoal	2014		2015		Δ 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações Certas e permanentes	24.330.409,20	73,4%	25.277.414,34	73,0%	947.005,14	3,9%
Abonos variáveis e eventuais	1.767.075,98	5,3%	1.884.004,49	5,4%	116.928,51	6,6%
Segurança Social	7.028.317,21	21,2%	7.488.863,47	21,6%	460.546,26	6,6%
Total	33.125.802,39	100,0%	34.650.282,30	100,0%	1.524.479,91	4,60%

A necessidade de reajuste das dotações iniciais reflete a reposição de 20% das reduções remuneratórias nos vencimentos superiores a €1.500 na sequência do disposto na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015). Sendo o Orçamento elaborado e aprovado em outubro do ano anterior à sua incidência, o Município só teve conhecimento do facto já, posteriormente à sua aprovação pela Assembleia Municipal, pelo que foi necessário proceder à respetiva revisão.

As **Aquisições de Bens e Serviços** registaram a segunda mais elevada percentagem de execução do total das despesas correntes, com o valor de 77,3% do orçamento final, o qual registou uma redução de 4,1% face ao seu valor inicial. Neste agrupamento, e como foi referido anteriormente, há a destacar o pagamento, no valor de €3.712.281,31, referente a rendas (Uso de Terraplenos e outros usos do Leito do Rio – Piscina Oceânica), efetuado à APL - Administração do Porto de Lisboa no âmbito do Protocolo estabelecido com esta entidade para o direito de utilização por parte do Município de Oeiras de parte da zona ribeirinha, pertencente ao domínio público marítimo, sita no concelho de Oeiras.

Podemos ainda destacar, pela redução de despesa, comparativamente a valores pagos em 2014, as seguintes rubricas:

- › 020118_Livros e documentação técnica, menos 66,9% (€10.205,00);
- › 020215_Formação, menos 55,4% (€273.838,12);
- › 020104_Limpeza e Higiene com menos 49,6% de pagamentos (€14.725,67);
- › 020212_Seguros, menos 39,7% (€358.207,13);
- › 020201_Encargos das instalações, menos 25,5% (€980.356,63).

Os **Juros da Dívida Pública** apresentaram uma execução de 96% relativamente ao valor do orçamento final, que também registou uma ligeira redução face ao orçamento inicial, em consequência da variação negativa da taxa de juros.

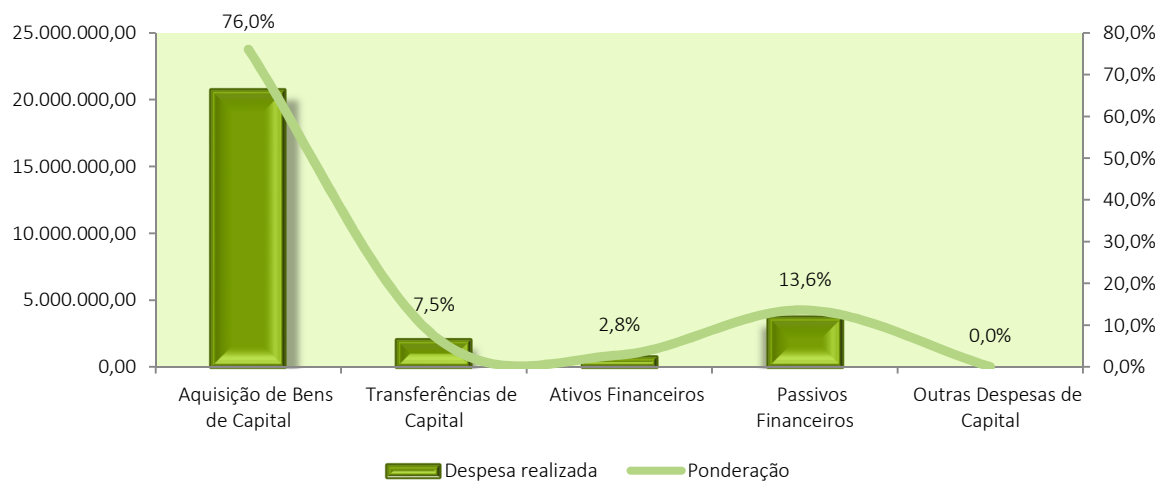
As **Transferências Correntes** registaram uma execução de 80,6% do orçamento final, sendo que o valor executado, nomeadamente de €8.287.608,54, reporta-se a transferências no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências para as juntas de freguesia, para as corporações de bombeiros, apoio às atividades relacionadas com o associativismo desportivo, apoio social das famílias. Podemos ainda destacar o pagamento de €1.180.622,95 aos credores da LEMO, na sequência do acordo de assunção de dívida e cedência de crédito (aprovado pela AM em 16março2015).

As **Outras Despesas Correntes** assinalaram uma realização de 48,8% do orçamento final e uma quebra de 8,2% face aos valores pagos em 2014. Facto resultante do decréscimo nos pagamentos efetuados em “IVA Liquidado”, em grande medida justificado pela alteração do IVA associado á prestação de serviços de Resíduos Sólidos, conforme orientação da AT, passando este de taxa normal para reduzida, e ainda em situações diversas como pagamento de registos notariais, multas ou indemnizações resultantes de acidentes.

Despesa Capital

A despesa de capital apresenta uma execução de 71,6% do orçamento final, o qual registou um reforço de €7.221.273,65 face aos valores inicialmente previstos.

Despesa Capital	Despesa Prevista (inicial)	Despesa Prevista (final)	Despesa Realizada
Aquisição de Bens de Capital	25.515.266,00	30.788.336,65	20.737.905,42
Transferências de Capital	1.696.212,00	2.788.364,00	2.040.558,86
Ativos Financeiros	775.794,00	775.795,00	775.792,00
Passivos Financeiros	2.870.000,00	3.714.250,00	3.712.072,63
Outras Despesas de Capital	1.000,00	12.800,00	3.734,39
Total	30.858.272,00	38.079.545,65	27.270.063,30



Relativamente à rubrica **Aquisição de Bens de Capital**, verifica-se que se regista a primeira posição no total das despesas de capital pagas, com um peso de 76% e com uma execução de 67,4% face à dotação final.

Aquisição de bens de investimento	2014		2015		Δ 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos	19.616.282,00	69,6%	15.737.136,61	75,9%	-3.879.145,39	-19,8%
Terrenos	4.490.148,77	15,9%	822.176,40	4,0%	-3.667.972,37	-81,7%
Habitacões	2.194.953,17	7,8%	1.469.485,12	7,1%	-725.468,05	-33,1%
Edifícios	7.511.323,10	26,6%	9.535.303,66	46,0%	2.023.980,56	26,9%
Construções Diversas	1.663.708,56	5,9%	2.666.955,82	12,9%	1.003.247,26	60,3%
Material de Transporte	297.480,06	1,1%	355.639,52	1,7%	58.159,46	19,6%
Equipamento de informática	163.638,13	0,6%	100.430,77	0,5%	-63.207,36	-38,6%
Software informático	253.990,63	0,9%	242.172,74	1,2%	-11.817,89	-4,7%
Equipamento administrativo	41.634,31	0,1%	84.073,70	0,4%	42.439,39	101,9%
Equipamento básico	2.621.657,59	9,3%	389.435,09	1,9%	-2.232.222,50	-85,1%
Ferramentas e utensílios	20.206,83	0,1%	4.094,83	0,0%	-16.112,00	-79,7%
Artigos e objetos de valor	357.540,85	1,3%	67.368,96	0,3%	-290.171,89	-81,2%
Outros investimentos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Locação financeira	11.651,99	0,0%	0,00	0,0%	-11.651,99	-100,0%
Bens de domínio público	8.558.968,31	30,4%	5.000.768,81	24,1%	-3.558.199,50	-41,6%
Total	28.186.902,30	100,0%	20.737.905,42	100,0%	-7.448.996,88	-26,4%

Na componente Investimentos, que regista um decréscimo de €3.879.145,3, comparativamente aos pagamentos efetuados no ano anterior, podemos destacar a Aquisição de Bens de equipamento básico com uma quebra de 85,1%, os Terrenos com menos 81,7%, justificado pela liquidação total do processo da Proagricultura em 2014 e os Artigos e Objetos de Valor com uma quebra 81,2%.

Em sentido contrário regista-se um crescimento de 101,9% no Equipamento administrativo com aquisição de mobiliário para alguns serviços do Município e para quatro jardins-de-infância e as Construções Diversas com uma variação de 60,3%.

Da execução da rubrica Aquisição de Bens de Capital, com pagamentos no valor de €20.737.905,42, destaca-se:

› *Terrenos*

- Aquisição de terreno privado ocupado pelo Jardim do Ultramar em Oeiras (€276.650,00);
- Aquisição de terreno à Soc. Agrícola de Carnaxide terreno ocupado pelo Cemitério de Carnaxide (€273.000,00);

- Aquisição de imóvel, em Algés, para integrar o programa de Habitação jovem (€252.500,00).
- › *Habitações*
 - Habitação Jovem - Paço de Arcos, Oeiras, Carnaxide (€427.475,00);
 - Reabilitação em bairros Sociais (€169.781,00);
 - Conservação e Manutenção de fogos vários em bairros sociais (€808.578,00).
- › *Edifícios*
 - Construção de equipamentos municipais / Construção Ciclovia Cruz Quebrada (€103.700,00);
 - Reparações Requalificação de Equipamentos Municipais: reparações diversas em escolas, JI's e mercados (€442.989,00);
 - Novas Instalações DMOA: Novas Oficinas Municipais, Vila Fria (€2.138.601,00);
 - Novas Oficinas Municipais, Vila Fria: Montagem portões, arranjos exteriores e estacionamento (€158.878,00);
 - Projeto do Edifício sede CMO (€524.944,71);
 - Projeto execução de estacionamento para frota municipal (€41.297,00);
 - Escolas: processo PPP / Oeiras Primus, componente amortização (€2.857.983,03).
- › *Construções Diversas*
 - Construção do edifício para instalação do centro de saúde de Carnaxide - extensão de Algés (€1.064.002,00);
 - Recuperação de património histórico (€77.500,00).

Os **Passivos Financeiros**, por força da aplicação do excedente da receita, verificada no IRS, ao abrigo do n.º 4 do art.º 98º da LOE de 2015, foi efetuada uma amortização extraordinária, no valor de € 835.736, o que acabou por aumentar o orçamento inicial em mais 26,9%.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O orçamento Municipal ascendia inicialmente a €121.501.185, tendo a sua dotação final, isto é, após os devidos ajustamentos efetuados ao longo do ano, por forma a viabilizar as despesas municipais, se situado nos € 131.558.045,31.

A dotação final do orçamento de 2015, reparte-se por:

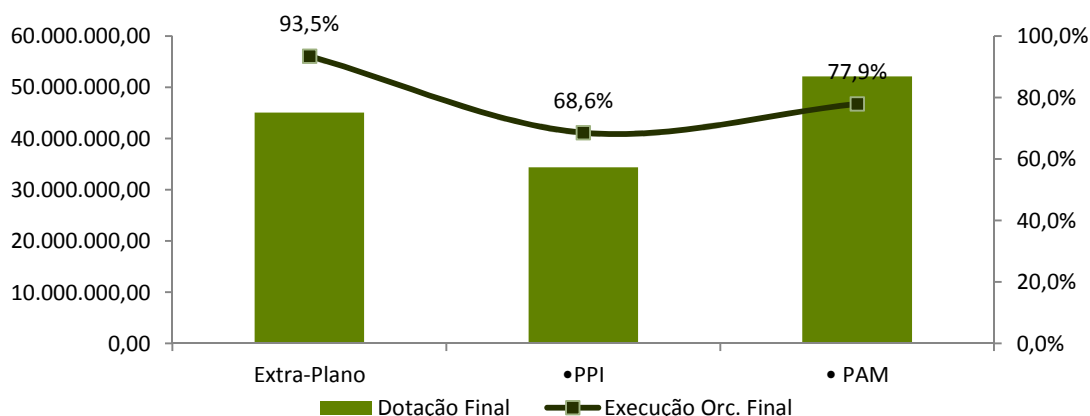
- › 34,3% para Extra-plano;
- › 65,7% para as Grandes Opções do Plano.

	Dotação Inicial	%	Dotação Final	%	Execução 31 dezembro 15	%
Orçamento Total	121.501.185,00	100,00%	131.558.045,31	100,00%	106.311.161,47	80,81%
Extra-Plano	42.868.612,00	35,3%	45.077.635,48	34,3%	42.133.162,59	93,5%
GOP:	78.632.573,00	64,7%	86.480.409,83	65,7%	64.177.998,88	74,2%
• PPI	27.211.478,00	22,4%	34.352.492,65	26,1%	23.554.256,28	68,6%
• PAM	51.421.095,00	42,3%	52.127.917,18	39,6%	40.623.742,60	77,9%

Nas Grandes Opções do Plano (GOP) são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano de atividades mais relevantes (PAM) da gestão autárquica.

As GOP's registam uma taxa de execução de 74,2% do orçamento final, o que face ao ano anterior, significa um crescimento de 2,9%, apesar do seu valor final ser inferior em 9,2% comparativamente a 2014.

Face à Dotação final, verifica-se que o conjunto de despesas associadas ao plano de atividades municipais, foram aquelas que evidenciaram uma maior taxa de execução, aproximadamente 78%, imediatamente a seguir à execução verificada pelo Extra-plano.



Execução por Classificação funcional

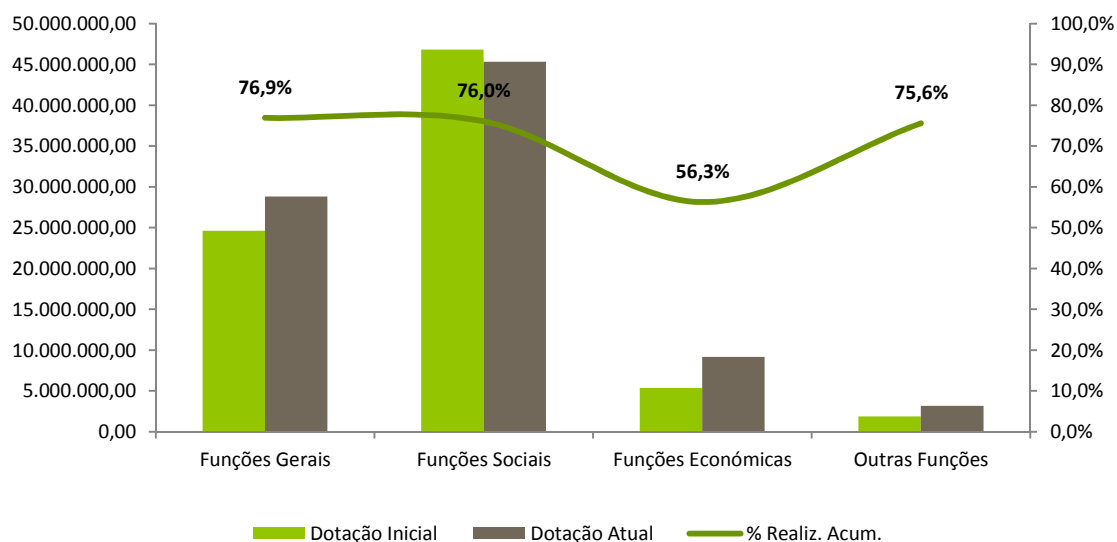
As Grandes Opções do Plano registaram, no ano de 2015, um reforço da dotação inicial de 10%, com o objetivo de ajustar as verbas às atividades e investimentos que se pretendiam concretizar, nesse seguimento foram efetuadas 14 alterações e 3 revisões, totalizando um aumento de €7.847.836,83.

Funcional	2014		2015					% Var. 2015/14 (real.)
	Dotação Final	Realizado	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado	Saldo	% Realiz.	
1. Funções Gerais	32.793.952	20.358.007	24.612.203	28.828.525	22.167.294	6.661.231	77%	8,9%
1.1.0. Serviços Gerais de Administração Pública	30.772.316	19.006.395	22.783.656	26.941.446	20.535.977	6.405.469	76%	8,0%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	2.021.636	1.351.612	1.828.547	1.887.079	1.631.318	255.762	86%	20,7%
2. Funções Sociais	50.068.151	38.827.748	46.811.630	45.331.562	34.466.281	10.865.281	76%	-11,2%
2.1.0. Educação	7.940.027	6.005.875	7.701.690	7.659.974	5.782.586	1.877.388	75%	-3,7%
2.2.0. Saúde	2.446.952	1.579.615	4.849.798	4.828.012	3.461.464	1.366.548	72%	119,1%
2.3.0. Segurança e Ação Sociais	3.989.008	3.564.910	4.128.510	4.467.175	3.493.707	973.468	78%	-2,0%
2.4.0. Habitação e Serviços Coletivos	22.123.038	18.105.808	22.853.860	21.191.286	15.944.019	5.247.267	75%	-11,9%
2.5.0. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	13.569.126	9.571.540	7.277.772	7.185.116	5.784.506	1.400.610	81%	-39,6%
3. Funções Económicas	9.969.272	7.038.921	5.337.880	9.144.839	5.144.684	4.000.155	56%	-26,9%
3.2.0. Indústria e Energia	2.756.076	2.596.142	2.526.558	3.066.558	2.253.934	812.624	74%	-13,2%
3.3.0. Transportes e Comunicações	3.004.817	1.076.202	813.344	1.729.110	502.671	1.226.440	29%	-53,3%
3.4.0. Comércio e Turismo	504.474	396.832	641.239	1.142.041	519.265	622.776	45%	30,9%
3.5.0. Outras Funções Económicas	3.703.905	2.969.745	1.356.739	3.207.130	1.868.814	1.338.316	58%	-37,1%
4. Outras Funções	2.459.421	1.692.736	1.870.860	3.175.483	2.399.740	775.743	76%	41,8%
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0	0	0	0	0	0	0%	0,0%
4.2.0. Transferências entre Administrações	1.868.685	1.139.131	1.399.860	2.709.652	2.154.630	555.022	80%	89,1%
4.3.0. Diversas não especificadas	590.736	553.606	471.000	465.831	245.110	220.722	53%	-55,7%
Total	95.290.796	67.917.412	78.632.573	86.480.410	64.177.999	22.302.411	74%	-5,5%

Destaca-se a classificação funcional **3.Funções Económicas** que abrange áreas de desenvolvimento e atividades económicas que assinala um decréscimo de 26,9% face ao valor pago no ano anterior mas em contrapartida regista o maior reforço face ao valor inicialmente previsto, cerca de 71,3%.

Este reforço assentou na previsão para a cobertura dos resultados líquidos negativos antes de impostos, na proporção da participação social do Município, conforme dispõe o art.º 40º (Equilíbrio de Contas) da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, relativamente às seguintes entidades participadas: LEMO, Município, AMTRES, OEINERGE ISQ e Oeiras Invest, uma vez que os dados relativos às contas das entidades só são divulgados no ano subsequente à preparação do Orçamento Municipal, e nesta data constatou-se que, eventualmente, seria necessário proceder ao reforço das Rubricas existentes para o efeito. No entanto, durante o ano de 2015 só foram realizados os seguintes valores:

- > € 701.402,67 à entidade Município, com vista a garantir o equilíbrio financeiro dos resultados do exercício de 2013;
- > € 37.990,86 à AMTRES, com vista ao equilíbrio financeiro dos resultados da Tratólixo do exercício de 2012;
- > € 1.111.072,53 ao LEMO e a credores no âmbito da assunção de cedência de dívidas.



Considerando os reforços é natural que a execução do orçamento das Funções Gerais apresente uma taxa de execução superior às demais funções, justificado pela inclusão neste agregado, as vulgarmente designadas despesas da organização, com um cariz de certo modo certo e permanente, contudo esta análise é efetuada em termos relativos, visto que as Funções Sociais evidenciam um orçamento superior e destacam-se por conseguinte com 76% de execução do seu orçamento final e representam ainda 53,7% do total dos pagamentos efetuados.

Passamos de seguida a detalhar a execução das ações que estão definidas em cada uma das funcionais, assim como os montantes pagos e a respetiva taxa de execução face ao orçamento final.

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado	Saldo	% Realiz.
1. Funções Gerais	24.612.203,00	28.828.525,41	22.167.294,01	6.661.231,40	76,9%
1.1.0. Serviços gerais de administração pública	22.783.656,00	26.941.445,96	20.535.976,50	6.405.469,46	76,2%
1.1.1. Administração geral	22.783.656,00	26.941.445,96	20.535.976,50	6.405.469,46	76,2%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.828.547,00	1.887.079,45	1.631.317,51	255.761,94	86,4%
1.2.1. Proteção civil e luta contra incêndios	1.677.724,00	1.751.135,38	1.619.644,56	131.490,82	92,5%
1.2.2. Polícia municipal	150.823,00	135.944,07	11.672,95	124.271,12	8,6%
2. Funções Sociais	46.811.630,00	45.331.562,40	34.466.281,18	10.865.281,22	76,0%
2.1.0. Educação	7.701.690,00	7.659.973,64	5.782.585,76	1.877.387,88	75,5%
2.1.1. Ensino não superior	3.823.415,00	3.607.459,53	3.355.539,36	251.920,17	93,0%
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	3.878.275,00	4.052.514,11	2.427.046,40	1.625.467,71	59,9%
2.2.0. Saúde	4.849.798,00	4.828.011,51	3.461.463,54	1.366.547,97	71,7%
2.2.1. Serviços individuais de saúde	4.849.798,00	4.828.011,51	3.461.463,54	1.366.547,97	71,7%
2.3.0. Segurança e ação social	4.128.510,00	4.467.175,36	3.493.707,01	973.468,35	78,2%
2.3.1. Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
2.3.2. Ação social	4.128.510,00	4.467.175,36	3.493.707,01	973.468,35	78,2%
2.4.0. Habitação e serviços coletivos	22.853.860,00	21.191.286,04	15.944.018,77	5.247.267,27	75,2%
2.4.1. Habitação	1.677.154,00	2.208.311,38	1.922.652,87	285.658,51	87,1%
2.4.2. Ordenamento do território	2.564.375,00	4.174.942,09	2.605.246,70	1.569.695,39	62,4%
2.4.3. Saneamento	6.360.804,00	1.039.959,19	1.004.759,05	35.200,14	96,6%
2.4.4. Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
2.4.5. Resíduos sólidos	6.599.940,00	7.184.860,70	5.470.494,92	1.714.365,78	76,1%
2.4.6. Proteção meio ambiente e conservação natureza	5.651.587,00	6.583.212,68	4.940.865,23	1.642.347,45	75,1%
2.5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos	7.277.772,00	7.185.115,85	5.784.506,10	1.400.609,75	80,5%
2.5.1. Cultura	5.021.033,00	4.869.842,32	3.810.847,63	1.058.994,69	78,3%
2.5.2. Desporto, recreio e lazer	2.256.739,00	2.315.273,53	1.973.658,47	341.615,06	85,2%
2.5.3. Outras atividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
3. Funções Económicas	5.337.880,00	9.144.839,02	5.144.684,00	4.000.155,02	56,3%
3.1.0. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.2.0. Indústria e energia	2.526.558,00	3.066.558,00	2.253.934,43	812.623,57	73,5%
3.3.0. Transportes e comunicações	813.344,00	1.729.110,33	502.670,56	1.226.439,77	29,1%
3.3.1. Transportes rodoviários	813.344,00	1.729.110,33	502.670,56	1.226.439,77	29,1%
3.3.2. Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.3.3. Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.4.0. Comércio e turismo	641.239,00	1.142.040,69	519.264,64	622.776,05	45,5%
3.4.1. Mercados e feiras	500,00	500,00	82,66	417,34	16,5%
3.4.2. Turismo	640.739,00	1.141.540,69	519.181,98	622.358,71	45,5%
3.5.0. Outras funções económicas	1.356.739,00	3.207.130,00	1.868.814,37	1.338.315,63	58,3%
4. Outras Funções	1.870.860,00	3.175.483,00	2.399.739,69	775.743,31	75,6%
4.1.0. Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
4.2.0. Transferências entre administrações	1.399.860,00	2.709.652,00	2.154.630,19	555.021,81	79,5%
4.3.0. Diversas não especificadas	471.000,00	465.831,00	245.109,50	220.721,50	52,6%
Total	78.632.573,00	86.480.409,83	64.177.998,88	22.302.410,95	74,2%

Execução por Unidade Orgânica

Para o ano de 2015, entendeu-se que seria útil proceder ao estudo da execução funcional por unidade orgânica, análise essa que não tem vindo a acompanhar o relatório financeiro elaborado no âmbito da prestação de contas, mas que por ser o espelho da atividade municipal, se entendeu como preponderante.

Desta forma, foi desenvolvido um esforço a fim de se apresentar evidenciar a execução dos projetos que se encontram sob a responsabilidade de cada unidade orgânica, comparando os valores realizados (pagos) em 2014 com os realizados em 2015.

› Serviços de Apoio

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DPMPC	1.328.190,75	1.428.296,45	1.295.053,77	1.295.053,77	1.295.053,77
Funções Gerais	1.328.190,75	1.428.296,45	1.295.053,77	1.295.053,77	1.295.053,77
GAF	780.406,91	1.362.860,00	884.598,38	884.598,38	835.968,86
Outras Funções	780.406,91	1.362.860,00	884.598,38	884.598,38	835.968,86
GC	525.704,67	945.226,38	819.585,80	816.542,55	697.634,68
Funções Económicas	7.867,02	8.000,00	7.022,84	7.022,84	7.022,84
Funções Gerais	508.696,21	926.726,38	803.280,68	800.237,43	689.277,44
Funções Sociais	9.141,44	10.500,00	9.282,28	9.282,28	1.334,40
GCAJ	3.608.670,50	1.876.569,83	1.138.680,55	1.135.571,66	448.697,50
Funções Económicas	0,00	694.610,59	655.453,59	655.453,59	0,00
Funções Gerais	237.826,19	1.113.433,00	441.915,69	438.806,80	407.413,04
Funções Sociais	3.370.844,31	68.526,24	41.311,27	41.311,27	41.284,46
GMA		100,00	0,00	0,00	0,00
Funções Gerais	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
GP	440.490,76	869.639,00	614.350,03	614.350,03	471.804,01
Funções Económicas	313,65	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Funções Gerais	71.966,73	516.779,00	507.833,18	507.833,18	385.439,18
Funções Sociais	368.210,38	234.900,00	90.090,03	90.090,03	86.364,83
Outras Funções		116.960,00	16.426,82	16.426,82	0,00
GPDEIG	145.209,67	660.770,00	279.922,52	279.922,52	261.933,77
Funções Sociais	145.209,67	660.770,00	279.922,52	279.922,52	261.933,77
Total Geral	6.828.673,26	7.143.461,66	5.032.191,05	5.026.038,91	4.011.092,59

Face a 2014, o conjunto das orgânicas na dependência da Presidência, registaram um decréscimo de 41,3%, relativamente a valores pagos, onde se destaca o GPDEIG com praticamente o dobro de pagamentos efetuados.

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
GPDEIG			145.209,67	660.770,00	279.922,52	279.922,52	261.933,77
Funções Sociais			145.209,67	660.770,00	279.922,52	279.922,52	261.933,77
2004/105350	PLANO DIRETOR MUNICIPAL	020214	6.703,50	48.770,00	40.604,72	40.604,72	22.615,97
2006/106155	AGENDA XXI - IMPLEMENTAÇÃO	020214	1.200,00	10.000,00	24,00	24,00	24,00
2011/1263	CARTOGRAFIA E SISTEMAS INFORMAÇÃO GEOGRAFICA	020220	123.530,17	602.000,00	239.293,80	239.293,80	239.293,80
2012/1300	OEIRAS E-CITY	020220	13.776,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			145.209,67	660.770,00	279.922,52	279.922,52	261.933,77

O DMPC, é a unidade orgânica, que apresenta a maior taxa de execução do orçamento final do exercício, com uma taxa de 90,7%:

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DPMPC			1.328.190,75	1.428.296,45	1.295.053,77	1.295.053,77	1.295.053,77
Funções Gerais			1.328.190,75	1.428.296,45	1.295.053,77	1.295.053,77	1.295.053,77
2003/104077	VIATURAS, EQUIPAMENTOS E OBRAS EM QUARTÉIS	080701	70.847,32	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
2004/105051	SUBSIDIO MENSAL CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS	040701	1.060.850,00	1.060.000,00	1.059.999,99	1.059.999,99	1.059.999,99
2004/105055	FORMAÇÃO PRATICA DE BOMBEIROS E FARDAMENTO	040701	6.222,05	20.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
2004/105062	CONTA DE EMERGÊNCIA	020225	0,00	1.000,00	28,53	28,53	28,53
2004/105068	FARDAMENTO E ARTIGOS PESSOAIS	020107	9.037,45	16.916,91	5.117,48	5.117,48	5.117,48
2005/105815	COMUNICAÇÕES	020209	3.709,00	6.000,00	4.539,00	4.539,00	4.539,00
2005/105820	MUNIÇÕES	020103	0,00	974,16	974,16	974,16	974,16
2008/36	NOVO EDFICIO PARA SPM E PROTECÇÃO CIVIL - LT 31	07010301	0,00	110.153,00	0,00	0,00	0,00
2009/1136	SEMANA DA PROTECÇÃO CIVIL	020115	2.151,47	2.098,38	2.098,38	2.098,38	2.098,38
2009/1137	EQUIPAMENTO DIVERSO	07011002	12.747,70	1.900,00	1.042,31	1.042,31	1.042,31
2011/1260	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	020121	3.371,84	0,00	0,00	0,00	0,00
2013/1311	EIP - EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE	040701	159.253,92	159.254,00	159.253,92	159.253,92	159.253,92
Total Geral			1.328.190,75	1.428.296,45	1.295.053,77	1.295.053,77	1.295.053,77

É o DPMPC, a unidade orgânica que apresenta a maior taxa de execução do orçamento final do exercício; com uma taxa de 90,67%, onde se destaca o subsídio às corporações de bombeiros com uma execução de 100%.

Departamento de Administração Geral e Finanças

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DAGF	34.317,00	121.740,00	111.302,70	111.302,70	85.239,00
Funções Gerais	34.317,00	121.740,00	111.302,70	111.302,70	85.239,00
DGF	525.247,79	323.871,00	228.309,50	228.309,50	220.109,50
Outras Funções	525.247,79	323.871,00	228.309,50	228.309,50	220.109,50
DGO	905.174,32	1.179.236,00	1.128.984,75	1.128.984,75	797.269,23
Funções Gerais	905.174,32	1.179.236,00	1.128.984,75	1.128.984,75	797.269,23
DGP	12.546.808,78	17.165.685,30	15.189.979,81	15.174.604,81	14.425.237,29
Funções Gerais	6.942.128,89	10.921.613,30	9.449.573,52	9.434.198,52	9.028.446,91
Funções Sociais	5.604.679,89	6.244.072,00	5.740.406,29	5.740.406,29	5.396.790,38
DRH	1.265.076,31	1.803.682,56	1.315.295,54	1.314.865,54	1.271.985,39
Funções Gerais	263.728,39	355.530,40	334.466,71	334.036,71	298.407,17
Funções Sociais	1.001.347,92	1.448.152,16	980.828,83	980.828,83	973.578,22
DTSI	402.444,58	740.127,00	520.840,23	494.104,71	419.189,69
Funções Gerais	402.444,58	740.127,00	520.840,23	494.104,71	419.189,69
UIAS	761.361,55	1.148.033,60	1.002.477,93	939.408,82	696.350,78
Funções Gerais	761.361,55	1.135.118,60	998.731,12	935.662,01	696.350,78
Funções Sociais	0,00	12.915,00	3.746,81	3.746,81	0,00
UPOC	2.969.744,76	3.164.749,00	1.860.229,40	1.850.466,06	1.847.530,45
Funções Económicas	2.969.744,76	3.164.749,00	1.860.229,40	1.850.466,06	1.847.530,45
Total Geral	19.410.175,09	25.647.124,46	21.357.419,86	21.242.046,89	19.762.911,33

O Departamento apresenta um crescimento de 1,8% nos pagamentos efetuados em 2015 comparativamente a 2014, e uma execução de 77,1% do orçamento final.

A Divisão de Gestão de Património é a unidade que apresenta a maior execução do orçamento, com uma taxa de 86,4%, suportado pelos pagamentos efetuados no âmbito do protocolo com a APL:

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DGP			12.546.808,78	17.165.685,30	15.189.979,81	15.174.604,81	14.425.237,29
Funções Gerais			6.942.128,89	10.921.613,30	9.449.573,52	9.434.198,52	9.028.446,91
2004/104971	CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E DE ASSISTÊNCIA A EQUIPAM	020219	36.340,16	9.000,00	199,26	199,26	199,26
2005/105768	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	070109	33.805,96	830.505,03	56.591,28	56.591,28	56.383,41
2005/105773	TRANSPORTE E MUDANÇAS	020225	4.770,10	70.000,00	0,00	0,00	0,00
2007/106236	REPARAÇÕES MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	020203	5.590,75	21.000,00	1.390,16	1.390,16	1.174,91
2007/106240	ARRENDAMENTOS	020204	1.109.254,77	894.412,81	876.673,26	876.673,26	876.673,26
2007/106241	AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS E BENS DIVERSOS	020121	2.278,33	2.200,00	1.243,12	1.243,12	863,90
2007/106245	SEGUROS	020212	901.538,91	800.000,00	546.709,00	546.709,00	543.331,68
2009/1123	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITORIO	020108	126.738,69	104.040,55	102.399,58	102.399,58	96.084,59
2011/1265	CONSUMOS DAS INSTALAÇÕES	020201	1.656.786,78	2.200.000,00	1.873.913,79	1.858.538,79	1.772.640,80
2014/1338	CONSUMOS DAS INSTALAÇÕES - ÁGUA	020201	2.193.477,28	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.097.266,63
2014/1339	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - INDEMNIZAÇÃO	06020305	871.547,16	871.548,00	871.547,16	871.547,16	871.547,16
2014/1356	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	020208	0,00	3.918.906,91	3.918.906,91	3.918.906,91	3.712.281,31
Funções Sociais			5.604.679,89	6.244.072,00	5.740.406,29	5.740.406,29	5.396.790,38
2007/106244	GESTÃO CONDOMÍNIOS	020225	147.278,75	180.000,00	160.446,85	160.446,85	160.446,85
2010/1193	IMÓVEIS A ADQUIRIR (TERRENOS)	070101	1.043.234,00	1.499.902,00	1.165.792,31	1.165.792,31	822.176,40
2013/1330	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - ESCOLAS	07010305	2.857.983,02	2.857.984,00	2.857.983,03	2.857.983,03	2.857.983,03
2013/1331	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - OEIRAS EXPO	07010307	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
2013/1332	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - CENTROS GERIÁTRICOS	07010306	1.556.184,12	1.556.186,00	1.556.184,10	1.556.184,10	1.556.184,10
Total Geral			12.546.808,78	17.165.685,30	15.189.979,81	15.174.604,81	14.425.237,29

› Departamento de Planejamento e Gestão Urbanística

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DGUAEE	124.084,78	134.000,00	128.948,74	128.948,74	122.472,65
Funções Gerais	124.084,78	134.000,00	128.948,74	128.948,74	122.472,65
DLAA	1.040,43	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Funções Económicas	1.040,43	1.500,00	0,00	0,00	0,00
DPGU	134.529,21	269.264,20	58.699,88	58.699,88	58.626,08
Funções Económicas	86.987,52	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Funções Gerais	12.000,00	3.686,35	1.450,51	1.450,51	1.450,51
Funções Sociais	35.541,69	165.577,85	57.249,37	57.249,37	57.175,57
DPM	21.738,66	21.550,00	21.549,60	21.549,60	16.498,00
Funções Sociais	21.738,66	21.550,00	21.549,60	21.549,60	16.498,00
Total Geral	281.393,08	426.314,20	209.198,22	209.198,22	197.596,73

O DPGU apresenta um decréscimo de 29,8% nos pagamentos efetuados na gerência de 2015 face a 2014 e uma execução do orçamento final de 46,4%.

A DGUAEE é a divisão que apresenta maior execução, com uma taxa de 91,4%:

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DGUAEE			124.084,78	134.000,00	128.948,74	128.948,74	122.472,65
Funções Gerais			124.084,78	134.000,00	128.948,74	128.948,74	122.472,65
2004/104986	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (INSPECÇÃO DE ELEVADORES E OUTROS)	020220	124.084,78	130.000,00	128.948,74	128.948,74	122.472,65
2005/105775	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (VERIFICAÇÃO DE OBRAS)	020225	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			124.084,78	134.000,00	128.948,74	128.948,74	122.472,65

› Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DGPH	16.559,50	69.000,00	16.728,82	16.728,82	16.728,82
Funções Sociais	16.559,50	69.000,00	16.728,82	16.728,82	16.728,82
DHRU	506.738,21	1.071.684,00	819.980,89	785.125,40	701.553,94
Funções Gerais	1.756,44	9.200,00	4.423,01	4.423,01	4.053,65
Funções Sociais	504.981,77	1.062.484,00	815.557,88	780.702,39	697.500,29
DPE	2.891.068,77	3.121.269,00	3.021.293,11	3.021.293,11	2.706.469,74
Funções Sociais	2.867.068,77	3.096.269,00	2.996.293,11	2.996.293,11	2.681.469,74
Outras Funções	24.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
DPRH	1.368.603,44	1.325.882,00	1.323.741,08	1.323.741,08	1.265.593,52
Funções Sociais	1.368.603,44	1.325.882,00	1.323.741,08	1.323.741,08	1.265.593,52
Total Geral	4.782.969,92	5.587.835,00	5.181.743,90	5.146.888,41	4.690.346,02

O DHRU regista uma diminuição de 1,9% nos pagamentos efetuados em 2015 comparativamente ao ano anterior e uma taxa de execução de 83,9% do orçamento final.

Destaca-se o DPRH e o DPE, com uma execução de 95,5% e 86,7%, respetivamente, dos pagamentos efetuados face ao orçamento final.

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DPE			2.891.068,77	3.121.269,00	3.021.293,11	3.021.293,11	2.706.469,74
Funções Sociais			2.867.068,77	3.096.269,00	2.996.293,11	2.996.293,11	2.681.469,74
2005/105899	PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS	07010203	881.804,88	678.429,38	678.121,19	678.121,19	479.883,68
2005/105906	REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO URBANO	07030301	510.944,28	836.009,00	768.327,25	768.327,25	708.602,98
2005/105909	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO CASAL DA CHOCA	07030301	4.911,27	34.065,00	31.461,87	31.461,87	31.461,87
2005/105910	COMPART. OBRAS EM EDIFÍCIOS PARTICULARES - NÚCLEOS HISTÓRICOS	080802	26.860,38	40.000,00	29.878,16	29.878,16	0,00
2005/106046	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ENTIDADES PARA OBRAS	080701	105.891,04	110.808,00	110.676,00	110.676,00	110.676,00
2006/106153	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DA PEDREIRA ITALIANA	07030301	475.136,70	13.000,00	12.936,61	12.936,61	12.936,61
2007/106279	A.E. E MANUT.PAVILHÕES DESPORTIVOS (JOAQUIM BARROS E SªJULIÃO BARRA)	07030202	0,00	98.049,11	98.049,11	98.049,11	98.049,11
2007/106287	EXTENSÃO SAÚDE ALGÉS	07010413	666.674,88	1.064.020,51	1.064.002,06	1.064.002,06	1.064.002,06
2007/106353	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO	07010406	194.845,34	176.888,00	175.857,43	175.857,43	175.857,43
2015/1370	NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE DE BARCARENA	07010307		45.000,00	26.983,43	26.983,43	0,00
Outras Funções			24.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
2007/106375	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A DIVERSAS ENTIDADES	040701	24.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
DPRH			1.368.603,44	1.325.882,00	1.323.741,08	1.323.741,08	1.265.593,52
Funções Sociais			1.368.603,44	1.325.882,00	1.323.741,08	1.323.741,08	1.265.593,52
2003/103813	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE FOGOS	07010203	878.659,28	849.762,00	849.725,70	849.725,70	808.578,56
2005/105891	EQUIPAMENTOS - CONSTR., BENEFIC. E MANUTENÇÃO	07010307	123.629,81	280.000,00	279.977,28	279.977,28	275.992,08
2005/105895	OBRAS DE ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES	07010203	8.748,06	12.239,00	11.835,80	11.835,80	11.241,14
2005/105901	REABILITAÇÃO E BENEFICIAÇÃO BAIRROS MUNICIPAIS - EDIFÍCIOS	07010203	357.566,29	183.881,00	182.202,30	182.202,30	169.781,74
Total Geral			4.259.672,21	4.447.151,00	4.345.034,19	4.345.034,19	3.972.063,26

› Departamento de Obras Municipais

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DEM	9.754.943,96	10.683.895,02	9.520.163,37	9.459.747,60	7.663.739,62
Funções Gerais	3.799.647,29	4.953.136,49	4.649.522,29	4.616.155,52	3.959.606,52
Funções Sociais	5.955.296,67	5.730.758,53	4.870.641,08	4.843.592,08	3.704.133,10
DEP	268.851,26	1.128.447,96	1.080.226,88	991.252,37	604.828,46
Funções Económicas	0,00	107.365,00	75.384,61	12.654,61	0,00
Funções Gerais	231.572,11	996.877,96	988.698,52	962.454,01	604.828,46
Funções Sociais	37.279,15	24.205,00	16.143,75	16.143,75	0,00
DGEPIM	4.463.382,45	8.720.959,00	7.497.177,77	7.487.590,17	5.722.805,04
Funções Económicas	3.308.057,67	4.471.192,74	3.434.677,79	3.434.554,79	2.756.604,99
Funções Gerais	485.340,46	741.291,07	694.906,49	685.441,89	639.436,22
Funções Sociais	669.984,32	3.508.475,19	3.367.593,49	3.367.593,49	2.326.763,83
Total Geral	14.487.177,67	20.533.301,98	18.097.568,02	17.938.590,14	13.991.373,12

O DOM apresenta uma variação negativa de 3,4% comparando os pagamentos efetuados em 2015 com o valor registado no ano anterior e uma execução do orçamento final de 68,1%, sendo a DEM, a unidade

orgânica, que surge com a maior taxa de execução do orçamento, cerca de 71,7% de pagamentos efetuados:

Unidade Orgânica	Descrição	Econômica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DEM			9.754.943,96	10.683.895,02	9.520.163,37	9.459.747,60	7.663.739,62
Funções Gerais			3.799.647,29	4.953.136,49	4.649.522,29	4.616.155,52	3.959.606,52
2003/104755	FISCALIZAÇÃO	020220	23.247,00	500,00	0,00	0,00	0,00
2004/104701	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS	020121	202.223,14	181.978,67	142.642,55	142.012,84	77.879,73
2008/21	REPARAÇÃO E MANUT. DE EQUIP. ELECTROMECHANICOS	020203	561.449,52	927.333,45	873.469,16	851.944,16	624.205,53
2008/22	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	07010301	0,00	109.701,00	108.721,02	108.721,02	103.700,99
2008/23	REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	07010301	417.618,73	781.565,76	687.715,53	686.123,91	442.989,12
2008/24	AQUIS. INST. EQUIP. ELÉCTRICO E ELECTROMECHANICO	07011002	181.144,10	82.551,00	70.608,62	68.819,52	54.109,37
2011/1279	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	020220	146.228,00	245.756,32	238.323,62	230.492,28	180.674,00
2013/1319	NOVAS INSTALAÇÕES DA DMOA	07010301	2.267.736,80	2.618.750,29	2.528.041,79	2.528.041,79	2.476.047,78
2015/1371	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA CMO	07010301		5.000,00	0,00	0,00	0,00
Funções Sociais			5.955.296,67	5.730.758,53	4.870.641,08	4.843.592,08	3.704.133,10
2003/103521	ESTÁDIO MUN. OEIRAS - EXECUÇÃO BANCADAS	07010406	0,00	111.001,00	111.000,93	111.000,93	0,00
2006/106168	CEMITÉRIO DE CARNAXIDE- CONSTRUÇÃO	07010412	0,00	18.000,00	16.919,38	16.919,38	16.919,38
2007/106348	PARQUE DOS POETAS - 2ª. FASE	07030305	4.918.725,33	1.959.759,00	1.790.387,36	1.790.387,36	1.790.387,36
2008/42	REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES	07030313	1.031.116,10	553.756,00	471.471,86	444.422,86	384.317,91
2010/1216	ESCOLA GOMES FREIRE DE ANDRADE	07010305	5.455,24	27.454,53	27.454,53	27.454,53	27.454,53
2014/1355	NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE DE CARNAXIDE	07010307	0,00	2.225.788,00	2.055.060,50	2.055.060,50	1.204.971,07
2015/1361	REQUALIFICAÇÕES COMPLEXO PALACIO MARQUES DE POMBAL	07030306		635.000,00	398.346,52	398.346,52	280.082,85
2015/1362	MANUTENÇÕES DIVERSAS EQUIPAMENTOS OEIRAS VIVA	07010302		200.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			9.754.943,96	10.683.895,02	9.520.163,37	9.459.747,60	7.663.739,62

› Departamento de Ambiente e Equipamento

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DAE	5.385.507,46	5.846.934,80	5.665.879,64	5.664.649,64	5.255.521,65
Funções Económicas	0,00	500,00	82,66	82,66	82,66
Funções Gerais	170.954,02	158.315,62	153.507,91	153.507,91	145.491,66
Funções Sociais	5.214.553,44	5.688.119,18	5.512.289,07	5.511.059,07	5.109.947,33
DEV	2.762.705,04	3.885.289,72	3.746.705,59	3.725.826,74	3.310.340,82
Funções Económicas	137.654,84	212.305,19	197.816,47	182.856,42	175.432,95
Funções Sociais	2.625.050,20	3.672.984,53	3.548.889,12	3.542.970,32	3.134.907,87
DHU	428.746,07	1.122.214,17	215.866,60	215.866,60	212.075,97
Funções Sociais	428.746,07	1.122.214,17	215.866,60	215.866,60	212.075,97
DVM	4.586.917,90	4.330.534,18	3.576.738,67	3.533.283,46	3.315.893,72
Funções Gerais	3.952.884,44	3.339.817,79	2.761.123,89	2.727.498,15	2.559.363,65
Funções Sociais	634.033,46	990.716,39	815.614,78	805.785,31	756.530,07
Total Geral	13.163.876,47	15.184.972,87	13.205.190,50	13.139.626,44	12.093.832,16

O DAE apresenta uma variação negativa, comparativamente aos valores realizados no anterior, de 8,1% e uma taxa de execução do orçamento de 2015 de 79,6%, onde se destaca o próprio Departamento com o maior volume de pagamentos efetuados, €5.255.521,65, ou seja, uma taxa de execução de 89,9% do orçamento final.

Relatório e Conta de Gerência | 2015

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DAE			5.385.507,46	5.846.934,80	5.665.879,64	5.664.649,64	5.255.521,65
Funções Económicas			0,00	500,00	82,66	82,66	82,66
2008/96	AFERIÇÃO EQUIPAMENTOS	020217	0,00	500,00	82,66	82,66	82,66
Funções Gerais			170.954,02	158.315,62	153.507,91	153.507,91	145.491,66
2004/104997	AQUIS. FARDAMENTO E MATERIAL PROTECCÃO	020107	170.954,02	158.315,62	153.507,91	153.507,91	145.491,66
Funções Sociais			5.214.553,44	5.688.119,18	5.512.289,07	5.511.059,07	5.109.947,33
2003/104665	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	07011002	23.480,80	109.998,42	109.998,09	109.998,09	109.998,09
2004/104996	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS, FITOSANITÁRIOS E LIMPEZA	020109	22.098,97	70.080,57	68.954,64	68.954,64	68.954,64
2004/105000	PROMOÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	020217	8.544,56	14.275,00	13.682,56	12.452,56	12.017,14
2004/105002	PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	020217	11.391,54	0,00	0,00	0,00	0,00
2004/105006	CREMAÇÃO DE ANIMAIS	020220	3.237,08	5.998,00	2.629,04	2.629,04	2.326,74
2004/105366	ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS	020117	24.381,12	18.060,00	17.832,76	17.832,76	17.231,17
2004/105374	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	020225	4.678.861,27	4.994.495,14	4.862.751,63	4.862.751,63	4.469.910,50
2004/105394	AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO DIVERSO	020121	67.944,02	81.084,54	80.610,27	80.610,27	80.610,27
2004/105400	CONTROLO DE PRAGAS URBANAS	020220	168.342,65	156.879,48	150.222,53	150.222,53	150.222,53
2004/105414	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA O CANIL MUNICIPAL	020121	17.101,44	22.728,03	22.234,37	22.234,37	19.687,53
2006/106097	ANALISES FISICO-QUIMICAS E BACTERIOLÓGICAS (PRAIAS,AGUA,ETC)	020220	0,00	1.000,00	584,25	584,25	30,75
2008/74	PROJAAO	020225	84,00	5.420,00	5.225,00	5.225,00	1.394,04
2010/1231	MONITORIZAÇÃO DE PROJECTOS E ACTIVIDADES AMBIENTAIS	020225	12.911,82	7.042,00	2.669,43	2.669,43	2.669,43
2010/1232	OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES EM PROGRAMAS DE CIDADANIA AMBIENTAL	020225	164.132,16	180.300,00	155.212,54	155.212,54	155.212,54
2011/1285	MANUTENÇÃO E PEQUENAS REPARAÇÕES EM CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	020203	234,01	500,00	135,46	135,46	135,46
2012/1301	SUBSÍDIO AO INSTITUTO ZOÓFILO DA QUINTA CARBONE	040701	0,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00
2014/1349	AQUISIÇÃO DE MATERIAL OBRIGATÓRIO P/POSTO DE PRAIA	020121	0,00	650,00	0,00	0,00	0,00
2014/1350	AQUISIÇÃO DE CAIXAS AMPLIROLL	07011001	11.808,00	11.808,00	11.746,50	11.746,50	11.746,50
Total Geral			5.385.507,46	5.846.934,80	5.665.879,64	5.664.649,64	5.255.521,65

› Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DECPC	64.194,64	71.946,00	66.566,07	66.566,07	61.382,67
Funções Económicas	1.992,60	2.400,00	1.026,60	1.026,60	1.026,60
Funções Sociais	62.202,04	69.546,00	65.539,47	65.539,47	60.356,07
DBDI	88.022,15	159.233,98	138.451,90	124.463,09	114.468,55
Funções Gerais	404,74	1.500,00	1.500,00	8,00	8,00
Funções Sociais	87.617,41	157.733,98	136.951,90	124.455,09	114.460,55
DCT	1.295.646,81	1.894.289,84	1.885.311,22	1.865.633,62	1.791.292,40
Funções Económicas	249.317,57	338.835,50	336.123,94	336.123,94	335.699,59
Funções Gerais	13.267,87	14.500,00	14.497,62	7.732,62	7.732,62
Funções Sociais	1.033.061,37	1.540.954,34	1.534.689,66	1.521.777,06	1.447.860,19
DE	2.048.667,14	4.170.605,00	2.655.112,98	2.655.112,98	2.542.148,61
Funções Sociais	2.048.667,14	4.170.605,00	2.655.112,98	2.655.112,98	2.542.148,61
UIE	26.224,24	127.400,00	62.003,89	62.003,89	62.003,89
Funções Sociais	26.224,24	127.400,00	62.003,89	62.003,89	62.003,89
Total Geral	3.522.754,98	6.423.474,82	4.807.446,06	4.773.779,65	4.571.296,12

O DECPC apresenta-se com um crescimento de 29,8% face ao ano de 2014, onde a DCT assume a maior execução do orçamento final, com 94,6%. Destaca-se a Divisão de Educação e a Unidade de Infraestruturas da Educação dado a sua relevância no ano de 2015, uma vez que absorveu novas competências, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério da Educação:

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DE			2.048.667,14	4.170.605,00	2.655.112,98	2.655.112,98	2.542.148,61
Funções Sociais			2.048.667,14	4.170.605,00	2.655.112,98	2.655.112,98	2.542.148,61
2004/105002	PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	020217	11.391,54	11.500,00	10.707,63	10.707,63	3.207,35
2004/105132	ESCOLAS B1 - FUNCIONAM.REFEITÓRIOS ESCOLARES - PAG. EMPRESA RESTAURAÇÃO	020105	1.150.802,13	2.913.915,00	1.523.852,04	1.523.852,04	1.424.662,55
2004/105133	APOIO SOCIAL ESCOLAR - TRANSPORTES ESCOLARES - VINHETAS	020210	321.045,15	250.000,00	223.112,95	223.112,95	218.712,95
2004/105134	ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	040802	34.373,81	33.650,00	33.188,97	33.188,97	33.188,97
2004/105136	ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - APOIO AOS ALUNOS	040701	76.081,98	65.000,00	60.245,44	60.245,44	60.185,84
2004/105154	APOIOS A ESCOLAS, ENTIDADES E SERVIÇOS LIGADOS À EDUCAÇÃO	040701	127.752,03	502.160,00	445.627,53	445.627,53	443.812,53
2004/105168	APETRECHAMENTO DOS APARTAMENTOS DOS BOLSEIROS DE PALOP'S	070115	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
2006/106115	JI/B1 - EXPEDIENTE LIMPEZA E CONSUMO	040701	186.163,97	187.000,00	186.163,97	186.163,97	186.163,97
2006/106117	PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES DIRIGIDAS ÀS ESCOLAS	020225	0,00	97.500,00	75.651,34	75.651,34	75.651,34
2006/106118	REFEITÓRIOS ESCOLARES SERVIÇO CONSULTADORIA	020214	3.240,53	4.000,00	2.321,20	2.321,20	2.321,20
2006/106121	DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO MUS-E	040701	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
2006/106124	EDIÇÃO DE MATERIAIS E DOCUMENTAÇÃO	020217	246,00	500,00	302,58	302,58	302,58
2009/1141	PROJECTO REDE ESCOLAS DE EXCELÊNCIA	020214	23.780,00	23.780,00	23.780,00	23.780,00	23.780,00
2010/1237	ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS	020120	0,00	11.400,00	8.036,13	8.036,13	8.036,13
2010/1238	ORQ. SINFÓNICAS JUVENIS - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E ARTÍSTICA E WORKSHOPS	020220	18.585,00	21.700,00	17.098,20	17.098,20	17.098,20
2013/1328	BOLSAS DE ESTUDO - UNIVERSIDADE ATLÂNTICA	040102	75.205,00	28.000,00	25.025,00	25.025,00	25.025,00
UIE			26.224,24	127.400,00	62.003,89	62.003,89	62.003,89
Funções Sociais			26.224,24	127.400,00	62.003,89	62.003,89	62.003,89
2003/103260	JI/EB1 - MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR	070109	7.364,14	21.700,00	19.731,57	19.731,57	19.731,57
2004/105110	ESCOLAS B1 -AQUIS. UTENSÍLIOS DE COZINHA	020117	9.537,32	4.980,45	4.939,58	4.939,58	4.939,58
2006/106111	JI/EB1 - AQUIS. SERVIÇOS COMPLEMENTARES	020225	9.322,78	719,55	719,55	719,55	719,55
2006/106113	COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS E EQUIPAMENTOS EM AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	080701	0,00	100.000,00	36.613,19	36.613,19	36.613,19
Total Geral			2.074.891,38	4.298.005,00	2.717.116,87	2.717.116,87	2.604.152,50

› Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social

Unidade Orgânica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DASSJ	2.322.481,58	3.388.626,25	3.157.208,69	3.157.208,69	2.807.401,31
Funções Económicas		42.381,00	21.406,92	21.406,92	21.283,92
Funções Sociais	1.959.399,87	2.775.245,25	2.589.191,53	2.589.191,53	2.243.248,06
Outras Funções	363.081,71	571.000,00	546.610,24	546.610,24	542.869,33
DD	1.917.207,99	1.514.006,59	1.463.481,06	1.462.927,56	1.441.757,61
Funções Sociais	1.917.207,99	1.514.006,59	1.463.481,06	1.462.927,56	1.441.757,61
Total Geral	4.239.689,57	4.902.632,84	4.620.689,75	4.620.136,25	4.249.158,92

O DCDS, no cômputo geral regista, na gerência em análise, um ligeiro crescimento face ao ano anterior, com mais 0,2% de pagamentos efetuados, justificado pela execução da DASSJ, que apresenta um incremento de 20,9%, por contrapartida da redução verificada pela DD, com menos 24,8% de pagamentos efetuados.

De destacar a DASSJ, que face à dotação final regista uma taxa de execução de 86,7%.

Unidade Orgânica	Descrição	Económica	Pago 2014	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Pago 2015
DASSJ			2.322.481,58	3.388.626,25	3.157.208,69	3.157.208,69	2.807.401,31
Funções Económicas				42.381,00	21.406,92	21.406,92	21.283,92
2015/1364	EMPREGO EMPREENDEDORISMO	020225		42.381,00	21.406,92	21.406,92	21.283,92
Funções Sociais			1.959.399,87	2.775.245,25	2.589.191,53	2.589.191,53	2.243.248,06
2004/103645	COMISSÃO PROT. CRIANÇAS E JOVENS OEIRAS - AQUIS. EQUIP.	070109	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
2004/105188	COMISSÃO PROT. CRIANÇAS E JOVENS OEIRAS - APOIO FUNC.	020225	0,00	24.693,00	959,40	959,40	959,40
2006/106141	PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREAS ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQ.SERVIÇOS	020225	73.531,39	138.763,00	135.753,89	135.753,89	75.515,31
2006/106142	PROJ. DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE – AQUIS. MATERIAL	020120	828,30	1.000,00	518,73	518,73	518,73
2006/106143	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - PROJECTOS ESPECÍFICOS	040701	497.887,07	512.410,00	511.661,53	511.661,53	496.207,42
2007/106290	APOIO À MANUTENÇÃO DE ACTIVID. ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E SAÚDE	040701	238.054,65	102.175,00	101.390,76	101.390,76	88.340,00
2007/106291	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE – COMPART. EQUIPAMENTO E OBRAS	080701	668.858,34	1.379.863,00	1.344.805,43	1.344.805,43	1.104.150,41
2007/106304	PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA JUVENTUDE - AQ. DE SERVIÇOS	020225	306.248,37	377.461,89	323.442,38	323.442,38	323.427,38
2007/106309	PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA ACÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	040701	29.500,00	38.500,00	24.145,00	24.145,00	24.145,00
2009/1144	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	020120	3.829,64	666,05	666,05	666,05	666,05
2010/1241	GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE MATERIAL	020108	1.842,60	1.900,00	1.869,79	1.869,79	1.869,79
2010/1244	INTERCULTURALIDADE	020225	0,00	7.860,31	859,57	859,57	859,57
2010/1246	GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	020225	0,00	30.184,00	0,00	0,00	0,00
2011/1256	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	040701	73.000,00	86.400,00	72.000,00	72.000,00	64.000,00
2012/1292	JUVENTUDE - COMPARTICIPAÇÃO EQUIPAMENTOS E OBRAS	080701	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
2012/1294	PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREA JUVENTUDE - AQ.EQ	070109	199,51	250,00	0,00	0,00	0,00
2012/1295	ORGANISMOS JUVENIS - PROJECTOS ESPECÍFICOS	040701	32.000,00	35.000,00	33.500,00	33.500,00	31.950,00
2013/1329	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - AQUISIÇÃO DE BENS	020121	33.620,00	37.619,00	37.619,00	37.619,00	30.639,00
Outras Funções			363.081,71	571.000,00	546.610,24	546.610,24	542.869,33
2004/105733	COMPART. FINANC. JUNTAS FREGUESIA - FUNC.ESTAB.INFÂNCIA TRANSF. P/IPSS	04050102	363.081,71	571.000,00	546.610,24	546.610,24	542.869,33
Total Geral			2.322.481,58	3.388.626,25	3.157.208,69	3.157.208,69	2.807.401,31

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Análise do Balanço – Balanço Sintético

A situação patrimonial espelha o registo das operações que alteram a composição, quantitativa e qualitativa, do património do Município. O Ativo evidencia os bens e os direitos e o Passivo reflete as obrigações e os deveres perante terceiros, incluindo os acréscimos e diferimentos e as provisões.

Os Fundos Próprios, também designados por Património Líquido, são constituídos por quatro grandes grupos: Fundo Patrimonial inicial ou Património inicial; Fundo Patrimonial adquirido proveniente dos resultados dos diferentes exercícios (incluindo reservas); Recebimentos relativos a subsídios de capital e as Doações e reavaliações de imobilizado.

Descrição	2015		2014		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Imobilizado	506.141.663,67	91,3%	500.740.690,82	93,5%	5.400.972,85	1,1%
Existências	2.760.888,04	0,5%	3.767.783,36	0,7%	-1.006.895,32	-26,7%
Dívidas de Terceiros	1.574.283,72	0,3%	1.730.220,99	0,3%	-155.937,27	-9,0%
Disponibilidades	37.783.789,55	6,8%	25.139.953,70	4,7%	12.643.835,85	50,3%
Acréscimos e Diferimentos	5.846.839,18	1,1%	4.388.382,81	0,8%	1.458.456,37	33,2%
Ativo Líquido	554.107.464,16	100,0%	535.767.031,68	100,0%	18.340.432,48	3,4%
Património	328.022.492,29	59,2%	325.731.209,53	60,8%	2.291.282,76	0,7%
Reservas	12.733.374,91	2,3%	12.733.374,91	2,4%	0,00	0,0%
Doações	3.043.309,67	0,5%	2.990.255,64	0,6%	53.054,03	1,8%
Reservas Cedência Apropriação de Ativos	59.303.349,76	10,7%	55.888.771,45	10,4%	3.414.578,31	6,1%
Resultados	77.213.644,47	13,9%	31.495.188,03	5,9%	45.718.456,44	145,2%
Fundos Próprios	480.316.171,10	86,7%	428.838.799,56	80,0%	51.477.371,54	12,0%
Provisões para riscos e encargos	6.461.115,46	1,2%	25.710.444,01	4,8%	-19.249.328,55	-74,9%
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	40.833.426,21	7,4%	50.450.618,83	9,4%	-9.617.192,62	-19,1%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	15.236.810,25	2,7%	20.402.785,79	3,8%	-5.165.975,54	-25,3%
Acréscimos e Diferimentos	11.259.941,14	2,0%	10.364.383,49	1,9%	895.557,65	8,6%
Passivo	73.791.293,06	13,3%	106.928.232,12	20,0%	-33.136.939,06	-31,0%
Fundos Próprios e Passivo	554.107.464,16	100,0%	535.767.031,68	100,0%	18.340.432,48	3,4%

O **Ativo Líquido** do Município, a 31 de dezembro de 2015, registou €554.107.464,16 (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), valor que resulta do efeito conjugado do crescimento do imobilizado (€5.400.972,85), das Disponibilidades (€12.643.835,85) e dos Acréscimos e Diferimentos (€1.458.456,37) e que significa um crescimento de 3,4%, comparativamente, ao ano de 2014.

As contas de **Imobilizado**, com o valor líquido de €506.141.663,67, são as mais significativas no Ativo Líquido, com 91,3% do total e um crescimento de 1,1% face aos valores realizados no ano anterior:

Designação	2014		2015		Δ 2015/2014	
	Realiz.	Peso %	Realiz.	Peso %	Δ valor	Δ %
Imobilizado Líquido						
Bens do Domínio Público	106.369.327,00	21,2%	107.898.734,66	21,3%	1.529.407,66	1,4%
Imobilizações Incorpóreas	651.128,02	0,1%	463.392,27	0,1%	-187.735,75	-28,8%
Imobilizações Corpóreas	371.938.431,65	74,3%	378.317.733,13	74,7%	6.379.301,48	1,7%
Investimentos Financeiros	21.781.803,61	4,3%	19.461.803,61	3,8%	-2.320.000,00	-10,7%
Total	500.740.690,28	100,00%	506.141.663,67	100,00%	5.400.973,39	1,1%

Os **Investimentos Financeiros** registam uma variação negativa de 10,7%, por força da redução da participação na OEINERGE, no montante de €50.000,00 e ainda o resgate do Fundo Social na Oeiras Invest no valor de €1.250.000,00. Este resultado foi ainda condicionado pelo reforço da provisão para a perda do investimento financeiro no Capital Social da SATU, no valor de €1.020.000,00.

Os **Fundos Próprios** registaram uma variação positiva de 12,1%, suportado pelo crescimento dos Resultados em mais 146,8% do que o valor realizado na gerência anterior.

O valor dos *Resultados*, €77.213.644,47, apurado pelo resultado das contas 59 – Resultados Transitados, referente ao exercício anterior (€30.436.733,70) e 88_Resultado Líquido do Exercício (€46.776.910,77), o qual regista um crescimento de €45.718.456,44, crescimento suportado pelo resgate do Fundo Social da Oeiras Invest (€1.250.000,00); pela anulação da totalidade da provisão da empresa SATU (€18.932.874,70), e ainda pela anulação da provisão das entidades Município e Lemo (€1.389.217,00).

O **Passivo** regista um decréscimo de 31,0%, comparativamente a 2014, o que em valor absoluto traduz uma redução de €33.136.939,06, suportado no decréscimo das seguintes contas:

- › **Provisões para riscos e encargos** em 74,9%, onde se constata uma redução na ordem dos 28%, decorrente essencialmente da diminuição de processos judiciais com elevada probabilidade de ocorrência. Tal decréscimo é justificado pela análise mais realista à tipologia de cada processo e ao histórico de ocorrência, pelo que se procedeu ao devido ajustamento dos mesmos para não comprometer negativamente e de forma desnecessária, as contas do Município;
- › **Dívidas a Terceiros M/L Prazo** em 19,1% em consequência da redução dos empréstimos de Médio e Longo Prazos e da dívida subsequente da transação judicial da PPP Oeiras Primus, por via das amortizações de acordo com o respetivo plano de pagamento;
- › **Dívidas a Terceiros Curto Prazo** em 25,3%, o que em valor absoluto traduz uma poupança de €5.165.975,54, com especial destaque na diminuição dos saldos das contas de Fornecedores c/c, Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores.

Os **Acréscimos e Diferimentos** verificam um crescimento de 8,6% justificados pelo aumento da subconta Acréscimo de Custos. Este aumento suporta-se, essencialmente, pelo acerto de contas efetuado com a APL, tendo sido regularizadas algumas faturas já em 2016, mas que se reportam a factos patrimoniais relativos ao ano de 2015 ou anteriores (€362.881,00).

Indicadores econômico-financeiros

Indicadores	2015	2014
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo / Ativo Total	91,3%	93,5%
Ativo Circulante / Ativo Total	8,7%	6,5%
Estrutura do Passivo		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	55,3%	47,2%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	20,6%	19,1%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	268,0%	247,3%
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	2,76	1,50
Liquidez Reduzida	2,58	1,32
Prazo Segurança Liquidez	159	101
Rácios de Rendibilidade		
ROE	9,7%	0,8%
ROI	8,4%	0,7%
ROA	4,5%	0,5%
Rendimento do Investimento Total	46.776.910,77	3.491.963,57
Rendimento dos Fundos Próprios	40.547.561,85	2.795.038,47
Rendimento dos Fundos Alheios	6.229.348,92	696.925,10
Índice de Solvabilidade		
Fundos Próprios / Fundos Alheios	7,68	4,44
Índice de Autonomia Financeira		
Fundos Próprios / Ativo Líquido	86,7%	80,0%
Prazo Médio de Pagamentos		
PMP de acordo com DGAL (DF / A)	60	50

Os indicadores econômico-financeiros evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município na gerência de 2015.

A estrutura do Ativo mantém-se praticamente inalterada face a 2014. A ligeira variação, em termos globais, resulta do aumento do ativo circulante, que no seu conjunto, representa um aumento de 37,5%.

A estrutura do Passivo indica uma evolução positiva na independência da Autarquia. A redução dos coeficientes de endividamento de curto e médio e longo prazo conjugados com o aumento dos fundos próprios indicam esse resultado.

O Índice de Autonomia Financeira com um crescimento, face ao ano anterior, de 6,7% continua a evidenciar, com sustentabilidade, a capacidade de o Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem o recurso ao crédito.

Apesar do Prazo Médio de Pagamento ter registado um ligeiro aumento a autarquia continua a honrar os seus compromissos atempadamente.

Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados por Natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) que o Município gerou na gerência de 2015.

Descrição	2015		2014		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Custos e Perdas						
Custos das Merc. Vendidas e das Mat. Consumidas	1.215.517,84	1,2%	1.228.729,62	1,2%	-13.211,78	-1,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	32.323.350,70	32,5%	31.216.095,29	30,1%	1.107.255,41	3,5%
Custos com o Pessoal	35.539.234,78	35,7%	33.822.716,15	32,6%	1.716.518,63	5,1%
Transf. e Sub.Correntes Conc. Prest. Sociais	8.469.774,74	8,5%	9.956.908,97	9,6%	-1.487.134,23	-14,9%
Amortizações do Exercício	8.780.211,20	8,8%	8.790.152,63	8,5%	-9.941,43	-0,1%
Provisões do Exercício	3.893.917,31	3,9%	12.041.477,21	11,6%	-8.147.559,90	-67,7%
Outros Custos	9.241.979,46	9,3%	6.587.335,67	6,4%	2.654.643,79	40,3%
Total	99.463.986,03	100,0%	103.643.415,54	100,0%	-4.179.429,51	-4,0%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	14.695.932,95	10,0%	14.092.197,36	13,2%	603.735,59	4,3%
Impostos e Taxas	76.359.466,72	52,2%	66.974.507,78	62,5%	9.384.958,94	14,0%
Proveitos Suplementares	6.045,60	0,0%	0,00	0,0%	6.045,60	100,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	24.337.730,23	16,6%	18.644.513,13	17,4%	5.693.217,10	30,5%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	7.858,44	0,0%	15.338,51	0,0%	-7.480,07	-48,8%
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.739.983,73	2,6%	1.077.317,00	1,0%	2.662.666,73	247,2%
Outros Proveitos	27.093.879,13	18,5%	6.331.505,33	5,9%	20.762.373,80	327,9%
Total	146.240.896,80	100,0%	107.135.379,11	100,0%	39.105.517,69	36,5%
Resultados Operacionais	25.053.752,64		2.521.046,50		22.532.706,14	
Resultados Financeiros	819.281,34		-1.366.517,76		2.185.799,10	
Resultados Correntes	25.873.033,98		1.154.528,74		24.718.505,24	
Resultados Extraordinários	20.903.876,79		2.337.434,83		18.566.441,96	
Resultado Líquido do Exercício	46.776.910,77		3.491.963,57		43.284.947,20 1239,6%	

Os Custos e Perdas registam um crescimento de 4,0% comparativamente ao ano de 2014, onde podemos destacar:

- › Os **Custos com o Pessoal** com 35,7% do total dos custos da Autarquia, justificando-se o crescimento, face a 2014, pela reposição de 20% das remunerações e os respetivos encargos sociais associados;
- › As **Transferências e Subsídios Correntes** registam um decréscimo de 14,9% face ao ano de 2014. Incluem-se nestas, as medidas decorrentes das políticas no âmbito do apoio social, nomeadamente através do Fundo de Emergência Social, em que é disponibilizado apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, apoio a atividades e projetos da rede solidária na área do envelhecimento, que respondem às necessidades dos mais idosos e/ou dependentes e que apostam no envelhecimento ativo dos não dependentes;
- › As **Provisões dos Exercício**, face ao ano transato, registam o maior decréscimo de valor, decorrente da análise dos processos judiciais e do seu reajustamento face à probabilidade de ocorrência.

Os Proveitos e Ganhos registam um aumento de €39.105.517,69 face ao ano transato. Observa-se que todas as suas componentes registam uma variação positiva, destacando-se, como principal contributo, os reajustes e anulações de provisões efetuadas (€22.306.597,00).

Do balanço entre os Custos e Proveitos decorre um Resultado Líquido do Exercício no valor de €46.776.910,77, superior ao valor do ano de 2014 em 1239,6%.

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro, face ao resultado positivo de €46.776.910,77 apurado no ano de 2015, propõe-se a constituição da Reserva Legal obrigatória aplicando o restante Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados dado que o valor contabilístico da conta 51 «Património» é superior a 20% do Ativo Líquido:

- Reserva Legal (conta 571) € 2.338.845,54
- Resultados Transitados (conta 59) € 44.438.065,23

Apuramento da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) através do art.º 52.º, estabelece o Limite da Dívida Total de operações orçamentais, ao qual o Município está obrigado.

Assim, o n.º 1 do mesmo artigo, define o cálculo do limite da dívida total dos municípios com base na receita corrente cobrada líquida nos três últimos anos.

Atendendo a que os serviços municipalizados constituem serviços dos municípios, embora estruturados segundo modelo empresarial, as receitas dos mesmos contribuem para o cálculo do limite da dívida do respetivo Município.

SIMAS	2012	2013	2014
Receita corrente cobrada líquida	57.816.900,13	55.364.042,80	54.018.546,26
Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	2.497.939,94	1.295.964,22	1.190.199,86
Total receita (extra Município)	55.318.960,19	54.068.078,58	52.828.346,40
(A) Município de Oeiras: 50% comparticipação	27.659.480,10	27.034.039,29	26.414.173,20
Município			
Receita corrente cobrada líquida	106.433.413,28	106.964.294,07	115.092.843,93
Receita corrente líquida cobrada aos SIMAS (-)			
(B) Total receita (extra SIMAS)	106.433.413,28	106.964.294,07	115.092.843,93
(A) + (B) = Receita líquida do Município	134.092.893,38	133.998.333,36	141.507.017,13
(A) + (B) = Receita líquida do Município	134.092.893,38	133.998.333,36	141.507.017,13

Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos	136.532.747,96
Limite da dívida total em 2015 <small>(1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)</small>	204.799.121,93

O apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do Município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, conforme estipula o art.º 52.º da Lei n.º 73/2003 de 3 de setembro.

Comparando com igual período do ano anterior, constata-se que reduzimos o valor da dívida, à data de 31 de dezembro de 2015, em cerca de € 22.542.340, conforme se poderá verificar pelo quadro abaixo.

Dívida total		
	31-12-2015	31-12-2014
Dívida a terceiros	56.070.236,46	70.853.404,62
Empréstimos	23.817.027,48	27.529.100,11
Outras formas de endividamento	19.736.101,08	25.797.597,38
Débitos a terceiros	12.517.107,90	17.526.707,13
Extra orçamentais	4.930.483,84	3.405.125,67
Débitos a terceiros	275.733,66	3.405.125,67
FAM (-)	4.654.750,18	0,00
Contribuição SEL para a Dívida Total	10.728.603,07	16.962.473,54
Entidades Participadas	10.728.603,07	16.962.473,54
Dívida total de operações orçamentais do município (engloba as entidades e exclui não orçamentais)	61.868.355,69	84.410.752,49
Margem Absoluta 142.930.766,24		
Utilização da margem disponível (20%) 28.586.153,25		

De acordo com o art.º 54º da referida Lei, as entidades que relevam para efeitos de apuramento do montante da dívida total do Município são as seguintes:

Entidades		RL 2015	Dívida Total	
% Particip	Designação		Dívida Total da entidade	Contribuição para a CMO
50%	SIMAS	14.941.644,34	5.636.258,50	2.818.129,25
100%	Oeiras Viva	170.135,03	741.127,96	0,00
100%	Parques Tejo	465.328,26	456.145,45	0,00
100%	Habitágua	-354.417,00	633.787,50	633.787,50
100%	LEMO	-171.268,21	434.112,60	434.112,60
51%	SATU - Oeiras	0,00	0,00	0,00
56,71%	Município	35.348,66	1.049.668,46	0,00
49%	Oeiras Expo, SA	-14.669,24	13.894.849,04	6.808.476,03
19,16%	Taguspark	102.829,65	7.015.189,30	0,00
12,50%	Fundação Marquês de Pombal	6.606,26	71.460,94	0,00
50%	AITEC / OEIRAS Invest	-70.922,63	21.879,27	10.939,64
2,85%	E.I.A	0,00	0,00	0,00
0,532%	ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	-356.688,17	3.539.023,32	18.827,60
20%	AMTRES	-219.242,54	6.382,47	1.276,49
66,66%	A.M.E.M.	0,00	0,00	0,00
2,70%	AMPV- AM Portugueses do Vinho	0,00	637,27	17,21
0,01%	RPCS_Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	0,00	0,00	0,00
5,45%	AML	1.935.388,74	18.937,66	0,00
9,60%	ARTEMREDE - Teatros Associados	-63.783,75	21.113,32	2.026,88
10,66%	AMEGA	0,00	4.168,44	444,36
0,394%	ANMP	0,00	5.854,00	565,52
Total				10.728.603,07

Procedendo ao cálculo do limite da dívida total para o ano de 2016, verifica-se que registrará um crescimento de 2,2%, apresentando uma margem de mais € 4.417.193.

SIMAS		2013 (€)	2014 (€)	2015 (€)
Receita corrente cobrada líquida SIMAS		55.364.042,80	54.018.546,26	57.063.219,61
1	Receita corrente cobrada líquida (50%)	27.682.021,40	27.009.273,13	28.531.609,81
2	Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	-647.982,11	-595.099,93	-587.273,22
(3) = (1) + (2)	Total receita SMAS (extra Município)	27.034.039,29	26.414.173,20	27.944.336,59
MUNICÍPIO		2013 (€)	2014 (€)	2015 (€)
4	Receita corrente cobrada líquida	106.964.294,07	115.092.843,93	114.986.803,53
5	Receita corrente líquida cobrada aos SMAS (-)			-3.858,99
(6) = (4) + (5)	Total receita (extra SMAS)	106.964.294,07	115.092.843,93	114.982.944,54
7	Total das despesas correntes do Município com os SMAS			
(8) = (3) + (6)	Total receita Município + SMAS	133.998.333,36	141.507.017,13	142.927.281,13

Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos	139.477.543,87
Limite da dívida total para 2016 (1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)	209.216.315,81

